

**POBREZA NA BAHIA EM 2010:
DIMENSÕES, TERRITÓRIOS
E DINÂMICAS REGIONAIS**

SEI

97

Série Estudos e Pesquisas

publicações
SEI

SALVADOR
2014

POBREZA NA BAHIA EM 2010: DIMENSÕES, TERRITÓRIOS E DINÂMICAS REGIONAIS

Governo do Estado da Bahia

Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento

José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Estudos

Edgard Porto

Coordenação de Estudos Socioeconômicos

Eva Borges

Coordenação Editorial

Eva Borges

Equipe de Elaboração

Célia Regina Sganzerla

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edgard Porto

Edmundo Figueiroa

Eva Borges

Francisco Baqueiro Vidal

Patrícia Chame Dias

Colaboração

Leib Braunstein

Marcelo Rodrigues Vieira

Coordenação de Disseminação de Informações

Ana Paula Porto

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Design Gráfico

Elisabete Barretto

Julio Vilela

Editoração

Rita de Cássia Assis

Pobreza na Bahia em 2010: dimensões, territórios e dinâmicas regionais /

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

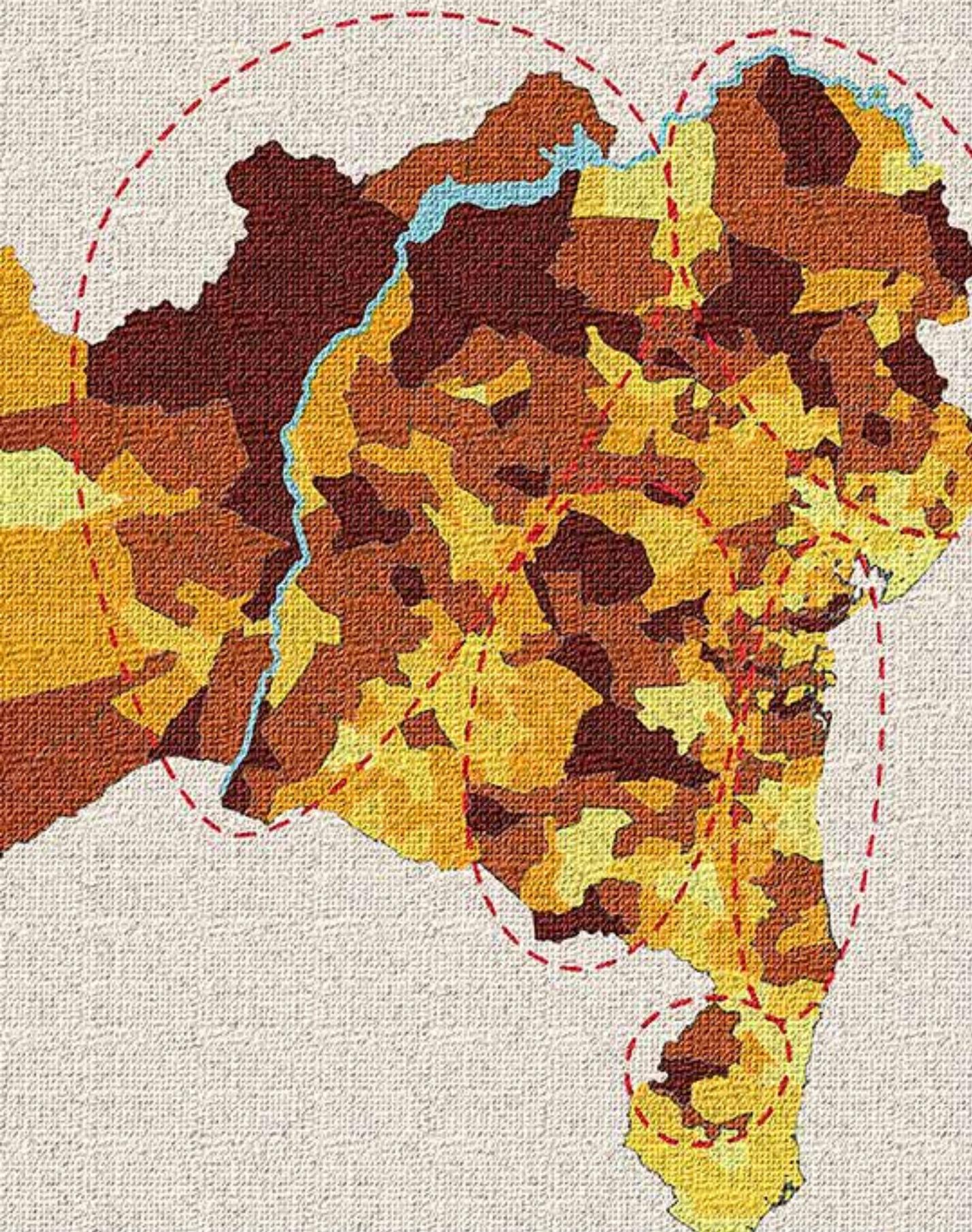
– Salvador : SEI, 2014.

193 p. il. (Série estudos e pesquisas, 97).

ISBN 978-85-8121-013-1

I. Pobreza – Bahia. 2. Desenvolvimento regional I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. II. Série.

CDU 241.537 (813.8)



■ SUMÁRIO

7	INTRODUÇÃO
11	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS
21	PARTE I: DIMENSÕES DA POBREZA: FATORES, VARIÁVEIS E GRUPOS
23	NOTAS PRELIMINARES
25	DEMOGRAFIA
25	NOTAS SOBRE A DIMENSÃO
27	FATOR DEMOGRAFIA
29	CLUSTER DEMOGRAFIA
30	VARIÁVEIS RELEVANTES
31	Taxa de fecundidade total dos municípios baianos
36	Percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos
42	Razão de dependência
47	SAÚDE
47	NOTAS SOBRE A DIMENSÃO
48	FATOR SAÚDE
50	CLUSTER SAÚDE
52	VARIÁVEIS RELEVANTES
52	Percentual de filhos nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (zero ano de estudo)
55	Percentual de filhos nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (1 a 3 anos de estudo)
58	Taxa de internação por diarreia (por 10.000 habitantes)
61	Taxa de mortalidade por doença de Chagas (por 100.000 habitantes)
64	Taxa de mortalidade por tuberculose (por 100.000 habitantes)
67	EDUCAÇÃO
67	NOTAS SOBRE A DIMENSÃO
71	FATOR EDUCAÇÃO
74	CLUSTER EDUCAÇÃO
76	VARIÁVEIS RELEVANTES
76	Percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta em 2000 e 2010
81	Taxa de distorção idade-série
81	<i>Taxa de distorção idade-série do ensino público fundamental</i>
83	<i>Taxa de distorção idade-série do ensino público médio</i>
87	MORADIA
87	NOTAS SOBRE A DIMENSÃO
94	FATOR MORADIA
96	CLUSTER MORADIA
98	VARIÁVEIS RELEVANTES
98	Percentual de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado
100	Percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral
103	Percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário

107	RENDA
107	NOTAS SOBRE A DIMENSÃO
110	FATOR RENDA
113	CLUSTER RENDA
115	VARIÁVEIS RELEVANTES
115	Posse de bens duráveis: ausência de geladeira e de internet
120	Percentual de domicílios com rendimentos de até meio salário mínimo
123	ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS DE POBREZA NA BAHIA – 2010
123	INTRODUÇÃO
124	LEITURA GERAL DOS RESULTADOS
126	Distribuição espacial dos grupos de pobreza
128	Aspectos demográficos dos grupos de pobreza
129	Porte populacional dos municípios componentes dos grupos de pobreza
132	CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS GRUPOS DE POBREZA
135	Grupo A
139	Grupo B
141	Grupo C
143	Grupo D
147	Grupo E
151	PARTE II: POBREZA E DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES
153	POBREZA E DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES
153	ASPECTOS TEÓRICOS PRELIMINARES
154	Algumas concepções teóricas
155	Principais condicionantes da análise
156	Principais “limites” das informações utilizadas na análise
157	O global e o local
159	Construção dos nexos entre pobreza, riqueza e desenvolvimento regional
160	O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NA BAHIA
161	O padrão periférico complementar
163	CARACTERÍSTICAS DO “PADRÃO” DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA CONTEMPORÂNEA
164	A herança histórica
167	A nova Bahia, de 1950 aos dias atuais: mudanças estruturais
175	TIPOLOGIAS ESPACIAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS NA BAHIA
175	POBREZA, ECONOMIA E ESPAÇO NA BAHIA
178	DOIS PADRÕES ESPACIAIS DISTINTOS E ARTICULADOS
178	Macrorregião de Salvador-Feira de Santana
179	Cidades polarizadoras de fluxos do interior da Bahia
183	CONTRIBUIÇÕES PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
183	JUSTIFICATIVA
184	Análise de agrupamentos utilizando a técnica de Moran Local
187	Grupos de pobreza
189	REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

A Bahia tem como característica marcante na sua economia uma ainda significativa desigualdade na distribuição da riqueza gerada em seu território, que se manifesta em uma concentração setorial, fortemente especializada na produção de *commodities* ligadas à petroquímica e ao agronegócio. Como reflexo da concentração espacial na formação do seu Produto Interno Bruto, apenas 18 municípios são responsáveis por 70% da riqueza produzida no estado.

Essa concentração espacial pode ser observada, em maior magnitude, em quatro cantos do estado, vistos aqui como os extremos geográficos da Bahia, contrastando, por sua vez, com uma pobreza espalhada e diferenciada por/em diversas porções do território estadual, e não apenas no seu semiárido, em que pese este último representar quase 70% do território estadual (Figura 1) e possuir, historicamente, uma pobreza crônica.

Essa situação pode ser explicada, em parte, pela própria forma de inserção da Bahia na divisão nacional do trabalho, como um estado periférico, com pouco poder de influir nas políticas públicas e macroeconômicas que definem os rumos do país. Além disso, o estado carrega uma forte herança histórica de baixo dinamismo econômico desde o século XIX.

O tema da pobreza na Bahia vem sendo debatido entre as diversas forças políticas, no seio da sociedade civil organizada ou não, no ambiente empresarial e sindical, na mídia e, como não poderia deixar de ser, no interior da investigação científica levada a cabo pelos centros de pesquisa situados dentro e fora das universidades.

Este trabalho oferece mais uma avaliação com base científica para estimular as discussões e, sobretudo, subsidiar a tomada de decisões. Buscou-se compreender o fenômeno para além das suas aparências, focando na sua essência, apropriando-se de conceitos existentes e construindo outros para explicar a lógica, a estrutura e a dinâmica desse problema, particularmente para a Bahia.

Não se quer somente obter uma visão focada na pobreza das famílias e dos indivíduos, e sim avançar na análise das suas causas dentro do processo de desenvolvimento social e econômico. Assim, seus resultados podem ajudar na construção de políticas que tenham reflexos mais amplos e mais aprofundados para o enfrentamento da pobreza.



Figura 1
Mapa da Bahia com a delimitação do Semiárido

Fonte: Elaboração própria.

A complexidade decorrente da proposta de compreender uma diversidade de processos específicos, que interagem diferentemente em cada tempo e em cada espaço, exige a utilização de um conjunto de métodos diferenciados, com maior amplitude de variáveis e de perspectivas acerca de processos gerais que explicam distintos ciclos de desenvolvimento. Isso demandou a utilização de abordagens quantitativas, medidas em números, classificados e analisados por meio de técnicas estatísticas; e análises qualitativas. Não se fez, entretanto, a leitura “fria” dos números, mas a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações e análises indutivas por parte de estudos e pesquisas já realizadas. As reflexões

foram feitas de forma conjunta e articulada, ancoradas em abordagens teóricas consistentes e explicativas para alcançar os objetivos traçados para o trabalho.

A primeira discussão tem como foco a pobreza, observada em seus aspectos multidimensionais. Nesse sentido, se buscou realizar uma leitura desse fenômeno considerando dimensões relacionadas com condições de vida que, isoladamente e/ou inter-relacionadas, fossem capazes de caracterizar um indivíduo como pobre. Desse modo, selecionaram-se as dimensões de *Renda, Moradia, Demografia, Saúde e Educação*. Com bases nas informações referentes a essas dimensões produziram-se indicadores que permitiram compreender os reflexos do processo diretamente sobre os cidadãos.

Por meio de procedimentos metodológicos como análise fatorial e análise de *clusters*, foram obtidas as aqui denominadas *manchas* – neste estudo este termo designa aglomerações espaciais significativas, muito embora de extensões territoriais e contingentes demográficos variados, que indicam maior ou menor incidência das referidas dimensões de pobreza. O trabalho, entretanto, não se restringiu à elaboração de representações com os diversos espaços em que a pobreza se manifesta em suas nuances multidimensionais. Valeu-se, igualmente, da análise de agrupamentos ou de *clusters*, técnica estatística de criação de tipologias, aqui chamados *grupos*. Estes últimos, por seu turno, foram formados por unidades municipais com características razoavelmente similares no que se refere às diversas dimensões. Nesse sentido, os municípios inseridos nesses diferentes agrupamentos territorialmente delimitados constituíram-se em objeto de uma caracterização demográfica e econômica. Na primeira, consideraram-se variáveis que permitissem identificar os principais aspectos relacionados às suas estruturas populacionais. Na segunda, buscou-se, também por meio de variáveis selecionadas, traçar o perfil produtivo das suas economias, objetivando identificar elementos da estrutura produtiva que se vinculam à dinâmica dos municípios integrantes.

O segundo debate situa-se em torno da questão do desenvolvimento do capitalismo, que, neste estudo, engloba todas as dimensões da vida social – trabalho, economia, pobreza, riqueza, meio ambiente, política etc. –, o que implica afirmar, portanto, que pobreza e riqueza são fenômenos decorrentes do padrão de desenvolvimento. Utilizando-se essa concepção, desloca-se a análise de um plano mais abstrato – leis gerais do capitalismo – para outro mais complexo, concreto e histórico, compreendendo-se as especificidades e diferenças em espaços distintos no território baiano.

Partindo-se dessa premissa, de que a geração de pobreza é indissociada da produção da riqueza, e de que tais fenômenos são fruto de um mesmo processo amplamente associado à dinâmica da acumulação no capitalismo, foi realizada uma breve análise do desenvolvimento regional na Bahia. Buscou-se identificar os elementos históricos e econômicos que moldaram o território baiano e influenciaram os padrões de desenvolvimento das suas distintas regiões de uma maneira desbalanceada, concentrada espacial e setorialmente.

Este trabalho se compõe de três partes. Na primeira, além desta introdução, apresentam-se os procedimentos metodológicos. Da segunda parte, constam as cinco dimensões selecionadas para este estudo da pobreza na Bahia em 2010, além de uma caracterização geral dos grupos de municípios, formados com base nas similaridades de características multidimensionais. Na terceira, efetua-se propriamente uma análise do desenvolvimento regional estadual, elencando-se aspectos históricos e estruturais considerados relevantes para a conformação socioeconômica e espacial da pobreza no estado. Nesse sentido, oferecem-se, ainda, considerações a título de subsídios para possíveis políticas públicas destinadas a enfrentar efetivamente o fenômeno da pobreza baiana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ideia que inicialmente presidia este estudo era a de replicar integralmente o modelo de análise utilizado em trabalho anterior¹. Vale dizer, efetuar, para fins sobretudo comparativos, determinada mensuração e localização da pobreza por meio da combinação de alguns aspectos macro ligados às condições gerais de vida dos indivíduos, incluindo seus domicílios, aspectos macro esses denominados dimensões. Trata-se, afinal, de uma abordagem destacada na literatura mais recente sobre pobreza. Pode-se mesmo afirmar que essa tendência se apresenta como um aperfeiçoamento da concepção historicamente dominante, que atualmente ainda orienta as principais políticas sociais do país e que toma a insuficiência de renda monetária como definidora única da pobreza. Não obstante permanecer como elemento relevante, entende-se aqui que a insuficiência de renda monetária por si só é incapaz de dar conta da complexidade (social, econômica, política, cultural etc.) que envolve tal fenômeno (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Noutras palavras, em relação à pobreza,

Hoje, é consensual a noção de que se trata de um fenômeno social complexo, referente não apenas a privações em termos de necessidades materiais de bem-estar, mas também à negação de oportunidades de se levar uma vida dentro de padrões aceitáveis socialmente. A multiplicidade de carências e penúrias impostas àqueles que vivem em situações de pobreza faz com que suas existências possam ser prematuramente encurtadas, além de duras, dolorosas e perigosas. Em suas manifestações subjetivas, o fenômeno provoca nas pessoas sentimentos de impotência diante de seus destinos, de falta de esperança, de vulnerabilidade, de insegurança e de falta de poder político. (CODES, 2008, p. 24).

No entanto, ainda que tenha partido de bases teóricas e metodológicas similares, a replicação *ipsis litteris*, desta feita para outro período, da metodologia já adotada em outro estudo sobre pobreza não se revelou viável. Alterações nas dinâmicas sociais do país, bem como seus reflexos na Bahia, resultaram na modificação do grau de representatividade de algumas variáveis analisadas para os anos de 1991 e 2000, quando correlacionadas a 2010. Destacam-se, entre as mudanças, a continuidade da expansão do sistema educacional – com ampliação

¹ Ver Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2008).

de vagas nos níveis médio e superior – e a criação do programa de transferência de renda intitulado Bolsa Família.

Percebeu-se, então, a necessidade de rediscutir o tema objeto deste trabalho e, igualmente, de reavaliar os procedimentos metodológicos e variáveis anteriormente adotados, tomando-se agora o ano de 2010 como recorte temporal preponderante. Com essa determinação *a priori* e visando atingir o objetivo central de apresentar uma caracterização e localização da pobreza na Bahia para aquele mesmo ano, capaz, por sua vez, de subsidiar a elaboração de políticas públicas mais adequadas ao enfrentamento dessa problemática, desenvolveram-se novas leituras e aprofundamentos teóricos. Esses esforços consolidaram certa visão da pobreza como fenômeno estrutural e persistente na formação das sociedades modernas, decorrente de uma série de condições e cuja expressão se encontra numa multiplicidade de situações da vida cotidiana de indivíduos e famílias (IVO, 2002, 2008; SANTOS, 1979). Do mesmo modo, averiguou-se que sua existência e intensidade resultam em pressões de diferentes ordens sobre a esfera pública (LIMA, 2005; SANTOS, 2002). Enfim, tais reflexões conduziram à elaboração dos seguintes pressupostos balizadores do presente estudo:

- A renda, ou sua insuficiência, analisada de diferentes formas, é sempre necessária à delimitação do que ou de quem compõe a pobreza. Isoladamente, entretanto, não é capaz de responder de forma mais completa por esse fenômeno;
- Para compreender a dinâmica da pobreza com vistas a minimizar seus efeitos, é fundamental identificar as características das populações por ela atingidas. Assim, é importante levantar e comparar dados sobre os indivíduos, sempre situados em determinados recortes territoriais e contextos históricos;
- Existe uma disseminação da pobreza na sociedade e, também, uma diversidade de modos nos quais ela se expressa. Tais modos devem ser apreendidos em suas especificidades e localizações;
- De modo geral, as análises sobre esse fenômeno têm adotado, para efeito de mensuração e comparação, a utilização de diferentes ou múltiplas escalas espaciais;
- Carece-se ainda de um maior número de estudos que possibilitem uma compreensão mais adequada das condições de vida das populações, observadas sob diferentes dimensões da realidade social.

Aos pressupostos acima, acrescenta-se que as informações estatísticas são importantes para a compreensão dessa mesma realidade. Todavia, só a expressam devidamente quando respaldadas por teorias. Desse modo, ainda que a pobreza se evidencie por toda parte e ao longo da história da humanidade, comparações de séries temporais sem a devida atenção a mudanças nos processos e a distintos contextos podem resultar em elaborações equivocadas. Além disso, pondera-se que, mais do que mensurar a pobreza, é imprescindível apreender os seus conteúdos, uma vez que se trata de fenômeno social ao mesmo tempo complexo e sintético, que implica um modo de vida (SANTOS, 1979). A partir desse conjunto de proposições, efetuaram-se escolhas prévias, bem como o levantamento e tratamento de informações. A

natureza destas últimas, aliás, fundamentou a opção por centrar as análises nas características da população e por estabelecer como recorte territorial principal o município.

Seguiu-se uma etapa de trabalhos na qual a intenção era identificar quais aspectos macro das condições de vida dos indivíduos poderiam estar mais ou menos relacionados com a reprodução da pobreza. Em outros termos, conforme Barros, Carvalho e Franco (2006), na construção de uma medida de pobreza, o ponto de partida é a definição das dimensões e indicadores mais relevantes, muito embora tal procedimento decorra, algumas vezes, de estratégias pragmáticas e empíricas, como assinalam os próprios autores. Enfim, da leitura de trabalhos que tratam da pobreza do ponto de vista quantitativo ou qualitativo, ou de ambos, entendeu-se haver determinadas dimensões da realidade que se revelam, particularmente em relação à Bahia, preponderantes para o entendimento da dinâmica desse fenômeno. Paralelamente a isso², surgiu também a questão de se definir um modelo com o propósito de estimar a intensidade das carências a serem verificadas nas populações. Por fim, tratou-se de deliberar sobre as dimensões e indicadores que deveriam ser selecionados.

A partir daí, tendo sempre em mente o objetivo maior do estudo, elegeu-se o procedimento mais adequado para apresentar os dados levantados, de modo a demonstrar, da forma mais fidedigna possível, uma aproximação à realidade. A opção feita foi a da construção de indicadores sintéticos, que, conforme boa parte da literatura, têm a capacidade de agregar, de modo satisfatório, um grande número de variáveis envolvidas numa determinada análise. Assim, constituem-se numa aproximação válida no campo da análise multivariada e revelam-se propícios a avaliações sobre conceitos atinentes a diferentes grupos sociais. Ademais, mostram-se úteis em estudos que pretendam “captar” o caráter multidimensional do fenômeno estudado por meio da conjugação de suas distintas características. Para Lima (2005, p. 127),

Os estudos que aplicam tal metodologia [de construção de indicadores sintéticos] buscam captar a multidimensionalidade do fenômeno a partir da conjugação das diversas facetas que o compõem. A ideia é que se possa expressar, através de um número ou coeficiente, uma estimativa do nível das carências e privações existentes em uma determinada situação.

Para a construção desses indicadores sintéticos, optou-se pela análise fatorial, visto que, por meio dela, pode-se agregar um grande conjunto de medidas ou variáveis, permitindo reduzi-las para facilitar o entendimento dos dados, sem que haja perda na qualidade da informação. Sua aplicação resulta na construção de fatores³, os quais buscam revelar, em maior ou menor medida, as dimensões abstratas que, por sua vez, tendem a se ocultar sob o conjunto de medidas reunidas pelos pesquisadores, com base em suas experiências referentes aos

² Nessa etapa do trabalho, contou-se com o apoio de uma equipe de consultores técnicos do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

³ Para Hair Júnior e outros (2009), um fator representa uma combinação linear (variável estatística) das variáveis originais. Além disso, os fatores expressam as dimensões latentes (construtos) que resumem ou explicam o conjunto primordial de variáveis observadas.

temas em foco. Cabe frisar que a adoção da análise fatorial foi motivada pela possibilidade, por ela ensejada, tanto de reduzir o número de variáveis quanto de apresentar a estrutura de relações existentes entre elas (ALMEIDA, 2012; CODES, 2008).

Assim, tendo como referências o ano de 2010 e os levantamentos teóricos realizados, constituíram-se cinco dimensões como as mais relevantes entre aquelas relacionadas ao fenômeno da pobreza na Bahia. São elas: Demografia, Saúde, Educação, Moradia e Renda. Ainda de acordo com a trilha teórica e metodológica adotada, entendeu-se que tais dimensões, mesmo partindo de um âmbito teórico mais amplo, deveriam atingir um sentido mais restrito, específico, convertendo-se em fatores para fins estritamente operacionais. Essas cinco dimensões apresentam-se da seguinte forma:

Dimensão Demografia: a análise da dinâmica demográfica contribui para a compreensão das consequências de processos sociais do passado no presente e, simultaneamente, para a indicação de desafios atuais e futuros, como, por exemplo, o atendimento de demandas da sociedade por políticas públicas diversas, por novos postos no mercado de trabalho etc. Desse modo, tal dimensão, convertida no fator demografia, é representada por alguns indicadores fundamentais, contemplando aspectos das condições de reprodução social, tendências de distribuição espacial da população (por municípios) e levantamentos de futuros padrões;

Dimensão Saúde: as condições de saúde de uma população vinculam-se a vários aspectos da vida social, como as condições econômicas gerais e uma maior ou menor necessidade de intervenção do Estado nesse setor, entre outros. Por sua vez, sabe-se que tais condições interferem no desempenho escolar e profissional dos indivíduos, na sua formação intelectual e, mais amplamente, na sua inserção produtiva e social. Neste trabalho, essa dimensão, segundo a ótica relativamente restrita do fator saúde, é representada por um conjunto de indicadores que permitem uma compreensão das articulações entre o “estado de saúde” da população e o fenômeno da pobreza, a partir da agregação de informações da relação entre nascidos vivos e escolaridade da mãe, de incidências de determinadas doenças e das causas de mortalidade;

Dimensão Educação: tradicionalmente tratada como um aspecto que colabora para a diminuição ou mesmo a erradicação da pobreza, a educação formal é tida como meio que repercute na elevação da capacidade produtiva do indivíduo e, num sentido ainda maior, na sua formação social e política. Nessa mesma perspectiva, as ações governamentais voltadas à educação inserem-se no rol daquelas que objetivam a diminuição das desigualdades sociais e ampliação da cidadania. Desse modo, agregam-se nessa dimensão, para efeitos operacionais (fator educação), indicadores que permitem averiguar os níveis de alfabetização e analisar a qualidade do ensino;

Dimensão Moradia: as condições de moradia mostram-se importantes para a caracterização e compreensão do fenômeno da pobreza, na exata medida em que refletem aspectos fundamentais das desigualdades sociais e econômicas. Ao mesmo tempo, constituem-se em

fonte de perpetuação de tais desigualdades, ao repercutirem sobre a saúde, a educação, a estruturação das relações familiares e a inserção de indivíduos e grupos sociais no mundo produtivo e na própria vida social. Neste trabalho, entende-se que essa dimensão, operacionalizada no fator moradia, abarca um conjunto de indicadores que remetem às características físicas dos domicílios, bem como às suas vinculações ao saneamento básico de modo geral;

Dimensão Renda: os aspectos econômicos *stricto sensu* exercem papel crucial na determinação e caracterização das condições de vida da população, particularmente no que se refere à satisfação das suas necessidades, tanto básicas (alimentação, vestuário, moradia etc.) como outras (consumo em geral). O atendimento de tais necessidades se torna viável pelos rendimentos diretamente auferidos pelos indivíduos, seja por sua inserção no mercado, seja por intermédio das chamadas transferências governamentais, o que, ao fim e ao cabo, traduzem-se em disponibilidade de renda; ou ainda por prestações de serviços estatais gratuitos postos à sua disposição. Neste trabalho, a dimensão renda, convertida em fator renda, é representada pelo conjunto de indicadores que revelam a situação dos indivíduos em relação aos seus rendimentos⁴ e, por assim dizer, seu consequente acesso a determinados bens e serviços.

Para cada uma dessas dimensões foi proposto um conjunto de variáveis que melhor expressariam, em cada tema particular, as condições de vida da população, vale dizer, as características de pobreza de indivíduos e seus domicílios. Para proceder à análise fatorial das dimensões da pobreza na Bahia em 2010, considerando as definições já estabelecidas, selecionaram-se e agruparam-se variáveis convergentes em cada uma delas. Em seguida, tais grupos foram submetidos a procedimentos estatísticos que requereram, para sua aplicação, além dos testes de praxe, que as variáveis componentes das diversas dimensões estivessem, necessariamente, relacionadas ao mesmo fenômeno.

A partir de um banco de dados original com pouco mais de 600 variáveis, organizado pela própria equipe de trabalho, realizou-se a análise fatorial. Essa etapa adotou basicamente o seguinte formato: com base nos dados disponíveis e nas experiências de pesquisas já realizadas sobre cada tema específico, as variáveis foram selecionadas e separadas de acordo com as dimensões previamente escolhidas. A análise fatorial respeitou essa divisão estabelecida e considerou as relações entre as variáveis selecionadas e o fator latente⁵ de cada dimensão. Além de possibilitar a redução e sumarização de dados, esse processo permite, simultaneamente, observar os padrões das relações entre as variáveis do modelo.

Os procedimentos relativos à extração dos fatores correspondentes às dimensões foram similares. Inicialmente, foi estabelecida a matriz de correlações entre as variáveis indicadas. Salienta-se a importância da existência, entre as variáveis, de correlações, positivas ou negativas, para a composição dos referidos fatores. No entanto, aquelas que, em módulo, possuíam

⁴ Obtidos pela venda da sua força de trabalho, decorrente da sua própria inserção nas esferas produtivas, assim como de outras fontes quaisquer, a exemplo de programas governamentais.

⁵ Conforme Hair Júnior e outros (2009), fator latente ou construto latente é a informação que o pesquisador deseja colher, mas que não pode ser diretamente mensurada. No entanto, ela pode ser representada ou medida por uma ou mais variáveis (indicadores).

alta correlação positiva com alguma outra variável foram excluídas da análise, por já possuírem informações muito semelhantes às de outra. Esse passo objetivou reduzir o número de variáveis a serem analisadas posteriormente e, além disso, eliminar redundâncias de cálculos.

Desse modo, no âmbito da construção de cada fator foi possível identificar algumas variáveis de maior expressividade, isto é, que possuíssem maior grau de representatividade do fator latente. Esse conjunto menor de variáveis foi utilizado para obter os fatores finais, mantendo-se o caráter e a natureza das variáveis originais, porém possibilitando certa simplificação das análises subsequentes. Enfim, as variáveis mais representativas dos cinco fatores estão apresentadas no Quadro 1.

Renda
Percentual de domicílios particulares permanentes com rendimento de até 1/2 salário mínimo exclusive sem rendimento
Percentual de domicílios sem geladeira
Percentual de domicílios sem acesso à internet
Moradia
Percentual de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado
Percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário
Percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral
Demografia
Taxa de fecundidade total
Percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos
Razão de dependência
Saúde
Percentual de nascidos vivos cujas mães possuem de 1 a 3 anos de estudo
Taxa de internações (p/10.000 hab.) por diarreia
Taxa de mortalidade (p/100.000 hab.) por doença de chagas
Taxa de mortalidade (p/100.000 hab.) por tuberculose
Percentual de nascidos vivos cujas mães possuem 0 anos de estudo
Educação
Taxa de distorção idade/série – total fundamental
Taxa de distorção idade/série – total público médio
Percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta
Quadro 1
Variáveis mais representativas dos fatores

Fonte: Elaboração própria.

A partir de análises das matrizes de correlações das diversas variáveis em cada um dos seus respectivos campos (dimensões/fatores), foi possível obter os escores fatoriais⁶. Tais escores consistem, afinal, numa combinação linear das variáveis originais que os compõem e expli-

⁶ Escore fatorial é o termo técnico do indicador sintético obtido pela análise fatorial.

cam. Portanto, para cada uma das dimensões operacionalmente definidas, construiu-se um fator que resulta da síntese das variáveis a ele correspondentes. Para facilitar a leitura dos fatores resultantes, estes foram padronizados numa escala de zero a 100, sendo zero a melhor situação relativa de determinada população municipal (menor incidência do fator) e 100 a que revela sua maior vulnerabilidade, também em termos relativos (maior incidência do fator). Esse procedimento de padronização mostrou-se igualmente importante para o passo seguinte deste estudo, qual seja, a análise de agrupamentos.

A análise de agrupamentos, também conhecida como análise de *cluster*, é uma técnica estatística que possibilita a criação de grupos com base em determinadas variáveis previamente escolhidas. Os agrupamentos criados por esse procedimento são internamente consideravelmente homogêneos (seus membros revelam-se similares) e heterogêneos entre si. Após a definição dos fatores, estes foram utilizados como “variáveis sementes” para a análise de agrupamentos. Esse tipo de análise, que usa medidas de distância para determinar homogeneidades e heterogeneidades, é bastante sensível a diferentes escalas utilizadas para as variáveis. A utilização de variáveis padronizadas buscou, além de facilitar a leitura da informação, fornecer uma medida corretiva para essa questão.

Dessa forma, aqueles municípios que possuíam as mesmas características (ou características bastante similares) no que tange às diversas dimensões – representadas pelos fatores – foram agrupados segundo um mesmo perfil. Foram criados tantos grupos de municípios quantos foram necessários para maximizar a explicação contida neles, tanto em relação à homogeneidade interna quanto à diferença entre eles, resultando em cinco grupos, cada um deles com perfil diferenciado. Esse procedimento intentou responder ao propósito de observar os padrões de semelhança ou diferença entre municípios do ponto de vista da pobreza das suas populações, considerando as cinco dimensões tidas como relevantes para o estudo do fenômeno da pobreza na Bahia.

Após o tratamento dos dados pelo modelo escolhido, elaborou-se um conjunto de cartogramas para cada um dos fatores resultantes, assim como para cada uma das suas variáveis componentes representativas, levando-se em conta, para tanto, que mapear informações permite obter uma perspectiva adicional sobre os dados levantados, favorecendo a interpretação e a comparabilidade das situações nos municípios. Assim, a elaboração de cartogramas do estado para variáveis e fatores por municípios, segundo classes homogêneas, adicionou à avaliação dos dados a percepção da localização dos fenômenos, uma vez que demonstrava onde tal ou qual variável, ou fator, se apresentava de modo mais ou menos intenso.

Além disso, apresentam-se cartogramas com *clusters*, resultantes do agrupamento de municípios com perfis semelhantes, e outros, decorrentes de modelos de autocorrelação espacial de Moran. A análise de Moran auxilia na observação de padrões de contiguidade espacial, permitindo identificar, empiricamente, os locais onde as principais aglomerações para um determinado fator se manifestam (ALMEIDA, 2012). Em outras palavras, ela revela a interdependência geográfica segundo um dado atributo. Desse modo, qualquer município com

determinada característica que esteja cercado por outros municípios na mesma situação será destacado nesse cartograma específico.

Por meio da associação entre a técnica de análise fatorial e a análise de agrupamentos, foi possível estabelecer diferentes perfis para os municípios baianos frente aos fatores considerados mais diretamente relacionados à pobreza. Obteve-se, ao final, um conjunto de elementos estatísticos, gráficos e analíticos que, articulados e tratados com base em aportes teóricos que remetem a uma literatura já consolidada sobre o tema, contribuíram para a interpretação e análise da pobreza da população baiana em 2010. Por outro lado, tornou-se igualmente relevante avançar na compreensão dos cinco agrupamentos formados, desta feita à luz de outros indicadores que não aqueles empregados nos âmbitos das dimensões e dos fatores.

Partindo-se, portanto, da compreensão de que a pobreza jamais se encontra dissociada da produção da riqueza, estando ambos os fenômenos relacionados às formas como se processa a acumulação capitalista, buscou-se inicialmente identificar as principais características econômicas da estrutura produtiva de diferentes áreas do estado, sua dinâmica, assim como a magnitude de suas economias. Para tanto, selecionou-se e utilizou-se um amplo conjunto de variáveis, o que favoreceu leituras e interpretações sobre as principais características da economia do estado, assim como a identificação dos principais elementos da sua estrutura produtiva.

Entre os principais traços, já bastante estudados na literatura sobre economia baiana, destaca-se o fato de ela apresentar uma expressiva concentração econômica, que se manifesta tanto em termos setoriais – produção de bens intermediários e *commodities* agrícolas e minerais – como espaciais, situando-se nos extremos do território estadual. Com essa configuração geral em mente, observa-se que numa grande área do estado, localizado na sua parte central, as atividades econômicas mais importantes ocorrem apenas em municípios que operam regionalmente como ofertantes de serviços, enquanto os demais apresentam baixo dinamismo econômico. Esse padrão de desenvolvimento foi condicionado por diversos fatores, entre os quais o processo histórico de ocupação do território baiano, o papel desempenhado pelo Estado na dinâmica capitalista e a maneira como a Bahia se inseriu e se integrou aos fluxos nacionais e internacionais de mercadorias e serviços.

Objetivando identificar a estrutura produtiva e as características da economia baiana em seus diversos espaços, coletaram-se indicadores e variáveis revestidos das seguintes características: disponíveis para todos os municípios; oriundos de fontes confiáveis, preferencialmente oficiais; com consistência estatística; e que guardassem relação com a finalidade da investigação. Entre as diversas variáveis selecionadas como potencialmente reveladoras das estruturas produtivas e que permitissem sua observação em escala municipal estão aquelas de caráter macroeconômico. Destaca-se, nesse ponto, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal, desagregado em todos os seus principais segmentos, que servem assim como elementos de referência do processo de acumulação e que permitem identificar as principais fontes de

geração da renda municipal, vale dizer, as magnitudes econômicas setoriais nos municípios, expressas em seus valores agregados.

Em sequência, foram decompostas as variáveis que conformam o PIB dos municípios, dedicando-se especial atenção ao valor agregado da administração pública (APU). Esta variável é uma componente associada aos gastos correntes das administrações no pagamento da remuneração da sua força de trabalho dedicada à prestação de serviços públicos. A referida componente foi destacada por assumir significativa representatividade na economia dos municípios, especialmente naqueles com menor atividade econômica. Enfim, tal procedimento permite a verificação da importância dos referidos gastos na geração do valor agregado municipal, os quais assumem maior representatividade econômica à medida que setores mercantis dos municípios são mais incipientes, revelando, assim, possíveis fragilidades econômicas.

Tratando-se do estado da federação brasileira com maior contingente populacional vivendo em áreas rurais, e buscando realizar uma leitura das características do agro baiano, fez-se também necessária a utilização de informações do Censo Agropecuário de 2006, particularmente em relação à agricultura familiar. O citado levantamento é o único e mais recente divulgado pelo IBGE no qual constam informações detalhadas sobre o perfil produtivo das áreas rurais. O objetivo da utilização dessas informações censitárias foi verificar o estágio dos processos produtivos das diferentes áreas agrícolas e o possível uso de técnicas mais qualificadas, capazes de promover uma diferenciação no aumento da produtividade e dos ganhos das famílias. Nesse sentido, buscou-se identificar municípios com características agrícolas diferenciadas, a exemplo do uso de mecanização, grau de integração da produção ao mercado, existência de cooperativismo, utilização de assistência técnica, diversificação da produção ou especialização em poucos produtos.

No rol dos novos indicadores selecionados encontram-se, também, os relativos ao consumo médio residencial de energia elétrica. Ademais, incorporaram-se ainda informações sobre o percentual de trabalhadores que se dedicam à produção para o autoconsumo; o percentual de analfabetos com 15 anos ou mais que se dedicam à agricultura familiar; a proporção dos beneficiários do Programa Bolsa Família em relação à população de cada município, entre outros. Saliente-se, uma vez mais, que todos esses outros indicadores não compuseram o cálculo fatorial que deu origem aos agrupamentos segundo perfis de pobreza.

Com base nesses novos indicadores, e tendo como referência as características do desenvolvimento do estado, buscou-se levantar possíveis associações dos primeiros com a tipologia expressa nos distintos perfis de pobreza, bem como compreender as manifestações do fenômeno da pobreza nos espaços onde são operadas diferentes atividades produtivas. Para tornar possível a associação entre os referidos indicadores e os grupos conforme perfis de pobreza, adotou-se um procedimento que permitiu verificar a intensidade com que cada variável se apresentava em relação aos municípios identificados e contidos em cada grupo. Procedeu-se, em seguida, à estratificação dos indicadores em cinco intervalos de classe, elaborados

pelo procedimento de quebra natural⁷, que é o que mais gera classes com valores próximos uns dos outros, enquanto maximiza a diferença entre elas. Seu algoritmo agrupa atributos buscando o menor erro possível e assim consegue uma distribuição mais homogênea para o conjunto de observações. Portanto, os intervalos não foram definidos previamente em função da importância e/ou distribuição de frequência das variáveis. Nesse sentido, adotando-se esse procedimento não se estaria, arbitrariamente, escolhendo intervalos de classe, dado que eles tenderiam a se diferenciar em função da natureza de cada novo indicador selecionado.

De posse das citadas informações, ao filtrar as variáveis para cada grupo de municípios com seu respectivo perfil de pobreza, buscou-se identificar a preponderância com que elas se manifestavam em cada agrupamento, com base nas proporções percentuais do número de municípios contidos em cada intervalo. Esse procedimento permitiu a obtenção de um conjunto mais amplo e diverso de informações para inferências sobre as características econômicas dos municípios, por grupo, que serviram de subsídio para a análise dos seus possíveis relacionamentos com o desenvolvimento regional.

⁷ Esse procedimento foi obtido pelo ArcGIS, grupo de programas informáticos que possibilita a constituição de sistemas de informações geográficas.

PARTE I

SESP

97

Série Estudos e Pesquisas

DIMENSÕES DA POBREZA:
FATORES, VARIÁVEIS E GRUPOS

NOTAS PRELIMINARES

Esta seção, que está dividida em duas partes, tem como propósito dar a conhecer os resultados da análise fatorial e da análise de grupamentos. Na primeira, verificou-se o resultado da análise fatorial para cada uma das dimensões de pobreza aqui estudadas, operacionalizadas como fator renda, fator moradia, fator demografia, fator saúde e fator educação. Na segunda, apresentaram-se e discutiram-se os grupamentos resultantes da agregação de municípios que, considerando os fatores, revelaram características comuns entre si.

No que tange ao primeiro desses propósitos, cada fator foi tratado separadamente por meio de quatro perspectivas interpretativas complementares:

- Notas sobre a dimensão: a intenção desse item foi situar o leitor em relação ao tema em apreciação, no que tange aos aspectos da realidade passíveis de serem a ele articulados. Intentou-se, além disso, elucidar os pressupostos que nortearam a escolha de cada uma das dimensões acima mencionadas para discutir a pobreza na Bahia.
- Apresentação do fator: comentou-se o resultado da análise fatorial, no ano de 2010, apresentado em uma figura representativa do estado. Nela, o valor obtido por cada um dos 417 municípios baianos foi expresso em intervalos de classe identificados por uma escala de cores. A mais clara é indicativa de valores mais baixos – ou seja, menor intensidade de problemas relativos ao fator em apreciação –, enquanto a mais escura denota os valores mais altos – revelando os municípios em que o fator em estudo se apresentou com maior força. Por conta dos propósitos deste trabalho, destacaram-se, nas considerações elaboradas sobre os fatores, as manchas – aglomerações de municípios em que os resultados eram próximos – em que os valores/cores foram mais acentuados, bem como, conforme se fizesse pertinente, aquelas áreas em que os valores/cores foram mais tênues.
- Apresentação do *cluster*: estabeleceram-se considerações a respeito do *cluster* de cada um dos fatores, indicando as áreas nas quais havia ou não municípios contíguos com similaridade nos resultados observados.
- Discussão das variáveis mais significativas: do total de variáveis trabalhadas, algumas revelaram maior poder explicativo do fenômeno estudado. Essas, quando combinadas, corresponderam a mais de 50% do valor resultante da análise fatorial. Por isso, com o intuito de permitir maior apropriação do conteúdo dos fatores, teceram-se considerações sobre elas. Ressalta-se que esse procedimento teve fins eminentemente didáticos.

Afirma-se, portanto, que o estudo das variáveis mais significativas é algo necessário, mas insuficiente para compreender os problemas observados para cada uma das dimensões. Note-se que sempre que possível, melhor dizendo, quando os dados se fizessem disponíveis, compararam-se os valores obtidos pelos municípios em 2000 e em 2010, o que permitiu verificar a tendência da variável no período.

A análise dos grupamentos originou cinco grupos. Estes foram tratados na segunda parte desta seção com vistas a verificar algumas de suas características. Para tanto, além de esclarecer a respeito dos procedimentos que os originaram, realizou-se uma leitura geral dos resultados dos fatores para cada um deles, assim como se teceram considerações sobre sua expressão espacial. Tendo em perspectiva que tais grupos não são hierarquizáveis e que foram configurados a partir semelhanças e diferenças entre os municípios, buscou-se traçar o perfil de cada um deles a partir dos seguintes aspectos:

- (i) Demográficos: nessa seção alinharam-se informações que possibilitassem verificar o tamanho das populações envolvidas em cada um dos grupos, assim como sua distribuição por local de moradia. Também se apurou a proporção da população economicamente ativa e a participação dos grupos no porte populacional dos municípios.
- (ii) Econômicos: trabalhou-se com informações a respeito da estrutura setorial dos municípios, sendo que na sua discussão destacaram-se os dados referentes à administração pública e à produção das lavouras.

Com a descrição dos fatores e variáveis e a apresentação e discussão do perfil dos grupamentos pretendeu-se cumprir um dos propósitos deste estudo, qual seja, apresentar uma caracterização e a distribuição espacial da pobreza na Bahia a partir do levantamento de aspectos relacionados à condição de vida de seus moradores. Essa etapa do trabalho teve ainda o intuito de subsidiar análises e reflexões sobre esse fenômeno, de modo a contribuir para a elaboração de políticas públicas mais adequadas ao enfrentamento dessa problemática.

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO

É próprio das sociedades persistirem ao longo do tempo, seja repondo, transformando ou mesmo recriando condições que viabilizem sua permanência. Noutras palavras, reproduzindo-se. Seu tempo é o histórico, sendo que “[...] as datas do tempo histórico são representadas por momentos nos quais ocorreram transformações significativas na sociedade e alterações em sua capacidade de reproduzir o *statu quo ante*” (CAMARGO, 1980, p. 12). A população, por sua vez, tem um tempo que é definido pela dimensão biológica – apresenta uma carreira temporal que contempla o nascimento, desenvolvimento por meio de diversas fases de transformações biopsíquicas e termina com a morte. Entretanto, embora esses “tempos” – o social e o da população – sejam distintos, é impensável entendê-los sem articulá-los. Afinal, a dinâmica da população é resultante de uma multiplicidade de condições combinadas, ao tempo em que tem efeito nessas mesmas condições, repercutindo no devir da sociedade (CAMARGO, 1980). Nesses termos, a análise dos processos experimentados pela sociedade se faz fundamental para o entendimento daqueles verificados por uma determinada população. Paralelamente, o estudo de sua população, objeto da demografia¹, constitui-se numa condição para apreendê-la de modo mais amplo.

Cientes da importância das referidas articulações, mas sem perder de perspectiva as especificidades desse campo de estudo, Camargo (1980), Singer e Szmrecsányi (1980), Berquó (1980) e Damiani (2006) ensinaram que as informações demográficas auxiliam na compreensão e expressam dinâmicas de ordem econômica, social e cultural. O primeiro desses pesquisadores, pautando sua discussão nos interesses de reprodução da sociedade capitalista, argumentou que, em tese, há um “tamanho populacional adequado” em relação à mão de obra e ao mercado consumidor necessários à criação do valor econômico em dada sociedade num determinado contexto. Por sua vez, Singer e Szmrecsányi (1980) enfatizaram que esse “tamanho ideal” é de

¹ Esclarece-se que, como colocado por Carvalho, Sawyer e Rodrigues (1994, p. 6-7), a demografia refere-se ao estudo “[...] das populações humanas e sua evolução temporal no tocante a seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais”. Acrescentaram que as principais variáveis demográficas são o “[...] tamanho da população; distribuição por sexo, idade, estado conjugal; distribuição segundo região geográfica de residência atual, anterior e de nascimento; natalidade, fecundidade, mortalidade”. Assim, a demografia aborda os aspectos estáticos de uma população em dado momento (seu tamanho e composição) e sua evolução no temporal, atentando para a inter-relação que se estabelece entre as variáveis com as quais trabalha.

difícil determinação e que se trata de algo que deve ser observado considerando o estágio ou o modelo econômico, bem como os níveis de urbanização, de um determinado país ou região.

No fundamental, converge-se na avaliação de que a dinâmica demográfica é consequência da combinação, ao longo do tempo, de uma série de aspectos econômicos e sociais. Essa combinação resulta numa determinada dimensão e estrutura populacional que não reponde, na grande maioria das vezes, às necessidades da sociedade que a produziu². Isso porque, como postulou Berquó (1980, p. 21), “[...] a estrutura por idade e sexo, de uma população em um momento dado, é o resultado do efeito conjunto dos nascimentos, das mortes e das migrações que foram ocorrendo nos cem anos anteriores”. Nesses termos, o tamanho e a estrutura populacional existente em um determinado contexto decorrem de um largo processo histórico. Portanto, são consequências de distintos e sobrepostos momentos e necessidades dos modos de produção experimentados numa determinada sociedade.

Pautada nessa perspectiva, Damiani (2006) explica que o entendimento dos processos demográficos não pode ser restrito a uma listagem de variáveis a serem comparadas em distintas escalas espaciais e temporais. Essa é apenas uma etapa para a análise do funcionamento global da sociedade. Para a autora, com vistas a compreender uma face particular dos processos sociais, os componentes da dinâmica populacional devem ser analisados considerando a sociedade em que ocorrem.

As reflexões anteriores permitem que se concorde com Rios-Neto, Martine e Alves (2009) quando ressaltaram a importância do aspecto demográfico na formulação e avaliação de políticas públicas. Noutros termos, a combinação de informações como o crescimento demográfico, a distribuição espacial da população e a estrutura por sexo e idade é capaz de indicar demandas da sociedade por bens e serviços em geral e as oportunidades a serem aproveitadas pelos governos.

Aproximando-se a demografia da questão central deste trabalho – a pobreza –, Paz e outros (2004) asseveraram que, na América Latina, há consenso de que se trata de temas articulados. Não por acaso, desde os anos 1950, vêm sendo realizados estudos e proposições de políticas que consideram essa relação. Fundamentam-os a concepção de que “[...] *los patrones de fecundidad y mortalidad de la población pobre difieren de los correspondientes a la población no pobre; ambas variables suelen tener intensidades más altas entre los pobres*” (PAZ et al., 2004, p. 15). Em sua avaliação, tais padrões contribuem para transmissão intergeracional da pobreza. Noutros termos, entendem que

[...] *los niños nacidos en hogares pobres no son adecuadamente atendidos y, al ser muchos, su nutrición, la atención paterna y la inversión*

² Cabe relembrar que quando se fala de estrutura da população, em demografia, estão sendo referenciadas suas características em relação a idade, sexo, estado civil, condição de atividade, localização espacial dos indivíduos, entre outros. Acrescente-se que “[...] *la edad y el sexo son las características básicas de una población, y la composición da la población según éstas tiene importantes repercusiones sobre los fenómenos demográficos y socioeconómicos*” (CENTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE DEMOGRAFIA, 2012, p. 17).

hecha en cada uno de ellos en educación y salud resulta escasa en términos absolutos y relativos; por ello. Al llegar a adultos están en una situación desventajosa para su inserción adecuada en el mercado laboral y tienden a replicar la condición de pobreza de sus progenitores. (PAZ et al., 2004, p. 16).

É possível dizer, portanto, que compreender as características demográficas da população é um meio de aproximação “[...] dos dramas humanos, nascidos das contradições e constrangimentos recentes de nossa sociedade, e das relações e valores, que de maneira deteriorada ou não, são preservados, definindo os termos de reprodução da vida e da morte” (DAMIANI, 2006, p. 46).

FATOR DEMOGRAFIA

Entre os aspectos que caracterizam a dinâmica sociodemográfica da Bahia tem-se a histórica concentração de uma significativa parcela da população em poucos municípios, a tardia urbanização – quando comparada ao que ocorreu em outras unidades da federação que apresentavam similaridades socioeconômicas – e o elevado contingente que reside nas áreas rurais – historicamente, o maior do Brasil (DIAS; ARAÚJO; VIDAL, 2011; LOPES, 2003). Igualmente, denota-se, a partir da década de 1990, a aceleração da urbanização, a generalização do envelhecimento populacional e a redução dos níveis de fecundidade, o que, todavia, revela ritmos particulares nas distintas regiões do estado. Além disso, evidenciam interferência nos processos de reprodução da população os níveis de escolaridade e renda e o local de residência (urbano ou rural) (BELAS, 2003; SOUZA; MURICY, 2001).

Abordar a questão demográfica no estado, portanto, implica considerar que há processos em curso que, embora estejam disseminados no seu território, revelam especificidades que podem ser articuladas às condições de vida de sua população. Portanto, na operacionalização dessa dimensão da realidade num estudo sobre a pobreza – ou seja, para a construção do Fator Demografia –, compreende-se ser indispensável considerar indicadores que, combinados, permitam obter informações sobre aspectos das condições de reprodução social, das tendências de distribuição espacial da população e que sinalizem para futuros padrões.

O resultado do procedimento que possibilitou a combinação de um amplo conjunto de indicadores – extraídos do Censo Demográfico de 2010 – que permitissem obter informações sobre os aspectos acima mencionados³ pode ser verificado na Figura 1D. Nela, evidenciam-se importantes aglomerações contíguas de municípios nas quais as questões demográficas se revelam de maior expressão. Noutras palavras, onde o Fator Demografia é superior a 69,71. Uma delas estava no entorno do Rio São Francisco (D1), sendo composta, entre outros, por Sento Sé, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Xique-Xique, Brotas de Macaúbas, Barra, Muquém do

³ Maiores explicações, ver o texto que trata dos procedimentos metodológicos deste trabalho.

São Francisco, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Carinhanha, Malhada e Campo Alegre de Lourdes, que apresentaram valores oscilando entre 51,61 e 69,70. Estavam nessa mesma área, além dos já citados, outros municípios em que a incidência do fator em apreciação também era relativamente significativa.

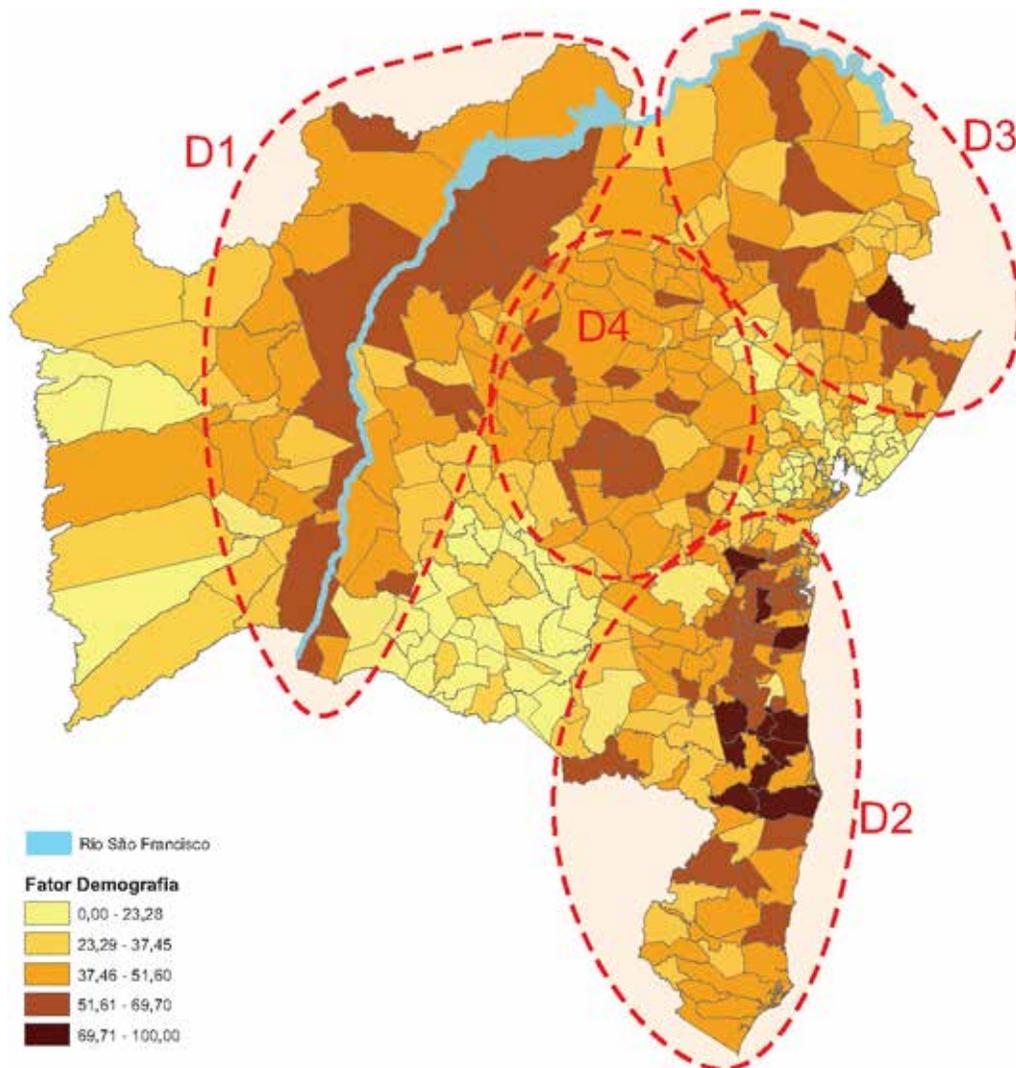


Figura 1D
Distribuição espacial do Fator Demografia nos municípios – Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

No litoral sul baiano identificou-se outra mancha (D2). Nesta, excetuando-se Itabuna (que obteve valor igual a 14,00), havia municípios cujos valores registrados foram variados. Todavia, nessa área estava o maior aglomerado de unidades cujos valores oscilavam entre 69,71 e

100,00. Observe-se que, na Bahia, em 14 municípios, registraram-se resultados nesse intervalo, dos quais Arataca, Belmonte, Ibirapitanga, Itacaré, Itaju do Colônia, Itamari, Itapebi, Itapicuru, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Una e Wenceslau Guimarães compunham a mancha aqui designada por D2.

Desse modo, apenas um deles, Itapicuru, situava-se em outra porção do estado, no nordeste, integrando a mancha D3. Nesta, também revelaram valores significativos Abaré, Chorrochó, Canudos, Cansanção, Quijingue, Araci, Rio Real, Aporá e Conde.

Considerando-se fundamentalmente a localização, assinala-se que essa mancha agrega municípios litorâneos, assim como os que fazem limite e articulação significativa com o estado de Sergipe, e os que, mais ao norte, têm seus modos de vida e produção relacionados às dinâmicas engendradas pelas secas.

Situada totalmente no semiárido, a mancha D4 é configurada por duas aglomerações que não guardam contiguidade: de uma fazem parte Andaraí, Nova Redenção, Lajedinho, Ibiquera e Boa Vista do Tupim; de outra, América Dourada, Cafarnaum, Canarana e Bonito. Assim como esses, ainda na porção central do semiárido baiano, Caém, Macajuba e Tapiramutá registraram valores oscilando entre 51,61 a 69,70.

É possível verificar que, entre a mancha D4 e o limite do estado com Minas Gerais, o Fator Demografia revelou menor intensidade (Figura 1D). Semelhante situação apareceu também no oeste baiano, na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e seu entorno, bem como nos municípios do recôncavo.

CLUSTER DEMOGRAFIA

A análise do *cluster* (Figura 2D) informa, por uma abordagem metodológica que se distingue da acima realizada, sobre a localização de aglomerados em municípios onde se registraram valores elevados para o Fator Demografia. Essa situação, sinalizada como alto-alto, estava presente, em 2010, nos litorais sul e norte e no médio São Francisco.

Em contraposição, considerando esses mesmos indicadores, havia convergência positiva entre aqueles situados próximos a Salvador e seu recôncavo, a Feira de Santana e no sudoeste. Noutros termos, nessas áreas encontrou-se um conjunto contíguo de municípios nos quais a incidência do Fator Demografia foi reduzida em relação ao conjunto estadual, caracterizando um padrão que, de acordo com o modelo de Moran, é identificado como baixo-baixo.

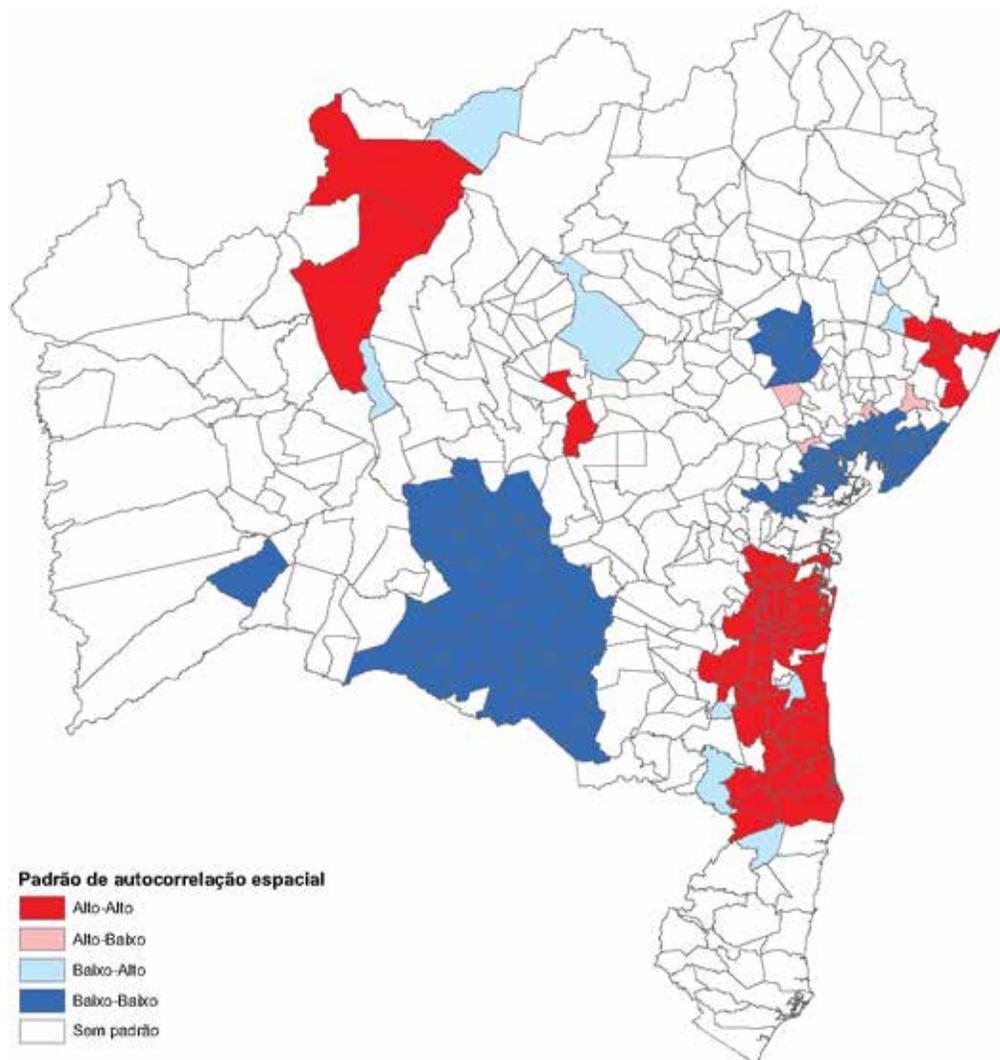


Figura 2D
Aglomerações espaciais do Fator Demografia, segundo a técnica de Moran Local
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

VARIÁVEIS RELEVANTES

O intuito deste ponto do trabalho é realizar considerações a respeito das variáveis que se revelaram mais expressivas na delimitação do Fator Demografia: a taxa de fecundidade total, o percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos e a razão de dependência. Como esses dados estavam disponíveis para os anos de 2000 e 2010, tratou-se de sua evolução nesse

período. Note-se que essas variáveis, combinadas, responderam por 65,51% do Fator Demografia, tendo, portanto, papel importante – embora não decisivo – na indicação da maior ou menor intensidade dos aspectos demográficos relacionados ao fenômeno da pobreza na Bahia em 2010. Além disso, sumarizaram-se ideias sobre seu significado e das tendências por elas reveladas em outras escalas espaciais.

Taxa de fecundidade total dos municípios baianos

A taxa de fecundidade total (TFT), um dos principais indicadores para a compreensão da dinâmica demográfica, corresponde ao número médio de filhos nascidos vivos que as mulheres residentes em um determinado espaço teriam ao longo de sua carreira reprodutiva, que, em termos teóricos, é definida como entre 15 e 49 anos⁴. Em outras palavras, expressa o resultado da capacidade reprodutiva das mulheres, considerando uma coorte específica⁵.

Para melhor compreendê-la, é preciso considerar que a TFT decorre de um conjunto de fatores vinculados ao nível de desenvolvimento da sociedade (o que inclui os cuidados com a saúde materna e infantil) e seus valores culturais (que incidem sobre o Estado e, conseqüentemente, no perfil das políticas públicas). Do mesmo modo, influenciam-na a idade, escolaridade e classe social das mulheres, bem como o contexto social e temporal em que vivem (SOUZA; MURICY, 2001). Por conseguinte, sua análise permite levantar hipóteses sobre o comportamento reprodutivo das gerações atuais e futuras, seu tamanho e a estrutura demográfica. Desse modo, essa taxa resulta em um importante subsídio para o planejamento.

Em diferentes países do mundo, afirma-se a redução generalizada dos níveis de fecundidade. Contudo, de acordo com Paz e outros (2004, p. 17), assim como em décadas passadas, “[...] *los grupos socioeconômicos más favorecidos son los que han reducido con mayor fuerza la fecundidad, ensanchando las brechas socioeconômicas de la reproducción*”. Dessa forma, os grupos sociais que têm recursos mais escassos eram exatamente aqueles em que o processo de transição demográfica operava mais lentamente. Essa observação se faz relevante, pois, como é sabido, sobretudo em países de capitalismo periférico, onde a rede de proteção social é reduzida, proles numerosas implicam diretamente a diminuição da capacidade de consumo dos lares e do nível de bem-estar dos que neles vivem.

⁴ É importante ter em conta que o significado do termo fecundidade difere do de natalidade e do de fertilidade: natalidade se refere à relação entre os nascidos vivos e a população total; já fertilidade diz respeito ao potencial reprodutivo das mulheres (CARVALHO, SAWYER, RODRIGUES, 1994).

⁵ O termo coorte designa um conjunto de indivíduos que reúnem características comuns e que são observados durante um período de tempo com o objetivo de estudar sua evolução.

De igual maneira, evidenciou-se o declínio sucessivo das taxas de fecundidade no Brasil. Porém, esse processo apresenta diferenciações de ritmo conforme o grupo social ou o recorte espacial analisado (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2012; MOREIRA; FUSCO, 2012)⁶.

Os estudos de Souza (2005) revelaram que, na Bahia, as tendências foram convergentes com a totalidade nacional. Essa estudiosa demonstrou a acentuada diminuição dos níveis de fecundidade, algo que se generalizou, seja nas distintas classes sociais, seja nas áreas rurais ou urbanas, mas em ritmos diferenciados. Avaliou, por exemplo, que a coorte formada pelas mulheres menos escolarizadas vem observando as mais acentuadas quedas do nível da fecundidade, ainda que permaneça como o segmento no qual se registram as TFTs mais altas. Além disso, apurou que as mulheres com menos anos de estudo tendem a ter filhos mais precocemente do que as mais escolarizadas.

No que diz respeito às taxas do estado, em 1970, a média de filhos nascidos vivos por mulher em idade reprodutiva era de 7,5 (SOUZA; MURICY, 2001). Em 2000, equivalia a 2,5, e em 2010, a 2,03. Assim, nesse último ano, a TFT da Bahia situava-se num patamar inferior àquele que indica a reposição de população – 2,10 (MOREIRA; FUSCO, 2012). No entanto, esses números, como Souza e Muricy (2001, p. 11) destacaram, se referem a médias globais e não informam sobre as diferenças socioespaciais do fenômeno. Dessa forma, “[...] deixam uma falsa impressão de que o declínio da fecundidade, assim como as mudanças nos padrões de procriação que o determinam, teria ocorrido de modo súbito”.

Com base nesses argumentos, nota-se ser importante tecer considerações a respeito das tendências apresentadas pelos municípios desse estado no que tange à TFT. No ano 2000, dois deles registraram valores menores que 2,10 (Tabela 1D): Salvador (1,69) – única da Bahia com mais de 1 milhão de habitantes e uma das mais importantes capitais brasileiras – e Vitória da Conquista (2,07).

Nesse mesmo ano, 74 municípios registraram TFT abaixo ou igual à média baiana (2,50 filhos nascidos vivos por mulher de 15 a 49 anos). Entre eles figuravam unidades que se destacavam entre os principais expoentes populacionais e econômicos do estado, a exemplo de Feira de Santana, Camaçari, Itabuna, Ilhéus e Paulo Afonso. Igualmente constavam desse grupo Macururé, Tanquinho, Muniz Ferreira e Abaíra, entre outros, que detinham contingente reduzido e pequena participação relativa no total das riquezas produzidas.

⁶ Miranda-Ribeiro e Garcia (2012) asseveraram que o comportamento reprodutivo das brasileiras apresenta significativos diferenciais quando se comparam o número médio de anos de estudo e a quantidade de filhos tidos. Moreira e Fusco (2012) afirmaram que as TFTs das grandes regiões do Brasil vêm convergindo com a média nacional, com todas elas registrando retração entre 2000 e 2010. No ano de 2000, quando a taxa de fecundidade do país equivalia a 2,38%, nenhuma das regiões registrava valores inferiores a 2,1% – o que denotaria níveis de fecundidade insuficientes para assegurar a reposição da população. Já em 2010, apenas no Norte a taxa superou esse valor (correspondia a 2,47%). Tratando em particular do Nordeste, os autores apontam para a diminuição da fecundidade em todos seus estados, sendo a menor aquela registrada em Pernambuco e a maior a do Maranhão (1,90% e 2,50%, respectivamente).

Tabela 1D
Quantidade de municípios por faixa da taxa de fecundidade total
Bahia – 2000/2010

TFT	Quantidade de municípios			
	Valores absolutos		Valores relativos (%)	
	2000	2010	2000	2010
1,69 - 2,10	2	109	0,48	26,14
2,11 - 2,35	34	80	8,19	19,18
2,36 - 2,80	133	141	32,05	33,81
2,81 - 3,49	166	59	40,00	14,15
3,50 - 5,10	80	28	19,28	6,71
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, 2010 (2012).

Por outro lado, em 80 unidades municipais (cerca de 20% do total), as taxas estavam além de 3,5, sendo que Itaguaçu da Bahia, Araci e Cardeal da Silva registraram mais de cinco filhos por mulher em idade reprodutiva, apresentando, nessa ocasião, os maiores valores do estado.

Conforme se nota na Tabela 1D, em 2000, em 166 municípios (40% do total estadual), as taxas de fecundidade variaram entre 2,81 e 3,49. Participavam desse conjunto, sobretudo, unidades de pequeno porte (com menos de 20 mil habitantes), tais como Cabaceiras do Paraguaçu, Barro Alto, Boninal, São Gabriel, Guajeru e Abaré. Entretanto, ainda que em menor quantidade, também municípios de médio porte (entre 50 mil e 100 mil residentes) registraram valores nesse intervalo, a exemplo de Casa Nova, Campo Formoso e Conceição do Coité.

Em 2010, confirmando a difusão da queda dos níveis de fecundidade, a Bahia e 109 de suas unidades municipais registraram TFT igual ou abaixo do nível de reposição da população. Noutros termos, 26,14% delas apresentaram taxas inferiores a 2,10 (Tabela 1D). Assinala-se que, se em 2000, Salvador revelou a menor TFT, em 2010, essa posição pertenceu a Rio de Contas, situado na Chapada Diamantina, com 1,00, contando com 13.935 moradores. Além dele, mais seis municípios apresentaram taxas inferiores à da capital baiana – Jussiape, Cruz das Almas, Brumado, Abaíra, Cordeiros e Riachão do Jacuípe –, e um, Mata de São João, obteve valor igual: 1,49 filho nascido vivo por mulher de 15 a 49 anos.

Menciona-se, ademais, que em 88 municípios os percentuais registrados foram menores ou iguais à média estadual nesse mesmo ano – 2,03 filhos por mulher.

Na mesma ocasião, 28 municípios (6,71%) registraram valores acima de 3,49, e a maior taxa de fecundidade foi de 4,70, observada em Mascote. Além desse, 13 municípios apresentaram valores acima de 4,00: São José da Vitória, Belmonte, Itapicuru, Wenceslau Guimarães, Una, Itacaré, Pau Brasil, Ibirapitanga, Itapebi, Santa Luzia, Itamari, Itaju do Colônia e Arataca.

Pela análise da Tabela 1D, tem-se que aumentou expressivamente a participação dos municípios nas faixas em que estavam aqueles com as menores taxas de fecundidade (de 1,69 a

2,35 filhos por mulher) vis-à-vis a redução daqueles onde se encontravam as maiores TFTs. Nesses termos, nota-se que um grande número de unidades municipais diminuiu os níveis de fecundidade entre 2000 e 2010. Ressalta-se que, nesse período, apenas em 16% delas ocorreu elevação das taxas. Os maiores incrementos foram os registrados em Mascote (de 3,17 para 4,70), Belmonte (de 2,52 para 4,06) e Una (de 2,38 para 4,13). Também merece atenção a elevação observada em Paulo Afonso (de 2,36 para 2,45) e em Ilhéus (de 2,21 para 2,54).

A comparação das figuras 3D e 4D confirma a mencionada redução e, além disso, indica uma alteração na expressão espacial desse fenômeno nos anos em avaliação.

Em 2000, as maiores taxas estavam em municípios da porção nordeste e do litoral norte, assim como no oeste e no centro da Bahia. Esses formavam uma mancha contígua de unidades em que a TFT superava os 2,81. Também se vê que havia um pequeno aglomerado no sul do estado no qual as taxas estavam acima de 3,50 filhos por mulher (Figura 3D). Em 2010, destaca-se uma mancha significativa no sul do estado. No litoral norte e no centro, há, comparativamente a 2000, persistências de valores altos em alguns municípios (Figura 4D).

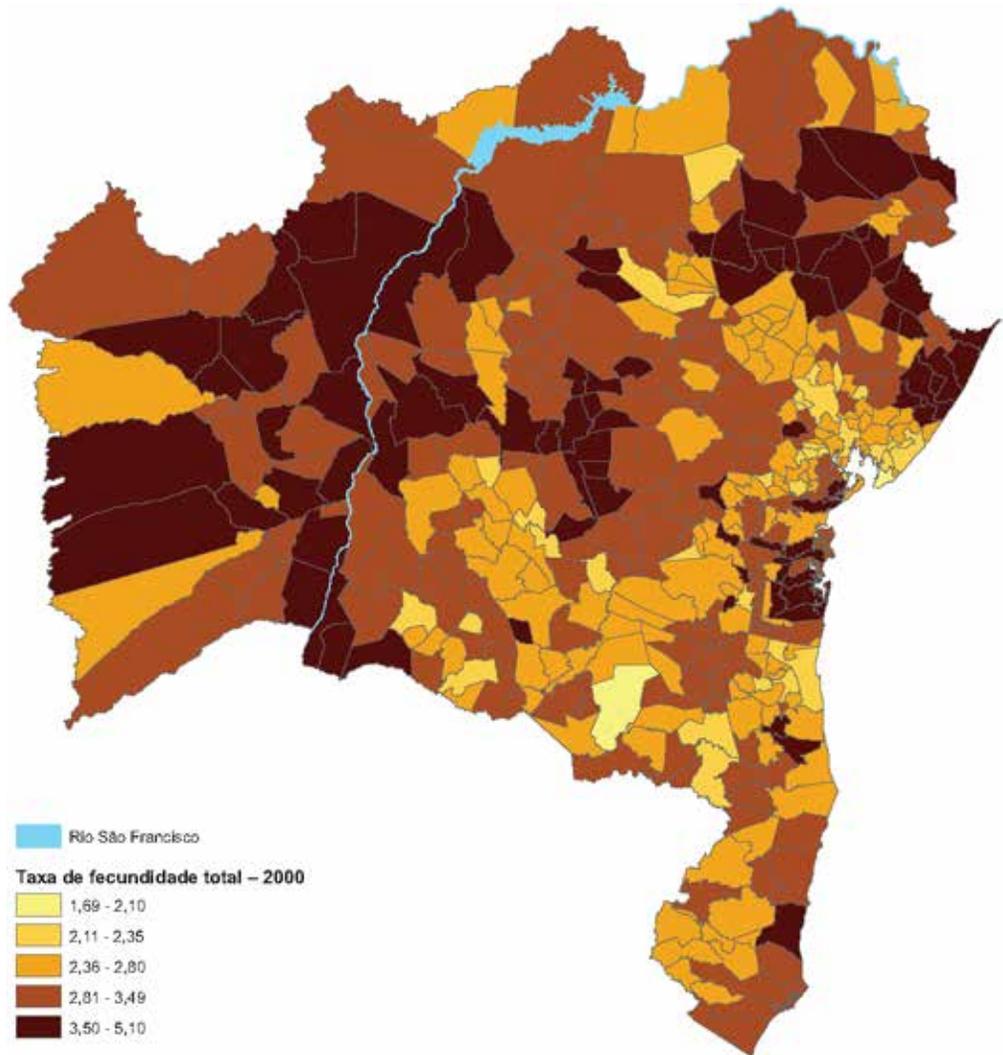


Figura 3D
Distribuição espacial da taxa de fecundidade total
Bahia – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

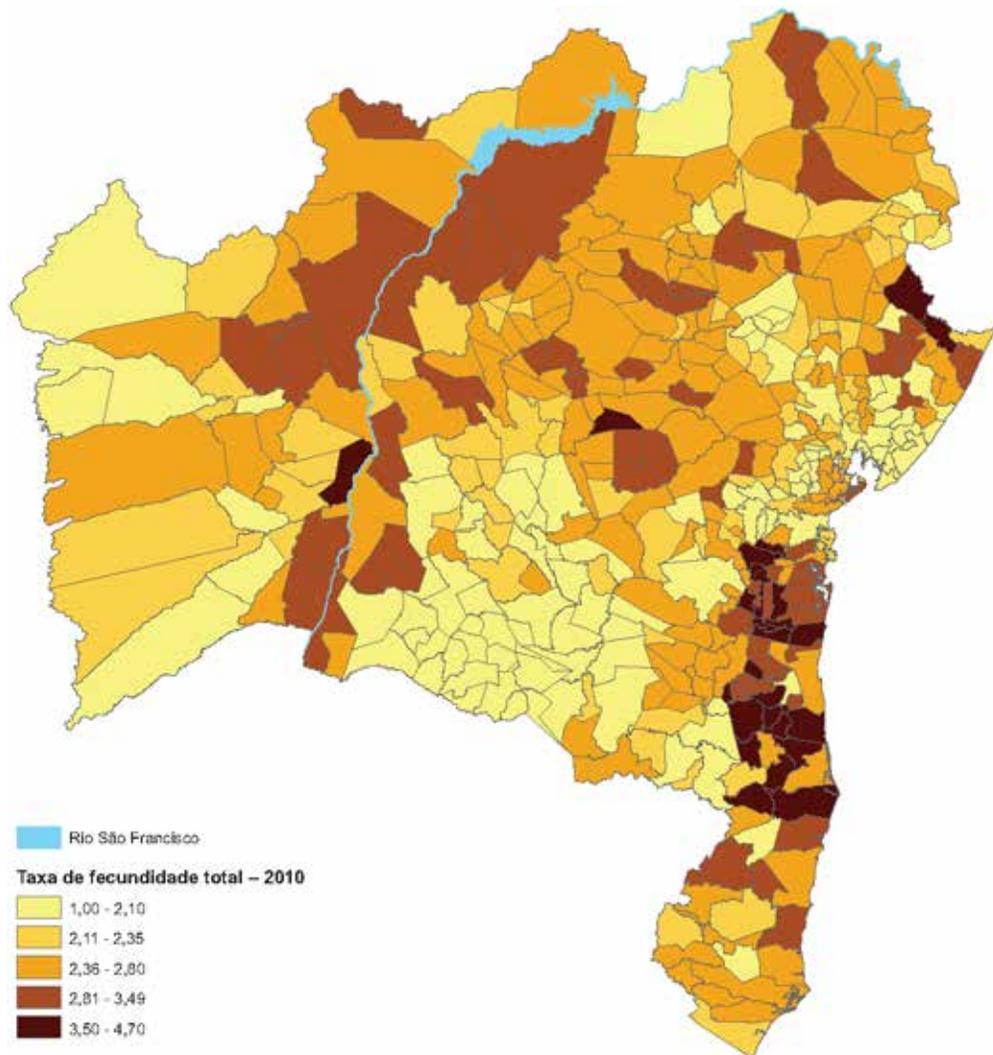


Figura 4D
Distribuição espacial da taxa de fecundidade total
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

Percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos⁷

A adolescência, na civilização ocidental moderna, é concebida como o momento em que se faz a transição da fase infantil à adulta, o que implica alterações no comportamento, no psiquismo e na vida social dos indivíduos. É também a fase do despertar e do desenvolvimento

⁷ Trabalhou-se, neste estudo, com a proporção de mulheres de 15 a 17 anos com filhos nascidos vivos em relação ao total de mulheres desse mesmo grupo etário.

da sexualidade, algo por vezes associado à iniciação sexual, à gravidez e à constituição de famílias. De acordo com Brandão e Heilborn (2006), nas últimas décadas, esse percurso tem observado alterações em diferentes aspectos⁸, o que vem repercutindo, em relação a gerações passadas, no adiamento da independência econômica ou da emancipação juvenil. Por outro lado, a busca da autonomia, característica típica dessa etapa da vida, se mantém.

Essas situações demarcam o contexto em que se deve pensar a elevação da fecundidade em idades precoces, algo que não se restringe ao Brasil e vem sendo discutido por diferentes autores.

Estudando a América Latina e o Caribe, Vignoli (2003) afirmou que, entre os anos 1970 e 2000, houve uma elevação da quantidade de mulheres com menos de 18 anos que tiveram filhos, e, além disso, que mesmo em países onde os níveis de fecundidade se revelaram baixos, a incidência da gravidez precoce ampliou-se. Paz e outros (2004), tratando desse mesmo contexto espacial, indicaram que o grupo etário formado por mulheres com menos de 20 anos, em particular o composto por jovens de 15 a 17 anos, registrou propensão inversa. Para esses pesquisadores, tal informação aponta para a necessidade de analisar a relação entre a quantidade de adolescentes com filhos e a pobreza e entre a maternidade precoce e suas consequências para as mães, filhos e suas famílias.

No Brasil, nos últimos 20 anos, aumentaram tanto a fecundidade quanto o número de filhos entre as mulheres com 15 a 19 anos, fato que contrasta com o que acontece com os grupos etários mais envelhecidos. Conforme Berquó e Cavenaghi (2004), essa situação resulta no processo de rejuvenescimento da fecundidade. Até porque, no interior desse grupo, em 1991-2000, cresceu a proporção de mães com 15, 16 e 17 anos e declinou a importância relativa daquelas com 18 e 19 anos. Importa assinalar que as mulheres com menores níveis de escolaridade e renda foram as mais representativas nesse conjunto.

Alguns autores, como Dias e Aquino (2006) e Chacham, Simão e Caetano (2012), observaram, todavia, que tal rejuvenescimento não deve ser considerado como consequência exclusiva da pobreza. Em sua perspectiva, cabe relativizar e questionar a associação direta entre gravidez na adolescência, problemas sociais e perpetuação do ciclo da pobreza. Afirmaram que, para compreender os processos em curso, é necessário ampliar a discussão sobre o conjunto de aspectos que envolvem as condições de vida dos jovens de segmentos sociais de menor renda, inclusive no que tange a seus valores culturais, comportamentais e às alternativas mais comuns que a eles se apresentam.

Estudos sobre a Bahia comprovaram que, desde 1970, vem se observando a diminuição do número médio de filhos nascidos vivos em diferentes segmentos etários, exceto entre as

⁸ Ressalta-se que questões relacionadas à vivência da adolescência guardam diferenças que se articulam, entre outros, ao nível socioeconômico, às diferenças raciais ou étnicas e de gênero dos jovens. Outro ponto a destacar é que a transição à vida adulta, na atualidade, ocorre em um contexto em que há difusão de tecnologias de informação, mudanças nos hábitos de consumo, disseminação de valores hedonistas, ampliação dos níveis e formas de violência, desagregação dos laços sociais, entre outros (BRANDÃO; HEILBORN, 2006).

mulheres de 15 a 19 anos. De igual maneira, revelaram que o rejuvenescimento da fecundidade de sua população contou com a ampliação do percentual de mães de 15 a 19 anos que contavam oito ou mais anos de estudo (SOUZA; MURICY, 2001).

Dito de outro modo, entre as jovens mais escolarizadas, houve a incorporação de práticas que levaram a um início precoce da constituição de proles – algo mais comum, historicamente, aos segmentos sociais de mais baixa renda e de menor quantidade de anos de estudo. Em relação às causas desse processo, tem sido mencionado o início precoce da vida sexual e a baixa frequência de uso de anticoncepcionais (SOUZA; MURICY, 2001). Avaliando tais resultados, parece equivocado atribuir o crescimento do número de mulheres de 15 a 19 anos com filhos somente à falta de informação. Ele pode ser consequência de decisões individuais (CHACHAM; SIMÃO; CAETANO, 2012), bem como do fato de que o conhecimento de meios e técnicas contraceptivas não implica, necessariamente, sua incorporação nas práticas sexuais (SOUZA; MURICY, 2001).

Com base nessas argumentações, verifica-se que, em 2000-2010, o percentual de mulheres baianas de 15 a 17 anos com filhos reduziu-se de 25,84% para 21,10%. Todavia, quando se trabalhou com os dados obtidos em seus municípios, viu-se que em 198 deles houve aumento na quantidade relativa de adolescentes com filhos nesse mesmo período.

Em 2000, em Caturama, Gavião, Malhada de Pedras e Tanque Novo, não houve registro de mulheres com filhos que tivessem entre 15 e 17 anos. Em Aracatu e Rio de Contas, os percentuais foram inferiores a 1,00%. Na Tabela 2D, nota-se que 76 municípios (ou 18,31% do total) apresentaram percentuais entre 0,00% e 4,50%. Entre esses, os mais populosos, nesse mesmo ano, eram Caetité, com 40.380 residentes, e Santo Estêvão, com 37.007 moradores. Em relação aos demais, estavam próximos ao estado de Pernambuco, Uauá e Rodelas; fazendo limite com o Piauí, Santa Rita de Cássia; na divisa com Minas Gerais, Cocos, Cordeiros e Condeúba; no centro do semiárido, Baixa Grande e São Gabriel; no litoral sul, Alcobaça; e no litoral norte, Jandaíra.

Identifica-se, contudo, que um quantitativo mais significativo de municípios registrou percentuais de jovens com filhos entre 4,51% e 7,40% (101 deles correspondendo a 24,10% do estado) ou entre 10,41% e 14,10% (103, ou 24,82% do total). Na primeira dessas categorias, estavam unidades de pequeno porte, como Ibiquera, Ichu e Caetanos, bem como a capital baiana. Na segunda, havia municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas e Itabuna – todos com população e papel significativo na rede urbana –, e um grupo daqueles que não dispunham de níveis de centralidades que fossem além da escala local (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Em relação aos 42 municípios que registraram os maiores valores em 2000 (acima de 14,10%), em cinco, a participação de mulheres de 15 a 17 anos com filhos superava os 20%: Una, Mucuri, Maiquinique, Santa Cruz Cabrália e Barra do Rocha. Na Figura 5D, nota-se que, nesse ano, os municípios que apresentaram esses percentuais localizam-se no sul e na região do médio

São Francisco. Já no sudoeste, encontram-se aqueles nos quais os resultados foram menos representativos.

Percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos	Quantidade de municípios			
	Valores absolutos		Valores relativos (%)	
	2000	2010*	2000	2010*
0,00-4,50	76	79	18,31	18,94
4,51 - 7,40	101	100	24,34	23,98
7,41 - 10,40	103	116	24,82	27,82
10,41 - 14,10	94	87	22,65	20,86
14,11 - 25,84	42	35	10,12	8,39
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, 2010 (2012).

(*) Informações extraídas dos microdados do Censo Demográfico de 2010, em 22/10/2012.

Em 2010, não registraram jovens do grupo etário em questão com filhos Contendas do Sincorá, Jussiape e Tanque Novo, sendo que esse último manteve a situação de 2000. Em mais 73 municípios, as taxas oscilaram entre 0,00 e 4,50%. Os integrantes dessa categoria apresentavam portes demográficos variados, sendo que o maior deles era Serrinha, com aproximadamente 77 mil moradores, e o menor, Lajedão, com 3.733 habitantes.

As categorias que agregavam os mais elevados quantitativos de municípios permaneceram as mesmas de 2000. Com percentuais de 4,51% a 7,40%, eram 23,98% das unidades, e com 4,41% a 10,40%, eram 27,82% do total (Tabela 2D). No primeiro conjunto, pode-se mencionar, entre outros, Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Lauro de Freitas, Jequié e Simões Filho, que figuravam entre os 16 municípios do estado com mais de 100 mil habitantes, e Ribeira do Amparo, Sítio do Quinto, Iuiu, Itanagra e Firmino Alves, todos com menos de 15 mil residentes. Do segundo, constam Aiquara, Ibiquera, Gongogi, Várzea do Poço e Lamarão, com menos de 10 mil residentes, e Barreiras, Alagoinhas, Juazeiro e Camaçari, com contingentes que estavam entre 137 mil e 243 mil pessoas. Em relação aos municípios desses grupos, pode-se dizer também que se encontravam dispersos na Bahia (Figura 5D).

Situação distinta revelaram os que apresentaram participações relativas de mães de 15 a 17 anos variando entre 10,41% a 14,10%. Na Figura 6D, vê-se que parte desse conjunto forma uma mancha contínua no sul do estado, a exemplo do que acontecia com Eunápolis, Porto Seguro e Teixeira de Freitas – todos com importantes papéis na rede urbana baiana. Ainda considerando os integrantes dessa categoria, evidencia-se outro agrupamento na divisa da Bahia com outros estados nordestinos. Participava dele Paulo Afonso, proeminente em termos econômicos e populacionais, com 12,10% do total de suas jovens de 15 a 17 anos tendo filhos.

Quanto aos 35 municípios que tiveram os percentuais mais elevados (de 14,11% a 21,10%), em três registraram-se valores que superavam os 20%: Nova Canaã, Pirai do Norte e, novamente, Una. A maioria dos que integram esse conjunto localiza-se no sul baiano, próximo a outros que registraram valores igualmente consideráveis (entre 10,41% e 14,10%).

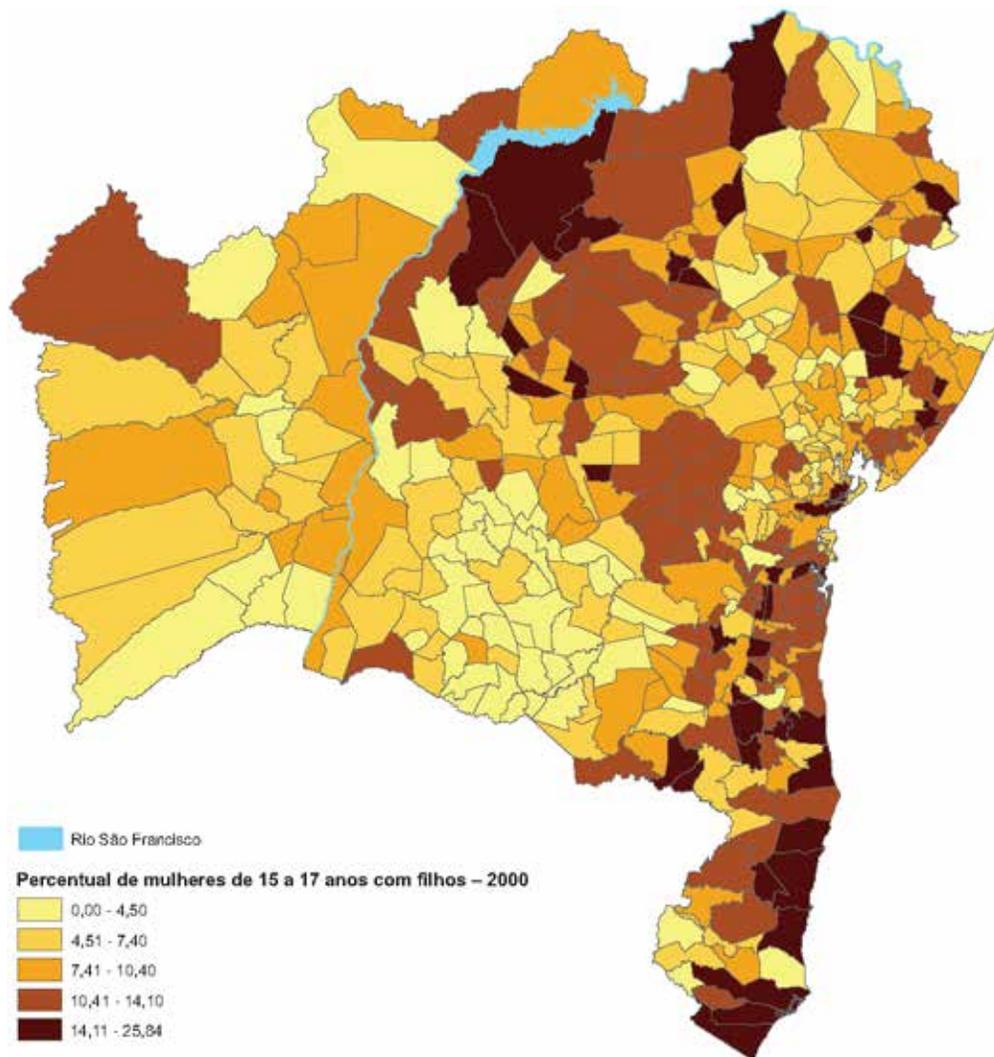


Figura 5D
Distribuição espacial do percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos
Bahia – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

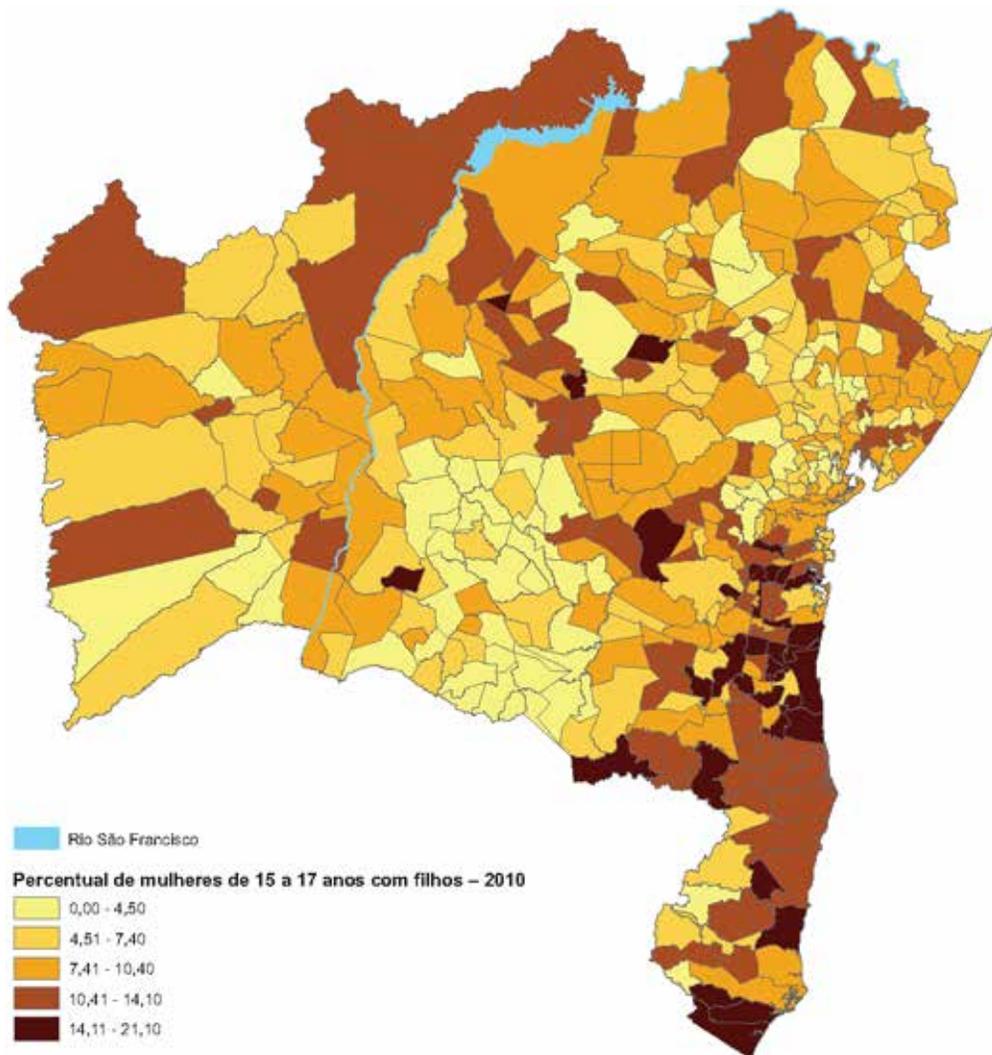


Figura 6D
Distribuição espacial do percentual de mulheres de 15 a 17 anos com filhos
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

É possível, pelas informações aqui citadas, verificar que houve arrefecimento dos contingentes de mães adolescentes na maioria dos municípios baianos – diferindo de tendências nacionais antes mencionadas – e que no sul havia a maior quantidade de municípios com altas proporções de mulheres de 15 a 17 anos com filhos. Além disso, nota-se que os menores percentuais foram registrados em unidades com reduzido tamanho demográfico, tanto em 2000 quanto em 2010.

Razão de dependência

A razão de dependência é um indicador que se refere à importância relativa da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) em relação àquela potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Por meio dele, portanto, tem-se uma aproximação da quantidade de indivíduos dependentes, inclusive em termos dos encargos sociais, daqueles em idade produtiva. Seu fundamento é que “[...] os dependentes, teoricamente, consumiriam mais do que produzem e a população adulta produz mais do que consome. Essa seria a relação básica de dependência entre as gerações” (BRITO, 2008, p. 17). Assim, embora não capte questões circunstanciais (como a incorporação de jovens adolescentes ou de idosos ao mercado de trabalho ou crises de desemprego), consiste num subsídio para a elaboração de políticas públicas de saúde e de previdência social, ao tempo em que sinaliza processos de rejuvenescimento ou envelhecimento populacional (REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE, 2002).

Rios-Neto (2005) e Brito (2008) averiguaram que, no Brasil, entre 1980 e 2000, em especial nos anos 1990, houve um significativo declínio da razão de dependência, algo relacionado à diminuição da participação do segmento infantil na população ativa⁹. Tem-se que, em 1980, tal razão equivalia a 73,04%; em 1991, a 65,81%; e em 2010, a 50,59%. Dados da Rede Intergencial de Informações para a Saúde (2002) confirmam que essa redução se estendeu a todas as regiões, inclusive ao Nordeste, que, em 1991, revelou uma razão de dependência da ordem de 80,06%; em 2000, ela era igual a 63,46%; e em 2010, correspondia 50,94%.

Na Bahia, a razão de dependência declinou de 80,06% para 60,54% e, posteriormente, para 48,92%, respectivamente em 1991, 2000 e 2010. Analisando os dados de seus municípios para os anos 2000 e 2010, afirma-se que tal retração foi significativamente disseminada entre eles. Isso porque, nesse intervalo temporal, apenas três deles elevaram seus percentuais: Jussiapé, Lafaiete Coutinho e Mirante. Além disso, no primeiro desses anos, apenas um município, Salvador, registrou razão de dependência inferior a 46,88%. Em 2010, foram 30 (7,19% dos municípios) nessa mesma situação, entre os quais estavam os metropolitanos Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Candeias, Simões Filho e Dias D’Ávila, assim como unidades do semiárido – a exemplo de Valente –, do oeste – como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães –, e do sul – caso de Itabuna.

Em tendência inversa, o quantitativo de unidades que registraram participações elevadas diminuiu expressivamente na década. Em 2000, em 355 delas, a razão de dependência ficava entre 60,48% e 88,20%, sendo que em 164, os valores oscilaram entre 60,48% e 68,87%, e em 191 municípios, entre 68,88% e 88,20% (Tabela 3D). Nesse último grupo, com valores que superavam os 80%, estavam municípios como Barra (que apresentou o maior percentual nesse

⁹ É válido lembrar que esse indicador é sensível ao aumento ou à diminuição tanto da proporção de crianças quanto da de idosos. Desse modo, tendo em vista o processo de envelhecimento da população observado no país, projeta-se uma elevação da razão de dependência nas próximas décadas, mais precisamente, entre 2025 e 2050 (RIOS-NETO, 2005; BRITO, 2008).

ano), Serra do Ramalho e Muquém do São Francisco, nas margens do Rio São Francisco; Pilão Arcado e Ribeira do Amparo, no nordeste do estado; e Conde e Jandaíra, no litoral norte.

Tabela 3D
Quantidade de municípios por faixa de razão de dependência
Bahia – 2000/2010

Faixa de razão de dependência	Quantidade de municípios			
	Valores absolutos		Valores relativos (%)	
	2000	2010	2000	2010
36,61 - 46,88	1	30	0,24	7,19
46,89 - 51,93	5	84	1,20	20,14
51,94 - 56,23	19	126	4,58	30,22
56,24 - 60,47	35	105	8,43	25,18
60,48 - 68,87	164	72	39,52	17,27
68,87 - 88,20	191	0	46,02	0,00
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, 2010 (2012).

A Figura 7D expressa que os municípios com altos níveis de razão de dependência em 2000 estavam em todos os pontos do território baiano. Igualmente, permite verificar que a maior aglomeração daqueles com baixos percentuais encontrava-se no entorno da capital.

Observando-se as categorias aqui estipuladas, em 2010, o grupo de municípios que revelou razão de dependência variando entre 51,94% e 60,47% foi o mais expressivo, agrupando 30,22% do total estadual. Em relação aos valores maiores, 72 registram-nos acima de 60,47% (Tabela 3D). A maior razão de dependência, novamente, foi a de Barra. Além dele, Pilão Arcado, Serra do Ramalho e Muquém do São Francisco continuaram a pertencer ao grupo de unidades que tiveram os mais altos percentuais do estado (superiores a 60%).

Com relação às mais baixas razões de dependência, foram verificadas, por ordem crescente, em Salvador, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Camaçari, São Félix e Catu (todos com menos de 42%).

Em 2010, como se constata na Figura 8D, os municípios onde esse indicador se revelou mais intenso se localizavam, predominantemente, na porção norte e nordeste da Bahia, nas proximidades do São Francisco e no sul. É possível afirmar ainda que o conjunto daqueles que, em 2000, próximos a Salvador, contavam com os mais baixos percentuais de pessoas potencialmente inativas em relação àquelas em idade ativa expandiu-se ao norte e ao sul desse município. Ademais, no oeste e no sudoeste, houve reduções expressivas dos valores.

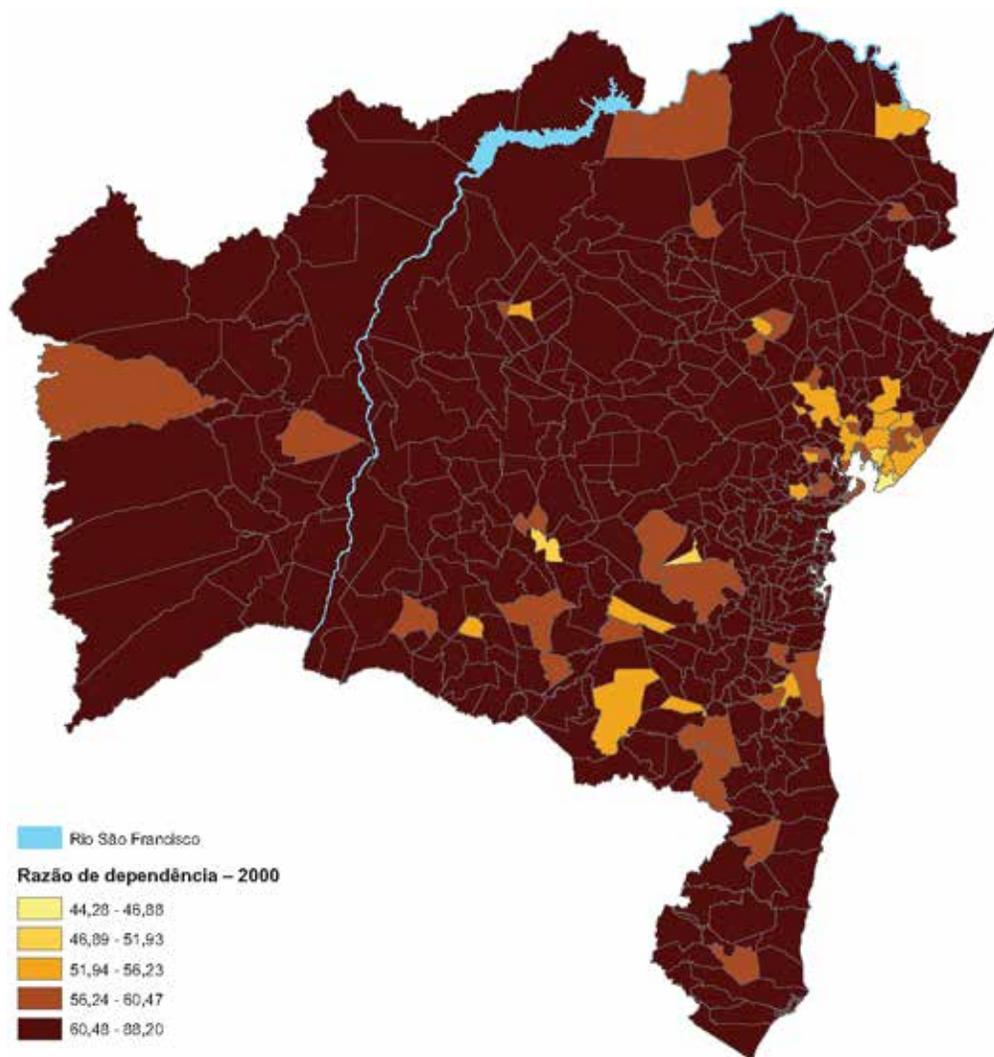


Figura 7D
Distribuição espacial da razão de dependência
Bahia – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

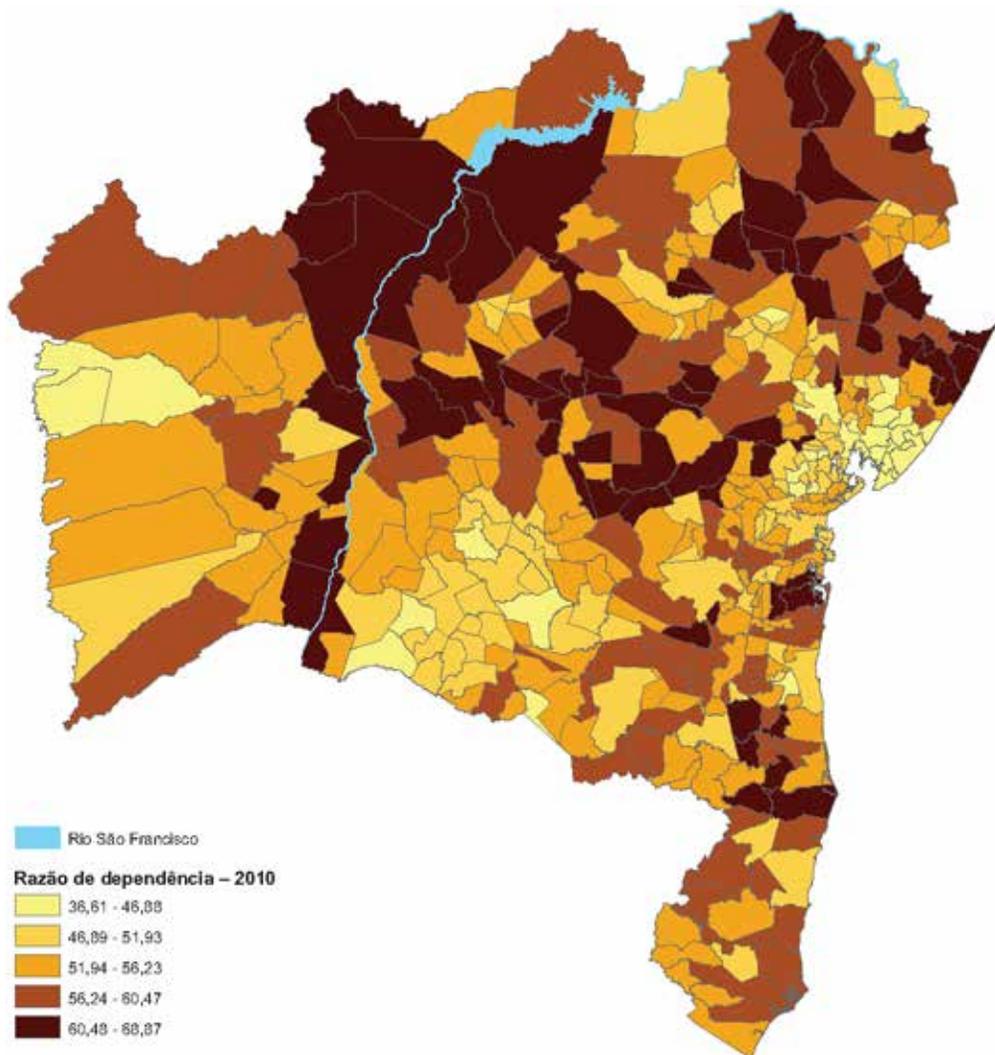


Figura 8D
Distribuição espacial da razão de dependência
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO

A saúde foi outra dimensão que se mostrou muito relacionada com a condição de pobreza do indivíduo. Essa é uma questão que impacta e também é influenciada por diversas outras dimensões aqui estudadas relacionadas à pobreza.

Ao se pensar em saúde, não se deve considerar somente o aspecto biológico, pois ela depende também da forma como se organizam e vivem os indivíduos. Estudos apontam que a mortalidade infantil está associada à escolaridade da mãe. Desta forma, o nível de educação é uma questão a ser levada em consideração quando se pensa em saúde. As condições de moradia, que têm variáveis como esgotamento sanitário e revestimento do domicílio, é outro aspecto relacionado com a saúde do indivíduo e podem impactar as taxas de internação por diarreia e a incidência da doença de Chagas. Outra dimensão que influencia e é influenciada pelas condições de saúde do indivíduo é a renda.

Diversos estudos sinalizam que a relação entre saúde e pobreza é possivelmente bi-causal uma vez que um baixo nível de renda causa saúde precária e, essa, por sua vez, tende a causar um baixo nível de renda, criando um círculo vicioso conhecido como a chamada armadilha saúde-pobreza. (TEJADA, JACINTO, SANTOS, 2008, p. 2).

Sendo assim, nesta dimensão, buscou-se levantar informações referentes ao “estado de saúde” da população que tivesse associação com a condição de pobreza do indivíduo, mesmo que essas apresentassem correlação com outras dimensões já levantadas.

É interessante ressaltar que não é objetivo do estudo dessa dimensão apontar os locais onde a condição geral de saúde esteja melhor ou pior, pois esta envolve outras questões e variáveis que não foram aqui abordadas por não estarem relacionadas com a pobreza.

¹⁰ Agradecemos à equipe da Diretoria de Informações em Saúde (DIS) da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB, pela atenção e fornecimento de informações relevantes para a concretização desse trabalho.

FATOR SAÚDE

Foi realizado o levantamento das variáveis de saúde que pudessem trazer alguma informação relacionada à pobreza do indivíduo. Essas variáveis foram extraídas do Datasus e do Censo Demográfico 2010 e resultaram em um fator que é a combinação delas. Do total de variáveis obtidas, cinco se apresentaram como as mais proeminentes. Juntas, elas possuem a maior parte da explicação da informação latente desse fator¹¹. São elas: percentual de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (zero ano de estudo); percentual de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (1 a 3 anos de estudo); taxa de internação por diarreia (p/ 10.000 hab.); taxa de mortalidade por doença de Chagas (p/ 100.000 hab.) e taxa de mortalidade por tuberculose (p/ 100.000 hab.). Essas variáveis serão consideradas individualmente em tópicos posteriores.

Ao se analisar a representação gráfica do fator (Figura 1S), é necessário levar em consideração que as camadas mais escuras são os locais onde o fator indica piores condições. A distribuição do Fator Saúde no território não formou concentrações expressivas, apresentando-se de forma dispersa pela figura, com uma lógica espacial menos definida que as outras dimensões estudadas. Em parte, isso pode decorrer da fragilidade das informações disponíveis, que ainda não conseguem representar completamente a realidade do estado, apesar dos sucessivos esforços e melhorias nesse sentido nos últimos anos. Por outro lado, essa lógica espacial menos definida também pode indicar que a atenção básica à saúde, um dos principais agentes influenciadores das variáveis utilizadas para detectar a questão da saúde relacionada à pobreza, pode estar difundida num patamar muito semelhante em todo o estado.

As exceções são as áreas S1 e S2, que apresentam um discreto padrão de contiguidade das camadas mais escuras, conforme pode ser observado no mapa do espalhamento de Moran no tópico a seguir. Essas são duas áreas que vêm se destacando negativamente em todas as dimensões analisadas nesse estudo. Nessas áreas, alguns municípios exibem os piores valores em relação ao Fator Saúde. Entre eles, Entre Rios, Araçás, Aramarí, Sátiro Dias, Nova Soure, Olindina, Nordestina, Cícero Dantas, Jeremoabo, Chorrochó, Curaçá, Itapicuru e Pedro Alexandre, na área S1, sendo que os dois últimos apresentam os valores mais altos do fator; e Elísio Medrado, Nova Itarana, Planaltino, Maraú, Ibirapitanga e Wenceslau Guimarães, na área S2. São 18 municípios, de um total de 29, que estão na faixa mais alta e, conseqüentemente, nas piores condições do Fator Saúde.

¹¹ O percentual de variância explicada por esse conjunto de variáveis foi de 53,7%.

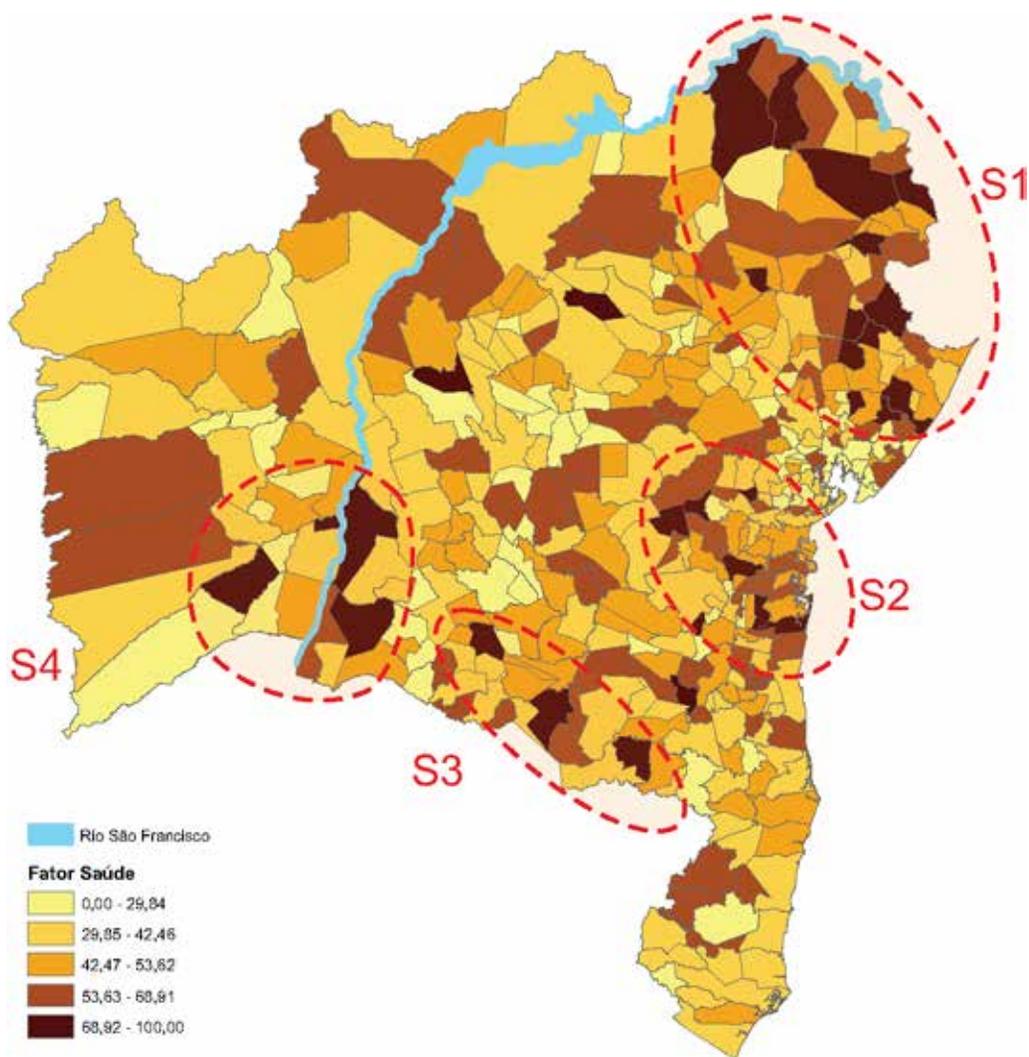


Figura 15
Distribuição espacial do Fator Saúde nos municípios – Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Como pode ser observado na Tabela 15, quase 50% dos domicílios baianos foram alocados nas duas faixas mais baixas do Fator Saúde, num total de 202 municípios. Nesse contingente está a maioria dos municípios considerados de grande porte¹², com exceção de Camaçari e Alagoinhas.

Tabela 15
Quantidade de municípios por faixa de incidência por Fator de Saúde – Bahia – 2010

Faixa de incidência	Quantidade de municípios	Percentual sobre total de municípios do estado
0,00 – 29,84	74	17,74
29,85 – 42,46	128	30,70
42,47 – 53,62	100	23,99
53,63 – 68,91	86	20,62
68,92 – 100,00	29	6,95
Total	417	100,00

Fonte: Elaboração própria.

CLUSTER SAÚDE

No mapa do espalhamento de Moran (Figura 25), é possível observar os padrões locais de autocorrelação espacial dos municípios em relação ao Fator Saúde e detectar a presença de heterogeneidade espacial. Pode-se, a partir daí, identificar associações espaciais do tipo alto-alto (AA) – manchas em vermelho –, para municípios em pior situação relativa a esse fator, ou baixo-baixo (BB) – manchas em azul-escuro –, para municípios em melhor situação cercados de semelhantes. As outras duas situações possíveis são destacadas em azul-claro, para municípios em melhor situação relativa cercados por outros em situação mais precária, alto-baixo (AB), e em rosa, para municípios em pior situação cercados por aqueles em situação relativamente mais favorável, baixo-alto (BA).

¹² Municípios com população igual ou superior a 100 mil habitantes.

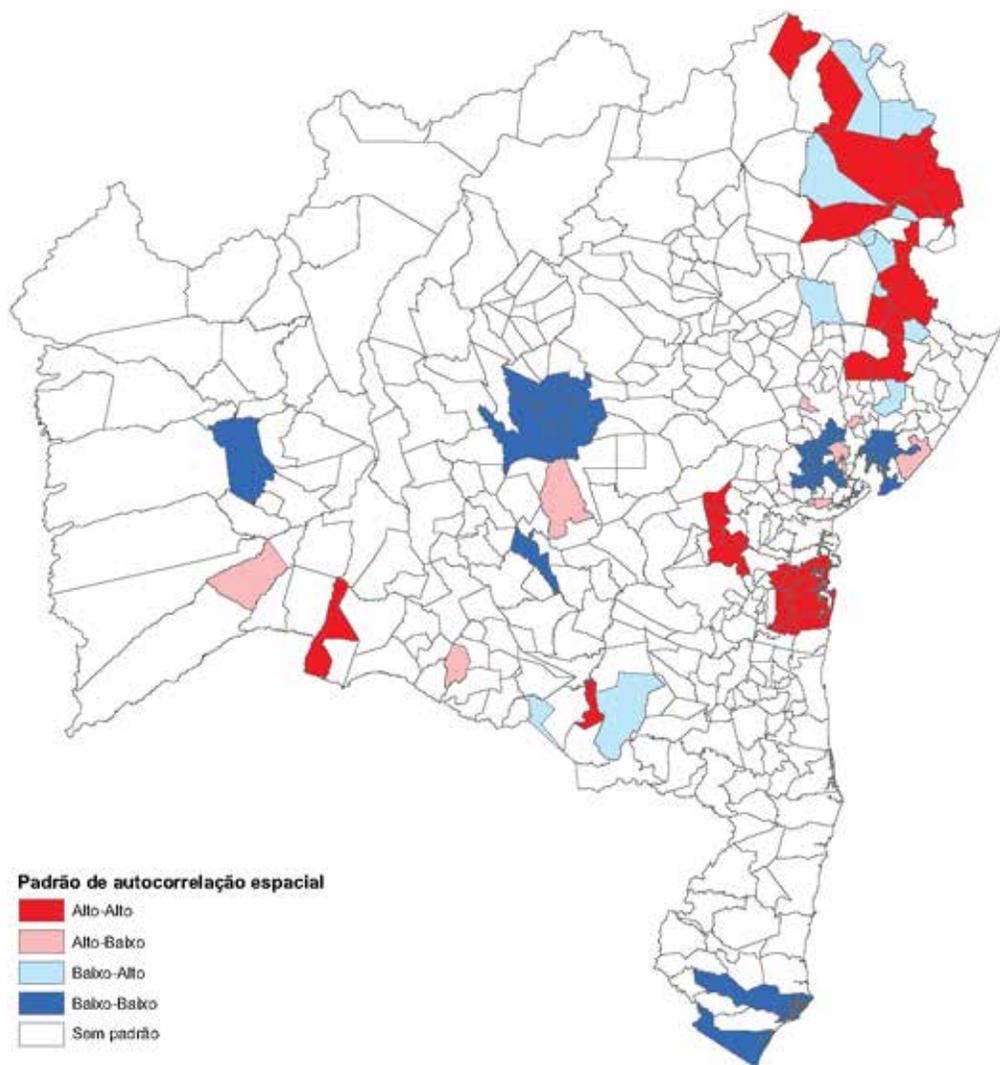


Figura 2S
Aglomerações espaciais do Fator Saúde, segundo a técnica de Moran Local
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

As áreas que apresentam maiores aglomerados de municípios na cor vermelha (alto-alto) são o litoral sul e o nordeste da Bahia. Entre eles estão os municípios de Marau, Ubaitaba, Ibirapitanga, Camamu, Igrapiúna, Ituberá, Pirai do Norte, Gandu, Nilo Peçanha, Abaré, Macururé, Jeremoabo, Santa Brígida, Pedro Alexandre, Coronel João Sá, Sítio do Quinto, Euclides da Cunha, Novo Triunfo, Fátima, Heliópolis, Ribeira do Amparo, Itapicuru, Nova Soure, Olindina, Inhambupe e Água Fria. Além destes, ainda aparecem em vermelho no mapa os municípios de Malhada, Belo Campo, Nova Itarana, Irajuba, Jaguaquara, Itaquara, Cravolândia.

Ao se observarem as manchas na cor azul-escuro (baixo-baixo), uma situação chama a atenção na macrorregião Salvador-Feira de Santana. Se não fosse por Camaçari e Cachoeira, teria sido formada uma grande mancha dessa cor nessa área. Esses municípios não foram destacados dessa forma porque, para isso, precisariam ter todos os vizinhos na mesma situação. Isso é particularmente intrigante por Camaçari ser um município de grande porte. Caberia um estudo mais aprofundado para maior compreensão deste fato.

Os municípios dessa área que estão destacados em azul-escuro são Salvador, Candeias, Dias D'Ávila, São Sebastião do Passé, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, Conceição de Feira, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu, Muritiba, Cruz das Almas, Sapeaçu, Conceição do Almeida, São Felipe e Maragogipe.

Além dessa, uma outra mancha azul-escura é formada pelos municípios de Souto Soares, Mulungu do Morro, Bonito, Seabra, Iraquara, Palmeiras, Lençóis e Wagner. E os municípios de Baianópolis e Rio de Contas também foram destacados nessa cor.

VARIÁVEIS RELEVANTES

A visão do fator é relevante no sentido de que ele permite visualizar a concentração de uma situação que seria de difícil identificação caso fossem utilizadas apenas as variáveis separadamente. No entanto, após esse destaque do espaço, é interessante analisar melhor o comportamento das variáveis mais expressivas do fator. Relembrando, elas foram: percentual de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (0 ano de estudo); percentual de nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (1 a 3 anos de estudo); taxa de internação por diarreia (p/ 10.000 hab.); taxa de mortalidade por doença de Chagas (p/ 100.000 hab.) e taxa de mortalidade por tuberculose (p/ 100.000 hab.).

Percentual de filhos nascidos vivos segundo a escolaridade da mãe (zero ano de estudo)

O nível de educação das mães é uma variável que tem grande correlação com a situação de saúde e enfrentamento da pobreza. O local onde o indivíduo mora pode ter péssimas condições de saneamento, mas o fato de ele ter algum nível de instrução já modifica a sua forma de relação com a água que consome e com o destino de dejetos. A educação está também estreitamente relacionada com a redução da mortalidade infantil. Em média, cada ano adicional que uma mãe dedica a sua formação escolar implica uma queda na mortalidade infantil da ordem de nove por mil nascidos vivos (SOARES; MENEZES, 2010; UCHIMURA, 2007).

Essa variável apresenta uma grande melhoria se comparada com a informação para o ano 2000 (Figura 3S). Enquanto os valores mais altos eram de 9,95% em 2010 (Figura 4S), dez anos antes, eles chegavam a 47,21%. Além disso, no ano 2000, quase 80% dos municípios do estado

(326) estava na faixa superior, enquanto apenas 6,47% dos municípios (27) permaneciam nessa faixa em 2010 (Tabela 2S).

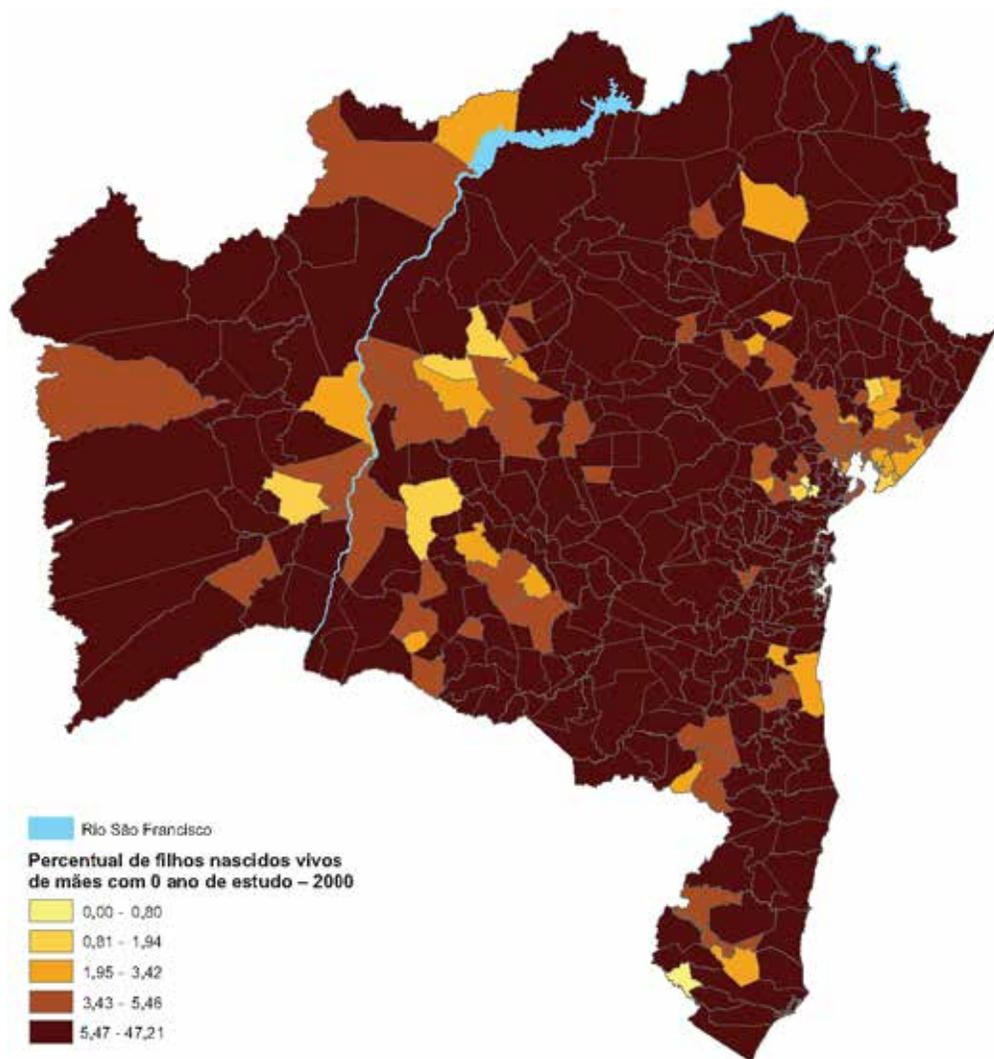


Figura 3S
Distribuição espacial do percentual de filhos nascidos vivos de mães com 0 ano de estudo Bahia – 2000

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2000 (2013).

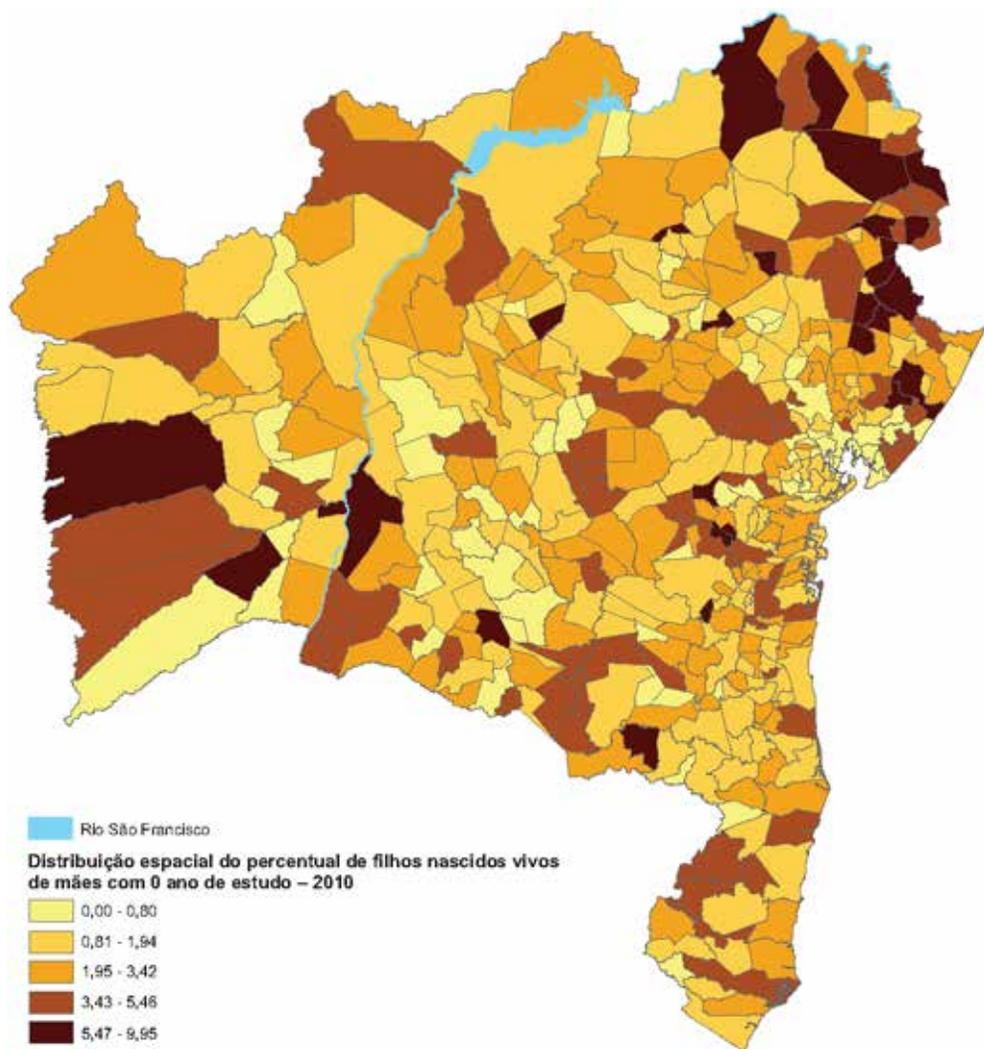


Figura 4S
Distribuição espacial do percentual de filhos nascidos vivos de mães com 0 ano de estudo
Bahia – 2010

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013).

Tabela 2S
Percentual de filhos nascidos vivos de mães com 0 ano de estudo – Bahia – 2010

Faixa de percentual	Quantidade de municípios – 2000	Quantidade de municípios – 2010	Percentual sobre total de municípios do estado – 2000	Percentual sobre total de municípios do estado – 2010
0,00 – 0,80	3	65	0,72	15,58
0,81 – 1,94	7	137	1,68	32,85
1,95 – 3,42	23	120	5,54	28,77
3,43 – 5,46	56	68	13,49	16,30
5,47 – 47,21	326	27	78,55	6,47
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013). Elaboração própria.

Percentual de filhos nascidos vivos segundo escolaridade da mãe (1 a 3 anos de estudo)

A mesma dinâmica vista no tópico anterior se repete para a variável 1 a 3 anos de estudo da mãe. Nas figuras 5S e 6S é possível observar a mudança desse cenário. Ocorreu uma redução significativa do maior valor percentual de nascidos vivos de mães com baixa escolaridade (de 61,06 para 32,50).

Na Tabela 3S, pode ser notado complementarmente que a frequência dos municípios deixou de estar concentrada na faixa de maior percentual, espalhando-se nas de percentuais mais baixos no ano de 2010, o que indica uma melhoria geral dessa situação.

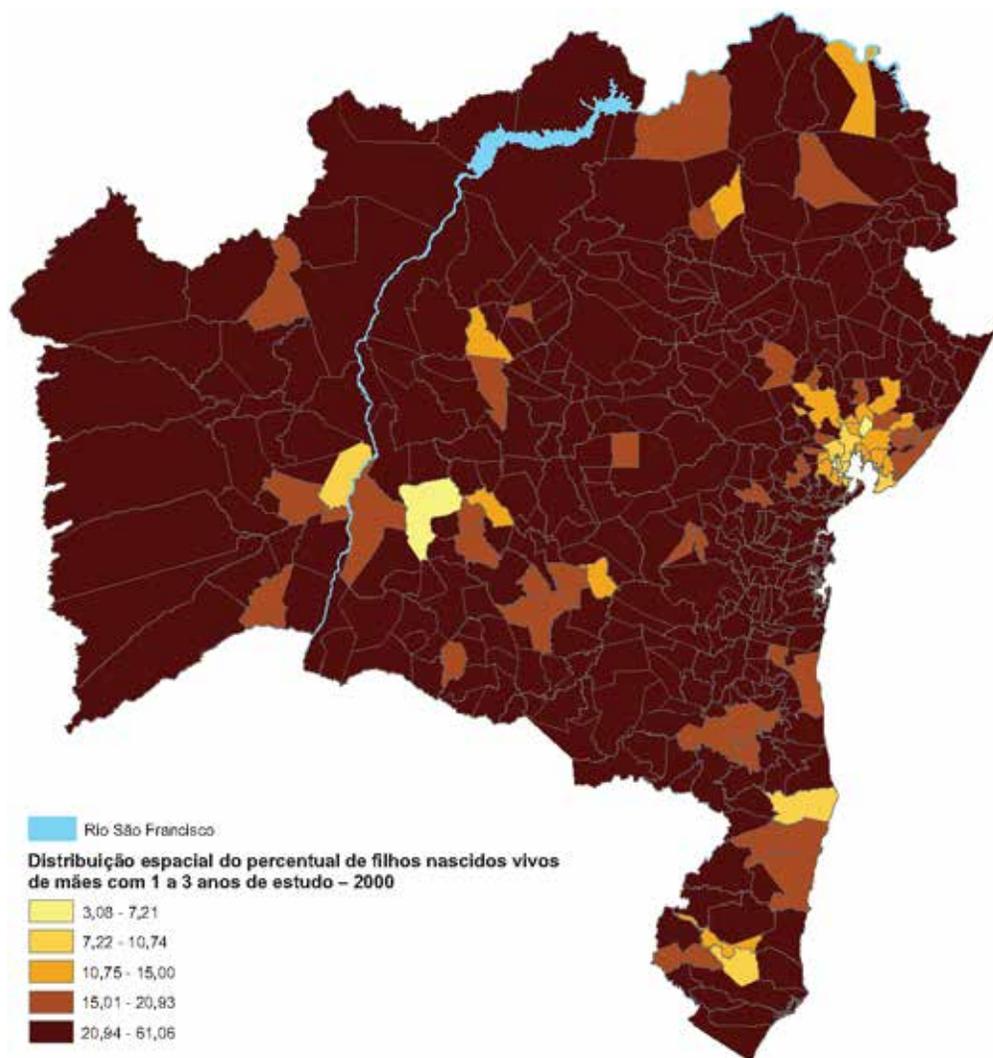


Figura 55
Distribuição espacial do percentual de filhos nascidos vivos de mães com 1 a 3 anos de estudo Bahia – 2000

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2000 (2013).

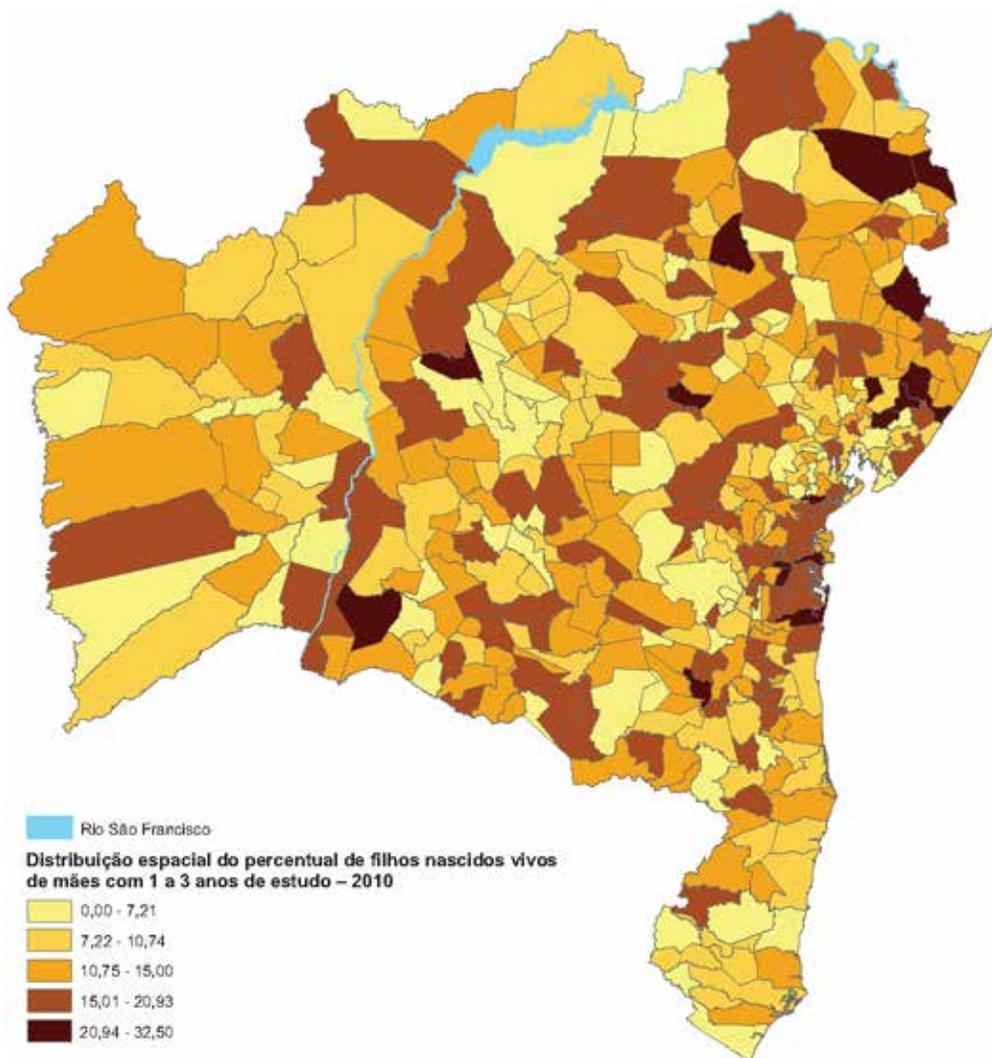


Figura 6S
Distribuição espacial do percentual de filhos nascidos vivos de mães com 1 a 3 anos de estudo
Bahia – 2010

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013).

Tabela 35
Percentual de filhos nascidos vivos de mães com 1 a 3 anos de estudo – Bahia – 2000/2010

Faixa de percentual	Quantidade de municípios – 2000	Quantidade de municípios – 2010	Percentual sobre total de municípios do estado – 2000	Percentual sobre total de municípios do estado – 2010
0,00 – 7,21	2	75	0,48	17,98
7,22 – 10,74	9	104	2,17	24,94
10,75 – 15,00	18	125	4,34	29,97
15,01 – 20,93	41	97	9,88	23,26
20,94 – 61,06	345	16	83,13	3,83
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013). Elaboração própria.

Taxa de internação por diarreia (por 10.000 habitantes)

A diarreia é um sintoma comum de uma gama de doenças gastrointestinais causadas por diversos agentes, como vírus, bactérias e protozoários. A taxa de internação por diarreia é um forte indicador de pobreza, pois está associada à exposição a condições precárias, como falta de esgotamento sanitário e má qualidade da água e dos alimentos consumidos. Outra relação desse indicador com a pobreza é o fato de que, se o indivíduo tiver acesso ao tratamento adequado, a situação pode ser revertida em poucos dias, sem a necessidade de internação. No entanto, caso não seja tratada, a diarreia pode levar à morte.

Um estudo realizado nos maiores municípios do Brasil a pedido do Instituto Trata Brasil, que buscou analisar as relações entre indicadores de pobreza, esgotamento sanitário inadequado e ocorrência de diarreias, verificou que as diarreias respondem por mais de 50% das doenças relacionadas a saneamento básico inadequado e são responsáveis também por mais da metade dos gastos com esses tipos de enfermidades (KRONENBERGER, 2014).

Caso se leve em consideração todos os municípios do Brasil e não apenas os maiores, esse percentual sobe para 80%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). Isso demonstra, mais uma vez, a relação entre diarreia, condições precárias de vida e pobreza.

Ao se observar a distribuição espacial dessa variável para a Bahia (Figura 75 e 85), é possível perceber que os maiores municípios apresentam menores taxas e estão distribuídos nas duas primeiras faixas, com exceção de Juazeiro, que exibiu a mais alta taxa de internação entre os municípios de grande porte em 2010 (83,30).

Comparando essa distribuição com a verificada no ano 2000 (Tabela 45), duas coisas chamam a atenção: houve um aumento do número de municípios nas faixas superiores, e o valor limite da faixa superior não regrediu, passando de 302,30 para 377,10.

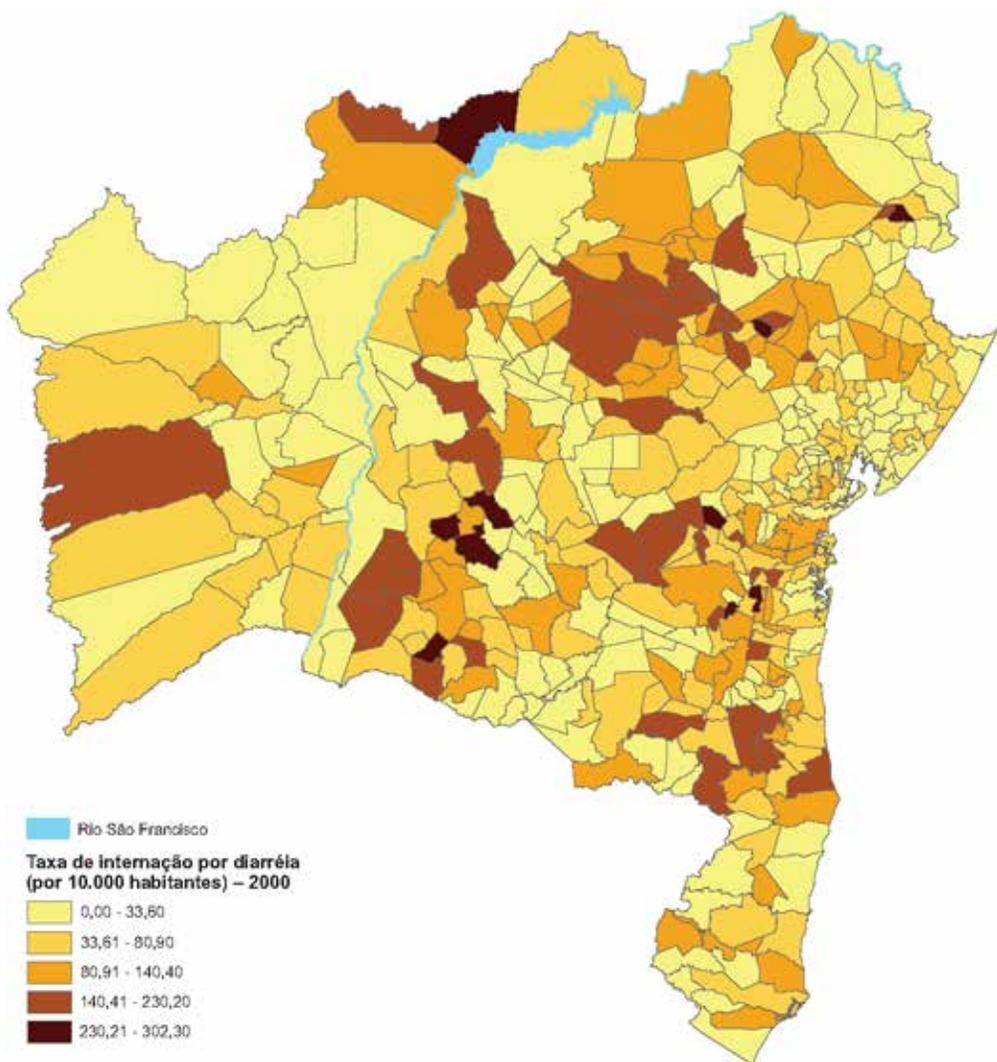


Figura 75
Distribuição espacial da taxa de internação por diarreia – Bahia – 2000

(por 10.000 habitantes)

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2000 (2013).

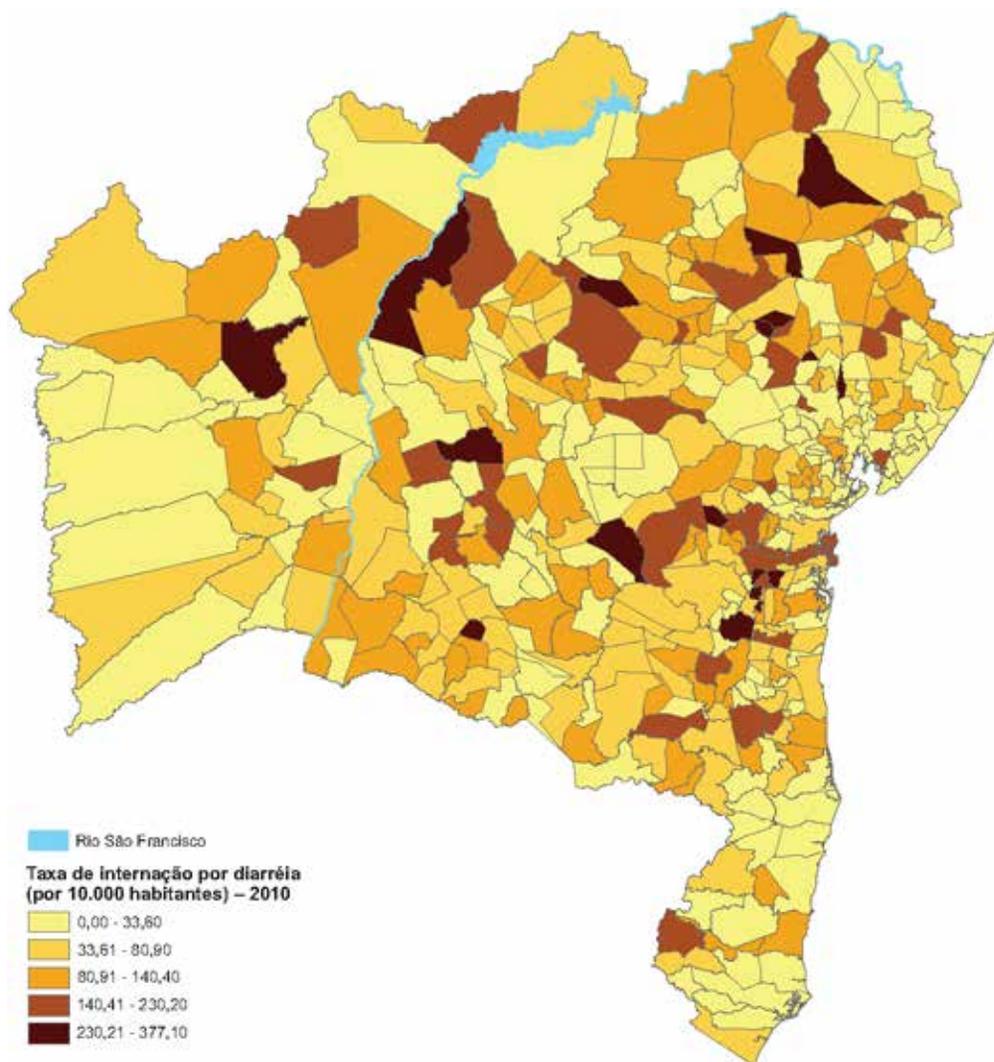


Figura 85
Distribuição espacial da taxa de internação por diarreia – Bahia – 2010

(por 10.000 habitantes)

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013).

Tabela 4S
Taxa de internação por diarreia, segundo município de residência – Bahia – 2000/2010
(por 10.000 habitantes)

Faixa de incidência	Quantidade de municípios – 2000	Quantidade de municípios – 2010	Percentual sobre total de municípios do estado – 2000	Percentual sobre total de municípios do estado – 2010
0,00 – 33,60	171	158	41,20	37,88
33,61 – 80,90	122	108	29,40	25,89
80,91 – 140,40	70	93	16,87	22,30
140,41 – 230,20	42	41	10,12	9,83
230,21 – 377,10	10	17	2,41	4,07
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013). Elaboração própria.

Taxa de mortalidade por doença de Chagas (por 100.000 habitantes)

A doença de Chagas é transmitida principalmente pelo barbeiro, mas também pode ser adquirida através da ingestão de alimentos contaminados. Ela está fortemente relacionada com a pobreza, condições precárias de moradia, higiene e alimentação. Era predominantemente rural, mas tornou-se também urbana com a migração de pessoas doentes para as cidades em busca de emprego. A doença gera insuficiência cardíaca, o que impede esforços físicos e muitas vezes impossibilita o trabalho, retroalimentando a condição de pobreza e precariedade do indivíduo.

É necessário levar em conta que a localização dessa doença, apesar de ter grande relação com a pobreza, está submetida a questões climáticas. Em alguns lugares, apesar de as condições de moradia serem favoráveis ao aparecimento do barbeiro, o clima impede o surgimento do inseto.

Uma outra questão importante na análise desses dados é o tempo entre a contaminação, o aparecimento dos sintomas e a mortalidade. Durante 10 anos, após a contaminação, os sintomas podem não se manifestar. Dessa forma, o número de óbitos registrados decorrentes da doença de Chagas pode refletir uma situação que ocorreu muito antes.

Nota-se, ao se observar a distribuição da taxa de mortalidade por doença de Chagas na Bahia (figuras 9S e 10S), que houve um espalhamento da incidência em direção ao oeste e ao sudoeste do estado e uma redução na área do litoral norte.

Em relação à quantidade de municípios por faixa de incidência, houve um deslocamento para as camadas de maior taxa de mortalidade (Tabela 5S), passando de 9,40% para 17,50% do total de municípios.

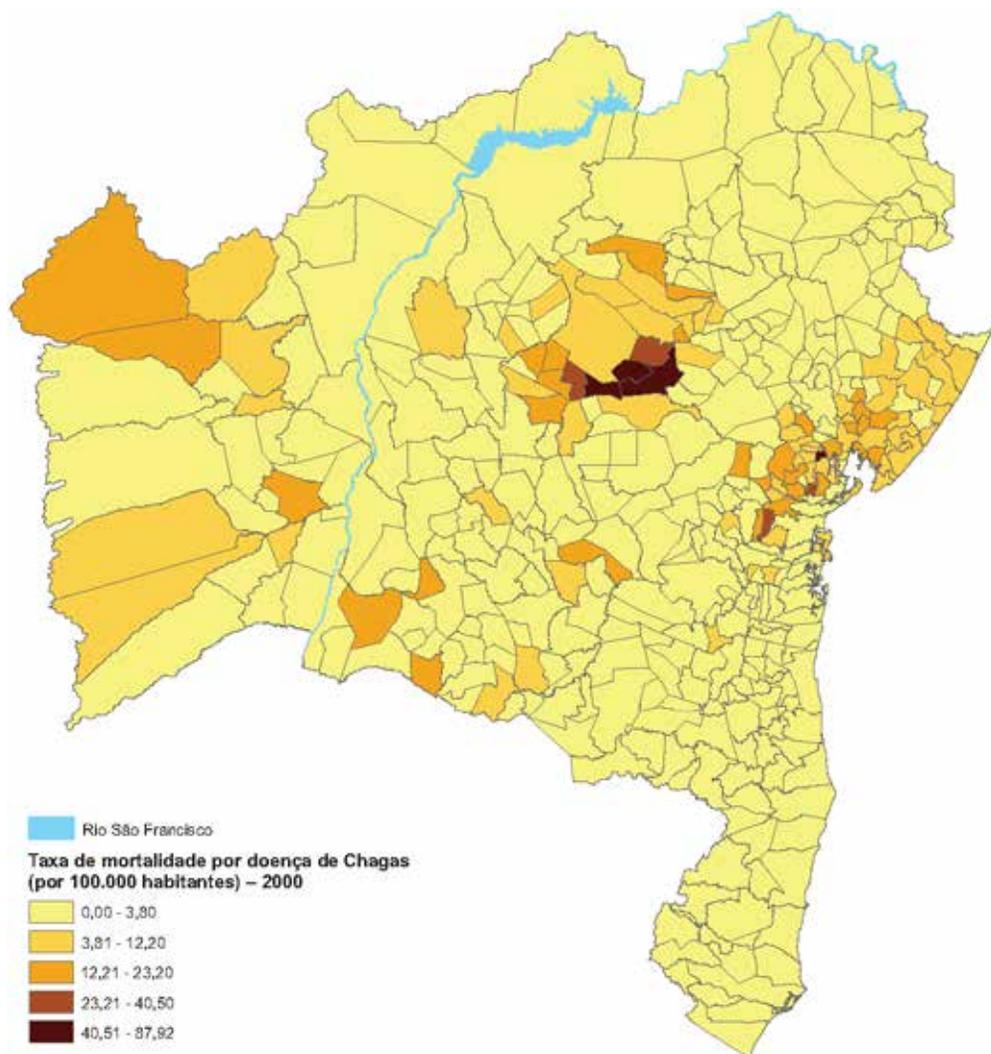


Figura 9S
Distribuição espacial da taxa de mortalidade por doença de Chagas – Bahia – 2000

(por 10.000 habitantes)

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2000 (2013).

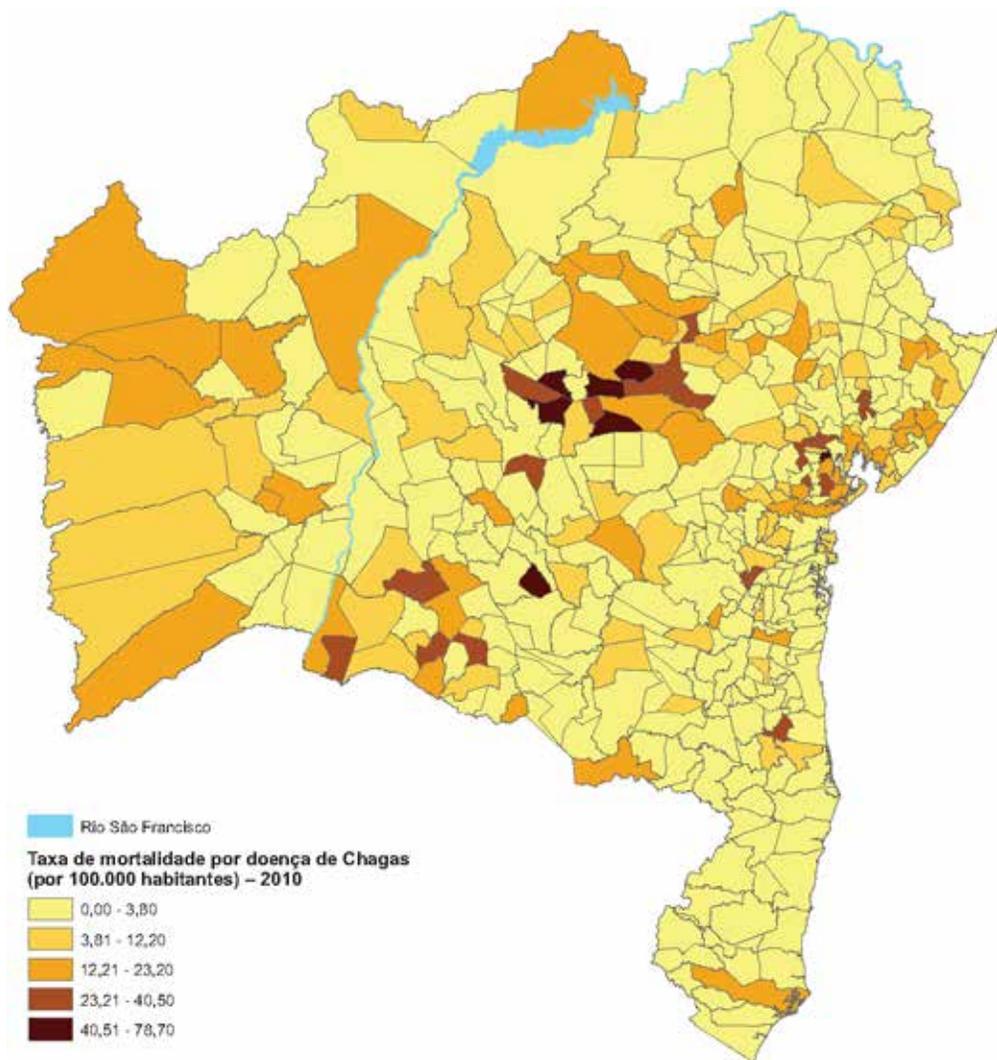


Figura 10S

Distribuição espacial da taxa de mortalidade por doença de Chagas – Bahia – 2010

(por 10.000 habitantes)

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013).

Tabela 5S
Taxa de internação por doença de Chagas – Bahia – 2000/2010
(por 10.000 habitantes)

Faixa de incidência	Quantidade de municípios – 2000	Quantidade de municípios – 2010	Percentual sobre total de municípios do estado – 2000	Percentual sobre total de municípios do estado – 2010
0,00 – 3,80	314	267	75,66	64,03
3,81 – 12,20	62	77	14,93	18,46
12,21 – 23,20	31	44	7,47	10,55
23,21 – 40,50	4	22	0,96	5,27
40,51 – 87,92	4	7	0,96	1,67
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013). Elaboração própria.

Taxa de mortalidade por tuberculose (por 100.000 habitantes)

A tuberculose é uma doença causada pelo bacilo de Koch e transmitida pelas vias aéreas. Ela afeta principalmente os pulmões, mas pode ocorrer em outros órgãos do corpo. Apesar de ser uma doença cujo contágio não está restrito às camadas mais pobres da população, a relação entre pobreza e tuberculose é historicamente conhecida, e a taxa de mortalidade por essa doença está diretamente associada a ela. Baixa escolaridade, déficits nutricionais e baixa renda são algumas características que levam a população pobre a estar mais vulnerável à mortalidade por tuberculose.

Observando a distribuição na Figura 11S, é possível verificar que não existem aglomerados de municípios nas faixas mais altas da distribuição. Percebe-se também que, apesar de os casos estarem espalhados pelo território baiano, existe uma maior concentração no litoral.

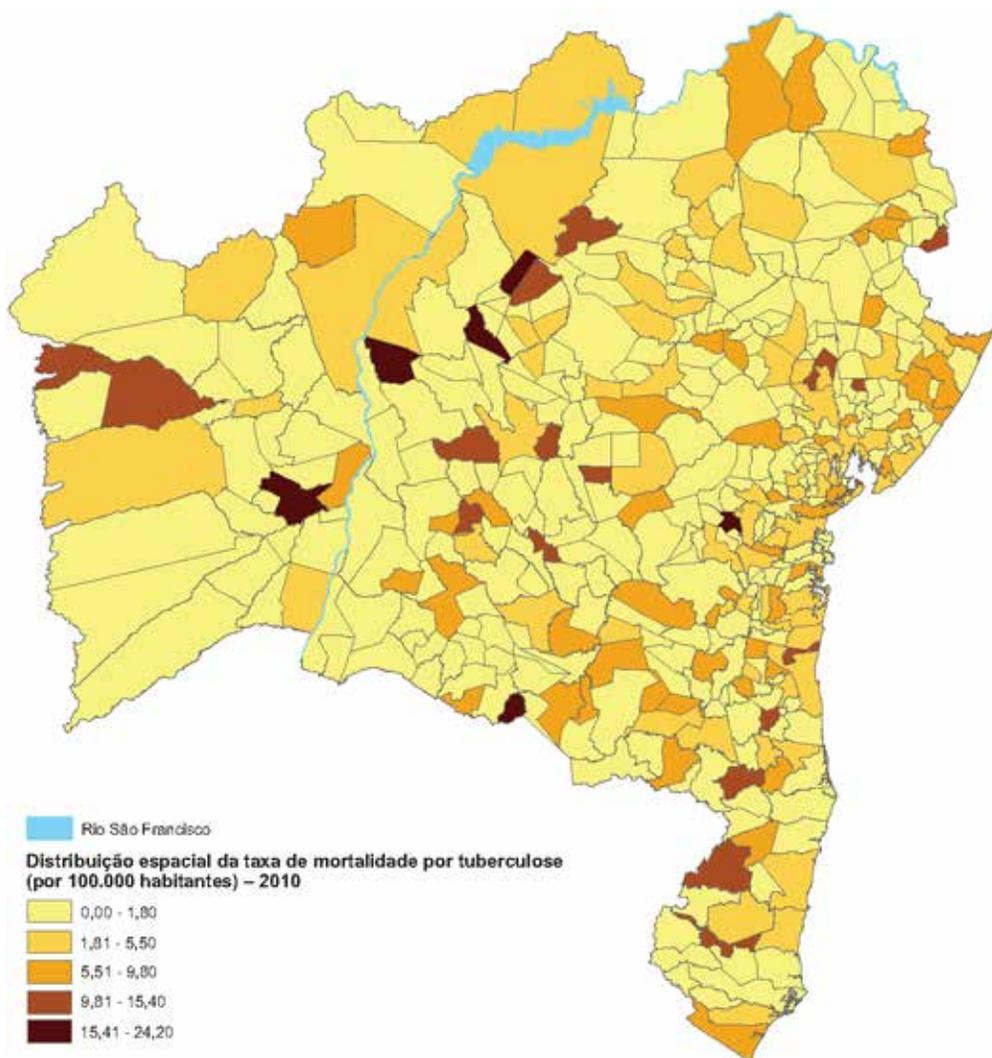


Figura 115
Distribuição espacial da taxa de mortalidade por Tuberculose – Bahia – 2010

(por 10.000 habitantes)

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013).

Um grande percentual de municípios (82,5) apresentou taxas de mortalidade nas primeiras faixas (Tabela 6S), e apenas seis ficaram na faixa superior de incidência da mortalidade por tuberculose. Foram eles: Santana, Morpará, Ibipeba, Jussara, Santa Inês e Cordeiros.

Tabela 6S				
Taxa de internação por tuberculose – Bahia – 2000/2010				
(por 10.000 habitantes)				
Faixa de incidência	Quantidade de municípios – 2000	Quantidade de municípios – 2010	Percentual sobre total de municípios do estado – 2000	Percentual sobre total de municípios do estado – 2010
0,00 – 01,80	271	64,98	75,66	64,03
01,81 – 05,50	73	17,50	14,93	18,46
05,51 – 09,80	49	11,75	7,47	10,55
09,81 – 15,40	18	4,31	0,96	5,27
15,41 – 24,20	6	1,43	0,96	1,67
Total	417	100,00	100,00	100,00

Fonte: Sesab/Suvisa/DIS-SIH 2010 (2013). Elaboração própria.

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO

Muitos estudos afirmam a importância da educação para o homem e o desenvolvimento das sociedades, entendendo-a, ademais, como fundamental e indispensável para o exercício da cidadania e consolidação da democracia. No entanto, as várias abordagens e compreensões sobre seus papéis não se apresentam necessariamente convergentes, em virtude dos distintos contextos em que foram elaboradas, bem como das disciplinas e correntes filosóficas ou teóricas a que se filiam.

Como pondera Schwartzman (2006), em décadas passadas, o tema da educação, acompanhando outros aspectos globais das desigualdades sociais, era apreendido e tratado preferencialmente pela perspectiva dos direitos humanos. Nos últimos anos, entretanto, recebe outro estatuto na medida em que se passa a considerar que a ausência ou deficiência dos serviços de educação resulta em obstáculos crescentes para que nações e sociedades inteiras alcancem a almejada condição de “desenvolvidas”. Afinal, tal compreensão parte do princípio de que a referida deficiência implica severas restrições na utilização de competências por parte dos indivíduos, daí decorrendo dificuldades adicionais, espécie de círculo vicioso, para que países e seus respectivos governos criem e fomentem as instituições responsáveis pela dinamização e expansão da própria educação, em primeiro plano, e do desenvolvimento econômico e social, conseqüentemente.

Seja pela ótica mais restrita da educação como um ativo – especialmente cara à ciência econômica de base neoclássica, bem como à ciência política dela tributária –, seja pela perspectiva que a encara como importante elemento constitutivo de um capital social¹³¹ que, ao fim e

¹³ De um ponto de vista radicalmente distinto de Putnam (1996) e fundamentalmente crítico, que enxerga na posse desigual de ativos – como sói ocorrer, de modo geral, nas sociedades capitalistas – um poderoso elemento de reforço às desigualdades sociais, Bourdieu (2010, p. 67) define capital social como “[...] o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidos pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irreduzíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado. Isso significa que, embora seja relativamente irreduzível ao capital econômico e cultural possuído por um agente determinado ou mesmo pelo conjunto de agentes a quem está ligado (como bem se vê no caso do novo rico), o capital social não é jamais completamente independente deles pelo fato de que as trocas que instituem o inter-reconhecimento supõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade ‘objetiva’ e de que ele exerce um efeito multiplicador sobre o capital possuído com exclusividade”.

ao cabo, engendra as denominadas virtudes cívicas – celebradas na abordagem de Putnam (1996), entre outros autores –, o fato é que esse conjunto articulado de visões tornou-se amplamente dominante nas últimas décadas. Seria o caso de afirmar, lembrando Keynes, que tais concepções triunfaram *urbi et orbi*, ganhando atualmente *status* de senso comum, da mesma maneira que a Inquisição outrora conquistara a velha Espanha.

De uma forma ou de outra, essas proposições encontram-se bastante presentes nas teses das chamadas instituições multilaterais – notadamente nas do Banco Mundial –, que orientam e financiam políticas econômicas e sociais em diferentes países. Leher (1998 apud JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007) observa que, para os agentes responsáveis pela difusão das concepções do Banco Mundial até meados dos anos 1960, a educação era tida como uma problemática secundária, marginal e dispendiosa. Em 1990, contudo, é colocada como elemento prioritário para o desenvolvimento. Em seguida, com tal reviravolta ganhando velocidade crescente, “[...] o Banco assume, de forma decisiva, o comando da educação mundial que, sob sua tutela, passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como estratégia política e variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza” (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 123). Conforme as mesmas autoras, como corolário natural, a educação passa a ser encarada como aspecto crucial, capaz de inserir “[...] países pobres no mapa da globalização, além de garantir que todas as pessoas obtenham conhecimentos necessários a uma vida melhor e a um desenvolvimento sustentável” (JIMENEZ; MENDES SEGUNDO, 2007, p. 125). Em poucas palavras, a conhecida “aquisição de competências”^{14,2} subjacente às teorias de competitividade das nações numa era de “inescapável” globalização. Como asseguram autores vinculados a esse campo teórico,

A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de ‘ativo não transferível’ faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. Além disso, devemos observar que a educação é um ativo que pode ser reproduzido e geralmente é ofertado à população pobre por intermédio da esfera pública. Essas duas vias de transmissão, portanto, tornam transparente que, do ponto de vista econômico, a expansão educacional é essencial

¹⁴ Em última instância, trata-se aqui da visão que toma a educação como um ativo a ser adquirido pelos indivíduos, em certa medida extrapolando o campo do estritamente econômico e dotando esses mesmos indivíduos de poder político. Desse ponto de vista, com análises aplicadas ao caso brasileiro, ver, entre outros, Barros, Henriques e Mendonça (2000), Ferreira (2000) e Neri (2000).

para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 405).

Convergindo com essas visões, a vinculação entre educação e pobreza se faz evidente também nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, promovidos por organismos das Nações Unidas. Nesse documento, que representa um acordo entre diferentes governos nacionais, estabelece-se uma relação explícita entre a melhoria dos níveis educacionais e a erradicação da pobreza, e definem-se metas a serem atingidas no que tange à superação das deficiências no âmbito educacional.

Por sua vez, Ivo (2002) salienta que, tendo como fundamento o ideário neoliberal, a concepção do Banco Mundial sobre vulnerabilidade social envolve tanto a dimensão da carência como a da “força da resistência”, sendo esta última a “[...] capacidade de responder aos efeitos negativos produzidos pelas condições de pobreza através de ações afirmativas” (IVO, 2002, p. 16). As populações incluídas nesse processo, por essa visão, possuem “ativos” sociais, econômicos e culturais que podem ser mobilizados com vistas a solucionar sua própria condição de vulneráveis¹⁵.³Esses ativos, ainda pela proposta da referida instituição, devem ser canalizados para práticas de empresariamento e autogestão, visando mais diretamente à inserção dos pobres no mercado e não exatamente a alguma ação política. Para isso, enfatiza-se a necessidade de desenvolver, entre outros, o “capital humano”, traduzido em habilidades e competências obtidas mediante aprendizado formal.

Nessa perspectiva, ao sujeito cabe criar condições para superar sua própria pobreza, e a educação possui papel fundamental nesse processo. Além disso, a ela é atribuída a tarefa de promoção da cidadania e dos direitos sociais e de ajuste dos indivíduos e nações à nova ordem

¹⁵ Para Neri (2000, p. 503-504), por exemplo, “Um aumento na posse de ativos dos pobres pode ocasionar três efeitos no nível de bem-estar social: primeiramente, os indivíduos extraem utilidade diretamente do fato de possuir altos níveis de ativos. [...] O segundo efeito é que altos níveis de ativos podem aumentar a capacidade de geração de renda dos pobres, tornando-se um condutor potencial para a redução das medidas-padrão de pobreza. Em termos de políticas de alívio de pobreza, deve-se separar as de transferência compensatória (por exemplo, programa de imposto de renda negativo, previdência e seguro desemprego) daquelas que aumentam a renda per capita permanente dos indivíduos pelas transferências de capital (por exemplo, provisão pública de educação, políticas de microcrédito e reforma agrária). A avaliação das taxas de retorno e a utilização dos diferentes tipos de ativos podem ajudar no desenho de políticas de reforço de capital para a erradicação da pobreza. O último efeito do aumento da posse de ativos é o de melhorar a habilidade dos indivíduos pobres em lidar com choques adversos da renda. O papel de suavização do consumo assumido pelos ativos depende da importância desses choques e de quanto são desenvolvidos os diversos segmentos do mercado financeiro (ativos, créditos e segmentos de seguros)”. De uma perspectiva teórica mais abrangente, Duayer e Medeiros (2003, p. 258) apontam uma fragilidade intrínseca a essa argumentação, uma vez que “[...] não há contrassenso maior do que imaginar que o Estado pode dispor, além da distribuição da educação, sobre a distribuição de terra e crédito. Para colocá-lo em termos simples, se o capital é sinônimo de concentração da riqueza social objetiva e subjetiva, e o Estado moderno é a organização da sociedade capitalista, exigir do Estado a distribuição do capital é uma patente contradição em termos. Em razão disso, as teorias modernas da pobreza, que aparentam uma ruptura radical e prometem transformações estruturais, têm que se resolver necessariamente em fracasso. Ou no simples comércio de ilusões sob a forma de políticas públicas compensatórias, manifestações de uma súbita compaixão pelos pobres”. A abordagem dos dois últimos autores é tributária da construção de Marx (2010, p. 31-32), que, já em meados do século XIX, denunciava as tolices inerentes às fórmulas britânicas que reduziam o fenômeno do pauperismo simplesmente à negligência de educação à população, em especial aos trabalhadores. Segundo certas visões presentes na sociedade civil inglesa da época, a “revolta” dos trabalhadores decorria da sua incompreensão das “leis naturais” do mercado, abalando com isso a prosperidade do comércio e da indústria e a própria confiança nas instituições políticas e sociais do país. Afinal de contas, tal “incompreensão” deveria ser sanada pela educação.

mundial globalizada. Avaliando esse contexto de modo crítico, Jimenez e Mendes Segundo (2007, p. 132) argumentam que a educação assim consubstanciada não faz mais do que “[...] prorrogar *sine die* o fim das mazelas produzidas pelo capitalismo, que os ditos organismos multilaterais que atuam em sua defesa tentam, a todo custo, acomodar em apertadas estatísticas”. Complementarmente, Ivo (2002) avalia que a reflexão sobre as causas estruturais da pobreza não faz parte de tal concepção e que o que está de fato em jogo é a garantia dos meios de reprodução do capital e a realização de ajustes que permitam a conservação das atuais condições de reprodução social.

Em outras palavras, não se discute de uma perspectiva mais abrangente a importância da educação para a promoção individual e social. É inegável que a educação amplia as possibilidades de inserção dos indivíduos no sistema produtivo, ao tempo que contribui para o desenvolvimento de habilidades que o capacitam ao exercício da cidadania. No entanto, questiona-se sua pretensa possibilidade de, por si só, promover a transformação de uma sociedade ou o próprio desenvolvimento de uma nação. Noutros termos, embora se admita sua relevância para o movimento rumo às conquistas sociais, uma política de educação, por mais bem intencionada e consistente que seja, não resulta, necessariamente, em redução das iniquidades sociais, dependendo para tanto de outros fatores, como salientam Werthein e Cunha (2002, p. 227):

O alcance e o limite de uma política de educação vinculam-se a seu grau de compatibilidade e coerência com políticas mais amplas de desenvolvimento social e econômico de um país, que, por sua vez, inscrevem-se num contexto de globalização e mundialização das atividades humanas.

Em auxílio a essa reflexão, Campos (2003) coloca em relevo uma questão central. Baseando-se no trabalho de outros autores^{16,4} argumenta que a generalização da luta contra a exclusão parte de uma simplificação da compreensão da dinâmica social, pois se desconsideram as causas desse fenômeno, bem como suas múltiplas dimensões. Para a autora, “O aparente radicalismo [do foco nessa questão] esconde o retorno a uma visão mais retrógrada do social como remédio para as consequências escandalosas do crescimento econômico” (CAMPOS, 2003, p. 184). Considerando que a dicotomia inclusão-exclusão é inegavelmente associada à pobreza, nota que o acesso à educação, embora contribua para ampliar as possibilidades de inclusão social, não garante a qualidade da aprendizagem e as condições de sociabilidade, que, por sua vez, podem contribuir para o aumento de tais possibilidades.

Em relação ao papel da educação, cabe lembrar que, já nos anos 1950, Freire (1983, 1997) apontava para outra direção, ao considerar que o homem é “[...] um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer essa autorreflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação” (FREIRE, 1983, p. 27). Afinal, esse

¹⁶ Especialmente Fitoussi e Rosanvallon (1997 apud CAMPOS, 2003).

autor propugna que é por meio desse processo que o homem se torna humano, no sentido de pensar sobre si mesmo e sobre sua realidade. Ensina, ainda, que não se pode deixar de considerar, na educação, que os homens estão em relações uns com os outros, enfim, que o homem é um ser “no” e “com” o mundo. Freire (1983, 1997) acredita que o homem é um ser da práxis, que compreende e transforma sua realidade por sua ação-reflexão, e que, portanto, não se reduz a mero expectador. Com essa perspectiva, o autor empresta à educação o papel de “desocultar” o mundo, o que abre portas para sua própria transformação, ambos os processos fundamentais para a vida dos indivíduos e a construção da mudança social. Acrescente-se que, conforme Gadotti (1983), isso não significa que aquele autor compreenda a pedagogia como capaz de, por si só, transformar a sociedade e a política, mas sim como ato político fundamental para o homem reconhecer o mundo em que vive.

No que tange aos propósitos deste estudo, entende-se a educação formal pela ótica da sua contribuição para a compreensão, por parte do indivíduo enquanto ser social, das dinâmicas nas quais está integrado, bem como para potencializar sua participação ativa nesses processos e maiores e melhores possibilidades na esfera produtiva. Constitui-se, portanto, numa das dimensões da vida que repercute sobre a diminuição das desigualdades sociais e ampliação da cidadania.

FATOR EDUCAÇÃO

Partindo-se do pressuposto de que a educação formal corresponde a um dos processos da vida social que incidem nas condições de produção e reprodução da sociedade e que, reciprocamente, os níveis educacionais condicionam a posição na qual se encontra o indivíduo nessa mesma sociedade, procedeu-se à escolha preliminar das variáveis da Dimensão Educação. Esta, por fim, foi operacionalizada no Fator Educação, indicador sintético obtido por meio de análise fatorial^{17,5}

Tal escolha de variáveis levou em consideração, *a priori*, entre outros aspectos, um histórico déficit educacional relacionado à formação socioeconômica baiana. Essa formação esteve originalmente associada aos interesses metropolitanos durante o período colonial, apogeu do capitalismo mercantil, mas foi deslocada ao longo dos séculos para posições crescentemente periféricas do sistema. Isso implica “atrasos” de toda ordem para a população do estado de modo geral. Em relação à educação formal, até meados do século XX, foi encarada como um atributo próprio de determinadas “elites”. No entanto, a partir das últimas décadas desse mesmo século, diversas mudanças (políticas, econômicas, sociais, culturais etc.), articuladas a alterações no ideário das agências internacionais – que passam a considerar como fundamental a universalização da educação como meio de promoção do desenvolvimento –, terminam por tratá-la como um bem a ser disponibilizado pelo Estado a todos os cidadãos.

¹⁷ Ver, neste trabalho, texto sobre procedimentos metodológicos.

Desse modo, elaboram-se políticas visando ao “acesso à educação”, o que efetivamente resulta, na Bahia, numa evidente melhoria do quadro educacional em diferentes aspectos já no final daquele período. Todavia, como salienta Santana (2003), persistem questões a serem enfrentadas, destacando-se, entre elas, a da qualidade do ensino efetivamente prestado à sociedade. Ademais, segundo o mesmo autor, tendo-se em mente a realidade baiana, se é possível falar da inserção de grande parte da população nas redes de ensino, tanto mais preocupante é levantar onde isso não ocorre ou onde os alunos não conseguem avançar, dentro do que é esperado socialmente e previsto em lei, na vida escolar. Com o intuito de verificar algumas dessas relevantes questões, o procedimento de análise fatorial resulta numa representação espacial para o estado da Bahia que pode ser observada na Figura 1E.

Tendo em perspectiva que o valor do fator varia de zero a 100, sendo o primeiro número indicativo da melhor situação, e o último, da mais crítica, ambos relativamente, tem-se que, em 2010, em 64 municípios, os valores referentes à educação oscilaram entre 0,00 e 25,79. Os menores valores (inferiores a 10,00) foram registrados em Souto Soares, Presidente Dutra, São Gabriel, Barra do Mendes, Barro Alto, Milagres, Ibipeba, Madre de Deus e Barreiras. Estes municípios se localizam, principalmente, no oeste baiano, no sudoeste e no extremo sul, na área próxima à divisa com o estado do Espírito Santo. Com valores de 25,80 a 39,61, eram 112 as unidades municipais, a exemplo das metropolitanas Lauro de Freitas e Camaçari, além de Eunápolis, Feira de Santana, Caturama, Muniz Ferreira e Catolândia. Conforme a Figura 1E, nota-se que parte delas é contígua a outras onde os valores foram menores.

Numa faixa acima, na qual a incidência do Fator Educação estava entre 39,62 e 51,24, estavam importantes municípios da rede urbana da Bahia, como a capital Salvador, Porto Seguro, Jequié, Alagoinhas e Itapetinga, bem como aglomerações de menor porte, como Mucugê, Morro do Chapéu, Glória e São Félix. Ao todo, nessa condição havia 113 municípios.

Em 83 deles, o Fator Educação ficou entre 51,25 e 64,54. Nos restantes 46, observaram-se valores de 64,55 a 100,00. As unidades que integram esses dois conjuntos encontram-se principalmente em três pontos do estado: na margem esquerda do São Francisco (área E1), no nordeste (E2) e ao sul da capital (E3).

Na primeira dessas aglomerações, entre outros, estão Pilão Arcado – que obteve o maior valor entre todos os do estado (100,00) –, Casa Nova, Remanso, Buritirama, Barra, Xique-Xique e Brotas de Macaúbas (esses na faixa de 51,25 a 64,54). Note-se que, ao lado dessa porção do território estadual, existiam municípios onde o Fator Educação era relativamente baixo (Figura 1E).

Em meio aos municípios que configuram a área E2 havia um no qual se registravam valores bem abaixo dos do seu entorno: Uauá, com 23,71. Todavia, integravam essa aglomeração, predominantemente, aqueles que apresentavam valores acima de 51,24, como Cardeal da Silva, Esplanada, Ribeira do Amparo, Itapicuru, Monte Santo e Pedro Alexandre. Ao lado deles, entre os que registravam números de 51,25 a 64,54, estavam Macururé, Euclides da Cunha, Cansanção, Jandaíra e Conde.

A área aqui denominada E3 também revelava algumas unidades municipais com valores inferiores a 25,80. Um quantitativo significativo delas, porém, expressava valores situados na faixa de 51,25 a 64,54, caso de Pau Brasil, Dário Meira, Coaraci, Belmonte e Encruzilhada; ou de 65,55 a 100,00, como Itacaré, Maraú, Camamu, Ituberá, Uruçuca e Una.

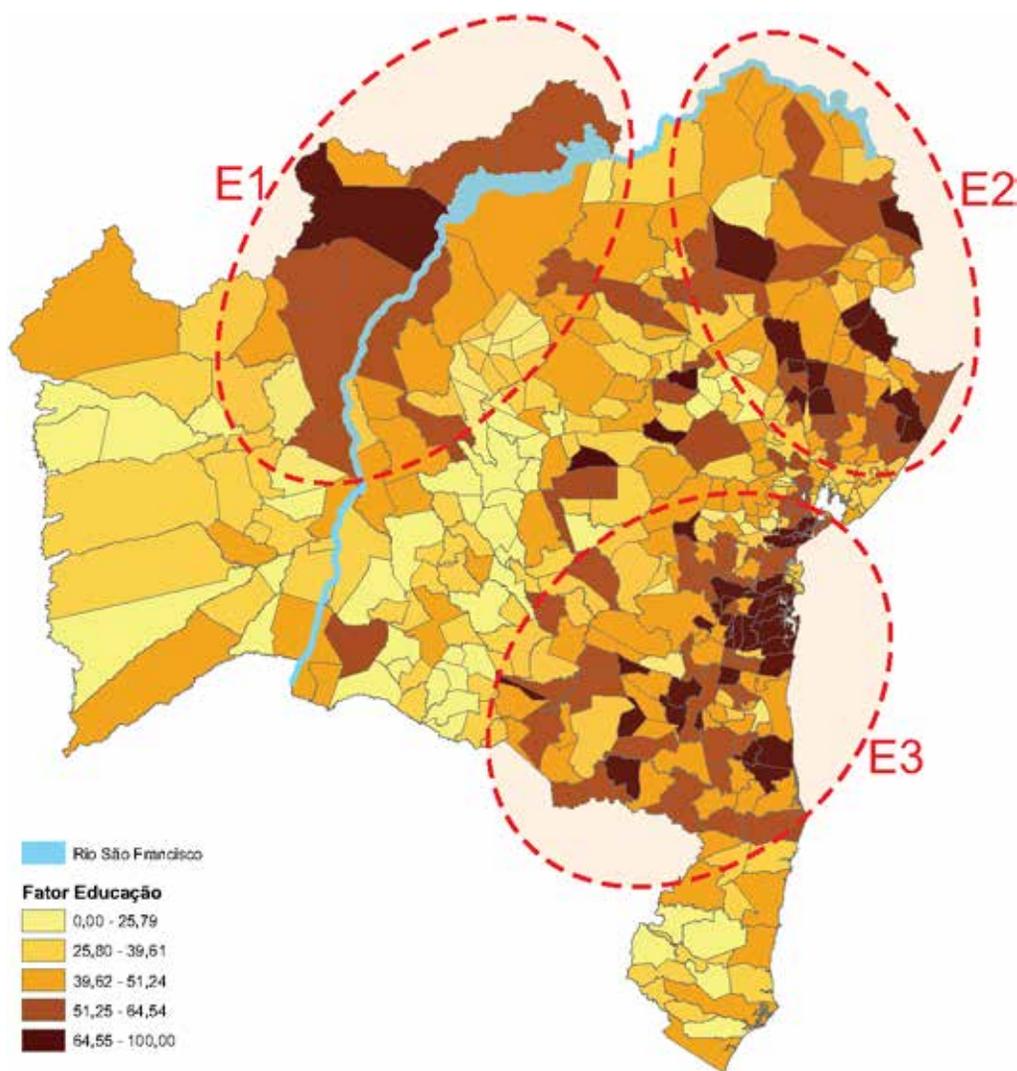


Figura 1E
Distribuição espacial do Fator Educação nos municípios
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

CLUSTER EDUCAÇÃO

A Figura 1E, acima, permite a verificação de que os municípios onde o Fator Educação apresenta-se com valores mais elevados – indicando, portanto, situação de maior vulnerabilidade relativa –, encontram-se razoavelmente dispersos no estado, porém em alguma medida aglomerados em três porções do seu território.

Essa compreensão é reforçada quando se avalia a Figura 2E, que apresenta o *cluster* referente ao mencionado Fator. Por meio de outro procedimento metodológico, portanto, tem-se que, em 2010, no nordeste e sul baianos existiam municípios que, apresentando valores elevados para o Fator Educação, encontravam-se ademais rodeados por outros com resultados similares. Agrupando uma quantidade menor de unidades, essa situação era igualmente visível no baixo-médio São Francisco e numa porção do Recôncavo.

Por sua vez, no oeste e no médio São Francisco, revelava-se uma situação de tipo baixo-baixo. Noutros termos, era lá que se situavam municípios com baixos valores, ladeados por outros que observavam valores igualmente baixos (Figura 2E).

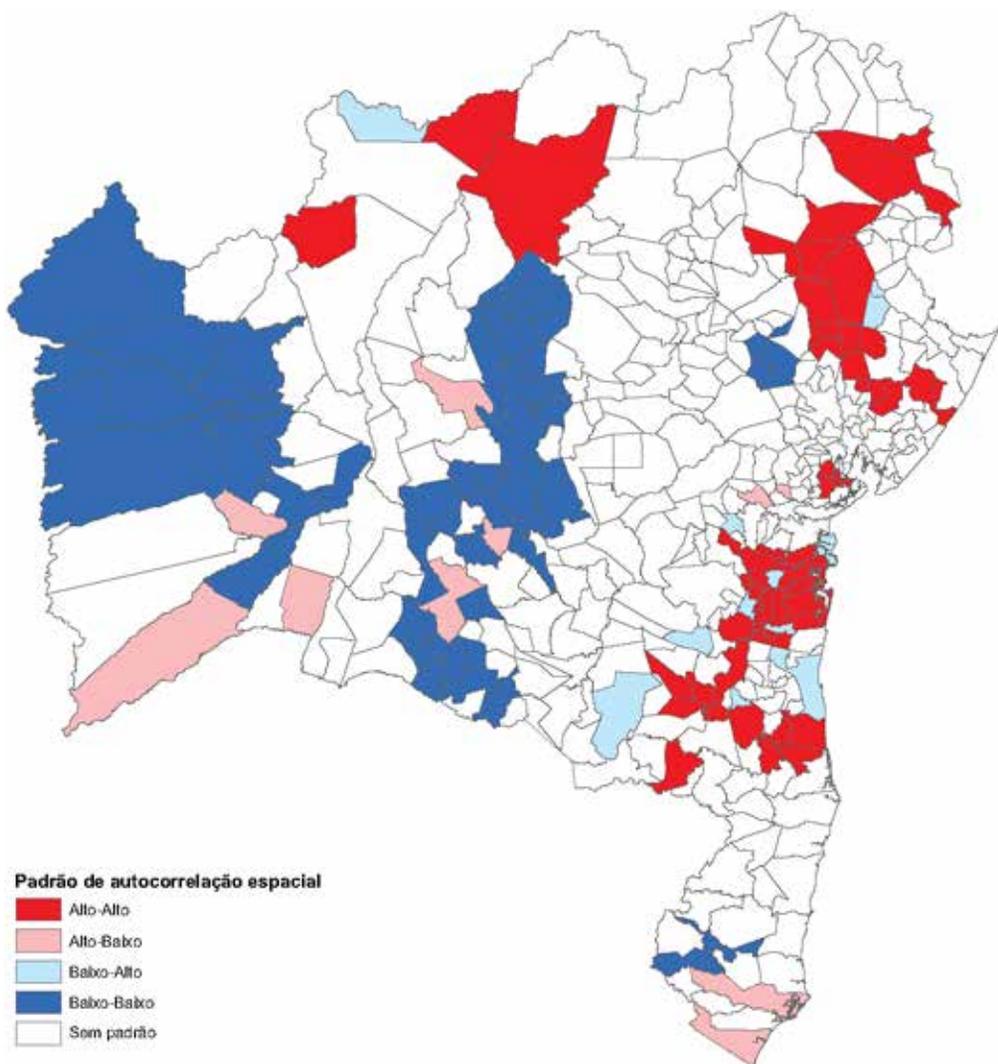


Figura 2E
Aglomerações espaciais do Fator Educação segundo a técnica de Moran Local
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

VARIÁVEIS RELEVANTES

Neste ponto do trabalho pretende-se elaborar algumas ponderações a respeito do significado e das tendências das variáveis mais expressivas na constituição do Fator Educação: percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta; taxa de distorção idade-série no ensino fundamental da rede pública; e taxa de distorção idade-série no ensino médio da rede pública¹⁸.⁶ Informa-se que o primeiro desses indicadores foi extraído dos censos demográficos de 2000 e 2010, e os demais, das pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para o ano de 2010.

Percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta em 2000 e 2010

Freire (1989), trabalhando principalmente com adultos e com uma perspectiva voltada à transformação da realidade, compreende que a educação é um ato político e que todo ato político é uma prática educativa. Por isso, verifica uma indissociável relação entre a alfabetização e a formação da cidadania. Tal formação, de acordo com sua própria argumentação, depende da capacidade de o homem realizar uma leitura rigorosa do mundo onde vive e com o qual se relaciona, algo que depende da possibilidade de rigorosa leitura de textos: *“No de la lectura de palabras y de su escritura em si mismas, cómo si leerlas y escribirlas no implicara otra lectura, previa y concomitante a aquélla, la lectura de la realidad misma”* (FREIRE, 1989, p. 43). De acordo com essa perspectiva, a linguagem escrita é antecedida e acompanhada das experiências que se têm no mundo. Assim, a noção de alfabetização é combinada à de codificação e decodificação de tais experiências, à problematização e à crítica da realidade.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) compreende que a educação pode ser tanto um elemento de coesão como de exclusão social, e que, portanto, tem importância na construção de uma sociedade democrática. Enquanto tal, ajuda “[...] o aluno a entrar na vida com capacidade para interpretar os fatos mais importantes relacionados quer com o seu destino pessoal, quer com o destino coletivo” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1998, p. 60). Coerentemente com essa visão, esse organismo entende por analfabeto aquele que, mesmo sabendo ler e escrever, não é capaz de usar esse conhecimento no seu cotidiano, seja para transmitir o que sabe aos outros, seja para evoluir profissionalmente ou adquirir novos conhecimentos. Indivíduos nessas condições são nomeados analfabetos funcionais (MORAES, 2011).

A ideia de mensurar tal fenômeno conduz, assim, à construção de conceitos operacionais que, embora não conseguindo captar a multiplicidade de dimensões naquele implicadas, revelam certo sentido na compreensão da realidade. A taxa que mede a alfabetização, por exemplo, é um indicador que “[...] não se limita a sintetizar a capacidade média de acesso à cultura escrita, mas pode também representar o perfil educacional básico de uma população,

¹⁸ A respeito da importância dessas três variáveis, assinala-se que, combinadas, representavam 63,77% do Fator Educação, tal como aqui considerado.

pois o aprendizado da escrita ocorre simultaneamente ao aprendizado de outras habilidades intelectuais” (SOUZA, 1999, p. 5).

Com essa perspectiva, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), visando mensurar os níveis de alfabetização de diferentes países, estabelece como conceito operacional que alfabetizado é todo aquele que consegue, no seu cotidiano, ler e escrever um texto pequeno e simples, compreendendo o seu sentido (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014). Contudo, nas pesquisas oficiais realizadas pelo governo brasileiro, a concepção é mais modesta. O IBGE, por exemplo, designa como analfabeta a pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. O INEP, por sua vez, define-a como aquela que declara não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece ou a que aprendeu a ler e escrever, mas esqueceu, ou que apenas assina o próprio nome (MORAES, 2011).

Seja a partir de uma ou de outra definição, estatisticamente o percentual da população analfabeta ou a taxa de analfabetismo de um determinado grupo etário é calculado considerando-se o total de analfabetos desse grupo, dividido pelo total da população da mesma faixa de idade e multiplicado por 100.

Tendo por base os dados dos censos demográficos do IBGE e aplicando a fórmula acima descrita, observa-se que no Brasil e na Bahia os níveis de analfabetismo apresentam clara redução nas últimas décadas. Essa situação se revela, por exemplo, pela comparação dos resultados de 2000 e de 2010. No primeiro deles, a taxa de analfabetismo brasileira para pessoas de 10 anos e mais era de 12,8%; em 2010, de 9,0%. Na Bahia, para os mesmos anos, tal taxa passou de 21,6% para 15,4%, respectivamente. Ressalta-se que, embora as tendências dessas duas unidades espaciais sejam comuns, a taxa estadual, assim como já se verificava nos anos 1990 (SANTANA, 2003), permanece acima da média nacional^{19,7}.

Dando-se particular atenção ao grupo etário de 7 a 14 anos – indicador entre os mais significativos para a verificação das condições de educação na Bahia²⁰ –,⁸ ressalva-se que essa é a idade em que deve ocorrer o início da escolarização formal, o que repercute em toda a vida escolar dos indivíduos. Por isso mesmo, considerando-se os dados de 2000 e 2010, é digno de nota que as políticas que visavam redução dos níveis de analfabetismo obtiveram resultado positivo no estado. Denota essa situação a primeira classe observada na Tabela 1E (que agrupa municípios com as menores proporções de pessoas que não sabem ler ou escrever

¹⁹ Santana (2003) argumenta que é preciso melhor entender as características do analfabetismo na Bahia, como, por exemplo, o fato de esse fenômeno ser mais intenso no meio rural do que no urbano. O autor menciona que “[...] mesmo o analfabetismo sendo bastante elevado entre a população urbana (15,8% em 1999, ou seja, acima da média global brasileira), entre a população rural ele assume contornos dramáticos, atingindo 40,2% do total das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ou seja, pessoas pertencentes a uma faixa etária que – excluindo-se as exceções que sempre existem – dificilmente voltarão a ter oportunidade de adquirir uma capacidade que constitui um pré-requisito mínimo da cidadania” (SANTANA, 2003, p. 119). Os dados dos censos de 2000 e 2010 revelam a persistência desses diferenciais e indicam que o analfabetismo nas áreas urbanas para esse mesmo grupo etário passou de 15,8% para 11,6%; nas rurais, de 39,5% para 30,31%.

²⁰ Ver, neste trabalho, texto que trata dos procedimentos metodológicos.

um bilhete simples em seu idioma). Em 2000, apenas São Domingos a integrava e, em 2010, o total de municípios que a compunha somava 81. No último ano em questão, em 14 desses municípios, a população superava os 50 mil habitantes, a exemplo de Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Barreiras, Irecê e Teixeira de Freitas. Entre os demais, havia aqueles com contingentes reduzidos, tais como Lafaiete Coutinho (3.901 hab.) e Nova Ibiá (6.184 hab.).

Também indica a queda das taxas de analfabetismo a comparação dos dados de 2000 e de 2010, tal como expostos na Tabela 1E. Em 2000, a maioria dos municípios baianos (290 deles, 69,88% do total) registrou taxas que variavam entre 21,82% e 48,83%. Entre eles estavam alguns cujo tamanho populacional se destaca na Bahia, tais como Ilhéus, Jequié, Juazeiro e Senhor do Bonfim. Na mesma ocasião, a maior taxa de analfabetismo auferida para a referida faixa etária foi a de Pilão Arcado (48,83%), que contava com 30.713 moradores. Dez anos depois, apenas 31, ou 7,43% dos municípios do estado apresentaram taxas de analfabetismo para pessoas de 7 a 14 anos superiores a 21,80%. Ademais, em 2010, o valor mais elevado, obtido por Pedro Alexandre, foi de 38,46%. Nessa data, o conjunto mais significativo de municípios foi aquele que observou taxas de analfabetismo de 9,55% a 13,30%. Eram 126 (30,22% do total estadual), entre os quais Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Alagoinhas e Simões Filho.

População de 7-14 anos analfabetas (%)	Quantidade de municípios			
	Valores absolutos		Valores relativos (%)	
	2000	2010	2000	2010
4,21 - 9,54	1	81	0,24	19,42
9,55 - 13,30	14	126	3,37	30,22
13,31 - 17,11	42	116	10,12	27,82
17,12 - 21,81	68	63	16,39	15,11
21,82 - 48,83	290	31	69,88	7,43
Total	415	417	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000, 2010 (2012).

Ressalta-se, ademais, que entre 2000 e 2010 apenas três municípios ampliaram a taxa de analfabetismo para pessoas de 7 a 14 anos: Terra Nova (de 11,20% para 11,64%); Jussari (de 24,17% para 25,90%); e São Domingos (de 7,25% para 10,73%). Todos os demais registraram declínio nos valores.

Outra possibilidade de observar a mencionada retração nos níveis de analfabetismo dá-se pela comparação das Figuras 3E e 4E.

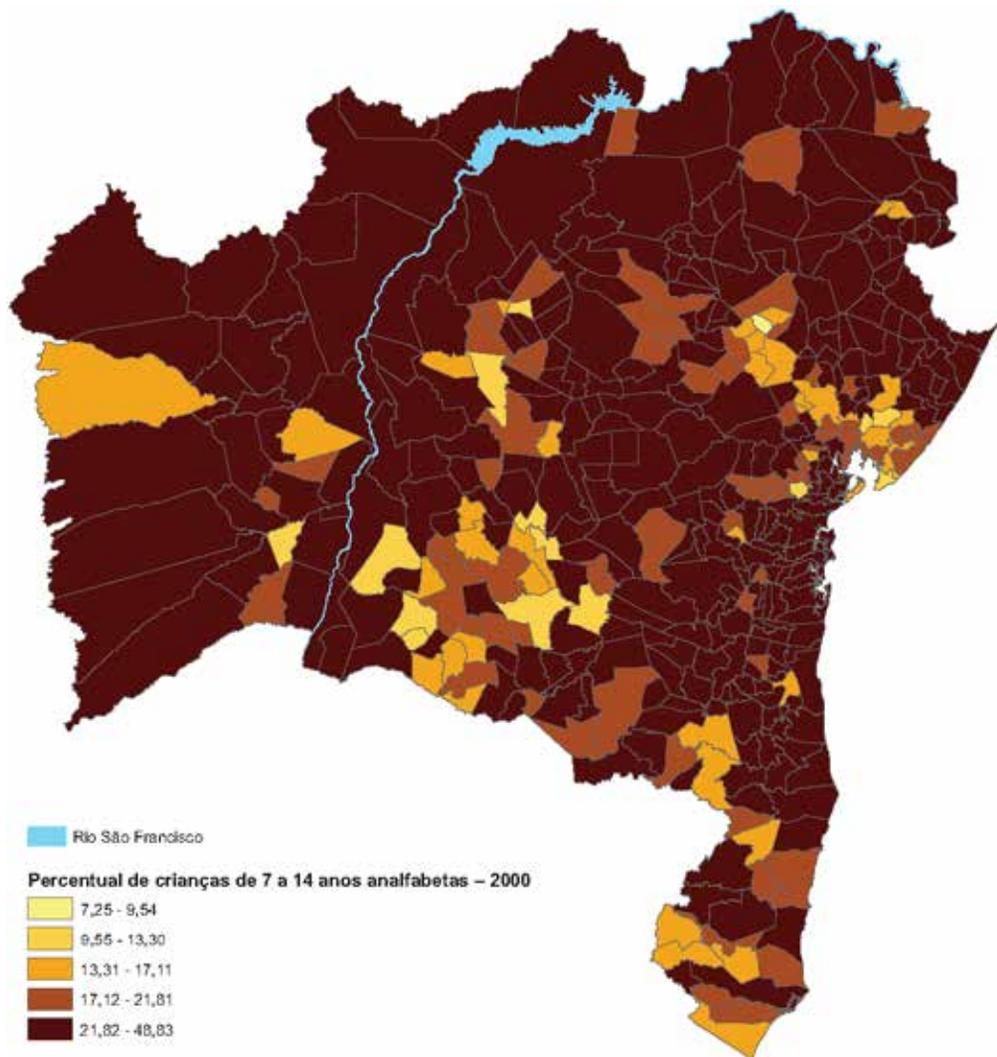


Figura 3E
Distribuição espacial do percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta
Bahia – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

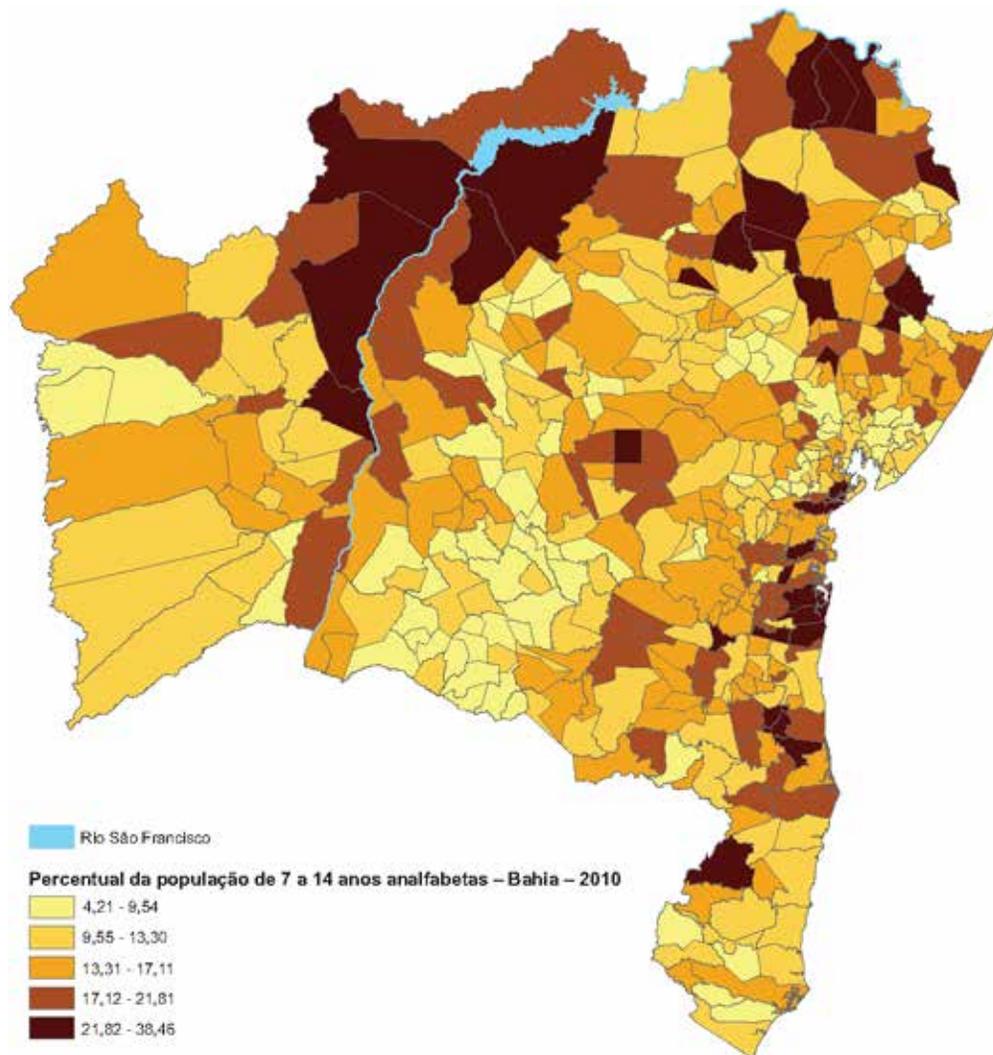


Figura 4E
Distribuição espacial do percentual da população de 7 a 14 anos analfabeta
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

Por essas mesmas figuras é possível evidenciar ainda que, em 2000, os mais altos percentuais de analfabetismo do grupo etário em análise distribuíam-se em municípios situados em diferentes partes do estado. Aglomerados daqueles com melhores valores podiam ser vistos mais próximos à área metropolitana e ao Recôncavo, no sudoeste e sul. No ano de 2010, persistiam aglomerações com indicadores mais altos em espaços mais restritos, como no entorno do São Francisco, ao norte e no baixo sul do estado.

Taxa de distorção idade-série

Em termos legais, entende-se que existe uma idade teoricamente ideal para que se ingresse no sistema de ensino, bem como aquela em que se espera que o indivíduo conclua os níveis fundamental e médio. Há muito, no Brasil, estabeleceu-se que sete anos seria a idade apropriada para a admissão no ensino fundamental, que tinha duração de oito anos. O ensino médio, que conta com três anos, idealmente seria concluído aos 17 anos. A partir de 6 de fevereiro de 2006, seguindo uma tendência que se disseminava na América Latina, foi aprovada no Brasil a Lei nº 11.274, que, alterando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, instituiu que o ensino fundamental deveria contar com nove anos e que a idade de ingresso nele passava a ser de seis anos²¹.

Tendo em perspectiva as ideias acima e os parâmetros oficiais do INEP, conclui-se que está “[...] em déficit de idade-série o aluno que possui idade-série teórica distorcida em dois anos ou mais [...]” e que “[...] os alunos que frequentam série não correlacionada com sua idade têm apresentado desempenho inferior aos alunos que estão nas séries correspondentes em sua idade” (MORAES, 2011, p. 38).

O dito déficit idade-série pode ser mensurado a partir da taxa de distorção idade-série, obtida considerando-se o total de matrículas de pessoas que cursam determinada série em idade superior àquela considerada ideal em relação ao total de matrículas na série em questão. Subentende-se, pois, que esse indicador aponta para questões referentes à repetência, assim como denota o tardio ingresso na educação formal e abandonos e reinserções no sistema de ensino (RIANI, 2005; SANTANA, 2003). É importante acrescentar que a distorção idade-série acarreta problemas para a continuidade da escolarização dos indivíduos e, conseqüentemente, para sua inserção na esfera produtiva.

Taxa de distorção idade-série do ensino público fundamental

Entre 1980 e 2000, de acordo com Riani (2005), a taxa de distorção idade-série referida ao ensino fundamental brasileiro declinou de 78% para 54%. Todavia, como os dados disponibilizados pela autora informam, no final do século XX, mais da metade dos que participavam desse nível de ensino não cursavam a série compatível com sua idade. Nos anos que se seguiram, diferentes políticas governamentais ocasionaram uma retração mais acentuada dessas taxas, que, em 2006, foi da ordem de 28,4%, e em 2010, de 23,6%. Na Bahia, tal retração também foi evidenciada. Entre 2006 e 2010²²,¹⁰a taxa de distorção idade-série para o ensino fundamental passou de 46,10% para 38,10%. No entanto, enquanto no último desses anos a distorção na

²¹ Conforme argumentam Ronsoni e Sarturi (2014), essa alteração já fora anunciada no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001. Nesse documento, propunha-se “[...] ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos, [em tese permitindo] oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período da escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade” (BRASIL, 2001 apud RONSONI; SARTURI, 2014, p. 5).

²² As primeiras informações sobre distorção idade-série disponibilizadas pelo INEP datam de 2006. Aquelas referentes a anos anteriores têm como fontes principais pesquisas do IBGE.

rede particular atingia 7,2% dos matriculados nesse nível de ensino, na rede pública, era de 41,4% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

Considerando-se exatamente os dados referentes às escolas públicas registrados em cada um dos municípios baianos, verifica-se que em 145 deles encontraram-se taxas de distorção idade-série para o ensino público iguais ou inferiores a 38,10%, média estadual de 2010. Desse total, 39 municípios (9,35% do total estadual) apresentavam valores entre 15,20% e 30,90% (Tabela 2E). O município de Souto Soares, com pouco menos de 16 mil moradores e situado na Chapada Diamantina, obteve a menor taxa de distorção idade-série. Seguiu-se a ele Itabuna (21,40%), localizada no sul do estado e que detinha então cerca de 205 mil habitantes.

Ainda compondo o grupo dos que apresentavam taxas inferiores a 30,91%, estavam Barreiras, Irecê e Luís Eduardo Magalhães, cujos papéis na dinâmica socioeconômica baiana são significativos. E também São Gabriel, Piatã e América Dourada, então com menos de 20 mil residentes cada e respondendo, também cada um deles, por menos de 0,1% das riquezas produzidas no estado.

Tabela 2E

Quantidade absoluta e relativa de municípios por taxa de distorção idade-série do ensino público fundamental – 2010

Taxa de distorção idade-série	Quantidade de municípios	
	Valores absolutos	Valores relativos (%)
15,20 - 30,90	39	9,35
30,91 - 38,10	106	25,42
38,11 - 41,40	53	12,71
41,41 - 50,00	160	38,37
50,00 - 67,40	59	14,15
Total	417	100,00

Fonte: INEP – Censo Escolar 2010 (2012).

Em 219 municípios – ou seja, 52,52% do total estadual –, os valores eram maiores que a média da Bahia. Entre eles encontravam-se Salvador (com 43,8%) e Feira de Santana (41,7%), assim como Alagoinhas e Cruz das Almas (46,1% e 40,6%, respectivamente). Os 59 municípios que registravam números ainda mais altos, acima de 50%, de forma geral, eram unidades cuja população somava menos de 20 mil habitantes. Em 12 deles, os contingentes oscilavam entre 21.000 e 35.000 habitantes, aproximadamente, e Araci, Monte Santo, Tucano, Euclides da Cunha e Conceição do Coité eram os que apresentavam os portes mais elevados, variando entre 51.651 residentes, o primeiro deles, e 62.040 moradores, o último.

A observação da Figura 5E indica que, no ano de 2010, aqueles que apresentavam as maiores taxas de distorção se aglomeravam, principalmente, entre o centro do semiárido e o litoral e daquela área em direção à divisa da Bahia com Sergipe. Igualmente apresentavam valores elevados municípios próximos do Rio São Francisco e da divisa entre o estado e o Piauí. Agru-

pamentos de municípios onde a distorção era menos acentuada (inferior a 30,91%) podiam ser identificados no centro do semiárido, assim como no oeste.

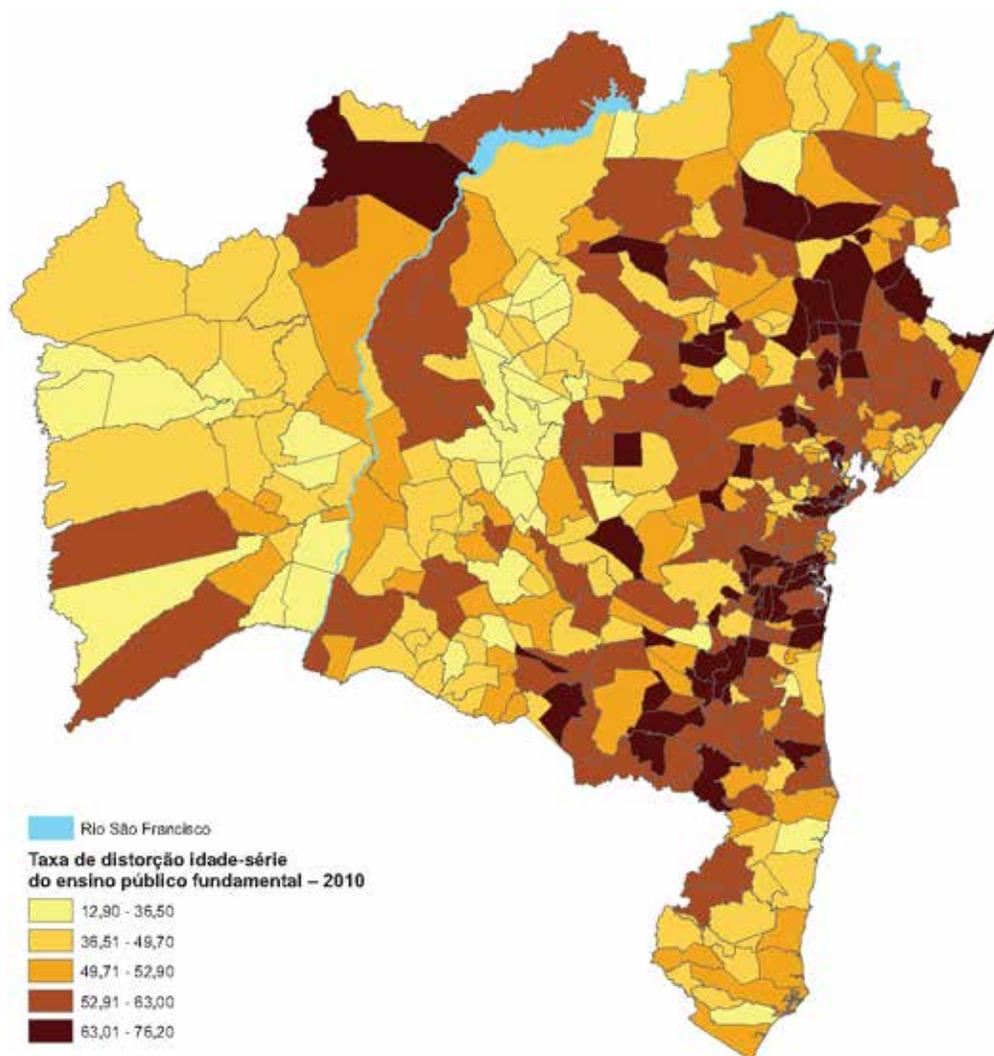


Figura 5E
Distribuição espacial da taxa de distorção idade-série do ensino público fundamental
Bahia – 2010

Fonte: INEP – Censo Escolar 2010 (2012).

Taxa de distorção idade-série do ensino público médio

Em 2000, no Brasil, a taxa de distorção idade-série do ensino médio era de 66,4% (RIANI, 2005), valor que se retraiu para 44,9%, em 2006, e para 34,5%, no ano de 2010. Em relação às grandes regiões, em 2006, no Norte e Nordeste, mais da metade dos matriculados nesse nível de ensino

tinham idade incompatível com a série que cursavam (63,5% e 62,3%, correspondentemente), ao passo que no Centro-Oeste eles eram 42,3%, no Sudeste, 33,5%, e no Sul, 29,8%. Em 2010, a taxa do Norte era de 50,0%, a do Nordeste, 46,6%, e no Centro-Oeste, 33,2%, enquanto as do Sudeste e Sul permaneciam, em relação às demais, como as menos expressivas: 26,2% e 24,6%, respectivamente (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014). Esses dados permitem afirmar tanto que diminuem os níveis de distorção como que ainda há um déficit idade-série no ensino médio bastante expressivo nas diferentes regiões brasileiras. Além disso, pode-se concluir que permanecem as desigualdades regionais em relação a esse tema, com o Norte e o Nordeste verificando situações de maior vulnerabilidade.

Na Bahia, entre 2006 e 2010, as taxas de distorção idade-série para o ensino médio declinaram de 65,6% para 49,7%. Todavia, para esse último ano, enquanto na rede particular tal taxa era de 10,0%, na rede pública, ela era igual a 52,9% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2014).

Lembrando-se que, em relação aos municípios, trabalha-se aqui apenas com as informações referentes à rede pública, verifica-se que 171 deles apresentavam valores inferiores à média total do estado em 2010, sendo que em 25 deles as taxas ficavam entre 12,90% e 36,50% (Tabela 3E). É digno de nota que desse conjunto apenas dois municípios tinham mais de 31.000 moradores: Barreiras e Teixeira de Freitas, ambos com populações que superavam os 100.000 habitantes. Entre os demais, em seis, o número de moradores era inferior a 10.000 pessoas. Com 10.290 residentes e onde em 80% dos domicílios o rendimento per capita familiar era de meio salário mínimo, Jucuruçu registrou a menor taxa de distorção do ensino médio da Bahia: 12,90%.

Ainda abaixo da média estadual havia outro grupo no qual as taxas de distorção idade-série para os alunos do ensino médio oscilavam entre 36,51% e 49,70%. Dele participavam alguns dos municípios que, embora se destacassem na Bahia – como Bom Jesus da Lapa, Irecê, Guanambi, Jacobina, Candeias, Santo Antônio de Jesus, Eunápolis e Paulo Afonso –, registraram taxas de distorção do ensino médio acima dos 40%. Da mesma forma, integravam-no unidades de menor tamanho demográfico e que no estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic) de 2007 figuravam como centros locais²³. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). Exemplificam essa situação Contendas do Sincorá, Gavião, Muniz Ferreira e Rodelas.

²³ Neste estudo, por centros locais entendem-se as “[...] cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites de seu município, servindo apenas aos seus habitantes, e têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes)” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008, p. 13).

Tabela 3E
Quantidade absoluta e relativa de municípios por taxa de distorção idade-série do ensino público médio – Bahia – 2010

Taxa de distorção idade-série	Quantidade de municípios	
	Valores absolutos	Valores relativos (%)
12,90 - 36,50	25	6,00
36,51 - 49,70	146	35,01
49,71 - 52,90	49	11,75
52,91 - 63,00	139	33,33
63,01 - 76,20	58	13,91
Total	417	100,00

Fonte: INEP – Censo Escolar 2010 (2012).

Acima da média baiana (49,70%) e abaixo do valor médio obtido pela rede pública (52,90%) foram encontrados 49 municípios, ou 11,75% do total estadual. Nota-se que na rede pública de Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Feira de Santana e Simões Filho – todos com significativa dinâmica urbana –, cerca de 50% do alunado que frequentava o ensino médio apresentava idade inadequada em relação à série em que estava matriculado.

Em 33,33% das unidades municipais do estado, a situação apresentava-se mais severa, visto que suas taxas de distorção idade-série situavam-se entre 52,91% e 63,00%. Foi o que ocorreu com Salvador, a metrópole baiana, e Camaçari, que integra a RMS, e também nas capitais regionais Vitória da Conquista e Ilhéus, nos centros regionais Alagoinhas e Jequié, e no centro de zona Porto Seguro. Junto a eles estavam, igualmente, os centros locais de Aiquara, Catolândia, Ibiquera, Lajedão e São José da Vitória^{24,12}.

Entre aqueles que verificaram taxas acima de 63,00%, diferentemente do que se apurou em relação aos demais grupos, não se encontraram municípios com tamanhos demográficos relevantes em relação ao estado. Dos 58 que faziam parte desse grupo, os maiores foram Araci (51.651 pessoas), Jaguaquara (51.011 residentes) e Monte Santo (52.338 moradores). Todos os demais registraram menos de 40 mil habitantes. Note-se que, desse total, em 12 municípios, a taxa de distorção referente ao ensino médio público superava os 70%, sendo que os maiores valores foram os de Cravolândia, Jaguaripe e Cardeal da Silva.

Acrescenta-se que no Recôncavo, litoral sul e sudoeste se encontravam aglomerados relativamente contínuos de municípios com altas proporções de distorção idade-série no ensino médio. Entre o litoral norte e o nordeste havia também unidades com taxas elevadas – superiores aos 52,90% –, o que se equivale ao evidenciado naquelas que são limítrofes a Pernambuco e Piauí (Figura 6E).

Destaca que, no centro do estado, ou seja, na porção semiárida, bem como no seu oeste, os valores eram menores do que aqueles registrados em outras porções do território estadual, inclusive em municípios da RMS.

²⁴ Classificação dos municípios conforme Regic 2007 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

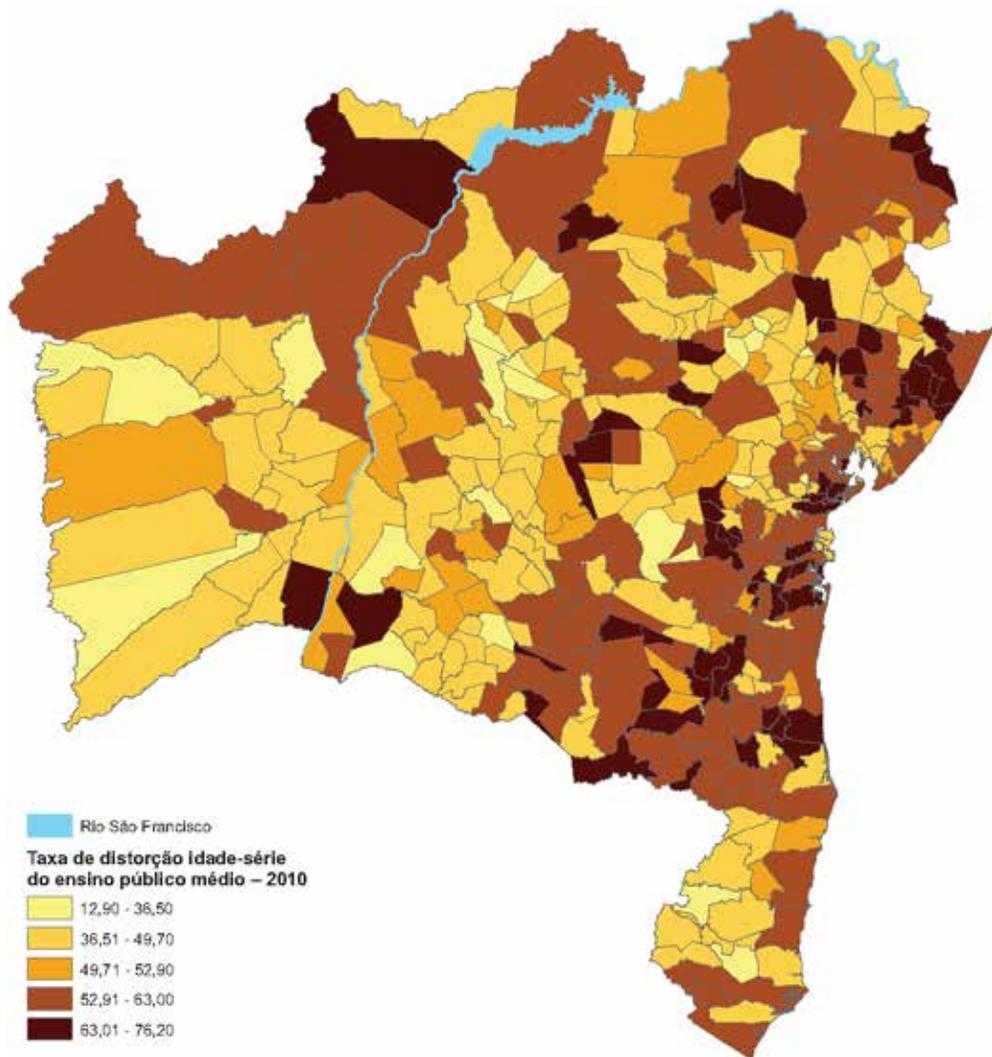


Figura 6E
 Distribuição espacial da taxa de distorção idade-série do ensino público médio
 Bahia – 2010

Fonte: INEP – Censo Escolar 2010 (2012).

MORADIA

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO

Da condição inicial de recurso essencial à sobrevivência do homem – basicamente como abrigo –, a moradia, no contexto histórico dos processos de desenvolvimento das sociedades capitalistas, passa a ser considerada um dos aspectos relevantes para o reconhecimento desse mesmo homem enquanto ser social. Sob determinado ponto de vista, trata-se de lugar potencializador da intimidade e individualização, da estruturação das relações familiares, do repouso e preparação para o enfrentamento da competição social. Insere-se, portanto, nas lógicas e processos gerais da reprodução social, como assinala Carlos (2004, p. 118):

A apropriação dos lugares da cidade para a realização concreta da vida se transforma em função das estratégias da reprodução social no espaço, a partir da habitação. Primeiramente, porque o homem habita e se percebe no mundo a partir de sua casa [...]. Assim, a casa envolve outras dimensões espaciais como a rua, depois o bairro, onde vai se tecendo a trama de relações do indivíduo em sociedade através dos modos de uso dos lugares da cidade. Assim, cria-se na relação casa-rua-bairro o primeiro quadro de articulação espacial no qual se apoia a vida cotidiana.

Desse modo, ao lado de outros elementos considerados fundamentais, como a saúde, a educação e a renda, também a moradia possibilitaria aos indivíduos e grupos sociais, em tese, o desenvolvimento das suas capacidades, a realização de mais variadas e melhores escolhas e uma inserção mais virtuosa no mundo do trabalho e na própria vida social, de acordo com o já conhecido enfoque das habilitações ou capacitações progressivas enquanto forças motrizes do próprio desenvolvimento (SEN, 1999, 2000). Tal perspectiva, ainda que fundamentalmente

centrada no indivíduo^{25,1}, pode, em alguma medida, sofrer extrapolações para análise do conjunto da sociedade.

Por outro lado, a moradia é, igualmente, uma necessidade social, portanto não apenas individual, e é nesse sentido que, no Brasil, desde 2000, por intermédio da Emenda Constitucional nº 26^{26,2}, passa a compor o elenco de direitos sociais, vale dizer, de direitos da cidadania. Assim, o provimento de condições para moradia transcende o âmbito das ações meramente individuais e familiares, inserindo-se no rol de atribuições do Estado^{27,3}. A este último compete estabelecer o aparato legal – para além da simples exigência do cumprimento de disposições contratuais entre entes privados – e fornecer as infraestruturas necessárias à implantação de domicílios, sejam eles financiados por fundos públicos ou vendidos, como se mercadorias fossem, pelos setores privados. Isso implica afirmar que a provisão de moradia possui dupla

²⁵ Duayer e Medeiros (2003, p. 260) argumentam com clareza que a abordagem de Sen (1999, 2000) é tributária de categorias inscritas nos marcos da chamada sociedade civil, ela própria uma construção teórica, política e ideológica decorrente dos processos históricos de emancipação burguesa. Com efeito, a sociabilidade calcada no caráter irreduzível dos indivíduos, bem como na sua disposição “natural” para efetuar trocas mercantis, é também um dos elementos constitutivos das teorias do economista indiano. Isso o leva a enxergar com alguma desconfiança, pelo menos, a possibilidade de se interpor alguma restrição à liberdade plena de troca entre aqueles, mesmo quando se saiba, de antemão, de prováveis efeitos danosos para terceiros, ou mesmo para a coletividade, derivados de algumas dessas transações de mercado. Desse modo, mesmo se posicionando *a priori* contra as teorias utilitaristas ortodoxas, em termos mais genéricos o autor avalia que “[...] a liberdade de uma pessoa pode ser considerada valiosa em adição às realizações dela mesma. As opções e oportunidades de um indivíduo podem ser julgadas importantes em uma avaliação normativa em adição àquilo que ele acaba realizando ou assegurando. A liberdade pode ser valorizada não meramente porque auxilia a realização, mas também em razão de sua própria importância, extrapolando o valor do resultado realmente alcançado. Se, por exemplo, todas as alternativas além daquela verdadeiramente escolhida fossem eliminadas, isso não afetaria a realização (uma vez que a alternativa escolhida ainda pode ser escolhida), mas a pessoa claramente tem menos liberdade, e isso pode ser considerado uma perda de certa importância” (SEN, 1999, p. 76).

²⁶ A Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, alterou a redação do artigo sexto da Constituição federal, estabelecendo como direitos sociais: a educação; a saúde; o trabalho; a moradia; o lazer; a segurança; a previdência social; a proteção à maternidade e à infância; e a assistência aos desamparados.

²⁷ De um ponto de vista diametralmente oposto, que combate permanentemente determinadas intervenções estatais por considerá-las indevidas e mesmo perigosas para os indivíduos, assim se posiciona o teórico maior do pensamento neoliberal: “[...] a iniciativa de reduzir o custo da habitação para os segmentos mais pobres da população, pela oferta de habitações pertencentes ao Estado e cedidas a um custo subsidiado à população ou por subvenções aos custos de construção, já é aceita como característica permanente do Estado previdenciário. Poucos entendem que, a menos que tal iniciativa seja cuidadosamente limitada em dimensão e método, provavelmente produzirá resultados muito semelhantes aos do controle dos aluguéis. O primeiro ponto a ser destacado é que qualquer grupo de pessoas que o governo pretenda auxiliar com habitações pertencentes ao Estado só será beneficiado se os órgãos oficiais cederem todas as novas residências de que esse grupo precisa. Se o governo oferecer apenas uma parte das residências necessárias, na realidade isto não constituiria um acréscimo, mas apenas uma substituição de parte da oferta do setor privado. Em segundo lugar, as moradias mais baratas fornecidas pelo governo terão de ser estritamente limitadas à classe que se pretende auxiliar; e, para atender meramente à busca de aluguéis mais baixos, o governo terá de fornecer número de residências consideravelmente maior do que a própria demanda da classe poderia comportar. Em terceiro lugar, esta limitação do sistema público de habitação às famílias mais pobres geralmente só será viável se o governo não procurar oferecer residências que sejam ao mesmo tempo mais baratas e substancialmente melhores do que aquelas que as pessoas possuíam antes; caso contrário, os beneficiários desse sistema ficariam melhor acomodados do que indivíduos de nível econômico imediatamente superior; e a pressão destes últimos para também serem contemplados pelo sistema se tornaria irresistível, processo que se repetiria e progressivamente envolveria número cada vez maior de indivíduos. Consequentemente, como já foi várias vezes observado pelos reformadores da política habitacional, qualquer mudança mais ampla nas condições habitacionais pela intervenção do governo só será possível se praticamente todo o sistema habitacional de uma cidade for considerado um serviço público, financiado por fundos públicos. Entretanto, isso não significa apenas que as pessoas em geral serão obrigadas a gastar muito mais em habitação do que pretendem, mas também que sua liberdade pessoal estará gravemente ameaçada” (HAYEK, 1983, p. 415-416).

vinculação: está relacionada tanto às políticas públicas e outras ações governamentais quanto aos chamados mecanismos de mercado.

Porém, mesmo no âmbito específico das políticas públicas, considerando-se que o Estado está inserido numa ordem social e econômica capitalista – um Estado capitalista, vale dizer –, não causa estranheza que suas políticas e intervenções estejam de modo geral informadas pelos processos e lógicas que regem a expansão e acumulação de capital. Em relação à moradia, particularmente em torno de determinadas modalidades suas, Dias (2006, 2008) e Dias e Vidal (2009) chamam a atenção para o fato de que o grande capital imobiliário, se não determina, ao menos condiciona importantes intervenções do aparelho governamental – e, a rigor, também algumas das suas inações²⁸ –, para que ambas, isto é, as ações e inações estatais, tornem-se funcionais à apropriação e à valorização imobiliárias. De forma global, tal processo é assim visto por Carlos (2004, p. 91):

A produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano, onde o espaço fragmentado é vendido em pedaços, tornando-se intercambiável a partir de operações que se realizam através e no mercado; tendencialmente produzido enquanto mercadoria, deste modo o espaço entra no circuito da troca, generalizando-se na sua dimensão de mercadoria. Nesse contexto o espaço é fragmentado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo se redefinem constantemente em função da contradição crescente entre a abundância e a escassez, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação a partir da interferência do Estado. Deste modo, o espaço é produzido e reproduzido, de um lado enquanto espaço de dominação e, de outro, enquanto mercadoria reproduzível. Nesse contexto, o uso do espaço na cidade subordina-se cada vez mais à troca, à reprodução do valor de troca, que submete o uso às necessidades do mercado imobiliário.

Paralelamente a isso, a assim chamada moradia popular segue sendo alvo de programas governamentais, os quais, isoladamente – isto é, no âmbito do uso restrito de recursos públicos – ou em articulação com capitais privados, buscam combater ou minimizar um histórico déficit associado aos grupos sociais com menores rendimentos. Isso ocorre tanto no que diz respeito à falta de moradia propriamente dita como no que se refere à inadequação daquelas já existentes, pela ótica de uma deficiente condição de habitabilidade. Alguns desses programas, no entanto, fracassam em seus objetivos mais ambiciosos. Assim, não surpreende o fato de que, entre os grupos sociais de baixa renda e sem rendimento fixo, a autoconstrução,

²⁸ Conforme definição praticamente consensual que demarca o campo de análise das políticas públicas. Nesse sentido, política pública passa a ser considerada como tudo aquilo que o governo decide fazer ou deixar de fazer (DYE, 2005; SOUZA, 2006).

normalmente em áreas periféricas, em meio a infraestruturas precárias ou mesmo inexistentes²⁹, loteamentos clandestinos e ocupações irregulares, se torne a “solução” que possibilita aos mais pobres, de modo geral, o acesso à moradia (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS, 1980; DIAS; VIDAL, 2009; PEREIRA; SOUZA, 2006). Essa seria a chamada moradia possível, sobretudo devido às condições de reprodução social, mas que dificilmente obtém o status de domicílio adequado segundo padrões mais sóbrios, sejam eles nacionais ou internacionais³⁰. Em visão retrospectiva, na primeira metade do século XIX, no espaço nacional no qual se realiza, primariamente, o apogeu do capitalismo industrial, Engels (2008) já descreve a tragédia social resultante desse processo³¹, o qual, agora numa perspectiva histórica mais larga, é explicado pelo mesmo autor da seguinte forma:

El denominado problema de la vivienda, al que la prensa dedica hoy en día tanta atención, no consiste en el hecho de que la clase obrera viva por lo general en viviendas deficientes, superpobladas y malsanas. Este problema de la vivienda no es privativo de la época presente; ni siquiera es uno de los males típicos del proletariado moderno, que no hubiesen padecido las anteriores clases oprimidas de todos los tiempos. [...] Lo que se entiende hoy en día por problema de la vivienda es el agravamiento concreto que han experimentado las malas condiciones de vivienda de la clase obrera a causa de la súbita afluencia de población a las grandes ciudades; el enorme aumento de los alquileres; el hacinamiento aun mayor de inquilinos en cada vivienda, y para algunos la imposibilidad de encontrar cualquier alojamiento. (ENGELS, 1974, p. 15).

²⁹ Nesse aspecto, Santos (2002, p. 47) é categórico: “Como morar na periferia é, na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por eles preços extorsivos”.

³⁰ Particularmente em relação às moradias ditas populares viabilizadas por programas governamentais, assim enfatiza Santos (2002, p. 46): “Quando, diante da situação explosiva nas cidades [...], foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais, neste caso sem aspas. A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial [...] passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades”.

³¹ Tomando por base um dos principais bairros proletários londrinos de então, diz Engels (2008, p. 71): “É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade [...]. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro, o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição”. Algumas décadas depois, na passagem do século XIX para o XX, em plena era vitoriana e com o capitalismo industrial mantendo ainda vigoroso ritmo, o drama social britânico representado pelo pauperismo – com destaque para as dramáticas condições de moradia dos subproletários – permaneceria praticamente inalterado, como demonstra o impactante relato de London (2004).

O conjunto dessas moradias “populares” configura, pois, a cidade “informal” de que falam Pereira e Souza (2006), em contraposição a uma cidade mais “formal”, por assim dizer. Esta é composta por áreas e residências servidas por adequadas infraestruturas e respeita, de modo geral, uma legislação urbanística que, em vários aspectos, se mostra sensível a interesses instituídos, por vezes amplamente consolidados³².⁸ De todo modo, configura-se uma condição de disparidade entre as características e a localização das moradias dos estratos sociais com maiores rendimentos e os domicílios daqueles grupos de baixa renda, tanto em relação a valores de uso quanto no que se refere a valores de troca (valor de mercado do imóvel), como, neste último ponto, ressalta Oliveira (2006)³³.⁹ Em duas palavras, para não fugir a termos caros a essa área de estudos: segregação socioespacial³⁴.¹⁰

Verifica-se, portanto, a relevância das condições de moradia para composição da análise da dinâmica de uma determinada sociedade, pois se de um lado elas revelam aspectos cruciais das desigualdades sociais e econômicas e da própria pobreza³⁵, de outro contribuem para reproduzi-las e perpetuá-las. Articuladas à reprodução social, as condições de moradia apresentam sérias repercussões sobre a saúde, a educação, a estruturação das famílias e a inserção dos indivíduos e grupos sociais na esfera produtiva, assim como em outras esferas da vida social. São, afinal, a um só tempo, efeito e causa. Tais condições terminam por extrapolar as características mais específicas do domicílio – como, por exemplo, o número de cômodos, de banheiros e de dormitórios, os tipos de materiais empregados nos pisos, paredes e coberturas, a densidade de pessoas por domicílio –, não obstante estas últimas revelarem, por intermédio de variáveis, sua efetiva importância. Referem-se, entre outros aspectos, segundo a perspectiva de adequabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU), à segurança jurídica da posse do imóvel; à disponibilidade de serviços e infraestruturas públicas; ao custo acessível da moradia, contemplando os grupos sociais mais carentes; à localização e habitabilidade; à

³² Para Carlos (2004, p. 89), é “[...] nesse processo que o Estado vai intervir, através das estratégias de renovações urbanas, com o objetivo de atenuar as contradições que impedem a reprodução do espaço do ‘capital’, [porém] aprofundando os conflitos em torno da reprodução do espaço da vida”. Ademais, vale frisar que tal contradição é em boa medida aparente, uma vez que, do ponto de vista da totalidade social, é justamente a junção e articulação entre essas “duas cidades” (a formal e a informal) que viabiliza, conforme Santos (2002, p. 46), a “cidade corporativa”, marcada por “extensores urbanos” que ampliam progressivamente sua superfície e retroalimentam um processo de especulação e valorização imobiliárias.

³³ Radicalizando o argumento, esse autor enfatiza que os mais pobres, adquirindo um lote e empregando sobretudo sua força de trabalho na construção da própria moradia, terminam por produzir um bem que, servindo exclusivamente à finalidade de residir, não possui, fundamentalmente, valor de troca, uma vez que “[...] se decomposermos o custo de uma habitação popular, ele é basicamente força de trabalho do próprio futuro e feliz proprietário. Aí chegamos ao paradoxo de que isso não cria valor, não se constitui em mercadoria” (OLIVEIRA, 2006, p. 72).

³⁴ A segregação socioespacial é caracterizada pela distinta localização dos grupos sociais nos espaços urbanos, pelas igualmente distintas condições de vida e urbanização nesses mesmos espaços, assim como pelas diferenças e desigualdades relativas aos próprios domicílios (CALDEIRA, 2003; CARLOS, 2004; DIAS, 2006; VILLAÇA, 2001).

³⁵ Não obstante a relevância de abordagens multidimensionais, relativamente mais recentes, sobre o fenômeno da pobreza, dada a incapacidade da categoria “renda” para caracterizá-lo para além da insuficiência de consumo e da privação de liberdades econômicas gerais (KERSTENETZKY, 2010), é, contudo, ainda “[...] a falta de renda ou a pobreza monetária que prevalece como medida de destituição, catalogação de quem é pobre e identificação dos elegíveis a quem se reconhece o direito de se tornarem beneficiários de programas de enfrentamento da pobreza. Sim, porque contar os pobres significa buscar uma forma de regular a pobreza por meio da identificação dessa população, classificação, habilitação, assistência e monitoramento” (LAVINAS, 2010, p. 129).

diversidade nos padrões construtivos, fruto de diferenças culturais. Em suma, ultrapassando as características físicas das moradias, atingem em cheio a categoria “habitação”, uma vez que

[...] é preciso considerar que o espaço da habitação, na realidade, não pode ser restrito ao plano da casa, pois o sentido do habitar é muito mais amplo, envolvendo vários níveis e planos espaciais de apropriação. Nesse sentido, ilumina uma articulação indissociável entre espaço-tempo, na medida em que o uso do espaço urbano se realiza enquanto emprego de tempo – realização dos momentos da vida enquanto uso do espaço. Assim, a prática socioespacial no plano do vivido aparece, enquanto modo de apropriação dos lugares onde se realizam os vários momentos da vida cotidiana, para além da casa. (CARLOS, 2004, p. 117-118).

De todo modo, apesar do importante esforço de se emprestar um caráter mais normativo ao conceito de adequação domiciliar, Jannuzzi (2003) chama a atenção para o fato de que tal conceito comporta, necessariamente, aspectos objetivos e subjetivos. Entre os objetivos, não apenas aqueles já citados e relacionados ao domicílio, como também ao seu entorno, ambos mais facilmente mensuráveis. Já entre os subjetivos, os quais normalmente demandam maiores estudos e análises, porém igualmente passíveis de mensuração, destacam-se os discursos e visões que os próprios moradores possuem acerca de quão adequadas ou inadequadas são suas moradias. Em resumo: se estão ou não satisfeitos com a moradia, a vizinhança, o bairro e a cidade; se pretendem ou não mudar-se de domicílio ou cidade; se consideram ou não suas necessidades básicas, de cultura e lazer atendidas; e, do mesmo modo, o grau de importância que atribuem a cada uma dessas avaliações próprias. Bem assim, especial atenção deve ser dada à questão dos serviços e infraestruturas postos à disposição das moradias, em particular àqueles ligados ao acesso à rede de energia elétrica, ao transporte coletivo e ao saneamento básico, o qual compreende, de acordo com a Lei nº 11.445³⁶, de 2007, abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais. Para fins de realização deste trabalho e levando-se em conta, ainda, determinadas variáveis selecionadas, moradia aqui é considerada em seu sentido mais restrito, isto é, como sinônimo de domicílio, e não em um possível sentido mais amplo de habitação. Afinal, conforme definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), domicílio é

[...] o local estruturalmente separado e independente que serve de habitação a uma ou mais pessoas. [...] A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas,

³⁶ A Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, segundo uma visão global, para além do manejo de resíduos sólidos. Assim, ao lado deste último são também contemplados o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a limpeza urbana, a drenagem e o manejo das águas pluviais, de modo que a viabilização de todos esses aspectos contribua para promoção da saúde pública e proteção do meio ambiente.

coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto. Segundo a espécie os domicílios podem ser particulares ou coletivos. Segundo a natureza os domicílios podem ser classificados em permanentes ou improvisados. Segundo a sua estrutura, os domicílios podem ser classificados em duráveis ou rústicos. (ALVES, 2004, p. 16-17).

Ainda de acordo com definições oficiais empregadas pelo IBGE, conforme Alves (2004), para fins de classificação, moradia adequada é todo domicílio particular permanente com rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo por serviço de limpeza e até dois moradores por dormitório. Já moradia semiadequada é o domicílio particular permanente com, pelo menos, um serviço inadequado entre aqueles exigidos para a moradia adequada. Finalmente, moradia inadequada é o domicílio particular permanente com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente (ou outra forma), sem banheiro e sanitário (ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma), com lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, rio, lago ou mar (ou outro destino), além de contar com mais de dois moradores por dormitório.

Vale lembrar que a existência de bens duráveis no domicílio (rádio, geladeira, máquina de lavar roupa, telefones fixo e celular, motocicleta, automóvel, televisor e computador, com e sem acesso à internet etc.), igualmente verificada pelo questionário amostral censitário, tanto pode ser entendida como aspecto que contribui para a caracterização e análise da moradia, como também, e mais comumente, pela ótica econômica, por revelar determinado padrão de consumo – no caso, de energia elétrica – ou, em outros termos, disponibilidade de renda maior ou menor. Neste estudo, a verificação da existência dos aludidos bens duráveis não foi considerada como aspecto componente da Dimensão Moradia, em seu sentido operacional empregado.

Abstraindo-se as opções metodológicas, há ainda que se lamentar que as condições gerais dos respectivos entornos dos domicílios, pesquisadas antes mesmo da realização do Censo Demográfico 2010, ainda que aplicadas à quase totalidade das áreas urbanas do país (logradouros públicos urbanos), tiveram seus resultados divulgados por macrorregiões e estados, além dos 15 municípios brasileiros com população superior a 1.000.000 de habitantes (no caso da Bahia, apenas Salvador). Pela observação direta de pesquisadores, essas condições revelaram importantes elementos relativos à infraestrutura urbana³⁷. (identificação dos logradouros, iluminação pública, pavimentação, arborização, bueiro/“boca de lobo”, acumulação de lixo em vias públicas, esgoto a céu aberto, meio-fio/guia, calçada, rampa para cadeirante). Assim, os municípios, em

³⁷ Ver Características urbanísticas do entorno dos domicílios (CENSO DEMOGRÁFICO, 2012).

sua totalidade, compreendendo áreas urbanas e rurais e se constituindo numa unidade territorial básica do estudo ora proposto, não foram contemplados na apresentação de tais resultados, o que é, até certo ponto, natural, pois a ênfase dessa pesquisa específica do IBGE recaiu nos aspectos intraurbanos, para fins de subsídio ao planejamento. Contudo, e exemplificando, uma vez que as áreas rurais mostram-se ainda bastante relevantes para a compreensão do fenômeno da pobreza na Bahia, entende-se *a priori* que uma caracterização mais completa das condições de moradia ficaria prejudicada, em alguma medida, por outra via analítica.

FATOR MORADIA

Conforme explicado mais detalhadamente no capítulo referente aos procedimentos metodológicos, o Fator Moradia, assim como os demais fatores deste estudo, resulta da combinação de um amplo conjunto de indicadores extraídos do Censo Demográfico 2010. Desses indicadores, três são os que se apresentam como mais relevantes, isto é, que representam, de forma combinada, uma síntese do referido Fator³⁸. São eles: o percentual de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado; o percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral; e o percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário. O primeiro deles diz respeito diretamente ao saneamento básico e à saúde pública; o segundo se refere, ao mesmo tempo, ao saneamento básico e às condições de higiene do domicílio, com repercussões claras sobre a saúde dos seus residentes; e o terceiro remete igualmente às condições de higiene da moradia. Ademais, no âmbito da saúde pública, no caso dessas três variáveis, é inegável que uma baixa cobertura favorece a proliferação de doenças transmissíveis por contaminação ambiental.

Como se pode observar na Figura 1M, as áreas contíguas que apresentam as maiores incidências do Fator Moradia como um dos determinantes do fenômeno da pobreza, em 2010, na Bahia – de acordo com a perspectiva multidimensional escolhida para compreensão do aludido fenômeno – localizam-se em diversas porções do território estadual. Considerando-se as duas faixas com maior incidência desse Fator, destacam-se, nesse particular, áreas de extensões territoriais, dinâmicas econômicas e densidades demográficas distintas, entre outros aspectos.

Uma delas (M1), tendo início na porção sul do Recôncavo, atinge o baixo sul e parte do sul do estado, abarcando municípios como Salinas da Margarida, Jaguaripe, Teolândia, Presidente Tancredo Neves, Piraí do Norte, Cairu, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Una e Santa Luzia. Outra (M2) localiza-se no entorno de Vitória da Conquista, mais ao norte e oeste desse município, englobando Belo Campo, Tremedal, Caraíbas, Maetinga, Presidente Jânio Quadros, Aracatu, Anagé, Caetanos, Mirante, Bom Jesus da Serra, Boa Nova e Manoel Vitorino. A sudeste de Vitória da Conquista, Ribeirão do Largo também apresenta expressiva incidência do Fator Moradia.

³⁸ Combinadas, as três variáveis respondem por 70,22% do Fator Moradia, vale dizer, por expressiva intensidade dos aspectos de moradia vinculados ao fenômeno da pobreza na Bahia em 2010.

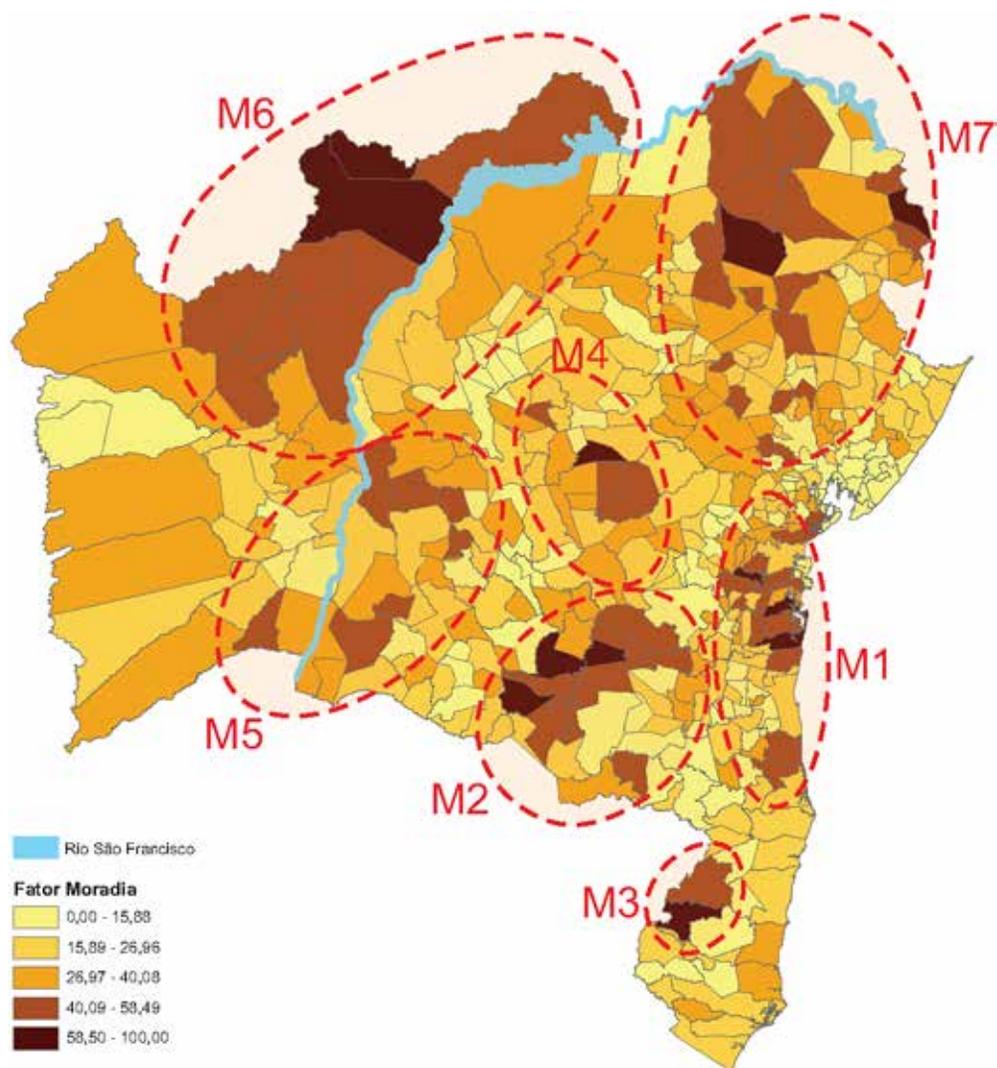


Figura 1M
Distribuição espacial do Fator Moradia nos municípios
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Uma terceira aglomeração (M3), de menor extensão comparativamente às já citadas, situa-se no extremo sul, próxima à divisa com Minas Gerais, composta pelos municípios de Jucuruçu e Guaratinga. Uma quarta (M4), também de pequena extensão relativa, encontra-se na parte central do estado, incluindo Lajedinho, Ibiquera, Boa Vista do Tupim e Mulungu do Morro. Alguma dispersão caracteriza a área M5, entre a proximidade da divisa com Minas Gerais (Palmas de Monte Alto e Matina) e mais em direção ao centro, na faixa de transição deste para os cerrados baianos (Paratinga, Boquira, Ibipitanga e Caturama).

Finalmente, duas áreas de expressiva extensão territorial, porém com densidades demográficas significativamente distintas: a M6, que comporta municípios do baixo e médio São Francisco, como Casa Nova, Remanso, Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Buritirama, Barra, Mansidão, Santa Rita de Cássia e Cotegipe; e a M7, localizada principalmente no nordeste do estado, que inclui os municípios de Coronel João Sá, Pedro Alexandre, Santa Brígida, Araci, Quijingue, Monte Santo, Canudos, Uauá, Curaçá, Chorrochó e Macururé, entre outros. Nesta última aglomeração, algum espaçamento também se verifica e, nas proximidades de Riachão do Jacuípe, os municípios de Pé de Serra, Gavião, Candéal e Lamarão apresentam-se entre aqueles com forte incidência desse Fator. Nessa mesma situação se encontram Antônio Cardoso e Ipecaetá, mais próximos a Feira de Santana.

Dos 417 municípios baianos, 70 incluem-se nas duas faixas de maior incidência do Fator Moradia, como registrado na Tabela 1M. Destes, 12 apresentam-se na faixa de maior intensidade, numa escala que vai de 58,50 a 100,00. Incidências que poderiam ser consideradas ainda mais elevadas, acima de um valor de 80,00, por exemplo, verificam-se em Pedro Alexandre, Pilão Arcado e Campo Alegre de Lourdes. Este último município, por sinal, representa um dos extremos escalares. No caso, aquele com máxima incidência do Fator (o outro extremo escalar, aquele município que sofre menor incidência desse Fator, é Madre de Deus). No que diz respeito à extensão territorial das aglomerações, número de unidades municipais que as formam e totais populacionais envolvidos, as maiores incidências do Fator Moradia localizam-se em áreas em torno do baixo sul, sudoeste (numa área polarizada por Vitória da Conquista), baixo e médio São Francisco e nordeste do estado, respectivamente, neste trabalho, as áreas M1, M2, M6 e M7.

Tabela 1M
Quantidade de municípios por faixas de incidência do Fator Moradia
Bahia – 2010

Faixa de incidência	Quantidade de municípios	Percentual sobre total de municípios do estado
0,00 – 15,88	114	27,34
15,89 – 26,96	137	32,85
26,97 – 40,08	96	23,02
40,09 – 58,49	58	13,91
58,50 – 100,00	12	2,88
Total	417	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012).

CLUSTER MORADIA

Conforme já explicado no capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos, a técnica de Moran, empregada para a formação de *clusters*, reforça aquilo que as representações espaciais – tanto do Fator Moradia (Figura 1M) como das suas variáveis mais expressivas e que o sintetizam em boa medida – já revelam. Tomando-se por base os agrupamentos de

municípios contíguos com condições muito similares (no caso, bastante desfavoráveis em relação aos demais), isto é, numa associação por forte incidência do Fator Moradia, a formação de *clusters* (Figura 2M) aponta para duas áreas de grande extensão territorial: o baixo e médio São Francisco (sobretudo o médio São Francisco) e o nordeste da Bahia; e duas outras porções que, embora de menor porte territorial, possuem significativa densidade demográfica e quantidade de unidades municipais, em torno do baixo sul (em direção à parte litorânea do sul propriamente dito) e também no sudoeste, particularmente ao norte de Vitória da Conquista.

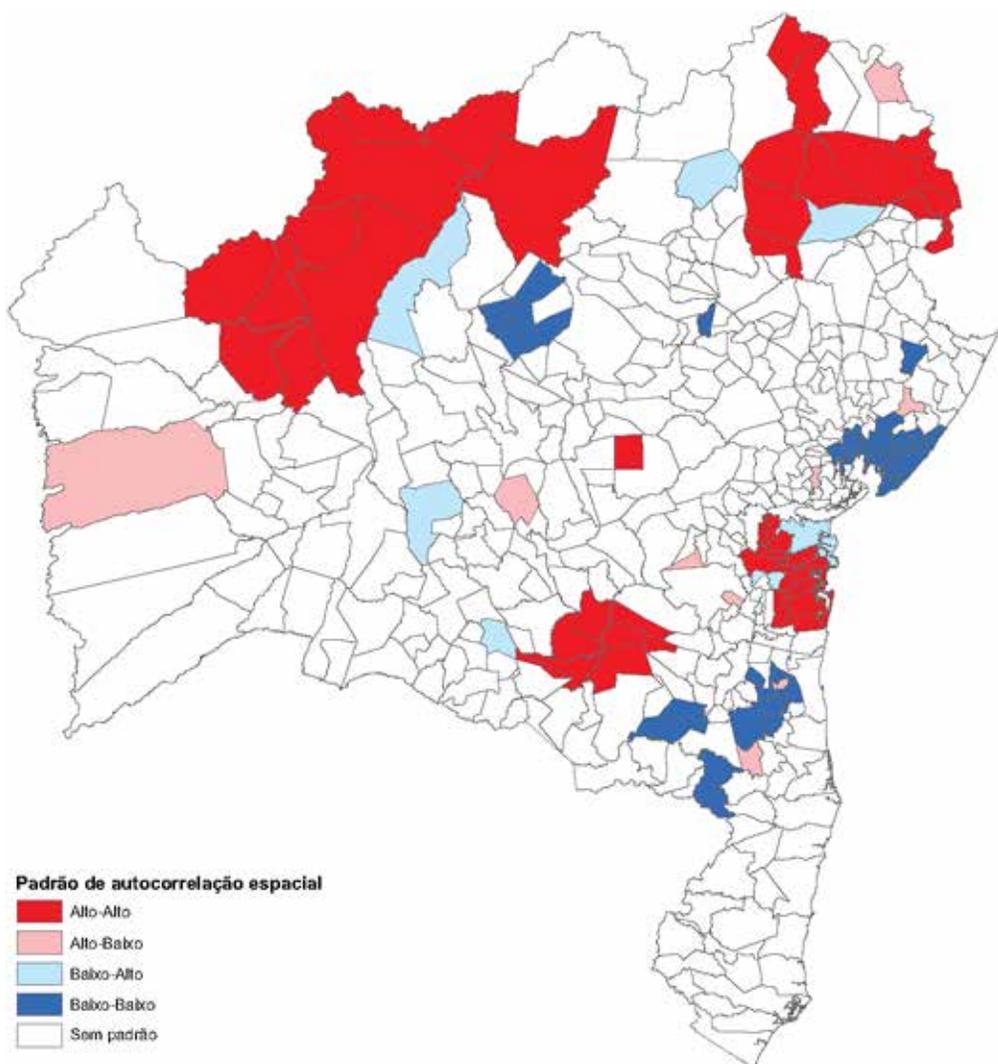


Figura 2M
Aglomerações espaciais do Fator Moradia, segundo a técnica de Moran Local
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Como contrapartida, os municípios que apresentam as melhores condições de moradia segundo as variáveis selecionadas por sua expressividade e o Fator Moradia delas resultante também formam *clusters*, ou seja, associam-se espacialmente pelo aspecto da baixa incidência relativa do Fator Moradia. Nesse particular, chama a atenção, em primeiro plano, uma área que, englobando a Região Metropolitana de Salvador (RMS), expande-se para além dela. Há, ainda, nessas mesmas condições relativamente favoráveis, outras áreas, como no sul do estado, em direção ao sudoeste, e igualmente em uma porção mais central do território baiano, próxima ao eixo do São Francisco.

VARIÁVEIS RELEVANTES

Percentual de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado

Cabe lembrar que, em relação à análise das variáveis mais expressivas que sintetizam o Fator Moradia, o denominador comum por excelência é o domicílio particular permanente. Em 2010, a Bahia possuía um total de 4.094.405 domicílios desse tipo. Destes, 974.539 não contavam com coleta de lixo, representando 23,80% do total estadual. Ressalve-se que a contrapartida deste resultado (76,20% dos domicílios servidos por coleta de lixo) englobava, tanto em relação à coleta de lixo propriamente dita como no que se refere ao seu manuseio e destinação, formas que não são as mais adequadas do ponto de vista da promoção da saúde pública, para tocar nesse único aspecto. De toda forma, tomando-se o percentual estadual como determinado parâmetro, registravam valores superiores a ele 314 municípios (75,30% do total). Estes, somados, contavam com 754.365 domicílios particulares permanentes sem lixo coletado, 77,41% do total de domicílios baianos nessa mesma condição; e também com uma população de 6.003.142 habitantes, 42,83% do total estadual. Ademais, 123 unidades municipais baianas superavam, em 2010, o percentual de 50,00% de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado.

Nesse ponto, pode-se arguir determinado padrão. Considerando-se o tamanho demográfico, mais especificamente o corte em torno de mais de 50.000 habitantes como um dos critérios para a identificação dos municípios de porte médio, na especificidade da rede urbana baiana (DIAS; VIDAL, 2012), apenas 12 unidades desse conjunto apresentavam-se em tal situação: Araci, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Casa Nova, Campo Formoso, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Ipirá, Monte Santo, Serrinha, Tucano e Valença. Em contrapartida, havia uma quantidade bastante significativa de municípios de pequeno porte nessa mesma condição: com menos de 10.000 moradores eram 51 e, entre 10.001 e 20.000 residentes, 151 deles, perfazendo um total de 202 unidades municipais (48,44% do total estadual) que podiam ser consideradas de pequeno porte. Isso ajuda a revelar uma grande concentração de precárias condições de moradia – ao menos pela ótica da inexistência de coleta de lixo, no caso desta variável – nos pequenos municípios do estado, uma vez que são neles que se verificam, de forma geral, além de um baixo dinamismo econômico, as maiores deficiências em infraestruturas e serviços básicos postos à disposição da população.

A representação espacial dessa variável (Figura 3M), confirma em boa medida a própria representação espacial do Fator Moradia. Considerando-se exclusivamente a última faixa, que apresenta os mais elevados percentuais de ausência de coleta de lixo, as maiores aglomerações aparecem naquela mesma área ao norte, noroeste e oeste de Vitória da Conquista; em porções significativas do médio São Francisco; e em algumas partes do nordeste do estado. Se se adicionar a essa faixa a segunda com os maiores percentuais dessa variável, tanto as aglomerações do sudoeste quanto as do nordeste se expandem. E sobretudo de ambos os lados do São Francisco, atingindo inclusive parte substancial do oeste, “surge” uma área de grandes proporções. Afinal, são nada menos que 145 unidades municipais nas duas referidas faixas, conforme se pode verificar na Tabela 2M a seguir.

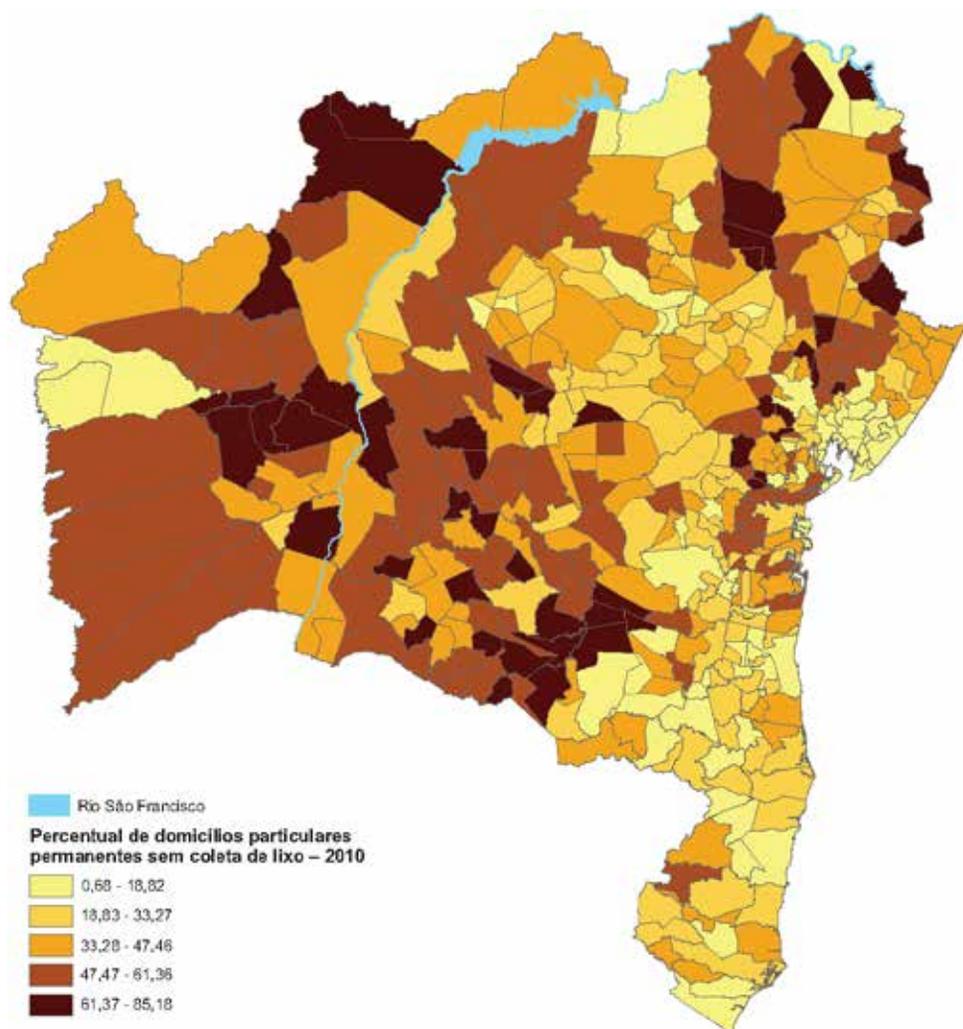


Figura 3M
 Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem coleta de lixo Bahia – 2010

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012).

Tabela 2M

Quantidade de municípios por faixas percentuais de domicílios particulares permanentes sem lixo coletado – Bahia – 2010

Faixa de incidência	Quantidade de municípios	Percentual sobre total de municípios do estado
0,68 – 18,82	67	16,07
18,83 – 33,27	103	24,70
33,28 – 47,46	102	24,46
47,47 – 61,36	95	22,78
61,37 – 85,18	50	11,99
Total	417	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012).

Percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral

Análise similar pode ser feita em relação ao percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral, outra variável representativa do Fator Moradia. No ano de 2010, existiam na Bahia 806.179 domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral, o que correspondia a 19,69% do total de domicílios no estado (os mesmos 4.094.405). Uma vez mais, longe de representar perfeita adequação das condições de moradia, esse valor pode ser tomado como referencial, apenas para efeito de análise dos demais resultados das unidades municipais baianas. Com valores acima desse escore relativo encontravam-se nada menos que 300 municípios (71,94% da soma de municípios do estado), que, juntos, contavam com 620.611 domicílios particulares permanentes nessa condição insatisfatória. Em outros termos, representavam 76,98% do total de domicílios nessa mesma situação em todo o estado.

De forma análoga ao descrito na variável anterior, também aqui os municípios com percentuais superiores ao valor estadual possuíam, reunidos, um substancial contingente demográfico, da ordem de 6.172.520 habitantes, 44,04% da população baiana naquele mesmo ano. E 51 deles superavam o percentual de 50% de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral. Avultavam os casos de Campo Alegre de Lourdes, Caetanos e Belo Monte, com 98,80%, 94,61% e 90,96% de domicílios nessa condição, respectivamente; e outros 23 municípios, entre eles Mulungu do Morro, Mirante, Monte Santo, Pedro Alexandre, Anagé, Maraú, Brotas de Macaúbas, Aracatu e Paripiranga, com valores entre 60% e 80% de domicílios em tal situação.

Eram 13 os municípios de médio porte – isto é, com mais de 50.000 moradores – que se incluíam nesse conjunto. Coincidindo com o agrupamento de mesmo perfil da variável anteriormente analisada, figuravam Araci, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Campo Formoso, Casa Nova, Conceição do Coité, Monte Santo, Tucano e Valença. Além destes, constavam outros quatro: Jaguaquara e, de forma aparentemente surpreendente, Ilhéus, Porto Seguro e Teixeira de Freitas, estes três últimos com, respectivamente, 19,79%, 33,34% e 20,62% de domicílios

particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral. Do mesmo modo, uma vez mais os municípios de pequeno porte respondiam por uma grande concentração dessa modalidade de inadequação das condições de moradia: eram 53 os municípios com menos de 10.000 habitantes, ao passo que 139 os que possuíam, em 2010, entre 10.001 e 20.000 residentes, num total de 192 unidades municipais (46,04% do conjunto estadual).

A representação espacial dessa variável na Figura 4M, atesta parcialmente a própria representação espacial do Fator Moradia. Verifica-se uma significativa aglomeração no sudoeste baiano, novamente em um arco que vai do norte ao oeste de Vitória da Conquista; e, num grau menor, também numa porção do médio São Francisco. Há ainda uma pequena área no nordeste do estado, que tende a crescer de extensão se, aos municípios da faixa com os mais elevados percentuais de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral, forem acrescidos aqueles pertencentes à faixa imediatamente seguinte de maiores percentuais. Nesse caso, expandem-se igualmente as áreas em torno do São Francisco e do nordeste e forma-se uma outra aglomeração que, partindo mais ou menos do baixo sul, adentra o continente (sentido leste-oeste) e prossegue em direção ao sul do Recôncavo e às proximidades do sul de Feira de Santana. A leste e a oeste deste último município, por sinal, formam-se pequenas aglomerações, relativamente, com elevados percentuais de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral. Como se pode verificar na Tabela 3M, adiante, no conjunto dos municípios baianos, em 2010, eram 87 aqueles que pertenciam a essas duas citadas faixas.

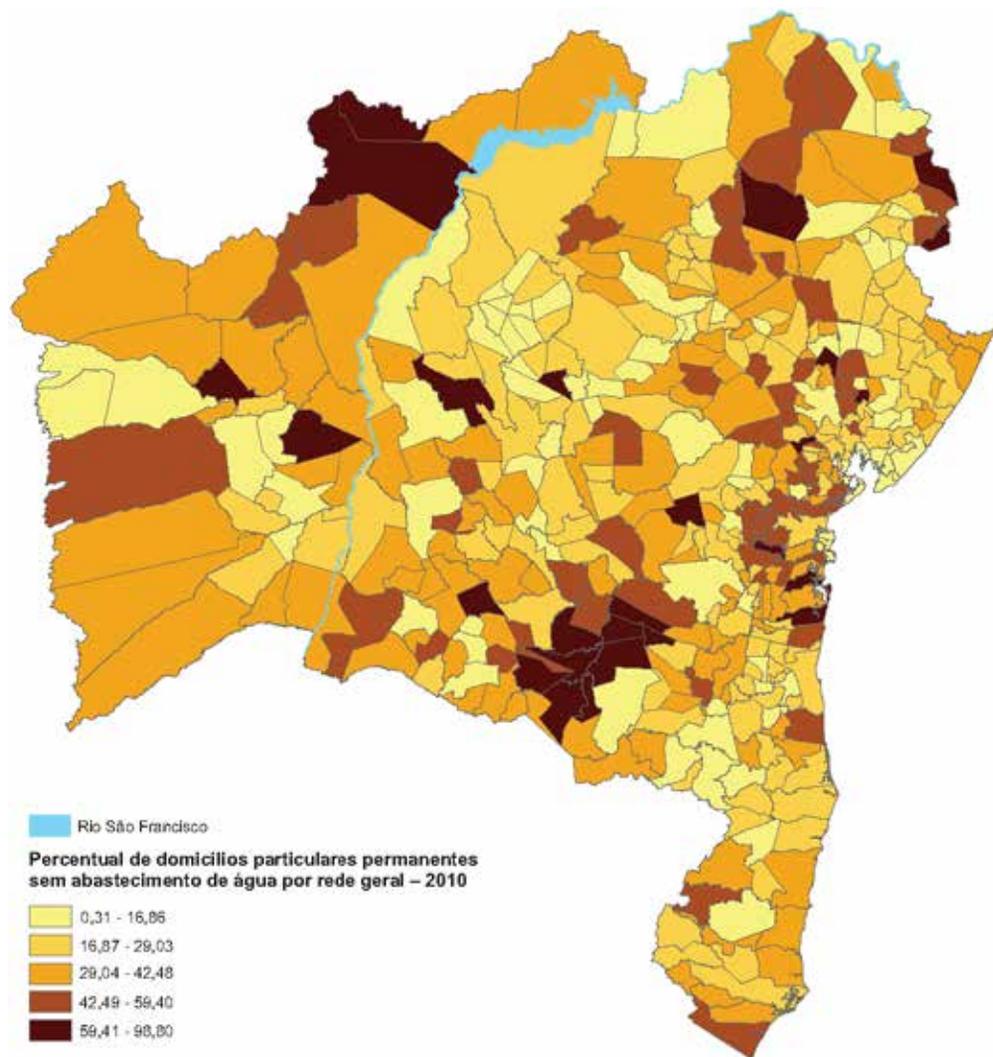


Figura 4M
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral – Bahia – 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (2012).

Tabela 3M
Quantidade de municípios por faixas percentuais de domicílios particulares permanentes sem abastecimento de água por rede geral – Bahia – 2010

Faixa de percentual	Quantidade de municípios	Percentual sobre total de municípios do estado
0,31 – 16,86	89	21,34
16,87 – 29,03	124	29,74
29,04 – 42,48	117	28,06
42,49 – 59,40	61	14,63
59,41 – 98,80	26	6,23
Total	417	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012).

Percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário

Ainda de acordo com o caminho analítico e metodológico já percorrido, cabe verificar a última das variáveis mais expressivas do Fator Moradia: o percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário. Em 2010, do total desses domicílios baianos (4.094.405), 327.206 não possuíam banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário, representando 7,99% da soma dos domicílios estaduais. Tomando-se tal percentual como parâmetro – mesmo descontando-se a existência de formas que não podiam ser consideradas adequadas nos restantes 92,01% de domicílios estaduais –, verifica-se que, ainda assim, nada menos que 279 municípios baianos (66,91% do total estadual) apresentavam percentuais superiores ao escore relativo do estado. Em paralelo a alguma dispersão das precárias condições de moradia no território baiano, esses 279 municípios somados concentravam 260.323 domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário, o que correspondia a 79,56% dos domicílios do estado nessa mesma condição.

O contingente populacional dessas 279 unidades em conjunto era, em 2010, de 5.394.120 habitantes, 38,48% da população baiana naquele ano. Nenhuma dessas unidades municipais ultrapassava a marca dos 50% de domicílios nessa situação. Entretanto, eram 24 as que superavam os 30% de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário, chamando a atenção os casos de Pilão Arcado, Monte Santo, Campo Alegre de Lourdes e Nordestina, com, respectivamente, 49,88%, 43,98%, 42,15% e 41,36% de domicílios nessa inadequada condição.

Eram 11 os municípios de médio porte – conforme explicações anteriores – que faziam parte desse conjunto. Assim como já haviam figurado nos agrupamentos desse mesmo perfil no que se refere às duas variáveis anteriormente descritas, uma vez mais se apresentavam Araci, Bom Jesus da Lapa, Campo Formoso, Casa Nova, Conceição do Coité, Monte Santo, Tucano e Valença. E reapareciam Euclides da Cunha e Ipirá, que haviam figurado na listagem da primeira

variável (domicílios particulares permanentes sem lixo coletado). Itaberaba, que até então não havia formado nenhum desses agrupamentos, aparecia pela primeira vez. De acordo com determinada lógica aqui já exposta, novamente as unidades municipais de pequeno porte respondiam por razoável concentração dessa modalidade particular de inadequação nas condições de moradia: eram 47 os municípios com menos de 10.000 habitantes, e 138 aqueles que possuíam, em 2010, entre 10.001 e 20.000 residentes, num total de 185 municípios (44,36% do total estadual).

A representação espacial dessa variável na Figura 5M, adiante, corrobora em grande medida a representação espacial do Fator Moradia. Chamam a atenção as grandes áreas contíguas no baixo e médio São Francisco, assim como no nordeste do estado. E perde alguma expressão, relativamente, aquela mesma área polarizada por Vitória da Conquista e presente nas figuras anteriores, assim como a porção que parte do baixo sul em direção ao litoral sul, sobretudo se se tem em mente apenas a faixa mais crítica, isto é, aquela que possui os mais elevados percentuais. Se, contudo, adicionar-se a essa faixa aquela imediatamente seguinte no que tange aos percentuais expressivos, tanto as áreas do sudoeste quanto as do baixo sul e litoral sul voltam a ter relevância, ao passo que praticamente ocorre uma junção entre as aglomerações do baixo e médio São Francisco e do nordeste, transformando-se, assim, numa área de grandes proporções, relativamente. Cabe frisar que também a oeste e ao norte de Feira de Santana existem aglomerações municipais expressivas. Enfim, nessas duas faixas portadoras dos maiores percentuais de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário, eram 125 os municípios baianos (29,98% do total estadual) que, em 2010, se encontravam em tal situação, conforme se verifica na Tabela 4M.

Tabela 4M

Quantidade de municípios por faixas percentuais de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário – Bahia – 2010

Faixa de percentual	Quantidade de municípios	Percentual sobre total de municípios do estado
0,10 – 5,36	79	18,94
5,37 – 10,06	97	23,26
10,07 – 16,55	116	27,82
16,56 – 26,57	89	21,34
26,58 – 49,88	36	8,64
Total	417	100,00

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012).

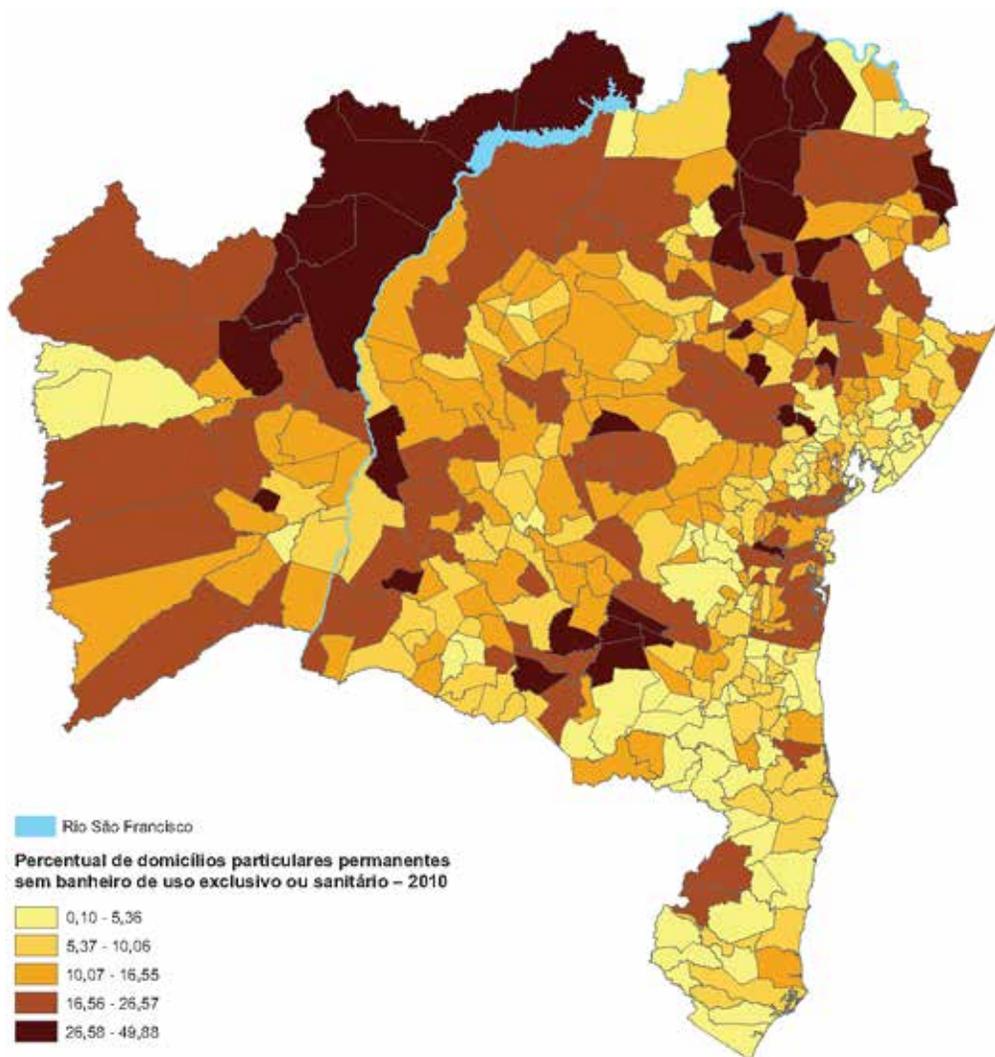


Figura 5M
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário – Bahia – 2010

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010 (2012).

NOTAS SOBRE A DIMENSÃO

No conjunto de indicadores que buscam fazer uma leitura espacial da pobreza, considerando suas características multidimensionais, a dimensão renda assume, dentre as demais, papel relevante. Ela possibilita às famílias, entre outras aquisições, o acesso aos bens de primeira necessidade, propiciando a redução da carência alimentar ao permitir a ingestão diária do número de calorias necessárias a uma adequada saúde alimentar e à reprodução da força de trabalho

O papel da família na reprodução da sociedade é reconhecidamente muito significativo. É na família que a renda é reunida para organizar um orçamento comum que satisfaça as necessidades de cada membro. A renda adquirida pela família é, basicamente, o que define suas possibilidades de aquisição de bens e serviços. Nessa medida, a renda familiar per capita é um indicador bastante eficaz para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias brasileiras.

As desigualdades de renda na sociedade brasileira estão bastante enraizadas nas diferenças territoriais. Os indicadores de condições de vida referentes à população residente na Região Nordeste são sistematicamente menos favoráveis do que aqueles registrados na Região Sudeste.

O primeiro aspecto a ser observado é a distribuição das famílias por classes de rendimento familiar *per capita* medida em classes de salário mínimo. A proporção daquelas que viviam com até ½ salário mínimo, em 2009, era de 22,9%. É importante mencionar que, do total de famílias de baixa renda em todo o País, quase a metade vivia na Região Nordeste (48,5%). (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 100).

Segundo estudo de Osório e Souza (2012, p. 7) publicado pelo IPEA, com recorte e enfoque apenas na renda e direcionado para uma situação de sua carência mais aguda, “[...] conhecer

a pobreza extrema na Bahia é fundamental para combatê-la no Brasil, pois, embora não seja o estado com o maior percentual de pobreza extrema, o tamanho da sua população faz com que grande parcela da população nacional nesta situação esteja ali localizada". De acordo com os autores, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 revelaram que 9,6% da população estadual, aproximadamente 1,4 milhão de pessoas – 16,2% da extrema pobreza nacional –, era extremamente pobre.

Pela sua essencialidade, a renda foi selecionada como uma importante dimensão. Ela tem papel relevante na definição e na característica das condições de vida da população, sendo tanto mais determinante quanto menor for a participação do Estado no suprimento das necessidades básicas dos cidadãos. Da mesma maneira entende-se que saúde, educação, moradia, acessibilidade a serviços públicos, entre outros, são também elementos essenciais à obtenção de um padrão de renda que permita às famílias viverem com dignidade.

Nesse sentido, compreende-se que a pobreza se manifesta em diferentes dimensões, dentre as quais a renda. Neste trabalho, o Fator Renda estará representado por um conjunto de indicadores que objetivam refletir a situação da população em relação à sua obtenção pela força de trabalho, indicando a inserção dos cidadãos no mundo produtivo, assim como por outras fontes, inclusive aquelas decorrentes dos programas governamentais de transferência direta de renda. Mas também por outros indicadores que complementam, com caráter demonstrativo, a ideia de baixa capacidade de consumo.

No conceito clássico da contabilidade nacional, as famílias consomem de acordo com sua renda, o que significa que variações na renda afetam o consumo agregado e, portanto, o produto interno bruto (PIB). Nesse sentido, com base em uma leitura macroeconômica, tem-se como foco a renda pessoal disponível (RPD), que corresponde à parcela da renda nacional (RN) que fica com as pessoas.

Metodologicamente, para se obter a RPD, parte-se da RN e se deduzem todas as parcelas não distribuídas às famílias: os lucros retidos pelas empresas (não distribuídos aos acionistas), os impostos diretos e as contribuições previdenciárias, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e assemelhados, pagos pelas empresas. Por outro lado, acrescentam-se os pagamentos relativos às transferências do governo (aposentadorias e pensões, seguro-desemprego, bolsas etc.). Chega-se, assim, à renda pessoal (RP), a qual, deduzidos os impostos diretos, contribuições previdenciárias e outras, pagos pelas pessoas físicas, resultaria na RPD.

O referido conceito instrumentaliza determinados cálculos, especialmente aqueles que buscam identificar a distribuição funcional da renda. No caso dos municípios, entretanto, além de tal informação não estar disponível, ela corresponderia a um resultado que ainda necessitaria ser complementado com outros levantamentos para que a renda obtida pudesse ser apresentada de maneira estratificada. Isso possibilitaria a leitura de suas diferentes distribuições entre as populações residentes nos municípios, o que permitiria evidenciar possíveis desigualdades.

Quando se optou pela realização deste trabalho sob um olhar mais amplo, estava subjacente a ideia de que o conceito de pobreza é bastante complexo para ser entendido apenas como insuficiência de renda ou baixa capacidade de consumo. Como já enfatizado, tem-se como objetivo procurar entender a pobreza sob uma visão multidimensional. Nesse sentido, a renda corresponde a apenas mais uma dimensão, não sendo a única formadora, definidora e/ou mesmo caracterizadora da pobreza.

Segundo Sen (2000), é importante ter em mente que a redução da situação de baixa renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. É perigosa a visão segundo a perspectiva limitada da privação de renda, que justificaria investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Isso seria confundir os fins com os meios. A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto e tende a caminhar junto com a ampliação das produtividades e do poder de auferir renda (SEN, 2000).

Os aspectos econômicos stricto sensu exercem papel crucial na determinação e caracterização das condições de vida da população, particularmente no que se refere à satisfação das suas necessidades, tanto básicas (alimentação, vestuário, moradia etc.) como outras (consumo em geral). O atendimento de tais necessidades se torna viável pelos rendimentos diretamente auferidos pelos indivíduos, seja por sua inserção no mercado, seja por intermédio das chamadas transferências governamentais – que, ao fim e ao cabo, traduzem-se em disponibilidade de renda –, ou ainda pela prestação de serviços estatais gratuitos.

Na operacionalização deste trabalho, os dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao Censo Demográfico de 2010, possibilitaram a seleção de um amplo conjunto de variáveis utilizadas na dimensão renda. Convertida em fator renda, essa dimensão é representada pelo conjunto de indicadores que revelam a situação dos indivíduos em relação aos seus rendimentos e, por assim dizer, seu consequente acesso a determinados bens e serviços.

Do total de 17 variáveis, três se mostraram mais representativas para o conjunto do Fator Renda³⁹:

- Percentual de domicílios particulares permanentes com rendimento até meio salário mínimo, exclusive sem rendimento – 2010.
- Percentual de domicílios sem geladeira – 2010.
- Percentual de domicílios sem microcomputador com acesso à internet – 2010.

O primeiro indicador expressa a renda monetária disponível das famílias⁴⁰. O segundo e o terceiro representam a capacidade de consumo de bens duráveis e serviços. No caso desta última variável,

³⁹ O percentual de variância explicada por esse conjunto de variáveis foi de 80,88%.

⁴⁰ Obtidos pela venda da sua força de trabalho, decorrente da sua própria inserção nas esferas produtivas, assim como de outras fontes quaisquer, a exemplo de programas governamentais.

vale ressaltar: a) algumas residências podem ter computadores e outros aparelhos que possibilitem o acesso à internet sem fazer uso desse serviço por problemas financeiros ou por falta de rede, mas, segundo o IBGE, esse percentual é pequeno; b) um segundo componente analítico desta variável é o fato de que não ter acesso à internet significa, no mundo atual, perda de competitividade para ingressar no mundo do trabalho e, portanto, melhorar a renda monetária pessoal.

Dentre as variáveis utilizadas na análise fatorial com o objetivo de representar a dimensão renda, o percentual de domicílios particulares permanentes com rendimento de até meio salário mínimo, exclusive aqueles sem rendimento, teve grande representatividade.

Além das variáveis frequentemente utilizadas no método de análise fatorial e que se referem diretamente ao valor da renda auferida, por estrato, foram também incorporadas, pela sua importância e capacidade de representação do fenômeno, o consumo médio de energia elétrica residencial – como indicador geral do padrão de consumo, principalmente de eletroeletrônicos – e o percentual de domicílios sem geladeira – representando a falta de acesso a bens duráveis, a uma possível obtenção de crédito e, intrinsecamente, a impossibilidade de aquisição de um bem essencial à conservação de alimentos. Foi também utilizado o percentual de domicílios sem internet – evidenciando a desconexão tecnológica das famílias ao mundo moderno e à informação.

A utilização desses indicadores adicionais não tem a pretensão de que eles respondam, *per se*, como aferidores de níveis da renda percebida, ou que as ações de combate à pobreza passem apenas pela satisfação das citadas carências. O objetivo é que eles auxiliem na detecção da incipiência de renda. Embora outras tantas variáveis também pudessem ser incluídas para melhor ajustar o foco do fator renda, no modelo utilizado, após o seu processamento, as anteriormente citadas se apresentaram como muito relevantes. Tal fato induz à percepção de que a ausência dos referidos bens e serviços nos domicílios está geralmente associada às famílias com baixos rendimentos, pouca capacidade de obtenção de crédito e, portanto, privadas da possibilidade de sua aquisição.

FATOR RENDA

A distribuição espacial do Fator Renda na Bahia revelou um mosaico de cores resultante da estratificação do fenômeno em faixas de renda obtidas pelo método da quebra natural.

Nesse sentido, os municípios onde o gradiente de cores apresenta-se mais escuro correspondem àqueles em que o Fator Renda é mais incidente, ou seja, onde as famílias percebem rendas mais baixas e têm pouca capacidade de consumo.

A escala utilizada na distribuição dos dados estatísticos começa em zero – situação em que o Fator Renda é menos relevante na condição da pobreza –, chegando até 100 –, valor que evidencia uma situação bastante relevante, ou crítica, em que a baixa renda revela-se importante elemento determinante da condição de pobreza.

Na Figura 1R, a seguir, observa-se uma substantiva dispersão de cores. Entretanto, fica perceptível que os municípios com condições semelhantes no Fator Renda formam manchas e que, em algumas delas, observa-se certa contiguidade. Nos municípios e/ou regiões nas quais a atividade econômica, ou mesmo o tamanho de suas economias, expressa maiores magnitudes, as manchas apresentam-se com um tom mais claro, indicando que o Fator Renda é menos relevante.

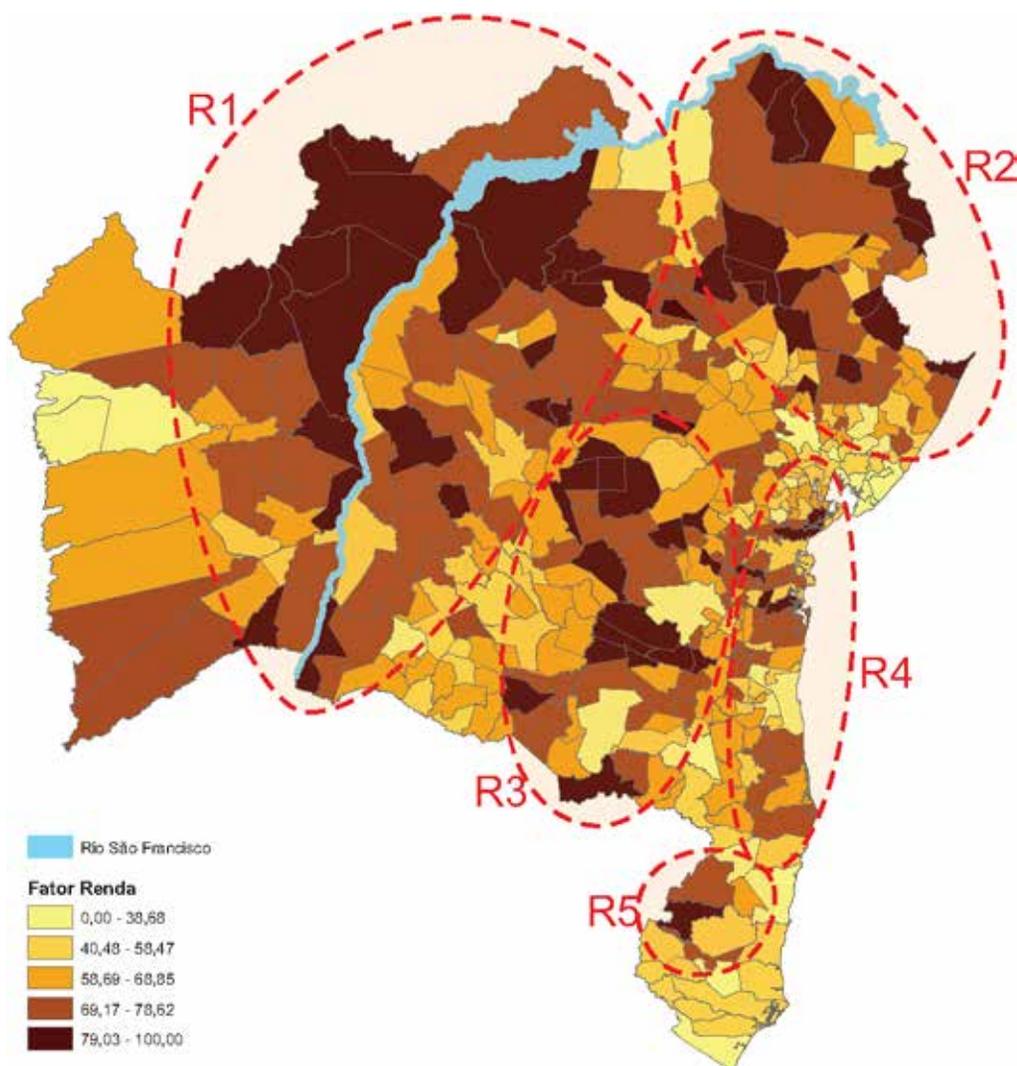


Figura 1R
 Distribuição espacial do Fator Renda nos municípios
 Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro intervalo, ou seja, com o tom mais claro, corresponde a um conjunto de 30 municípios. Dentre os melhor situados, em ordem decrescente, estão: Salvador, Lauro de Freitas, Itabuna, Feira de Santana, Madre de Deus, Vitória da Conquista, Camaçari, Luís Eduardo Magalhães, Teixeira de Freitas, Itapetinga e Santo Antônio de Jesus.

Fica evidente, nesta análise, a concentração econômica na macrorregião Salvador-Feira de Santana; no oeste da Bahia, nos municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães; na região sudoeste do estado, sentido Chapada Diamantina; e no litoral sul.

Os demais municípios com a mesma tonalidade estão, em geral, situados nos extremos do território estadual, onde há mais dinamismo econômico, assim como nos municípios com maiores contingentes populacionais, nos quais situam-se as maiores cidades do estado.

Em contrapartida, com tom mais escuro, ou seja, onde o Fator Renda é mais incidente, estão 61 municípios circunscritos na área evidenciada na Figura 1R, aqui denominada de R1. Nela se encontra boa parte da região do semiárido, principalmente composta por vários municípios que acompanham parte do trajeto do Rio São Francisco. Na R2, percebe-se uma área que abrange grande parte do Raso da Catarina. Na R3, parte da Chapada Diamantina e sudoeste. Na R4, observa-se uma situação mais crítica no litoral baiano, entre o baixo sul e o litoral sul. E na R5, no interior do extremo sul.

Com o intuito de identificar as possíveis associações entre as diversas classes do Fator Renda, obtidas, estatisticamente, pelo processo de quebra natural, e as principais variáveis econômicas e demográficas divulgadas pelo IBGE, foi estruturada uma tabela que relaciona as classes com os citados indicadores.

A Tabela 1R, a seguir, apresenta algumas características econômicas e demográficas dos municípios contidos nos intervalos de classe estruturados para o Fator Renda. A justaposição das variáveis em uma tabela possibilita diversas leituras e associações que ajudam a compreender melhor o fenômeno.

Tabela 1R Distribuição do Fator Renda e associação com variáveis econômicas e demográficas Bahia – 2010						
Classes	Nº municípios	PIB (R\$ milhão)	% PIB	PIB per capita (R\$1,00)	População residente	% População residente
0,00 - 38,68	30	110.257	71,4	17.421	6.329.063	45,2
38,69 - 58,47	80	16.371	10,6	7.103	2.304.605	16,4
58,48 - 68,85	114	11.879	7,7	6.028	1.970.529	14,1
68,86 - 78,62	132	11.336	7,3	4.839	2.342.600	16,7
78,63 - 100,00	61	4.498	2,9	4.204	1.070.109	7,6
Estado	417	154.340	100,0	11.007	14.016.906	100,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a, 2014b); IBGE – Censo Demográfico 2000 (2010). Cálculos próprios.

Observando-se os dados da referida tabela, percebe-se que os 30 municípios contidos no primeiro intervalo de classe respondiam, em 2010, por 71,4% do produto interno bruto da Bahia, assim como abrigavam em seus territórios 45,2% da população estadual. A renda per capita do citado conjunto de municípios alcançava R\$ 17.421,00, superando aquela obtida pelo estado da Bahia, cujo montante atingiu, no mesmo ano, R\$ 11.007,00.

Embora entre as variáveis utilizadas na composição do Fator Renda, no modelo usado no cálculo da pobreza, não esteja presente nenhum indicador referente a PIB, infraestrutura, ou mesmo oferta de bens e serviços, os resultados obtidos mostram uma forte associação entre Fator Renda e a melhor situação da renda per capita dos municípios, medida por cálculos macroeconômicos.

Contrapondo-se o que se observou em relação aos 30 municípios localizados no primeiro estrato do Fator Renda, o último intervalo de classe é composto por 61 municípios que, em 2010, respondiam por apenas 2,9% do PIB do estado, embora concentrassem 7,6% da população. O PIB per capita destes últimos correspondia a apenas R\$ 4.024,00, posicionando-se muito abaixo da média do estado (R\$ 11.007,00). Com base no exposto, baixa magnitude do PIB e significativa representação populacional, pode-se afirmar que se trata, em geral, de regiões economicamente deprimidas e em relação às quais o Fator Renda se apresenta com a mais alta incidência. Os dez últimos municípios na escala de maior incidência do Fator Renda, em ordem decrescente, são: Buritirama, Macururé, Itaguaçu da Bahia, Chorrochó, Quijingue, Campo Alegre de Lourdes, Lajedinho, Pilão Arcado, Umburanas e Pedro Alexandre.

CLUSTER RENDA

Como já enfatizado no capítulo referente à metodologia, para uma visualização do Fator Renda sob a ótica da sua concentração espacial, utilizou-se um procedimento estatístico conhecido como análise de *clusters*. Para tanto, o método de Moran foi aplicado por fornecer uma medida geral da associação espacial existente no conjunto dos dados.

A Figura 2R obtida com a aplicação do método Moran para o Fator Renda permite a observação de áreas onde há uma forte vizinhança de municípios nos quais o referido fator se manifesta com alta incidência (alto-alto), representada pela cor vermelha, assim como aqueles onde a vizinhança ocorre entre municípios em que o Fator Renda assume baixa incidência (baixo-baixo), representada pela cor azul.

Vale ressaltar que alguns importantes municípios não encontraram muita similaridade na vizinhança ao ponto de comporem um grande espaço contíguo, mas formaram pequenas manchas representativas da incidência do fenômeno.

A existência de similaridade dos municípios em relação à alta incidência do Fator Renda, ou seja, onde prevalecem baixos níveis de renda, foi observada, em maior escala, em diversos

municípios da região do baixo e médio São Francisco, do miolo da Chapada Diamantina e do nordeste da Bahia. Com efeito, a similaridade fez com que as áreas mais escuras se manifestassem, respectivamente, com bastante contiguidade espacial, como pode ser observado na Figura 2R. Em contrapartida, com menor incidência do Fator Renda, as similaridades formaram maiores e mais significativas áreas contíguas nas regiões mais dinâmicas do estado, ou seja, na macrorregião Salvador-Feira de Santana, em parte da região oeste e no litoral sul do estado.

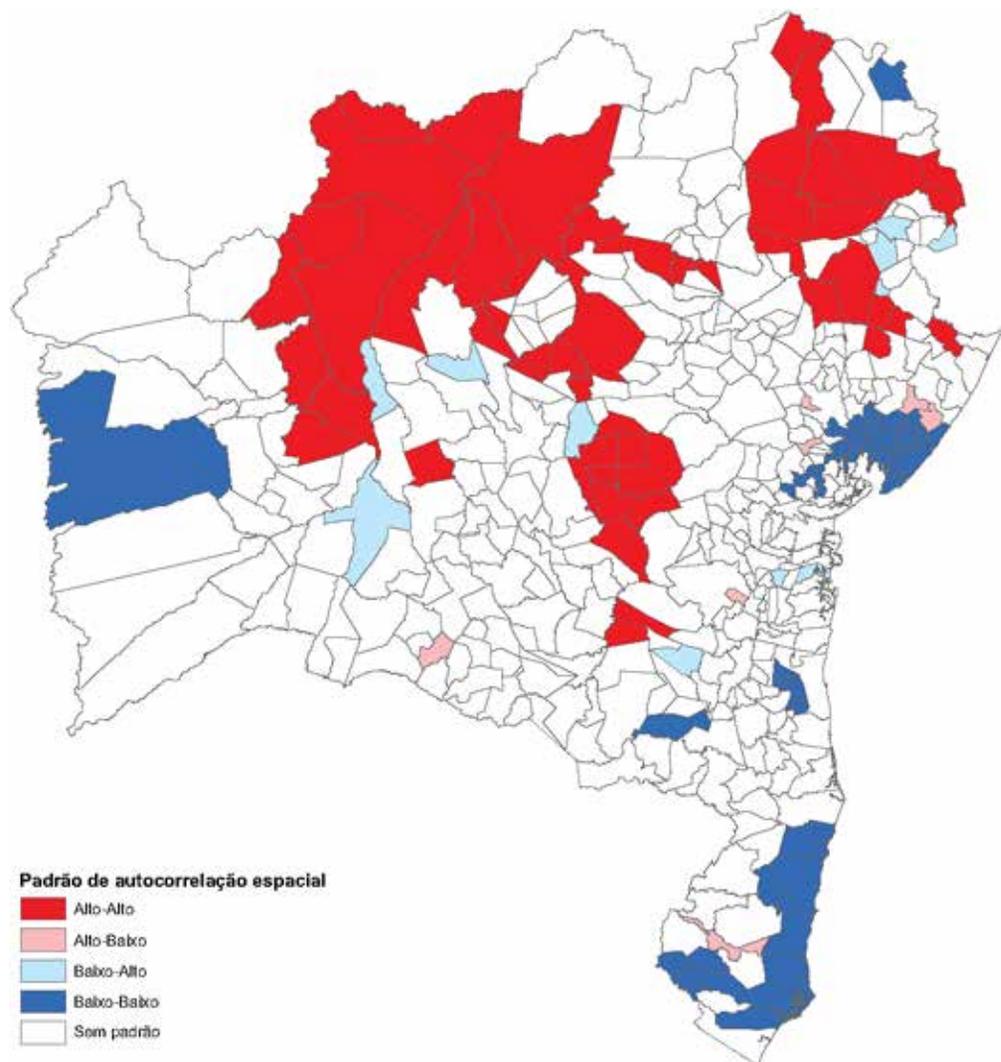


Figura 2R
Aglomerações espaciais do Fator Renda, segundo a técnica de Moran Local
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

VARIÁVEIS RELEVANTES

Ao se voltar o olhar para o comportamento e a distribuição das principais variáveis utilizadas no modelo, pretende-se adicionar informações à espacialização encontrada. A intenção é que, com base nas manchas delineadas pelo resultado dos modelos de agrupamento, seja possível ressaltar particularidades através da análise dessas variáveis.

Posse de bens duráveis: ausência de geladeira e de internet⁴¹

Observando-se as figuras 3R e 4R, pode-se ver a evolução da presença de geladeiras, um dos bens duráveis que constam da pesquisa do IBGE, nos domicílios baianos. Percebe-se a existência de uma melhora significativa na capacidade de consumo/aquisição desse bem entre os anos 2000 e 2010.

Essa ampliação pode ser associada a algumas mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileiras que ocorreram neste período. Exemplo disso é a estabilidade financeira alcançada pelo Plano Real implantado em 1994, fazendo com que deixasse de existir, por um período significativo, o imposto inflacionário. Pode-se mencionar também o crescimento econômico ocorrido no Brasil e na Bahia, em especial, entre os anos de 2005 e 2010, fato relacionado a um intenso crescimento global. Na Tabela 2R, evidencia-se que a economia baiana cresceu mais de um quarto em sete anos, um pouco abaixo do Brasil.

⁴¹ O IBGE observa a presença dos seguintes bens duráveis no domicílio: geladeira, freezer, fogão, televisão, filtro de água, máquina de lavar roupa, rádio, telefone e microcomputador com e sem acesso à internet. Neste trabalho, após a aplicação dos procedimentos mencionados no capítulo sobre a metodologia do trabalho, tratou-se de enfatizar a não presença de determinados bens.

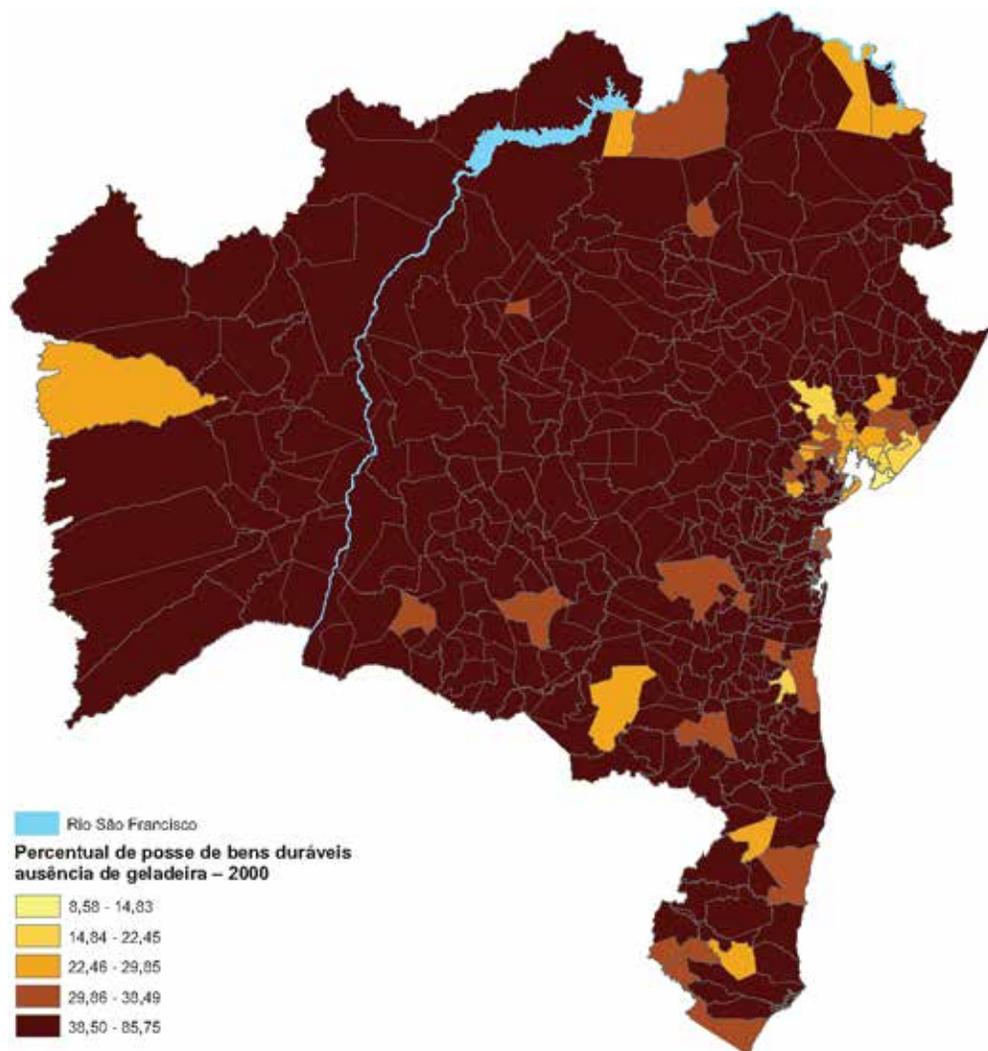


Figura 3R
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem geladeira
Bahia – 2000

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000 (2012).

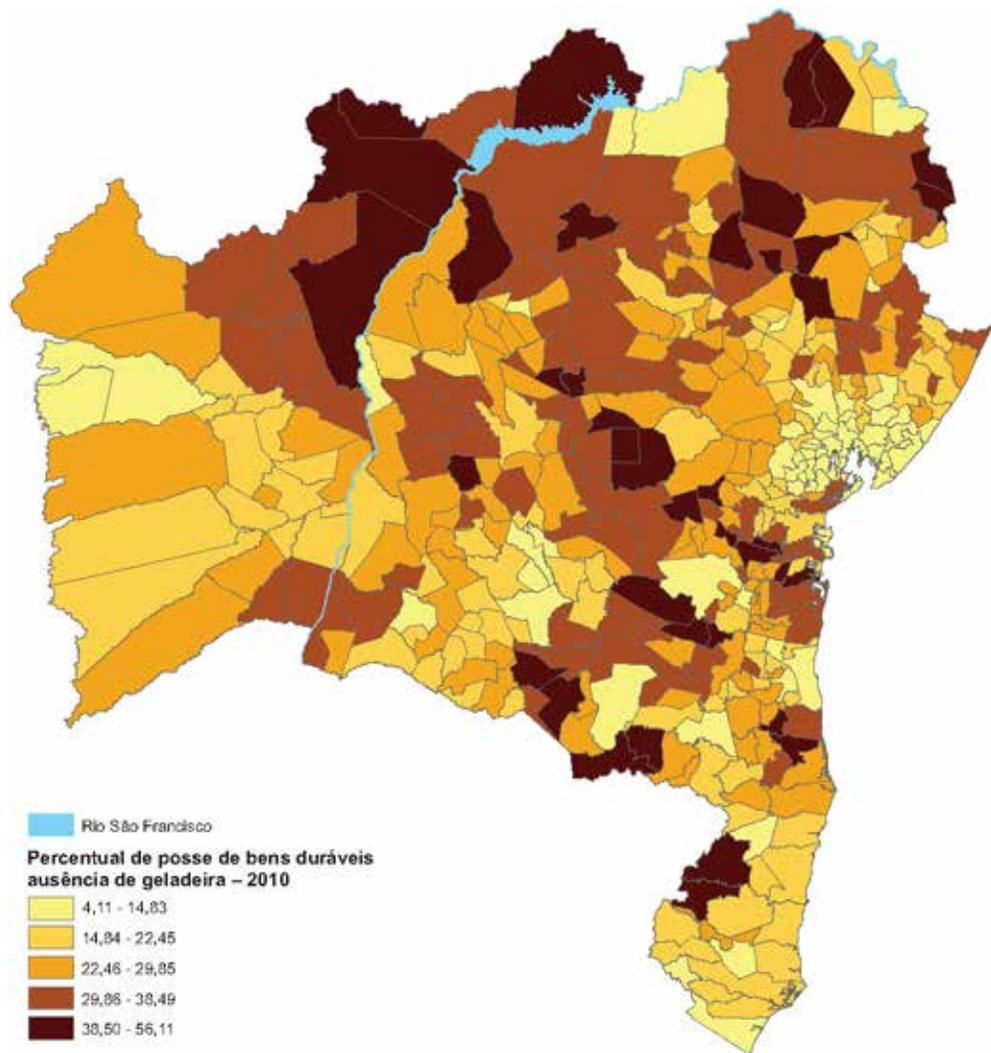


Figura 4R
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem geladeira
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

Tabela 2R
Taxa de crescimento anual e acumulado do PIB total e valor do PIB per capita
Brasil e Bahia – 2004-2010

Anos	Taxa de crescimento PIB (%)		PIB per capita (valores correntes – R\$ 1,00)	
	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil
2004	9,6	5,7	5.780	10.692
2005	4,8	3,2	6.581	11.658
2006	2,7	4,0	6.919	12.687
2007	5,3	6,1	7.787	14.465
2008	5,2	5,2	8.378	15.990
2009	-0,6	-0,3	9.365	16.918
2010	6,6	7,5	11.007	19.766
Acumulado	26,3	28,3	-	-

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a, 2014b).

Um terceiro elemento que pode ter favorecido essa situação foi o crescimento real do salário mínimo a partir do ano 2000, sendo que, entre 2005 e 2010, houve incrementos significativos, conforme a Tabela 3R.

Tabela 3R
Evolução do salário mínimo – Brasil – 2000-2010

Data aumento	Valor em R\$ 1,00	Varição nominal	Real
01/04/2000	151,00	11,03	-
01/04/2001	180,00	19,21	-
01/04/2002	200,00	11,11	-
01/04/2003	240,00	20,00	-
01/04/2004	260,00	8,33	1,19
01/05/2005	300,00	15,38	8,23
01/04/2006	350,00	16,67	13,04
01/04/2007	380,00	8,57	5,10
01/03/2008	415,00	9,21	4,03
01/02/2009	465,00	12,05	5,79
01/01/2010	510,00	9,68	6,02

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a).

Ainda referente à ampliação da capacidade de consumo, foram importantes os programas de transferência de renda, em especial o Bolsa Família. Este atendia em 2004, segundo informações obtidas no Ipeadata (2014), 883.963 famílias da Bahia. Em 2010, o número de beneficiários praticamente dobrou, passando para 1.662.069. Assim, entre 2004 e 2010, houve um acréscimo de 823.106 famílias atendidas pelo mencionado programa.

Finalmente, cita-se a expansão do crédito juntamente com o crescimento do número de trabalhadores formais, em especial aqueles com carteira assinada.

Mesmo ocorrendo essa melhora, constata-se, em 2010, a existência de 139 municípios, o que equivale a um terço do total baiano, nas duas piores faixas indicativas de baixo consumo de bens duráveis (Tabela 4R). Ou seja, 29,86% a 56,10% do total de domicílios existentes nesses 139 municípios baianos não tinha geladeira.

Em relação à espacialização no território, como não poderia deixar de ser, os municípios em situação mais precária estão localizados nas manchas nas quais o Fator Renda é mais vulnerável: parte do semiárido e médio São Francisco e nordeste da Bahia.

Tabela 4R
Número de domicílios nas duas piores faixas por variável e participação no total de município – Bahia – 2010

Variável	Faixa de domicílios ¹	Número de municípios	% sobre número municípios baianos
Perc._dom._sem_geladeira	29,8 a 56,11	139	33,3
Perc._dom._sem_internet	92,96 a 99,77	225	54,0
Perc. de DPP com renda nominal mensal per capita até meio salário mínimo (exclui sem rendimento)	53,50 a 72,81	186	44,6

Fonte: Elaboração própria.

(1) Percentual de domicílios sem geladeira, sem internet e com renda até meio salário mínimo.

Nota: O estado da Bahia possui 417 municípios.

Pela observação da Figura 5R, é possível constatar que, em 2010, a falta de acesso à internet nos domicílios apresentava altos percentuais entre os municípios do estado. Sendo este um fator que influencia na competitividade do trabalhador no mercado de trabalho, a questão fica ainda mais grave quando se observam aqueles com maiores percentuais. Na Tabela 4R, vê-se que 54% dos municípios estavam na faixa de 92,96% a 99,77% dos domicílios sem esse serviço. Salvador, o município em melhor situação no estado, tinha, em 2010, 59,1% dos domicílios sem acesso à internet.

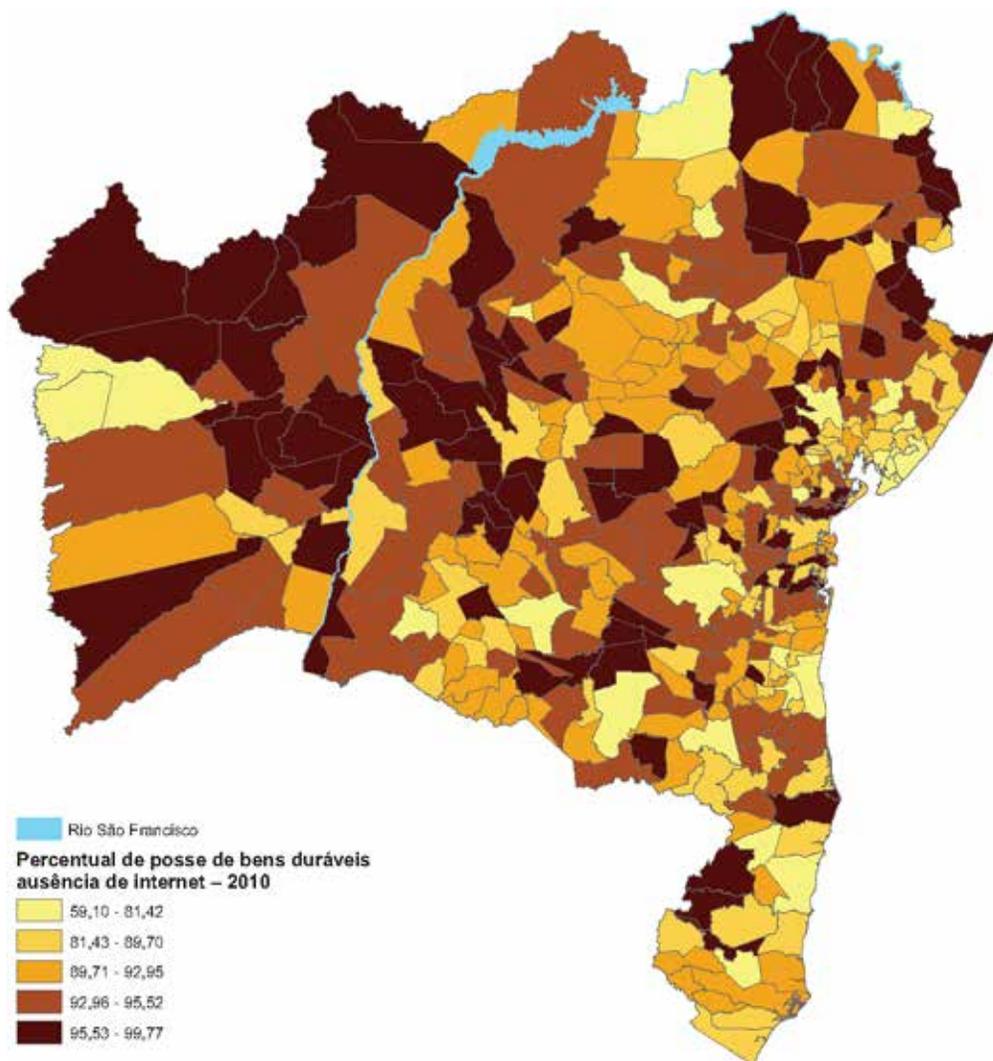


Figura 5R
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes sem internet
Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

Percentual de domicílios com rendimentos de até meio salário mínimo

A Figura 6R permite ver que, como já analisado quando se abordou o Fator Renda, encontra-se uma grande parcela de municípios em situação de acentuada vulnerabilidade econômica. Tal como se verifica na Tabela 4R, em 2010, em 44,6% das unidades municipais baianas – ou quase metade do total estadual – o rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo (excluindo-se aqueles sem rendimento) foi verificado em mais da metade dos domicílios.

A faixa superior contava com 72,81% do total, ou seja, havia municípios com mais de 70% de domicílios nesta condição. Em melhor situação estavam Luís Eduardo Magalhães, com 22,25% dos domicílios em que o rendimento se encontrava nessa faixa, e Salvador, com 22,88%.

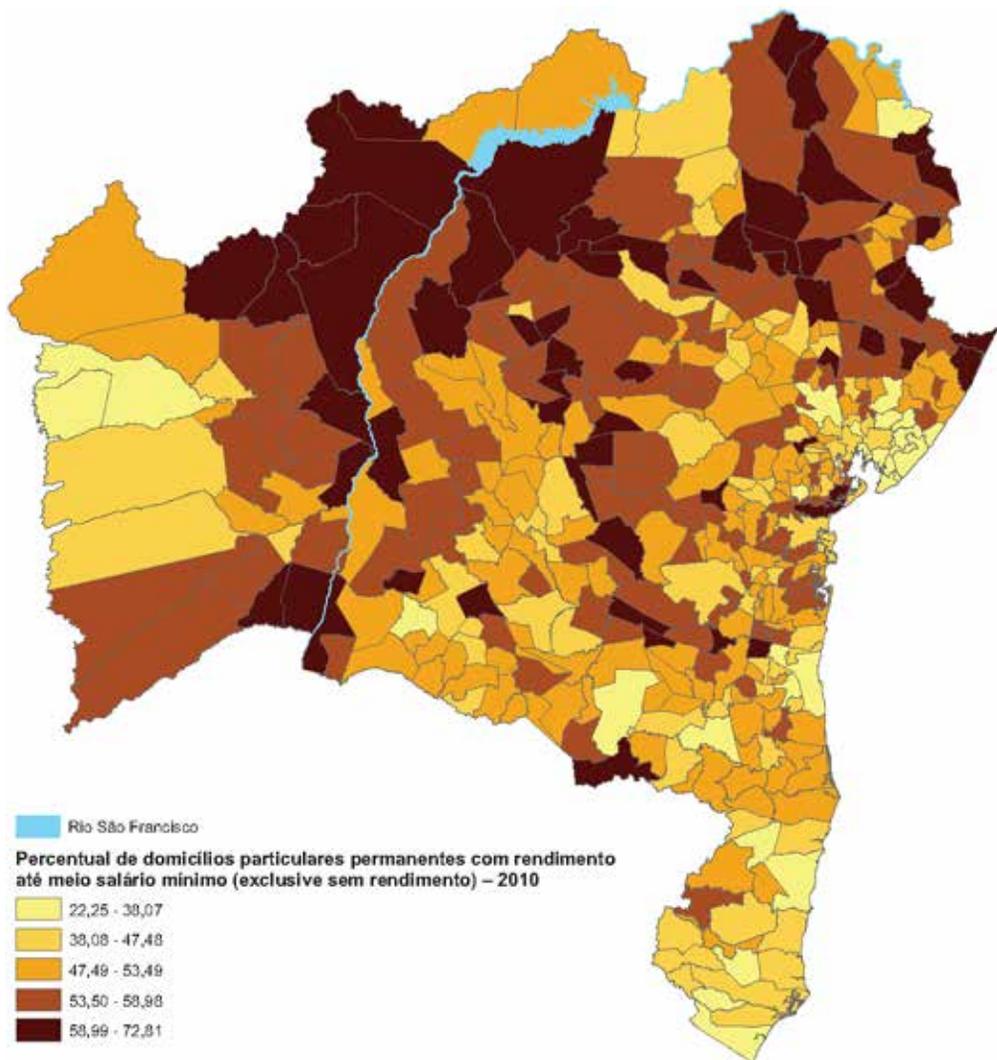


Figura 6R
Distribuição espacial do percentual de domicílios particulares permanentes com rendimento até meio salário mínimo (exclusive sem rendimento) – Bahia – 2010

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010 (2012).

INTRODUÇÃO

O objetivo desta seção é apresentar uma síntese dos fatores de pobreza nos municípios da Bahia. Para isso, utiliza-se a análise de agrupamentos ou de *clusters* que, conforme já mencionado no item referente aos procedimentos metodológicos, é uma técnica estatística de criação de tipologias, os chamados grupos com unidades espaciais semelhantes internamente e distintas externamente, tanto quanto possível, relativamente a determinadas variáveis. Uma vez que a unidade de análise adotada neste trabalho é o município e dado o número elevado de unidades (417), tal procedimento visa criar uma estrutura agregada para facilitar a leitura dos resultados.

O modelo utilizado pretende, basicamente, responder à seguinte indagação: como se distribuem os municípios, tendo em vista o território limite da análise e os fatores de pobreza? Os fatores criados anteriormente, quais sejam, renda, moradia, demografia, educação e saúde, captam o desempenho de cada município para cada uma das dimensões de pobreza em questão. Por sua vez, o modelo de agrupamentos ou de *clusters* busca evidenciar as semelhanças e as diferenças existentes entre os grupos e, por conseguinte, entre seus municípios componentes, no que se refere àqueles fatores de pobreza.

Contudo, quando se trata de entender diferenças e desníveis entre componentes de um território, imensas dificuldades são encontradas, tanto teóricas quanto práticas. A presente composição de grupos de pobreza na Bahia não pretende esgotar a análise e sim propor uma compreensão das diferenças territoriais existentes e relacioná-las aos fatores de pobreza. Considera-se que a abordagem territorial busca construir relações entre espaço, tempo, objetos e ações. Neste estudo da pobreza, esta abordagem cumpre um dos objetivos do trabalho, que é facilitar a delicada tarefa de se oferecer elementos para a elaboração de políticas específicas, que respeitem as peculiaridades e necessidades dos territórios.

O modelo utilizado não estabelece, por si só, uma hierarquia entre os grupos formados. Entretanto, isso pode ser proposto, a partir do olhar analítico do pesquisador ou gestor. Desse modo, o modelo apresenta uma sequência aleatória de grupos de pobreza diferenciados entre si, deixando livre o analista que, utilizando critérios consistentes para classificá-los em relação ao fenômeno da pobreza, queira atribuir uma ordem aos grupos.

O número de grupos ou perfis resultantes da análise de *clusters* depende do tipo das informações presentes no conjunto de dados analisados. Quanto mais díspares os dados, maior será o número de grupos necessários para expressar tal diversidade. No presente trabalho foram necessários cinco grupos para “explicar” a pobreza existente na totalidade do estado da Bahia, considerados os fatores renda, moradia, demografia, educação e saúde para o ano de 2010. Em se tratando de pobreza, esse dado, por si só, alerta sobre a existência de diversidade, não cabendo generalizações ou recortes únicos para este tema.

A primeira parte desta seção apresenta uma leitura geral dos resultados da análise de agrupamentos para o estado da Bahia, tendo em vista os dados para o ano de 2010. Em seguida são apresentados alguns aspectos demográficos dos grupos, referidos ao conjunto do estado, tais como: participação do grupo de pobreza na população total, situação de domicílio predominante no grupo de pobreza (rural e urbana) e participação do grupo de pobreza na situação de ocupação (população economicamente ativa), bem como no porte populacional dos municípios. Trata-se de apresentar uma síntese dos grupos de pobreza sugeridos pelo modelo de *clusters* por meio do estudo das características gerais de suas populações, uma vez que as dimensões de pobreza também foram selecionadas com base em variáveis relacionadas à situação da população residente. Já a segunda parte da seção é uma caracterização econômica dos grupos na qual se busca descrever e explicar seus resultados por meio de relações entre os grupos de pobreza e seus perfis produtivos. Para finalizar a seção, será apresentado um quadro analítico-sintético contendo as características mais marcantes dos grupos de pobreza.

LEITURA GERAL DOS RESULTADOS

Para facilitar a leitura dos resultados, os fatores de pobreza extraídos da análise fatorial foram padronizados para cada uma das dimensões em pauta, utilizando-se uma medida de referência, a exemplo de uma “régua” com valores variando de zero a 100. Tendo por base tais fatores padronizados e utilizando a análise de agrupamentos, foram obtidos os centroides do agrupamento para cada um dos cinco fatores. O centroide, também denominado de valor “semente”, refere-se àquele número referencial em torno do qual gravita a maior parte dos componentes de cada um dos aglomerados municipais de pobreza, tendo em vista o fator considerado. O Quadro 1G abaixo apresenta os valores dos centroides de agrupamento para os cinco fatores de pobreza, segundo os cinco grupos municipais de pobreza.

A análise da situação dos cinco grupos de pobreza na Bahia, em 2010, foi efetuada com base no Quadro 1G, considerando-se o valor de magnitude 50 como a média de referência para os valores dos centroides de agrupamento. A situação de pobreza de um grupo de municípios foi considerada relativamente menos crítica quanto mais seus centroides de agrupamento, para cada um dos cinco fatores considerados, estivessem abaixo da média. De modo análogo, quanto mais centroides de agrupamento indicassem valores acima da média para o conjunto de municípios, relativamente mais crítica foi considerada sua situação de pobreza.

Fatores	Grupos de pobreza				
	A	B	C	D	E
Renda	34,51	80,63	64,31	68,12	67,82
Moradia	8,90	48,63	21,75	21,80	27,34
Demografia	20,43	48,78	34,89	58,18	33,35
Saúde	33,99	50,79	33,02	49,21	60,67
Educação	33,42	60,73	33,17	53,81	41,18

Quadro 1G
Centroides de agrupamento para os fatores de pobreza, segundo os grupos de pobreza – Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

É importante ressaltar que foram adotados procedimentos matemáticos para que os valores das variáveis componentes da análise fatorial sempre apontassem para um mesmo sentido, relativamente à dimensão de pobreza considerada, com valores acima da média, indicando uma situação relativamente mais aguda de falta ou carência⁴².

A leitura dos resultados obtidos na análise dos grupos de pobreza, em seu conjunto, pode ser melhor realizada quando se utiliza o recurso do Gráfico 1G. Por meio dele é possível visualizar quais grupos de municípios estão em situação de pobreza relativamente mais ou menos crítica, de acordo com a presença ou ausência de centroides de agrupamento ou “sementes” acima ou abaixo da média, para as cinco dimensões consideradas.

Observou-se que o Grupo A apresentou todos os centroides de agrupamento dos cinco fatores de pobreza abaixo da média, enquanto no Grupo B identificou-se uma situação inversa, com os centroides de agrupamento para os fatores moradia e demografia muito próximos da média. O fator saúde se posicionou na média, e os fatores renda e educação ficaram acima da média. A situação de pobreza, portanto, considerando-se esses dois grupos, seria relativamente mais crítica nos municípios integrantes do Grupo B.

Por outro lado, quando comparado o Grupo C com o Grupo A, foram observados valores semelhantes para todos os centroides de agrupamento, exceção feita para o fator renda, cujo centroide aparece com um valor relativamente mais elevado no Grupo C. Isso indica que os municípios que integram o Grupo C têm indicadores relativamente menos críticos para moradia, demografia, educação e saúde, semelhantes aos indicadores dos municípios integrantes do Grupo A, porém apresentam uma situação relativamente mais crítica quando se trata do fator renda.

⁴² Os índices padronizados atribuídos aos fatores de pobreza estão referidos a variáveis de grandezas distintas e não podem ser comparados entre si.

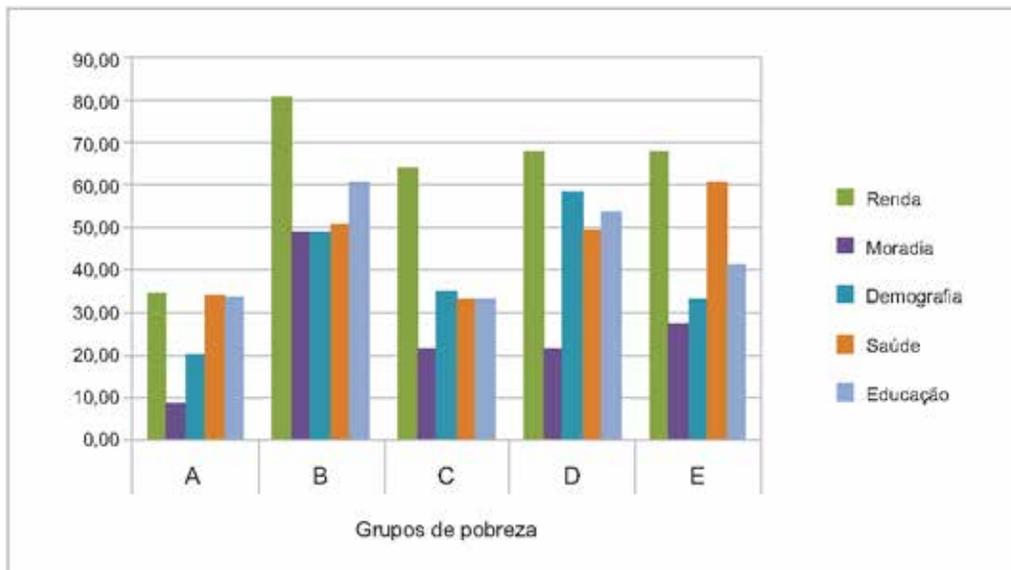


Gráfico 1G
Centroides de agrupamento para os fatores de pobreza, segundo os grupos de pobreza – Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Finalmente, os Grupos D e E revelam perfis parecidos, mas se diferenciam no fator demografia. Neste quesito, os municípios do Grupo E estão em uma situação relativamente menos crítica que aqueles do Grupo D.

Contribuindo para a compreensão do fenômeno da pobreza no território da Bahia, após a leitura analítica dos resultados, foi feita a distribuição espacial dos grupos de pobreza, que será apresentada a seguir.

Distribuição espacial dos grupos de pobreza

Os cinco grupos municipais resultantes desta análise de *clusters* estão bastante dispersos no território do estado da Bahia, não obedecendo a regionalizações pré-estabelecidas, nem, necessariamente, apresentando-se em áreas contíguas. No entanto, observa-se que algumas associações ocorrem em áreas geográficas específicas, possivelmente indicando, dentro do território, uma relação espacial entre estes municípios, que pode ensejar um estudo mais acurado, não contemplado neste trabalho.

A Figura 1G e o Quadro 2G apresentam a composição dos grupos municipais de pobreza na Bahia e sua distribuição espacial, para o ano 2010. Os cinco grupos são compostos por um número variável de municípios, não havendo predominância marcante de um determinado grupo em regiões específicas, à exceção da macrorregião Salvador-Feira de Santana. Esta é a única região conhecida cujos municípios componentes estão, em sua quase totalidade,

associados ao Grupo A de pobreza. Outras regiões, especialmente as que correspondem a outros três importantes polos econômicos do estado, também apresentam associações com os grupos de pobreza, mas seus municípios não formam áreas contíguas.

Observam-se, ainda do ponto de vista da distribuição espacial dos grupos de pobreza no território do estado da Bahia, algumas concentrações importantes de municípios com o mesmo perfil de pobreza: no norte do estado, à esquerda da barragem do Rio São Francisco, no nordeste e no litoral sul, em uma associação com o Grupo B de pobreza.

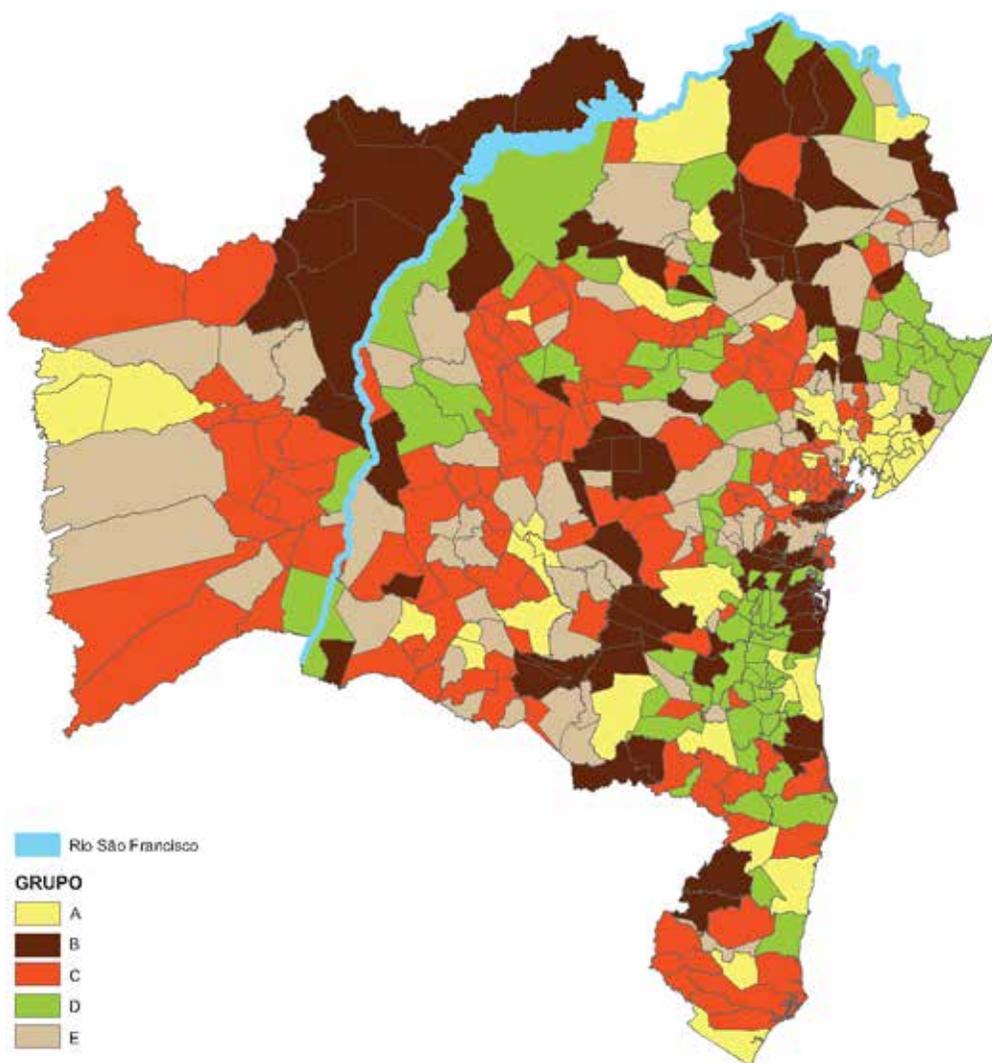


Figura 1G
Distribuição espacial dos grupos de pobreza nos municípios
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Grupos de pobreza	Nº de municípios
A	46
B	72
C	135
D	80
E	84

Quadro 2G
Composição dos grupos de pobreza – Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Visando encontrar nexos que ajudem a compreender as diferenciações entre os cinco grupos de pobreza e suas respectivas distribuições espaciais, a seguir serão apresentados alguns aspectos demográficos dos grupos de pobreza.

Aspectos demográficos dos grupos de pobreza

Como era de se esperar, o Grupo A, no qual os fatores concernentes à pobreza são relativamente menos críticos, é formado por municípios com intensa atividade econômica e grandes populações, principalmente na área urbana. Enfatiza-se que neste grupo, pelas suas características, estão presentes as maiores cidades, nas quais reside quase metade da população do estado, portanto, concentra números absolutos que correspondem a um contingente populacional extremamente complexo, diverso e com carências típicas dos grandes centros urbanos. Esse grupo abriga a maior concentração de atividade econômica do estado, sendo, também, responsável por mais da metade da população economicamente ativa e por mais de 60% da sua população urbana. O seu grau de urbanização atinge 92%, superando a média do estado, que, em 2010 alcançava 72%.

Situação inversa ocorre nos demais grupos – B, C, D e E – nos quais todos os percentuais de participação na população rural superam em muito a participação na população urbana. No Grupo B localiza-se a mais baixa taxa de urbanização (38%) e a maior presença relativa de fatores críticos de pobreza. O referido grupo participa com menos de 10% na população total do estado, revela baixa atividade econômica e apresenta a menor população economicamente ativa, reflexo da pouca expressão das suas atividades econômicas.

Quando a análise é dirigida apenas ao segmento da população rural, o Grupo B participa com expressivos 21% de todo o contingente do estado. Vale ressaltar, entretanto, que o Grupo C tem a maior representatividade em população rural (28,3%), sendo também aquele cujos indicadores de pobreza são mais parecidos com os do Grupo A, a não ser pelo fator renda, em relação ao qual ele se diferencia obtendo um indicador relativamente menos favorável.

A Tabela 1G, a seguir, expõe um conjunto de indicadores demográficos que revelam as principais características dos cinco grupos de pobreza no estado.

Tabela 1G
Participação dos grupos de pobreza na população, por variáveis demográficas
Bahia – 2010

(Em %)

Variáveis	Bahia	Grupos de pobreza				
		A	B	C	D	E
População total	100,0	49,4	9,6	17,9	11,1	12,0
População economicamente ativa	100,0	53,7	8,5	16,6	9,9	11,3
População residente rural	100,0	14,2	21,1	28,3	15,1	21,3
População residente urbana	100,0	63,0	5,1	13,9	9,6	8,4
Grau de urbanização	72,0	92,0	38,0	56,0	62,0	50,0

Fonte: Censo Demográfico 2010 (2012). Cálculos próprios.

Porte populacional dos municípios componentes dos grupos de pobreza

Já estão consagrados alguns tamanhos populacionais de municípios, para efeito de sua classificação em portes bem definidos, a exemplo da estratificação estabelecida pelo IBGE, que é largamente utilizada em diversos trabalhos. Entretanto, na Bahia, é grande a desproporção entre o tamanho da população de sua capital, Salvador, assim como da cidade de Feira de Santana, em relação ao dos demais municípios do estado. Assim sendo, a estratificação do conjunto dos municípios baianos em subconjuntos com tamanhos populacionais similares internamente e, ao mesmo tempo, bem diferenciados entre si, além de respeitar os critérios estatísticos tradicionais, requer uma adequação para que os estratos possibilitem um tratamento analítico equitativo aos municípios componentes. Nesse sentido, para efeito desse trabalho, foi empregada a estratificação de portes utilizada pelo IBGE, com uma pequena adaptação que consistiu em alocar Salvador junto a outros 15 municípios – considerados de grande porte –, enquanto os 401 municípios remanescentes foram distribuídos de acordo com o critério preconizado pelo IBGE, perfazendo um total de quatro classes populacionais. Vale lembrar que, se fosse aplicado *ipsis litteris* o critério utilizado pelo referido instituto, o município de Salvador comporia, sozinho, uma classe independente.

Desse modo, os portes ficaram assim definidos: pequeno porte 1, para municípios com até 20.000 habitantes; pequeno porte 2, para municípios entre 20.001 a 50.000 habitantes; médio porte, para municípios com população entre 50.001 e 100.000; e grande porte, para municípios com população acima de 100.001 habitantes.

A Tabela 2G mostra a distribuição do número de municípios por grupo de pobreza e por porte populacional.

Tabulados os dados, podem-se estabelecer algumas relações entre o porte populacional dos municípios e os perfis de pobreza provenientes da análise de *clusters*.

Tabela 2G
Número absoluto de municípios, por porte populacional, nos grupos de pobreza
Bahia – 2010

Grupos de pobreza	Total de municípios	Porte populacional			
		Pequeno porte 1	Pequeno porte 2	Médio porte	Grande porte
		Até 20.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	Mais de 100.000 hab.
A	46	5	11	14	16
B	72	51	18	3	0
C	135	90	42	3	0
D	80	47	31	2	0
E	84	55	24	5	0
Estado	417	248	126	27	16

Fonte: Elaboração própria.

Dentre os aspectos estatísticos mais relevantes observados na leitura dos resultados estão as proporções alcançadas na distribuição do número de municípios por porte, como elencadas a seguir:

- Todos os municípios de grande porte populacional do estado (com mais de 100 mil habitantes), embora se diferenciem de Salvador, apresentam-se no mesmo Grupo A de pobreza.
- Quando cotejada cada faixa de população do citado Grupo A com o total do estado, percebe-se que 16 dos seus municípios respondem pela totalidade dos municípios enquadrados como de grande porte do estado, ou seja, 100% das observações.
- Há uma tendência à redução da participação dos municípios do Grupo A à medida que diminui o porte populacional; tendência inversa é observada nos outros quatro grupos.
- Os municípios menores – pequeno porte 1 – estão distribuídos nos cinco grupos de pobreza, com maior presença no Grupo C e menor no Grupo A. Vale ressaltar que esses municípios não estão necessariamente mais associados ao grupo que apresentou os indicadores de pobreza mais críticos (Grupo B).
- Mais da metade dos municípios do estado tinham até 20.000 habitantes em 2010.
- O Grupo C possui a maior participação no conjunto de municípios do estado e tem indicadores semelhantes aos do Grupo A, à exceção do fator renda. Ele está mais associado aos municípios de pequeno porte 1 e 2.
- O Grupo E, que apresentou indicadores semelhantes aos do Grupo D, diferenciou-se deste último pelo fator demográfico, para o qual apresentou condições relativamente mais favoráveis. Observa-se que a participação de municípios de médio porte é mais expressiva no Grupo E.

A Tabela 3G mostra a distribuição percentual do número de municípios, por grupo de pobreza e por porte, comparativamente ao número total de municípios do estado por porte populacional.

Tabela 3G
Participação dos grupos de pobreza no porte populacional dos municípios – Bahia – 2010
(Em %)

Grupos de Pobreza	% de municípios	Porte populacional			
		Pequeno porte 1	Pequeno porte 2	Médio porte	Grande porte
		Até 20.000 hab.	De 20.001 a 50.000 hab.	De 50.001 a 100.000 hab.	Mais de 100.000 hab.
A	11,0	2,0	8,7	51,9	100,0
B	17,3	20,6	14,3	11,1	0,0
C	32,4	36,3	33,3	11,1	0,0
D	19,2	19,0	24,6	7,4	0,0
E	20,1	22,2	19,0	18,5	0,0
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria.

A estrutura interna dos grupos de pobreza, observada pela ótica dos portes populacionais, revela as proporções alcançadas pelo número de municípios em cada estrato. Sob esse enfoque, o Grupo A tem apenas cinco municípios com população até 20.000 habitantes, que respondem por cerca de 10,9% do total de municípios do grupo, e exibe nos estratos de maior porte populacional a maior presença de municípios, alcançando, no último estrato, 34,8%. Nos demais grupos, como já assinalado, a tendência é inversa, revelando a presença de um maior número de municípios de pequeno porte – 70,8% no Grupo B –, como pode ser observado na Tabela 4G.

Tabela 4G
Composição dos grupos de pobreza segundo o porte populacional de seus municípios
Percentual relativo ao grupo – Bahia – 2010
(Em %)

Porte	Estrato	Grupos de pobreza				
		A	B	C	D	E
Pequeno porte 1	Até 20.000 hab.	10,87	70,83	66,67	58,75	65,48
Pequeno porte 2	De 20.001 a 50.000 hab.	23,91	25,00	31,11	38,75	28,57
Médio porte	De 50.001 a 100.000 hab.	30,43	4,17	2,22	2,50	5,95
Grande porte	Mais de 100.000 hab.	34,78	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Conforme já destacado, os grupos de pobreza na Bahia aqui propostos foram conformados como resultantes da intensidade alcançada por cada um dos fatores representativos das dimensões utilizadas (renda, moradia, demografia, saúde e educação), no ano de 2010. No que se refere aos aspectos demográficos, analisados na primeira parte dessa seção, as diferenciações observadas reforçam, de um modo geral, o contraste entre o Grupo A e os demais.

De todo modo, evidenciou-se que a concentração populacional e de atividade econômica conforma um determinado perfil de pobreza. O elevado grau de urbanização (92%) do Grupo A, com fatores de pobreza relativamente menos críticos, contrastou com o dos demais grupos. O Grupo B, com o menor grau de urbanização do estado (38%), apresentou as condições de pobreza relativamente mais críticas.

Portanto, no que se refere ao porte populacional, já era esperado que o Grupo A se diferenciasse dos demais, visto que abriga a totalidade dos municípios de grande porte. Sob essa ótica, não há uma diferenciação marcante entre os grupos B, C, D e E, pois em suas composições predominam os municípios de pequeno porte populacional.

Na sequência, visando aprofundar o conhecimento sobre o comportamento dos grupos de pobreza, será apresentada uma leitura do ponto de vista econômico.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DOS GRUPOS DE POBREZA

Do ponto de vista das atividades econômicas presentes nos municípios componentes dos grupos de pobreza, podem-se observar diferenciações substantivas que se manifestam na participação dos seus valores agregados e nas suas respectivas dinâmicas produtivas.

Nas tabelas 5G e 6G, podem-se observar diferenças entre os grupos no que concerne aos seus setores produtivos predominantes, assim como em relação às suas representatividades econômicas, tanto setoriais, referentes aos valores adicionados (VA) gerados dentro do grupo, como em relação ao produto interno bruto da Bahia (PIB).

As informações contidas nas tabelas anteriores ajudam a compreender as particularidades econômicas dos grupos. Elas espelham a forte concentração setorial da economia baiana, especialmente aquelas observadas no Grupo A, no qual está concentrada mais de 70% de toda a riqueza gerada no estado.

Tabela 5G					
Preponderância econômica setorial dos municípios dentro de cada grupo – 2010*					
Valor agregado por setor	Preponderância setorial nos municípios do grupo (Em %)				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
Agropecuária	0,0	8,3	11,9	10,0	8,3
Indústria	23,9	1,4	1,4	8,8	6,0
Serviços – s/ APU	65,2	1,4	16,3	15,0	14,3
APU (1)	10,9	88,9	70,4	66,2	71,4

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014c).

(*) Corresponde à proporção dos municípios com atividade econômica mais preponderante em um setor da economia em relação ao total de municípios do grupo.

(1) Administração pública.

Tabela 6G
Participação econômica setorial dos municípios, por grupo, no valor agregado e em relação ao produto interno bruto – Bahia – 2010
(Em %)

Valor agregado por setor	Participação no valor agregado (VA) e no produto interno bruto (PIB) da Bahia				
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E
VA Agropecuária	18,4	12,0	31,2	15,8	22,6
VA Indústria	84,4	1,7	6,2	3,9	3,8
VA Serviços – s/ APU	81,2	2,4	7,2	4,1	5,1
VA APU	47,8	10,1	18,4	11,6	12,2
PIB	74,0	3,9	9,7	5,7	6,7

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014c).

Esta feição econômica da Bahia está amplamente associada ao seu processo histórico de ocupação territorial e de integração – tanto dos seus espaços regionais quanto do estado com outras regiões –, assim como à expressiva concentração de investimentos resultantes do seu padrão de desenvolvimento.

Em relação às citadas características econômicas, vale salientar que o tema será abordado em um capítulo específico deste trabalho e já foi objeto de diversos estudos, a exemplo de Sampaio (2007) e Spinola (2004), ou mesmo o que foi realizado pela Banco Central do Brasil (Bacen), em um dos seus boletins anuais.

A estrutura econômica do estado apresenta relativa concentração espacial e setorial. A atividade industrial se concentra na Região Metropolitana de Salvador (RMS); a produção de grãos, no Oeste; a fruticultura irrigada, no Sertão do São Francisco; e a produção de celulose, no Extremo Sul do estado – os quatro polos dinâmicos da economia baiana. Por outro lado, aproximadamente 2/3 do território estadual se encontra no Semiárido, cuja base econômica é a agricultura familiar. Quanto à distribuição setorial, a Bahia se caracteriza por produção de bens intermediários e matérias primas, destinados à exportação para o exterior e para a indústria de outras regiões. A Bahia é geradora de divisas para o país e mercado consumidor de produtos finais oriundos, principalmente, do Sudeste e do Sul, características que condicionam a dinâmica de sua economia a movimentos exógenos. (ECONOMIA..., 2012, p. 83).

Com base na distribuição espacial da economia baiana, fica evidente a importância regional de determinados municípios e o papel desempenhado pelas suas principais atividades econômicas em termos de geração de renda, salientando-se aqui a oferta de serviços típicos dos grandes centros urbanos.

Como já enfatizado, a referência regional de determinados municípios foi engendrada pelo processo histórico de ocupação dos seus territórios, pelas vias de acesso, construídas sob a égide dos planos nacionais de desenvolvimento, assim como pelo grau de interconexão de suas atividades com a dinâmica da economia brasileira e internacional, cujas repercussões formaram espaços economicamente desiguais e concentrados.

Entretanto, vale ressaltar que, na leitura dos resultados obtidos neste trabalho, foram observados seis municípios, com diminutas grandezas macroeconômicas, que não estão posicionados como referências regionais, nem tampouco exibem grandes populações ou centros urbanos com diversificada oferta de serviços. Eles se apresentam alocados em um grupo de pobreza bastante diferenciado, no qual os municípios que ali estão contidos exibem as citadas características macroeconômicas que eles não possuem. São eles: Caculé, Valente, Rio de Contas, Ibiassucê, Abaíra e Jussiape.

Ao se constatarem tais fenômenos, e com o intuito de captar características típicas da pobreza como um todo, assim como identificar aquelas referentes aos municípios que se apresentaram como *outliers* nos grupos, foram selecionados outros indicadores/variáveis que auxiliassem na obtenção de respostas para a referida situação. Eles serviram de base para instrumentalizar o processo analítico empreendido na identificação de algumas de suas principais características econômicas e sociais, buscando entender os principais fatores que favoreceram melhores resultados no âmbito das dimensões de pobreza estudadas neste trabalho.

Objetivou-se, portanto, com base na leitura do conjunto de indicadores auxiliares, estruturados com esta finalidade e, em grande parte, relativizados pelas populações de cada município, estabelecer relações entre os grupos municipais de pobreza e as características produtivas dos municípios que os compõem. Dentre os indicadores utilizados estão consumo médio de energia elétrica residencial, grau de alfabetização, percentual de produtores para autoconsumo, índice de desenvolvimento humano municipal e os percentuais de repasses do Bolsa Família.

Ressalta-se que o estado da Bahia apresenta marcantes desequilíbrios regionais e que as suas áreas mais dinâmicas se encontram, em geral, nos municípios de maior porte econômico e demográfico. Geograficamente, pode-se observar tal fenômeno nos quatro cantos extremos do seu território. Neles são perceptíveis as expressivas concentrações setoriais, com destaque para a indústria de transformação – com predominância da produção de bens intermediários, principalmente os insumos petroquímicos. São também relevantes a produção de grãos no oeste, centrada principalmente na monocultura da soja; a silvicultura no extremo sul, ocupando extensas áreas com o plantio de eucalipto; e a fruticultura irrigada no Vale do São Francisco.

Por outro lado, por se tratar de um estado que abriga a maior população rural do país, e no qual há uma forte presença da agricultura familiar, realizaram-se, com o intuito de captar tais características, diversas leituras no censo agropecuário de 2006. Elas possibilitaram uma visão das áreas nas quais existe expressiva presença de atividades agrícolas, sejam elas estruturadas sob padrões produtivos da agricultura tradicional ou da agricultura moderna. Um exemplo é

a produção de *commodities* no oeste, com destaque para a soja, o principal produto do setor agropecuário da região e do estado.

Grupo A

O Grupo A apresenta características bastante diferenciadas em relação aos demais. Nele, por exemplo, percebe-se que os fatores renda, moradia e demografia se apresentam com menor incidência, comparativamente aos mesmos fatores nos demais grupos. Esta situação um pouco mais favorável permite inferir que, em termos relativos às suas respectivas populações, a pobreza se manifesta de maneira relativamente menos crítica do que o observado entre os municípios dos demais grupos. Entretanto, isso não significa, necessariamente, que, em termos absolutos, o quantitativo de pobres nos municípios que o compõem seja menor. A existência de importantes atividades econômicas e a sua disseminação tendem a minimizar as proporções da pobreza quando os seus quantitativos são relativizados pela população de cada município de *per si*, mas, em contrapartida, tende a apresentar, em termos absolutos, um expressivo contingente de pobres, muitas vezes excluídos, atraídos, ou mesmo resultantes, do mesmo fenômeno econômico que gerou expectativas de melhores condições de vida.

A representação espacial deste grupo de pobreza no mapa da Bahia (Figura 2G) compõe um mosaico que, com algumas exceções, revela manchas que coincidem, em grande parte, com áreas nas quais registra-se, historicamente, maior densidade e dinamismo econômico.

A distribuição geográfica dos municípios que compõem o Grupo A conforma manchas espaciais que, em grande parte, coincidem com aquelas formadas pelos municípios que representam a base econômica que estrutura espacialmente o desenvolvimento do estado. Nele se encontram os municípios que formam a rede principal de cidades e que operam como polos urbano-industriais e de serviços, a exemplo da macrorregião Salvador-Feira de Santana. Nesse sentido, corroborando a expressividade dos seus setores produtivos, identificou-se que os municípios que compõem esse grupo têm atividades mercantis bastante preponderantes. As exceções são os seis já referidos, que não apresentam relevância nos seus setores econômicos e não se enquadram nessas características, apresentando o valor adicionado da administração pública (APU) como o segmento mais representativo de suas economias.

Esse grupo é formado por 46 municípios, sendo que 54,3% deles registraram, em 2010, um consumo médio de energia elétrica residencial superior à média do estado. Isso indica, de forma indireta, que o padrão de consumo de bens modernos – eletroeletrônicos – é um dos mais elevados dentre os dos grupos de pobreza analisados.

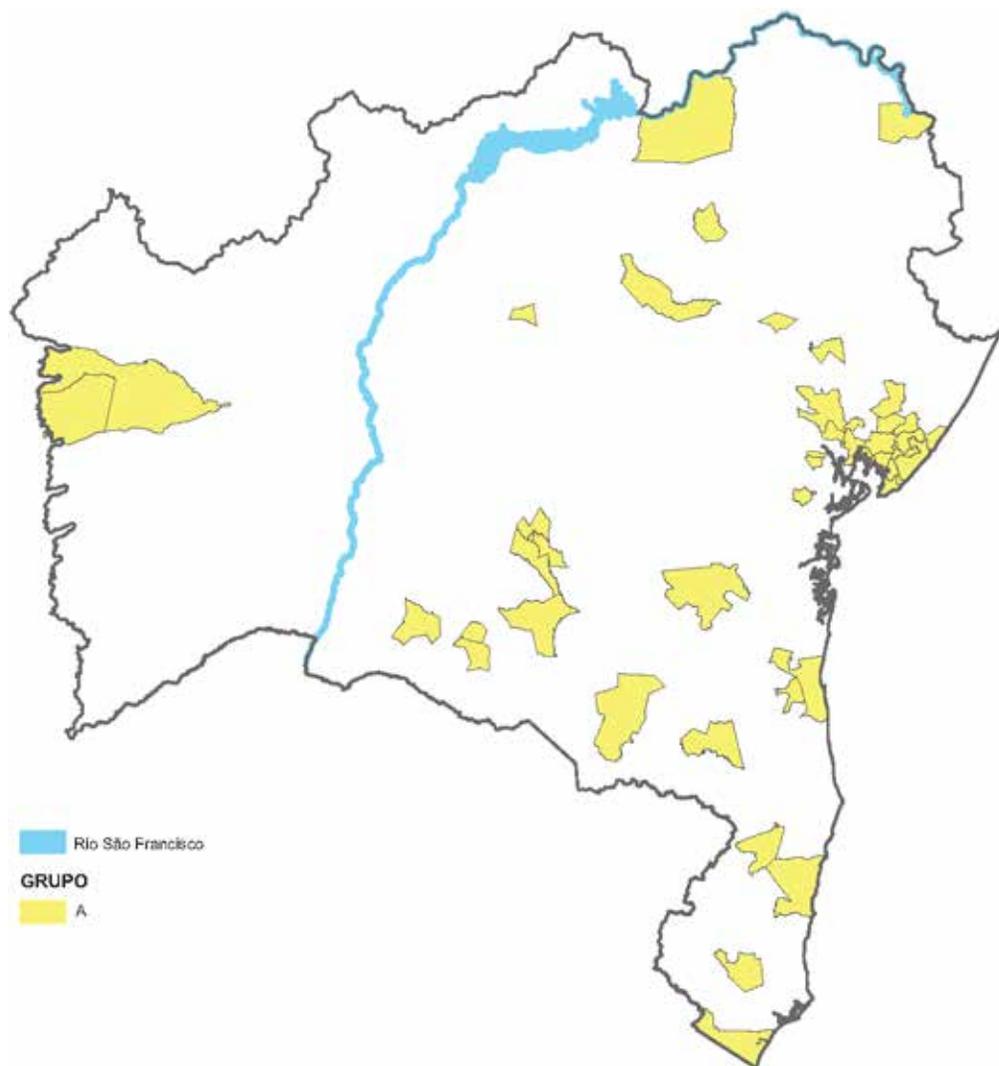


Figura 2G
Distribuição espacial dos municípios do Grupo A de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Em termos macroeconômicos, ele responde por 18,4% do VA da agropecuária da Bahia e por 84,4% do VA da indústria. Em relação a esse último valor, salienta-se que em vários municípios, principalmente naqueles que conformam a macrorregião Salvador-Feira de Santana, estão as maiores e mais importantes plantas industriais do estado. Tal magnitude se amplia também pelo vigor e dinamismo da construção civil, que se expande visando ao atendimento de infraestrutura às atividades econômicas e aos requerimentos habitacionais. O grupo responde ainda por 81,2% do VA estadual de serviços (exceto aqueles prestados pela

administração pública⁴³). Esta alta representatividade é propiciada pelo fato de este grupo abarcar um expressivo número de municípios com os maiores contingentes populacionais e as maiores ofertas de serviços privados, tanto aqueles prestados às empresas quanto os demandados pelas famílias.

No que tange aos serviços da administração pública, o percentual de participação do VA dos municípios do referido grupo em relação ao total do estado situa-se em 47,8%. Esse grande aporte do VA da APU ao VA estadual está intimamente relacionada ao expressivo contingente populacional de determinados municípios, assim como à maior presença de órgãos governamentais, com a consequente oferta de serviços públicos das três esferas de governo.

Quanto ao valor da produção (VP) da lavoura, apenas cinco produtos foram responsáveis, em 2010, por cerca de 61% do VP do conjunto de municípios do citado grupo. Vale ressaltar que, focando-se em uma das áreas que apresentam as produções agrícolas mais relevantes no grupo, tem-se a soja como destaque. Salienta-se que, no enfoque relativo aos espaços de pobreza situados na região oeste do estado, apenas os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães foram enquadrados no Grupo A. Ou seja, outros municípios, também importantes produtores de *commodities* agrícolas, embora estejam na mesma região e com bases econômicas semelhantes, apresentam perfis de pobreza diferenciados. Tal fato sinaliza para a presença de outros fatores capazes de proporcionar diferenciações nas características da pobreza dos municípios associados a outras dimensões utilizadas no modelo para a identificação da pobreza e que não se atrelam nem são dependentes do perfil produtivo municipal. Ressalte-se que, embora a base econômica dos municípios do oeste baiano seja preponderantemente agroindustrial, há uma grande concentração de investimentos, tanto de empresas que prestam serviços privados, a exemplo da comercialização de equipamentos para a lavoura, quanto públicos, no atendimento às demandas sociais. Também se destaca o apoio da infraestrutura e da dinâmica dos fluxos de pessoas e serviços típicos de áreas com expressiva aglomeração urbana. Observa-se ainda que, em face das características agrícolas da região, tem-se, nos citados municípios, um grande número de unidades de apoio e prestação de serviços de assistência técnica, especializadas em operações agroindustriais, que atendem às demandas específicas dos municípios produtores da região, proporcionando uma dinâmica econômica diferenciada.

Por ordem de importância do valor da produção do total das lavouras dos municípios pertencentes ao Grupo A estão a soja (21,9%), seguida pelo mamão (15,1%), algodão herbáceo (8,8%), cana-de-açúcar (8,5%) e café (6,6%), conforme a Tabela 7G.

A agricultura moderna, especialmente aquela predominante na região oeste do estado, caracteriza-se pelo uso intensivo de máquinas, implementos, equipamentos e insumos modernos,

⁴³ O valor adicionado da administração pública (APU), mensurado nos agregados macroeconômicos das contas regionais, corresponde a todos os pagamentos efetuados pelos agentes públicos a seus empregados, sob a forma de salários, ordenados, encargos sociais e outras remunerações dos funcionários civis e militares pertencentes aos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

bem como pela adoção de técnicas avançadas de produção, buscando a especialização, maiores ganhos de produtividade, competitividade e integração aos mercados. Em contrapartida, a Bahia apresenta também agricultura tradicional, pouco capitalizada, geralmente com baixo aporte tecnológico e instalada em diversas áreas do território estadual. Esse tipo de agricultura tem como base a utilização intensiva dos recursos naturais, ou seja, está apoiada na fertilidade e aptidão do solo, utilizando para os tratos culturais, em grande parte, a mão de obra direta, principalmente a familiar.

Tabela 7G	
Representatividade do valor da produção dos cinco produtos principais das lavouras	
Grupo A – 2010	
Cinco principais produtos	% em relação ao VP total das lavouras do Grupo A
Soja	21,9
Mamão	15,1
Algodão herbáceo	8,8
Cana-de-açúcar	8,5
Café	6,6
Total	60,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Elaboração própria.

Estes aspectos relacionados ao processo produtivo da agricultura baiana conduzem à necessidade de utilização de indicadores que permitam realizar outras leituras, capazes de apontar para os principais elementos de caracterização da pobreza.

Nesse sentido, as observações e análises realizadas com base em indicadores obtidos do censo agropecuário de 2006 revelaram que a maioria dos municípios pertencentes ao Grupo A de pobreza tem menor participação relativa quando o foco aponta para a presença de trabalhadores vinculados à agricultura familiar⁴⁴ e à produção para o autoconsumo. Registra-se também a menor incidência relativa – cerca de 2% –, entre todos os grupos estudados, de municípios com grande presença de analfabetos no comando da agricultura familiar. Em relação ao uso de tecnologias modernas de produção, a tração mecânica é bastante intensa, especialmente nos municípios que têm a agropecuária moderna como principal setor produtivo. O Grupo A é o segundo, em termos relativos, na utilização da tração mecânica no processo produtivo, ficando abaixo apenas das proporções observadas no Grupo C, a ser tratado no curso deste trabalho.

Em relação aos seis municípios deste grupo que, porém, não apresentam as principais e predominantes características econômicas dos demais, observou-se o nexo das suas presenças por meio de outras variáveis e/ou indicadores da agricultura familiar, a exemplo da existência e prática de associativismo, assim como da especialização da produção agrícola e integração aos mercados, dentre outras leituras. Cotejando-se as informações obtidas com base em indicadores tradicionais, a exemplo do índice de desenvolvimento

⁴⁴ Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

humano dos municípios (IDHM), vê-se que as classificações desses municípios no ranking da Bahia são bastante elevadas, indicando um melhor posicionamento em relação a outras dimensões de pobreza.

Desta maneira, fica ainda mais explícito que, no método utilizado para a obtenção dos grupos de pobreza, o enquadramento dos citados municípios resultou da convergência positiva de fatores multidimensionais – renda, moradia, demografia, saúde e educação – que, associados e/ou correlacionados entre si, possibilitaram as suas respectivas alocações, independentemente da magnitude da base econômica em que os municípios estão assentados.

Grupo B

O Grupo B de pobreza possui características bastante diferenciadas dentre os cinco grupos analisados. Ele é composto por 72 municípios (Figura 3G), e os indicadores auxiliares utilizados para a identificação de seus principais aspectos econômicos e sociais possibilitaram a visualização de traços de uma economia altamente dependente da atividade propiciada pelo pagamento de salários e encargos da administração pública. Com efeito, cerca de 89% dos seus municípios têm o segmento da administração pública como o mais relevante em relação aos respectivos valores adicionados dos demais setores. Dessa maneira, eles dependem substantivamente das despesas correntes realizadas pela administração pública para fazer mover as suas atividades econômicas, o que evidencia fragilidade, dependência de recursos do estado e inipiência dos demais setores produtivos.

Outro indicador sintomático da presença da pobreza nos municípios deste grupo é o consumo médio de energia elétrica residencial. Foram registrados apenas 5,6% dos municípios com consumo superior à média estadual, estando a grande maioria (87,5%) nas faixas mais baixas de consumo.

No que tange à agricultura familiar, grande fornecedora de alimentos e responsável pela manutenção da população do meio rural, verifica-se, neste grupo, a segunda maior presença entre todos os grupos estudados, ficando abaixo apenas do Grupo E, a ser visto. No Grupo B registra-se a predominância de municípios nos quais a referida atividade apresenta-se pouco especializada e com baixa integração ao mercado. Também se observa a maior incidência de municípios (cerca de 42%) com grande presença de pessoas analfabetas na condução dos trabalhos da agricultura familiar. Corroborando a baixa inserção produtiva e tecnológica, registra-se uma mínima proporção de municípios que utilizam mecanização moderna (tratores) no cultivo familiar.

Neste grupo encontram-se também as maiores proporções de municípios com trabalhadores que produzem basicamente para o autoconsumo. Igualmente, observa-se a maior proporção de municípios com predominância de beneficiários do Programa Bolsa Família, comparativamente às suas respectivas populações, o que denota o baixo dinamismo de suas economias.

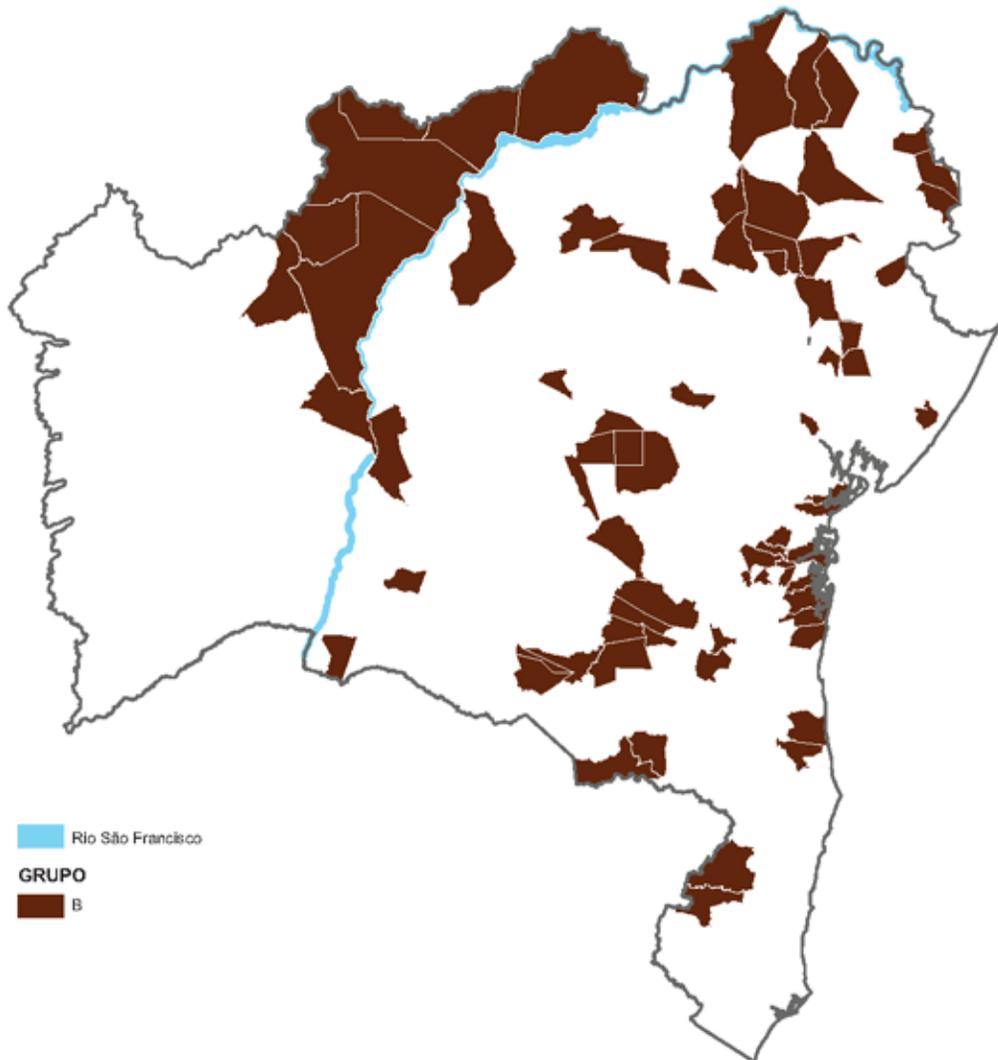


Figura 3G
Distribuição espacial dos municípios do Grupo B de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

O referido grupo, altamente dependente da administração pública contribuindo com 10,1% do VA total da APU do estado. Observa-se também que, em 8,3% dos municípios, a agropecuária apresenta-se como principal setor econômico, contribuindo com 12,1% do VA do setor na economia baiana. Esses traços revelam tratar-se de economias com recorte produtivo de base rural, que atuam com baixo aporte tecnológico. Os demais setores são bastante incipientes em atividade econômica, com o VA da indústria representando, em relação ao estado, apenas 1,7%, e os serviços, sem APU, 2,4%.

Em relação às lavouras, vê-se a predominância do VP da cultura do cacau (20,5%), tradicional produto agrícola, seguido pelo VP da banana (18,8%), presente pela sua importância agrícola, mas também pelo seu papel complementar no sombreamento da cultura do cacau. Os outros três produtos mais importantes – mandioca (10,6%), feijão (8,7%) e milho (8,3%) – apresentam características típicas que, no estado da Bahia, estão presentes em um tipo de agricultura pouco capitalizada, realizada por pequenos produtores para consumo e venda de algum excedente (Tabela 8G).

Vale, entretanto, ressaltar que, do ponto de vista da criação pecuária, encontram-se aí os maiores rebanhos caprinos (42,4%) e ovinos (32,9%) do estado da Bahia, distribuídos, com maior preponderância, em 2,8% e 5,6% dos municípios do grupo, respectivamente.

Tabela 8G Representatividade do valor da produção dos cinco produtos principais das lavouras Grupo B – 2010	
Cinco principais produtos	% em relação ao VP total das lavouras do Grupo B
Cacau	20,5
Banana	18,8
Mandioca	10,6
Feijão	8,7
Milho	8,3
Total	66,9

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Elaboração própria.

Em relação à cultura do cacau, produto que figurou como o principal gerador de riqueza do estado até meados de 1980, pode-se afirmar que a redução da sua produção ao longo das últimas décadas foi ocasionada pela conjunção adversa de vários fatores econômicos e fitossanitários, sendo decisiva para o empobrecimento das regiões produtoras. No caso deste grupo, embora não haja grande concentração de municípios produtores, estão presentes vários deles onde a cacaucultura tem relevância, correspondendo a 26,6% do total registrado no estado.

Grupo C

Este grupo apresenta algumas semelhanças com o Grupo A. É composto por 135 municípios, que respondem, em seu conjunto, por 9,7% do PIB da Bahia, sendo a segunda maior representatividade econômica entre todos os grupos estudados. Em geral, a economia dos seus municípios é bastante dependente das despesas realizadas pela administração pública com o pagamento de salários e encargos aos seus servidores. Tal fato fica evidenciado pelo percentual de municípios que têm a administração pública como principal aporte econômico (70,4%), contribuindo com 18,4% para o valor adicionado da APU do estado.

No que se refere ao consumo médio de energia elétrica residencial, observam-se 17,8% dos seus municípios com consumo médio superior à média estadual, estando a grande maioria, cerca de 60%, nas faixas mais baixas de consumo.

Neste grupo, 11,9% dos municípios têm a agricultura como principal setor produtivo e contribuem com o maior valor adicionado da agropecuária do estado (31,2%). Esses traços revelam um conjunto de municípios com forte base agrícola. Há uma grande diversificação de cultivos, que vão da agricultura familiar – segunda maior concentração de municípios (55,6%) entre os cinco grupos estudados – aos plantios tecnificados e assentados em processos modernos e mais capitalizados, voltados para a produção em larga escala e situados, em grande parte, na região oeste do estado. Neste grupo encontra-se também o maior plantel estadual de bovinos (35,7%), tendo suas maiores concentrações em 4% dos municípios produtores.

Em relação ao valor bruto da produção das lavouras, vê-se a predominância da cultura da soja (23,9%) – importante *commodity* do agro baiano –, seguida pelo VP da cultura do mamão (9,8%), do café (7,4%) – produto com alto valor específico –, do milho (7,2%) e da cana-de-açúcar (6,4%), conforme a Tabela 9G.

Outro setor importante das suas atividades econômicas é o de serviços, que se revela preponderante na economia de 16,3% dos seus municípios e contribui com 7,2% para o VA do setor no estado.

Em relação à agricultura familiar, observa-se uma pequena quantidade de municípios (5,9%) onde é intensa a utilização de tração mecânica, possivelmente mais associada aos grandes plantios.

Tabela 9G Representatividade do valor da produção dos cinco produtos principais das lavouras Grupo C – 2010	
Cinco principais produtos	% em relação ao VP total das lavouras do Grupo C
Soja	23,9
Mamão	9,8
Café	7,4
Milho	7,2
Cana-de-açúcar	6,4
Total	54,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Elaboração própria.

No que tange ao nível de alfabetização dos dirigentes dos trabalhos realizados na agricultura familiar, verifica-se que cerca de 17% dos seus municípios acusam forte presença de analfabetos.

A existência de municípios com trabalhadores que laboram para o autoconsumo tem o segundo menor registro entre todos os grupos de pobreza. O grupo apresenta também o menor número de municípios com alta proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família em relação às suas respectivas populações residentes.

A Figura 4G apresenta a distribuição espacial dos municípios que compõem o Grupo C.

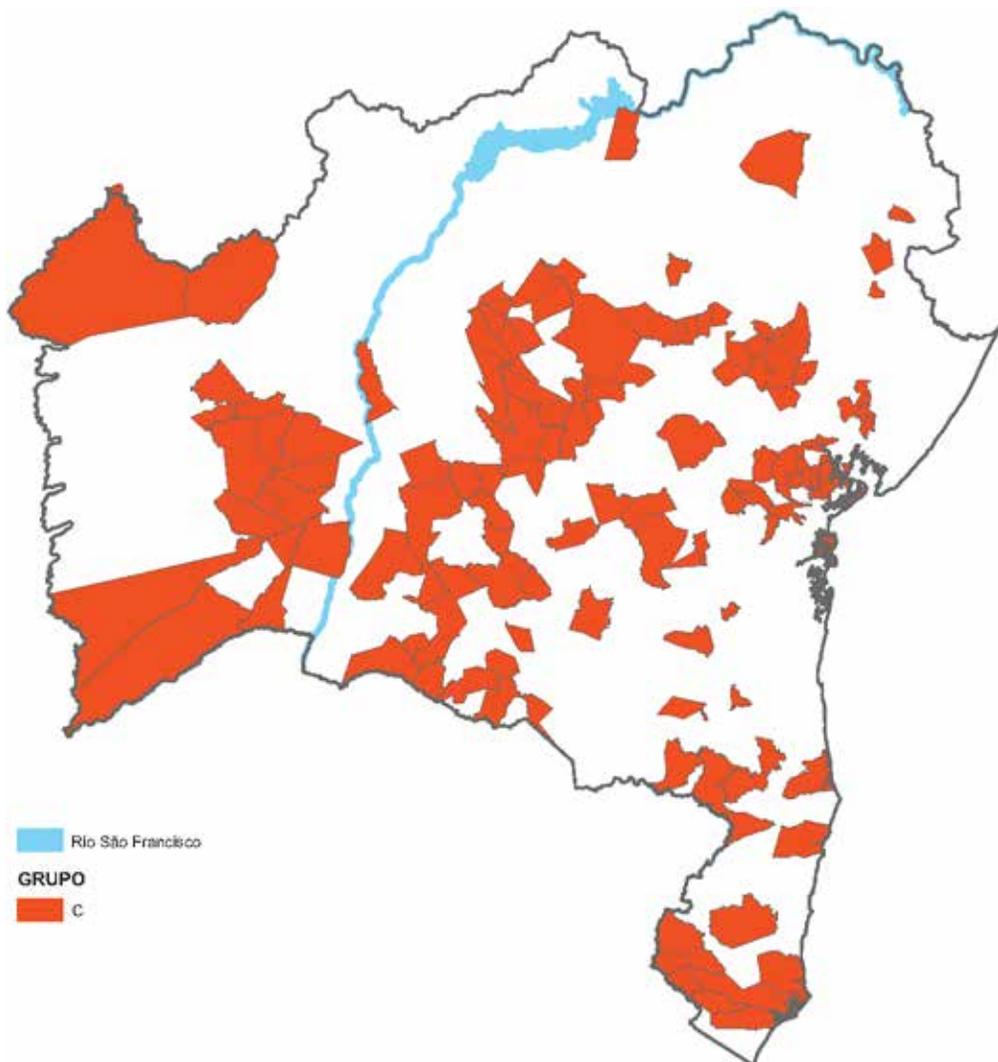


Figura 4G
Distribuição espacial dos municípios do Grupo C de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Grupo D

Este grupo de pobreza é composto por 80 municípios, que se distribuem, especialmente, conforme demonstrado na Figura 5G. Nele constata-se a segunda menor presença de municípios com alta incidência de agricultura familiar, ficando abaixo apenas do Grupo A. Entretanto, pela ótica do valor adicionado, vê-se que 66,2% deles têm a administração pública como

principal atividade econômica. O Grupo D, no entanto, contribui com apenas 11,6% do VA da APU no estado.

Cerca de 15% dos seus municípios têm consumo médio de energia elétrica residencial acima da média registrada no estado da Bahia, enquanto 60% se encontram com os mais baixos níveis de consumo.

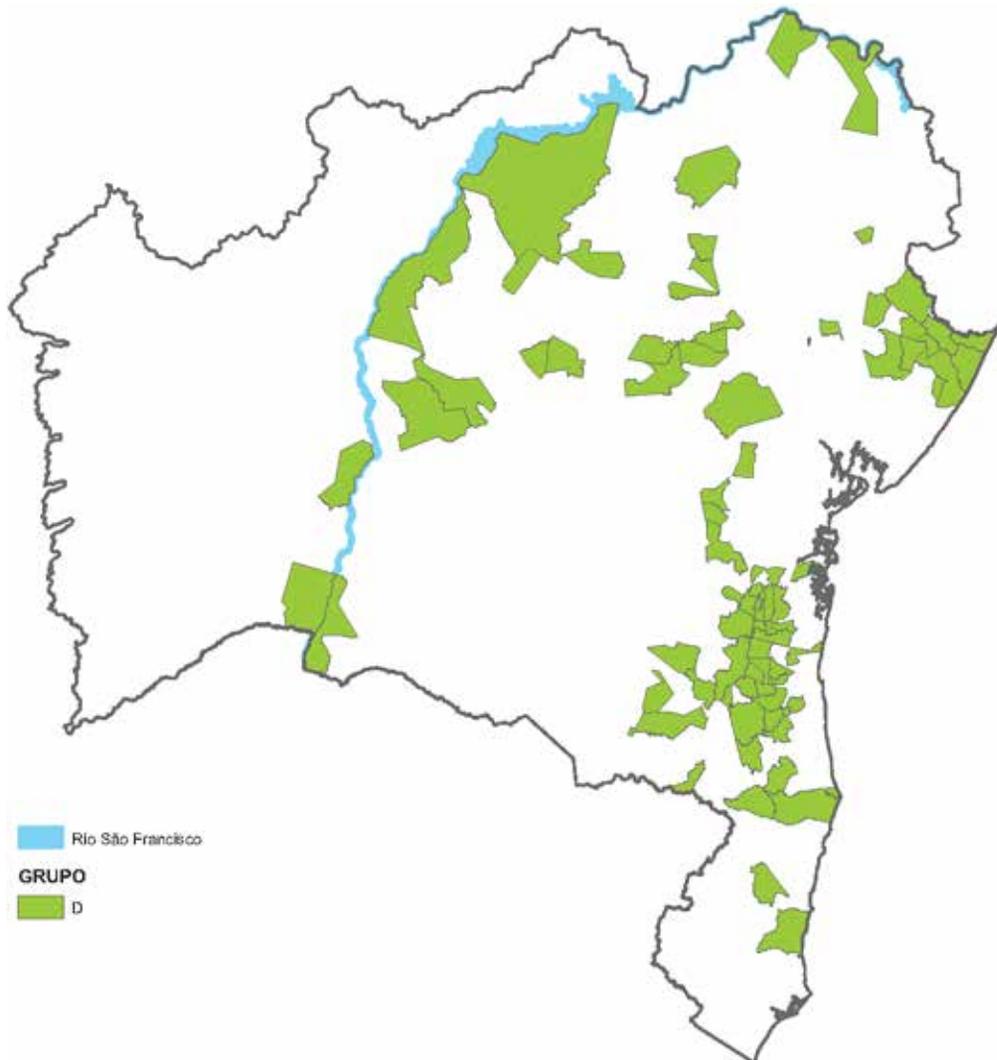


Figura 5G
Distribuição espacial dos municípios do Grupo D de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Com apenas 10% dos seus municípios tendo o setor agropecuário como seu principal segmento econômico, este grupo contribui com 15,4% para o valor adicionado do agro no estado. Observa-se também que o setor de serviços (sem APU) tem uma representatividade estadual que atinge 4,1%. Vale salientar que neste grupo o setor de serviços apresenta-se com maior relevância em 15% dos seus municípios.

Um fato relevante neste grupo é a presença do setor industrial. Ele é aquele que congrega, abaixo apenas do Grupo A, o maior número de municípios (8,8%) cuja indústria é o principal setor de suas economias e responde por 3,9% do valor adicionado industrial da Bahia.

Em relação ao valor da produção das lavouras, o cacau é o mais representativo entre os cinco principais produtos, alcançando 23,5% do VP gerado no âmbito do grupo, enquanto o mamão (16,0%), a laranja (13,6%), a banana (12,9%) e o café (8,2%) aparecem em seguida, conforme a Tabela 10G.

Tabela 10G	
Representatividade do valor da produção dos cinco produtos principais das lavouras	
Grupo D – 2010	
Cinco principais produtos	% em relação ao VP total das lavouras do Grupo D
Cacau	23,5
Mamão	16,0
Laranja	13,6
Banana	12,9
Café	8,2
Total	74,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Elaboração própria.

Focando-se na produção física do cacau, observa-se que a referida cultura ainda assume grande relevância em termos quantitativos, representando 44,2% de toda a produção em âmbito estadual no ano de 2010.

Embora as áreas em que estão presentes os municípios deste grupo não configurem uma concentração de produção em um mesmo espaço territorial, a importância histórica outrora alcançada pela quantidade produzida e pelo valor da produção do cacau moldou um ciclo de riqueza que avançou até meados de 1980. Entretanto, logo em seguida, a cultura iniciou um processo sistemático de decadência, com consequências nefastas, tanto econômicas quanto sociais, nas regiões produtoras. Esse processo envolveu questões fitossanitárias, com a presença da vassoura-de-bruxa, fungo que se disseminou, infestou e dizimou a maior parte da lavoura cacauzeira.

O Gráfico 2G, a seguir, embora abrangendo apenas o período de 1990 a 2012, evidencia a expressiva diminuição no volume total de produção obtido pelo estado da Bahia.

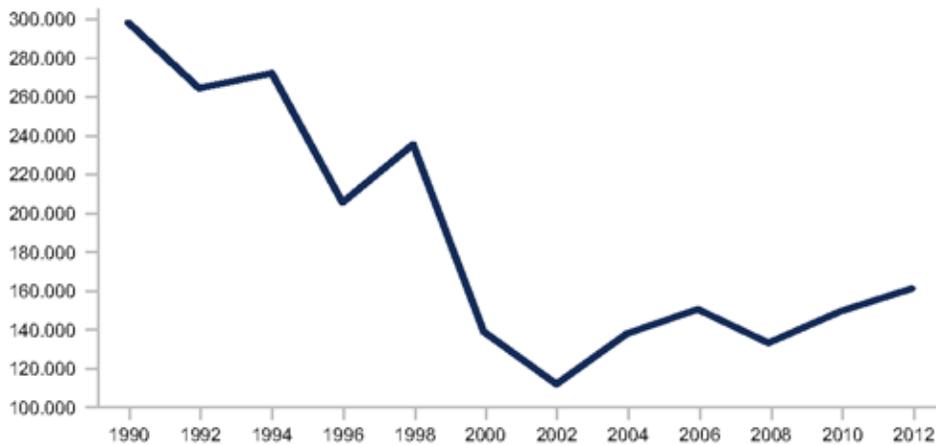


Gráfico 2G
Produção de cacau em amêndoas – Bahia – 1990-2012

(em toneladas)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

Conforme Costa (2012, p. 41 e 42):

[...] numa posição invertida verifica-se a taxa de crescimento, a partir de 1991, declinando, a migração acontecendo de forma inversa, a população, principalmente a representada pelos trabalhadores rurais, indo em busca de outras regiões cujas performances dão sinais de progresso econômico.

Esse foi um período no qual a contaminação da lavoura pela vassoura de bruxa já dava sinais de que a produção de cacau repercutia na manutenção da população trabalhadora na Região. A doença, tornando-se endêmica, reduzia drasticamente os níveis de produção e renda das propriedades, razão da dispensa de massa de trabalhadores, tanto no meio rural como urbano, fato motivador da migração de parte considerável de famílias operárias em busca de ocupação para sustento dos seus familiares.

A maioria das cidades da Região tem um perfil semelhante. São economias baseadas na cacaucultura, sem atividade industrial e com dependência umbilical do setor público. Nelas, o maior empregador é a prefeitura, que por um lado, vê a demanda por serviços públicos aumentar, por outro lado, vê a arrecadação diminuir. Por duas razões as prefeituras perdem receitas, a primeira pela queda das cotas do ICMS, em função da perda da atividade econômica municipal, que tem o cacau como base geradora. A segunda pela queda do FPM, ocasionada pela diminuição da população, que estabelece o índice

de distribuição do tributo federal pelo coeficiente populacional. A redução da população nos municípios da Região foi o aditivo mais abrasador para diminuir a capacidade das Prefeituras investirem em atividades compensatórias à ausência dos recursos financeiros proporcionados pelo cacau.

Além do recuo das prefeituras, o setor privado também foi pressionado a reduzir as atividades econômicas pela queda da geração de renda advinda da cacaucultura, além da saída de mais de 150 mil trabalhadores da atividade produtiva tradicional, por cadeia promove a saída de um expressivo número de trabalhadores da economia urbana. Assim, o declínio forma uma cadeia negativa, onde toda a população é afetada, provocando em contrapartida a migração de parte desse contingente para regiões mais promissoras.

Do exposto, vê-se que os municípios que compõem o referido grupo de pobreza, embora apresentem produções relevantes para a agropecuária baiana, passaram por um período bastante crítico do ponto de vista econômico. Essas adversidades produziram mazelas que geraram e acumularam um passivo que ainda vem se manifestando em diversos indicadores sociais, revelados neste trabalho nas diversas dimensões da pobreza.

Grupo E

O Grupo E de pobreza é composto por 84 municípios, que se distribuem espacialmente conforme apresentado na Figura 6G e que contribuem com 6,7% para o PIB baiano. É o segundo grupo com a maior presença de municípios (71,4%) nos quais os valores adicionados pelas atividades da administração pública são os mais representativos entre todos os setores da atividade econômica. Isso mostra que, salvo aqueles com diferente situação de representação setorial, os municípios com tais características são altamente dependentes da administração pública, revelando a incipiência e a fragilidade produtiva de suas economias. O citado segmento proporciona um valor adicionado que corresponde a 12,2% de todo o VA gerado pela APU no estado.

No que se refere aos demais setores econômicos, em apenas 8,3% dos municípios a agropecuária é preponderante, gerando a segunda maior participação no valor adicionado (22,6%) da Bahia, abaixo apenas do Grupo C. Observando-se o percentual dos municípios que apresentam a agropecuária como principal setor, *vis-à-vis* a grandeza percentual do valor adicionado setorial, tem-se uma clara indicação da sua concentração em poucos municípios. Eles estão localizados, especialmente os produtores de *commodities*, no oeste do estado, região que concentra as mais importantes atividades agropecuárias da Bahia.

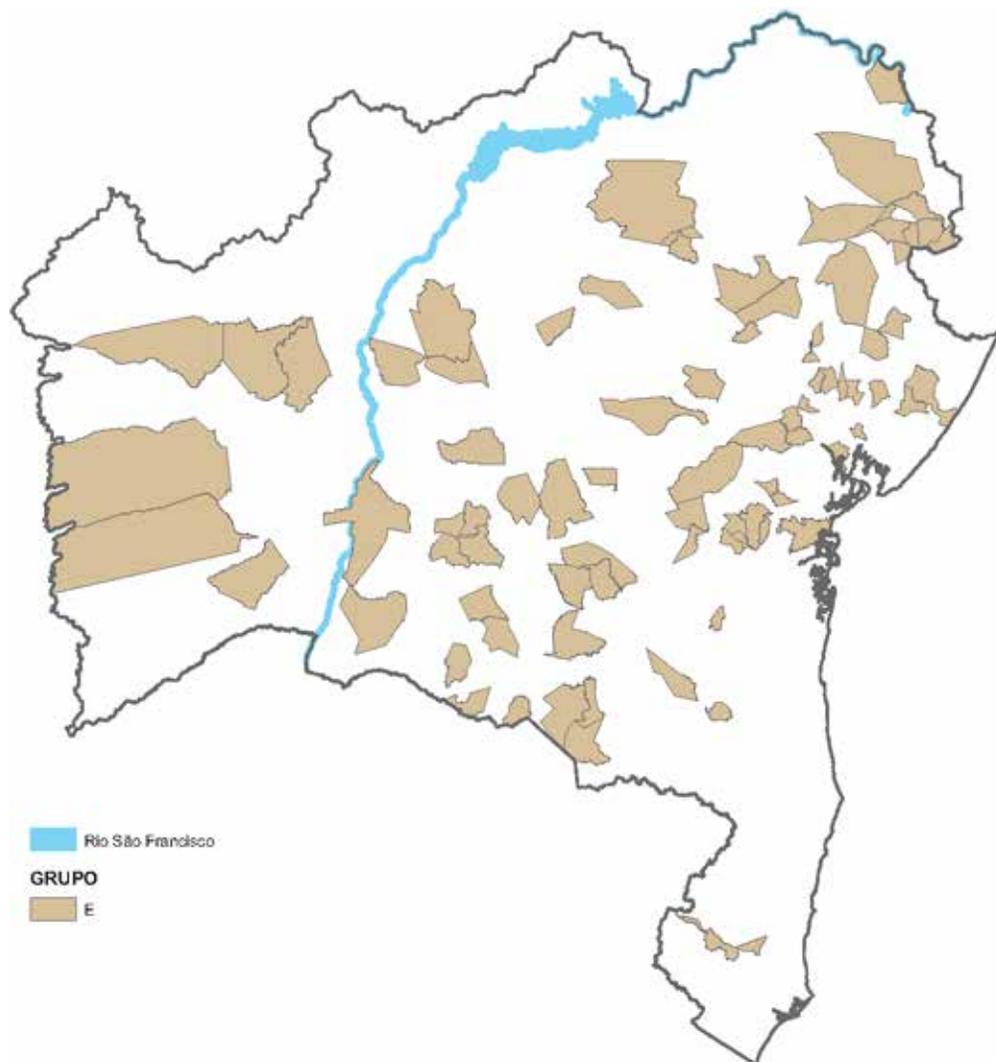


Figura 6G
Distribuição espacial dos municípios do Grupo E de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Com expressividade da indústria estão 6,0% dos municípios, gerando um valor adicionado que representa 3,8% do setor no estado. A atividade de serviços é preponderante em 14,3% dos municípios e produz um valor adicionado de 5,1%.

Em relação aos quantitativos das lavouras, verifica-se que os municípios deste grupo se destacam em relação a determinados cultivos, sendo responsáveis por 40% da produção de soja do estado, 69% do algodão herbáceo, 50% do milho e 45% da produção de feijão.

No que se refere ao significado relativo de cinco dos seus mais relevantes produtos, quando comparados com o valor da produção total dentro do próprio grupo de pobreza, vê-se que eles representam 73,7% de todo o valor obtido pelas lavouras. Os mais importantes são o algodão herbáceo e a soja, produtos destinados, em grande parte, à exportação. Eles representam, cada um, 23% do VA total, sendo seguidos pelo milho (13,7%), feijão (9,1%) e pela mandioca (4,9%) (Tabela 11G).

Tabela 11G	
Representatividade do valor da produção dos cinco produtos principais das lavouras	
Grupo E – 2010	
Cinco principais produtos	% em relação ao VP total das lavouras do Grupo E
Algodão herbáceo	23,0
Soja	23,0
Milho	13,7
Feijão	9,1
Mandioca	4,9
Total	73,7

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Elaboração própria.

No que se refere à agricultura familiar, o Grupo E apresenta, entre todos os grupos de pobreza, a maior concentração de municípios (64,3%) em que tal processo de produção é preponderante. Nele também se observa o segundo maior número de municípios (28,6%) – atrás apenas do Grupo B – nos quais o comando dos trabalhos da agricultura familiar está sendo realizado por pessoas analfabetas.

Ainda em relação à agricultura familiar, em 13,1% dos municípios encontra-se uma produção especializada, ou seja, concentrada no cultivo de poucos produtos, enquanto nos demais se observa uma gama mais diversificada de produtos. O percentual de municípios que apresentam alta concentração de trabalhadores que produzem para o autoconsumo representa apenas 8,3%. Por outro lado, embora seja possível encontrar estabelecimentos da agricultura familiar com áreas que alcançam 34,5 hectares, na maioria dos municípios as famílias produzem em estabelecimentos que, em média, possuem apenas seis hectares.

Neste grupo não são observados municípios com consumo médio de energia elétrica residencial superior à média estadual. Salienta-se que cerca de 73% deles apresentam níveis bastante baixos, nas menores faixas de consumo.

O Grupo E tem apenas 10,7% dos seus municípios com alta presença de beneficiários do Programa Bolsa Família em relação às suas respectivas populações.

Neste trabalho, os grupos de pobreza resultantes da operacionalização da análise de agrupamentos correspondem a uma sintetização dos aspectos multidimensionais de pobreza utilizados na caracterização do fenômeno. Embora os cinco grupos obtidos tenham a pobreza

como traço comum, o modelo, aplicado a um amplo conjunto de informações, permitiu que fossem reveladas importantes diferenciações entre os municípios componentes, em termos de suas carências, tornando possível também a observação dos distintos espaços territoriais onde ocorrem essas manifestações.

O Quadro 3G a seguir sintetiza algumas importantes informações demográficas e econômicas sobre os grupos de pobreza.

Grupos de pobreza	Número de municípios	População total (hab.)	Grau de urbanização %	PIB per capita (2010) R\$ 1,00	Porte populacional predominante (conforme IBGE)	Setor econômico predominante
A	46	6.928.415	92	16.478	Grande porte (+ de 100.000 hab.)	Serviços sem APU
B	72	1.338.746	38	4.445	Pequeno porte I (até 20.000 hab.)	APU
C	135	2.513.497	56	5.975	Pequeno porte I (até 20.000 hab.)	APU
D	80	1.559.776	62	5.654	Pequeno porte I (até 20.000 hab.)	APU
E	84	1.676.472	50	6.194	Pequeno porte I (até 20.000 hab.)	APU
Estado	417	14.016.906	72	11.007	-	-

Quadro 3G
Síntese de informações demográficas e econômicas dos grupos de pobreza
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

PARTE II

SESP

97

Série Estudos e Pesquisas

POBREZA E DESENVOLVIMENTO:
ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES

POBREZA E DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS E PROPOSIÇÕES

ASPECTOS TEÓRICOS PRELIMINARES

Esta parte do trabalho tem por objetivo discutir a pobreza – tal qual foi concebida no primeiro capítulo – e sua relação com a riqueza e com o desenvolvimento regional na Bahia contemporânea. O estudo da pobreza não é uma questão nova. Esse problema está no dia-a-dia da política, dos jornais, da academia e dos planejadores do governo baiano, dando lastro a um debate que parece não ter fim. O que se pretende neste trabalho é realizar uma análise a partir de um “novo olhar” sobre essa problemática na Bahia.

Nesse sentido, para dar suporte teórico e produzir um novo conhecimento para o debate, objetivando subsidiar a formulação de políticas públicas, este segmento do trabalho utilizará um método de análise da pobreza e seu relacionamento com o desenvolvimento regional que ainda não está no centro das discussões do meio acadêmico baiano.

Como vetor norteador do processo analítico, buscar-se-á responder à seguinte questão: como explicar a pobreza espalhada por todos os cantos, de forma diferenciada em cada um deles, com base no desenvolvimento regional ocorrido na Bahia?

Para isso, duas premissas sobre o desenvolvimento do capitalismo na Bahia nos últimos 60 anos são fundamentais. Por um lado está a dinâmica da acumulação do capitalismo global na Bahia, que fez com que o estado se tornasse a oitava economia do país e formasse um território fraturado, com quatro “ilhas de riqueza”. Nelas, a atividade econômica adquiriu expressividade e dinamismo, embora essas áreas sejam espacialmente distantes umas das outras e apresentem baixa integração entre elas. Do outro lado, a pobreza, que se encontra disseminada por todos os municípios, inclusive nas áreas dinâmicas, fazendo com que a Bahia apresente indicadores sociais sofríveis, que a situam entre os seis piores estados do país neste quesito.

O processo será desenvolvido com vistas a analisar a questão da pobreza e sua relação com o desenvolvimento regional tendo como recorte a Bahia como um todo, em um nível aqui denominado de macrorregional. Nesse sentido, buscar-se-á explicar a conformação espacial da economia baiana, ou seja, a distribuição das atividades econômicas em seu território.

Algumas concepções teóricas

A pobreza, tal como definida na metodologia deste trabalho, foi compreendida teoricamente como um fenômeno multidimensional, histórico e socioeconômico. A partir desta definição e dos métodos estatísticos utilizados para mensurá-la, constatou-se que ela se encontra espalhada por todo o território baiano, de forma diferenciada em suas dimensões, nas combinações destas dimensões e na quantidade relativa à população de cada município¹.

Foi elaborada uma análise espacial da pobreza e outra da riqueza medida pelo PIB municipal. Diferentemente da pobreza, o mapeamento da riqueza apontou para uma forte concentração nos extremos²² do estado, o que foi denominado de os quatro cantos da riqueza.

Outro ponto importante é a constatação de uma correlação entre a dinâmica da pobreza e a da riqueza. Na grande maioria, os municípios mais ricos, em termos do PIB, são aqueles em que os fatores da pobreza são relativamente menos intensos. Por outro lado, em geral, os municípios com menor participação na formação do PIB baiano são aqueles onde os fatores da pobreza se apresentam com maior intensidade.

Para compreender o processo de desenvolvimento do capitalismo na Bahia e a relação entre pobreza, riqueza e desenvolvimento regional, o estudo recorreu ao conceito de padrão de desenvolvimento elaborado pelo economista e professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Luis Filgueiras. Segundo ele, padrão de desenvolvimento corresponde a

[...] um conjunto de atributos – econômicos, sociais e políticos – que estrutura, organiza e delimita a dinâmica do processo de acumulação de capital e as relações econômico-sociais a ele subjacentes, existentes em determinado Estado (espaço) nacional durante certo período histórico. (FILGUEIRAS, 2012, p. 8).

Portanto, ainda conforme o mesmo autor, trata-se de “um fenômeno histórico-estrutural de longo prazo”, no qual são levadas em consideração, entre outras variáveis, a estrutura de poder entre as classes, as políticas econômicas – setoriais e macroeconômicas –, as relações intercapitalistas e as relações entre Estado e o processo de acumulação. No caso da adequação da definição de um padrão de desenvolvimento para a Bahia, que é um estado subnacional, as variáveis utilizadas são apresentadas em menor número e se referem à sua estrutura econô-

¹ Ver a primeira parte desta publicação.

² O termo “os extremos” do estado tem por objetivo caracterizar a grande concentração/dispersão e a baixa integração da economia no território político e administrativo da Bahia. Existem quatro espaços mais dinâmicos da economia baiana. Eles estão pouco integrados/articulados e são distantes uns dos outros. São eles: a Região Metropolitana de Salvador, com o município de Feira de Santana, e três áreas de divisa do estado – no oeste, no sul e no médio São Francisco. Nestas regiões, 16 municípios são responsáveis por aproximadamente 70% do PIB estadual. Estas áreas se encontram afastadas umas das outras e possuem pouca relação entre si. Isto ocorre por duas razões. A primeira pelo tamanho e formato do território político e administrativo da Bahia, que se constitui no quinto maior estado brasileiro em área. São 417 municípios, espalhados por uma área de 565 km² (pouco maior que a França), representando 36% do Nordeste do Brasil. A segunda pela forma como o capitalismo brasileiro penetrou no território baiano, de fora para dentro, como será explicado mais adiante.

mica, à sua função na divisão social do trabalho no país, à sua evolução histórica, à estrutura de poder local e à relação desta com o Estado nacional.

Principais condicionantes da análise

Vale salientar que será preciso compreender o desenvolvimento do capitalismo no país para que se possa entender melhor a questão colocada neste trabalho, ou seja, a relação entre pobreza, riqueza e desenvolvimento regional. Tal compreensão é necessária pelo fato de a Bahia ser uma entre as 27 unidades que compõem essa república federativa. Nessa mesma linha de argumentação, observa-se que o capitalismo brasileiro não teve início no território baiano, que foi incorporado de maneira periférica. Da mesma forma, o desenvolvimento do capitalismo no país e no âmbito dos seus fluxos forma uma certa divisão nacional do trabalho. Assim, é preciso compreender a maneira de inserção do estado nesta divisão. Para atingir esse objetivo, foi feita uma leitura da economia baiana para entender como o padrão de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo brasileiro ocupou o território baiano, destruindo e recriando relações sociais de produção e formando um padrão de desenvolvimento.

A referida análise, no entanto, não explica suficientemente a razão da existência dos grupos e manchas de pobreza, nem a suas diferenciações intraestaduais. O estudo não tem alcance para justificar a lógica interna de cada região e tampouco elucida a relação entre pobreza e riqueza em cada subespaço do estado. No entanto, se constitui em um instrumento necessário e essencial, por ser o ponto de partida, o “pano de fundo” para dar início à compreensão de questões mais específicas sobre a pobreza na Bahia. Para possibilitar esta análise mais específica, será relacionada a dinâmica econômica dos espaços territoriais do estado com os grupos e perfis de pobreza. Busca-se, assim, compreender os nexos entre economia e pobreza em cada subespaço, especialmente em relação aos mais relevantes, como no caso das áreas dos extremos e outras entre eles. Como já enfatizado, esta é uma análise superficial, exploratória, ficando um estudo mais aprofundado para uma segunda etapa.

Em relação às questões mais gerais da dinâmica regional da Bahia, analisar somente o desenvolvimento recente do capitalismo no estado é insuficiente para explicar alguns aspectos da pobreza e da sua relação com a dinâmica econômica regional dentro do território baiano. Para sanar esta lacuna, foi preciso voltar o olhar para a história, ou seja, realizou-se uma leitura da formação social e econômica do estado. A intenção foi compreender questões fundamentais sobre seus setores econômicos, a exemplo da concentração industrial e dos espaços ocupados pela agropecuária. Em especial, focou-se a agricultura familiar³,³ presente na maioria dos municípios e que se constitui em importante fonte de sobrevivência para uma parcela significativa da população baiana.

³ A definição de agricultura familiar utilizada neste texto foi a do censo agropecuário do IBGE de 2006, que a define segundo a Lei Federal número 11.326, de 24 de julho de 2006.

A Bahia é o estado brasileiro com a maior população rural em termos absolutos, segundo dados da PNAD-IBGE. Em 2011, eram 3,7 milhões de pessoas vivendo neste setor, representando 12,7% da população rural brasileira e 26,2% da nordestina. Com base nas informações divulgadas no censo agropecuário de 2006 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007), existiam na Bahia, naquele ano, 666 mil estabelecimentos com agricultura familiar, ocupando uma área de 9,9 milhões de hectares. Isso representava 12,4% da área total destinada à agricultura familiar no Brasil e 15,2% dos estabelecimentos desse tipo no país. Por outro lado, informações da mesma fonte revelam que, em termos de valor da produção, a agricultura familiar na Bahia respondia por 4,3% da nacional, mostrando que, no estado, a atividade tinha uma produtividade média bem abaixo da média brasileira. Em relação à ocupação, os números reforçam a importância deste tipo de atividade para a compreensão de diversos aspectos relacionados à pobreza no estado. Naquele ano, havia 1,9 milhão de pessoas envolvidas com esse tipo de agricultura, sendo que, deste total, 56% das pessoas com mais de 14 anos sabiam ler e escrever, enquanto 43% eram analfabetas.

Principais “limites” das informações utilizadas na análise

Finalmente, é preciso lembrar que, neste estudo, o critério usado para selecionar as variáveis para construir os fatores da pobreza recaiu sobre as condições de vida da população, ou seja, a renda recebida e seu poder de compra; as condições de moradia dos indivíduos; o nível de instrução/qualificação da população; ocorrências de doenças vinculadas à baixa renda; e as condições demográficas relacionadas à pobreza. Portanto, não se está medindo o esforço do Estado como ator social fornecedor de serviços básicos à população, como educação, saúde e habitação. O resultado mostra a vulnerabilidade⁴⁴ maior ou menor da população/pessoas residente nos municípios baianos, no ano de 2010, em relação aos fatores selecionados – renda, demografia, saúde, habitação e educação. A apuração das informações, como já explicitado, diagnosticou um quadro de pobreza espalhada por todos os municípios, mesmo naqueles mais ricos. Por outro lado, focando-se a riqueza medida pelo indicador macroeconômico PIB municipal, constatou-se que esta se concentra, com grande magnitude, em apenas quatro áreas geográficas do estado.

⁴ Segundo Padoin e Virgolin (2014, p. 01), “[...] a vulnerabilidade social é um conceito que tem sua origem na área dos Direitos Humanos. Refere-se a grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seu direito à cidadania. Apesar de ser um conceito formulado recentemente, existe um consenso entre os autores que estudam essa temática, de que a vulnerabilidade social apresenta um caráter multifacetado, abarcando inúmeras dimensões, a partir das quais pode-se identificar situações de vulnerabilidade dos indivíduos, famílias ou comunidades. Essas dimensões estão ligadas tanto às características próprias dos indivíduos ou grupos quanto àquelas relativas ao meio social no qual estão inseridos”. Complementarmente, de modo geral se pode compreender a vulnerabilidade como uma condição estrutural de risco, na qual se encontram indivíduos e grupos sociais, impossibilitados de atender às suas necessidades elementares por meios próprios. Portanto, quando há referência neste trabalho a vulnerabilidade, se está falando das possibilidades que o indivíduo possui de superar ou permanecer na pobreza por suas próprias condições, seja se inserindo no mercado, seja produzindo para o autoconsumo, seja pelas duas formas juntas, ou tendo um sustento digno dado pelo estado, que, neste estudo, se constitui nos fatores, renda, educação, saúde, moradia e demografia dentro dos padrões constitucionais.

Buscou-se o nexo entre os elementos que caracterizaram a pobreza – neste trabalho, entendida como um fenômeno multidimensional – e a riqueza medida pelo PIB. O desafio é encontrar as interconexões entre o cidadão pobre e a riqueza econômica dos municípios. A questão fundamental, e mais geral, é saber de que forma a dinâmica econômica regional se relaciona/associa a um dado tipo de pobreza, ou seja, se um dado padrão de desenvolvimento gera um tipo específico de pobreza.

Mesmo utilizando-se como referência o conceito de padrão de desenvolvimento, que envolve fatores políticos, econômicos e institucionais, quando analisados os espaços sub-regionais, foram usados apenas dados econômicos aliados a conhecimentos tácitos e científicos adquiridos. Portanto, este método de estudo da pobreza sofre algumas restrições, que, entretanto, não invalidam a análise, mas apontam para os limites da interpretação do fenômeno. Uma primeira restrição a este tipo de análise tem como cerne o fato de que se busca explicar a pobreza a partir de sua relação com a dinâmica econômica regional. Porém, ela é resultante da formação histórica da Bahia e da forma como o capitalismo transformou e se relacionou com esta realidade. Nesse processo interagem fatores culturais, institucionais, ambientais, políticos, econômicos e sociais que deveriam compor a análise. Diante das limitações estatísticas e bibliográficas que seriam necessárias e inerentes a uma incursão mais exaustiva em um trabalho dessa natureza, serão utilizadas apenas as variáveis econômicas já consagradas. Porém, se está consciente de que muitas questões inerentes ao fenômeno não poderão ser explicadas em sua plenitude, pois seria necessário relacioná-las a todos os aspectos da vida social anteriormente citados.

A segunda restrição a ser superada refere-se ao recorte territorial utilizado para a análise, que, nesse caso, será o político e administrativo do estado da Bahia e sua divisão municipal. Por que este recorte se constitui em um problema? Primeiro, porque a sua definição não obedece a critérios econômicos e sociais. Sua configuração possui natureza mais político-histórica, em especial em função da sua formação social. Portanto, remonta a economias que não mais existem, a exemplo da economia colonial baseada em produtos primários para exportação. Segundo, porque a acumulação de capital, que ocorre em âmbito global e nacional, não tem como foco nem respeita os recortes político-administrativos dos estados subnacionais e dos municípios. É certo que existem relações entre os gestores públicos e o capital, principalmente com políticas de atração/estímulo a investimentos privados. A análise econômica não deve, portanto, estar restrita a este recorte. E mais, é necessário entender os rebatimentos da dinâmica global e nacional na economia e na sociedade instalada no território baiano e a maneira como os gestores locais compreendem e interagem com esta lógica.

O global e o local

É indispensável compreender como os fluxos globais dos capitais comercial, industrial e financeiro interferem diretamente sobre a vida da sociedade na região em que atuam, determinando, em última instância, os níveis de emprego e renda, o uso do solo e a cul-

tura. Isso gera externalidades positivas e/ou negativas, que interferem de forma direta e indireta na sociabilidade local. Neste caso, o poder local tem pouca influência, posto que esta dinâmica está determinada pelas estratégias empresariais definidas fora da região e pela política econômica do governo federal. A sociedade local pode, através das organizações civis e do poder público constituído, mitigar as externalidades negativas e potencializar as positivas.

Portanto, pensar como o grande capital se reproduz e cria fluxos e territórios dentro da área objeto desse estudo é fundamental. Compreender como esta dinâmica cria exclusão e inclusão é imprescindível para qualquer gestor público. Proceder assim é ampliar o ângulo de visão e a percepção de como se move a economia destes municípios e de seu entorno. Trata-se de identificar os fluxos e as relações que a economia local possui com as economias global e regional e como esta dinâmica altera a morfologia do território, a sociabilidade e a divisão do trabalho no espaço estudado.

Este trabalho não tem a pretensão de esgotar a referida discussão. No entanto, como dito anteriormente, não é possível compreender as questões locais sem colocá-las em um contexto mais global, sem compreender a sua dinâmica de funcionamento.

Torna-se necessário, portanto, entender os caminhos do grande capital e sua relação com o território, como fazer uma articulação entre os diversos atores interessados, quais as demandas de cada segmento, quais os objetivos específicos, qual a estratégia a ser seguida, que tipo de ação política é mais recomendada, e quais táticas e estratégias devem ser adotadas.

É insuficiente, por exemplo, por diversas razões, compreender a dinâmica econômica do oeste baiano sem considerar a produção de soja em nível mundial e brasileiro, seja pela formação dos preços, que ocorre em mercados globalizados, seja pela demanda que, em boa medida, está fora do Brasil. Também pelo financiamento da produção, pela comercialização e pela infraestrutura de distribuição, propiciados pelas políticas do governo federal. O mesmo pode ser dito para o médio São Francisco, com as frutas, o extremo sul, com a celulose, ou com o turismo, em regiões com relevância nesta atividade.

Nesse sentido, é fundamental conhecer a dinâmica econômica fora do território baiano e analisar os impactos sobre ele. Portanto, para examinar os nexos entre dinâmica econômica e pobreza e/ou empreender políticas econômicas^{5,5}o recorte político e administrativo é insuficiente. Deve-se extrapolar o domínio político-administrativo local e abranger todo um conjunto de atividades econômicas que com ele se relacionam de maneira globalizada. Assim, a análise não será feita no nível municipal e sim no âmbito das áreas já sinalizadas pelas manchas de pobreza e riqueza obtidas e detalhadas na etapa inicial deste trabalho.

⁵ Com relação à política econômica, está-se referindo a um conjunto de decisões governamentais que têm por objetivo trazer o crescimento econômico no longo prazo para uma região/território. Os instrumentos podem ser macroeconômicos (política fiscal, de renda, externa e monetária) e/ou setoriais (industrial, comercial, serviços, agrícola e de C&T e inovação).

Construção dos nexos entre pobreza, riqueza e desenvolvimento regional

Colocadas essas considerações, serão abordados agora alguns supostos para a compreensão e construção dos nexos entre pobreza, riqueza e desenvolvimento regional. Para isso, esta parte do trabalho terá como “pano de fundo” duas premissas:

A primeira enfatiza a constatação de que o Brasil e a Bahia se constituem em sociedades capitalistas periféricas e, como tal, possuem desemprego, pobreza e grupos sociais com grande vulnerabilidade.

A segunda, relacionada à ideia acima, diz respeito ao fato de que a Bahia é um estado sub-nacional. Desse modo, seus gestores não controlam as políticas de caráter macroeconômico que interferem em seu espaço regional. Nesse caso, está-se diante de um poder político e administrativo não independente/autônomo, que não formula e não define políticas econômicas e que, portanto, tem autonomia limitada, com restrito controle sobre os elementos determinantes da conjuntura e da estrutura econômica. Incluem-se aí taxa de juros, taxa de câmbio, controle da base monetária e política industrial e de C&T, entre outras variáveis fundamentais na determinação do crescimento da economia e, portanto, do ritmo da acumulação capitalista.

Quando se fala em “estado periférico”, busca-se reportar ao seu processo histórico de formação socioeconômica, o qual fez da Bahia, em 2010, o sexto produto interno bruto (PIB) do país, embora com baixa participação na economia nacional – aproximadamente 4,1% do PIB brasileiro.

Ressalta-se, ainda, que os investimentos públicos e privados, a dinâmica do mercado e as políticas públicas macroeconômicas e setoriais voltadas para o desenvolvimento econômico tendem a favorecer o capital instalado nas regiões mais dinâmicas, propiciando uma maior concentração da riqueza e ampliando o fortalecimento das regiões brasileiras Sudeste e Sul.

Para os estados periféricos são direcionadas políticas sociais compensatórias e/ou investimentos privados atraídos por vantagens comparativas naturais ou locacionais ou por alguma política de incentivo fiscal e financeiro do estado, como foi o caso da implantação da indústria automobilística na Bahia.

Nessa condição periférica, um desenvolvimento com maior inclusão social e integração regional fica sempre dependente de externalidades advindas de políticas ativas de desenvolvimento regional executadas pelo governo central. Com efeito, a lógica de mercado tende, sistematicamente, a ampliar a concentração. O caminho “natural” do capital é a busca da sua valorização e, historicamente, boa parte do Nordeste e da Bahia encontra-se à margem dos processos econômicos mais dinâmicos. As políticas e estratégias do Estado brasileiro muitas vezes deixam de fora regiões ou então as dividem, sobretudo quando aquelas se assentam, predominantemente, na lógica da acumulação capitalista. Nessas condições, quando há alguma inclusão, ela ocorre pontualmente e em pequenas áreas. Em geral, a maior parte dos territórios periféricos é alvo de políticas sociais focalizadas e compensatórias. Tudo isso faz

com que as condições estruturais de sustentabilidade da acumulação capitalista na periferia se revelem precárias, já que os investimentos privados e as políticas públicas voltam-se, preponderantemente, para o fortalecimento das regiões mais dinâmicas do país.

Esta incapacidade de gerar recursos para fazer frente aos problemas acima mencionados, em uma condição de periferia, resulta em conflitos e tensões permanentes e na necessidade de busca de poupanças externas, no âmbito federal e internacional. Essa compreensão por parte dos gestores públicos do que seja um estado subnacional é fundamental na definição de estratégias de desenvolvimento e na busca de soluções ou externalidades, principalmente no governo federal, para “resolver” os problemas no âmbito do recorte político e administrativo subnacional.

O PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO NA BAHIA

Na análise dos grupos de pobreza, obtidos pelo modelo de processamento das informações utilizadas, encontra-se o Grupo A, que conta com 46 municípios e é aquele em que os fatores da pobreza são relativamente menos intensos. Os municípios que compõem este grupo são, em sua maioria, os economicamente mais ricos da Bahia em relação à renda e ao PIB, responsáveis pela produção de 74% do PIB estadual. São também os maiores municípios em termos populacionais. Concentram 89% do valor agregado da indústria, 70% dos serviços e quase metade do setor público.

Por outro lado, o Grupo B, formado por 72 municípios, é aquele com situação mais vulnerável, ou seja, no qual a pobreza relativa é mais intensa. Sua participação no PIB baiano é de 3,9%. Compreende um conjunto de municípios que, em sua maioria, figuram entre os mais pobres do estado do ponto de vista do PIB e da renda e possuem economias com baixíssima integração ao mercado e fortemente dependentes do setor público. Neles predomina uma agricultura familiar para autoconsumo, com baixo uso de insumos e máquinas e com um grande contingente de trabalhadores sem instrução.

Esta constatação, como será visto mais adiante, corrobora e fortalece a premissa teórica adotada neste trabalho, pela qual se afirma que a pobreza é um fenômeno multidimensional e que só pode ser entendida de forma plena e em toda sua complexidade quando analisada como produto da formação histórica de uma região. Tal leitura envolve elementos culturais, econômicos, sociais, institucionais, políticos e geoambientais. No mundo atual, pelo enfoque adotado neste trabalho, isso significa compreender como cada espaço se relaciona com o desenvolvimento de forças produtivas capitalistas no interior do território baiano. Para tanto, é preciso entender o complexo quadro da dinâmica social, que envolve crescimento econômico, forças políticas e sociais, lutas de classes, relação entre Estado, sociedade e capital, dentre outros aspectos.

Analisando-se a inserção da Bahia no padrão de desenvolvimento brasileiro, chega-se à conclusão de que se configurou no estado um modelo de desenvolvimento ao mesmo tempo periférico e complementar ao nacional. Esse quadro ganhou contornos mais nítidos com a implantação, na segunda metade do século passado, do Modelo de Substituição de Importações (MSI), teorizado sobretudo pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e sofreu alterações significativas a partir dos anos 1990, em que o padrão de desenvolvimento brasileiro se assumiu como liberal periférico. No entanto, com a crise do MSI, explicitada a partir dos anos 1980, a economia baiana passa a apresentar uma trajetória relativamente distinta da economia nacional. Ao passo em que o Brasil adota, nos anos 1990, um padrão de desenvolvimento tipicamente liberal periférico, a Bahia consolida fundamentalmente sua condição na divisão inter-regional do trabalho no país. Vale dizer, a dupla condição de um considerável mercado consumidor de produtos industrializados no Centro Sul e, também, a de um território a exercer importante função complementar à atividade industrial nacional - notadamente pela produção de bens intermediários e *commodities* agrícolas.

Em outras palavras, e em alguns aspectos diferenciando-se do Brasil – que transitava aceleradamente, nos anos 1990, de um padrão de desenvolvimento a outro –, a Bahia consolidou, em seus limites territoriais, um certo padrão periférico e complementar, iniciado anteriormente com o desenvolvimento do próprio MSI no plano nacional. Isto não impediu o estado, como unidade subnacional dotada de alguma autonomia política, de realizar os ajustes correspondentes às próprias alterações processadas no padrão de desenvolvimento brasileiro. Assim, a Bahia fez concessões crescentes – assim como os demais estados subnacionais, de modo geral – ao modelo liberal periférico, de que são exemplos os diversos mecanismos vinculados à chamada guerra fiscal⁶.

O padrão periférico complementar

O caráter periférico refere-se a um estado subnacional que fica à margem de um país periférico do capitalismo. Esta característica vai definir a pobreza em todos os cantos, mas de forma diferenciada. A partir deste pressuposto, podem-se destacar seis maneiras de compreender a pobreza no espaço baiano, ou seja, a pobreza espalhada e com características diferentes em cada sub-região do seu território:

- A pobreza é estrutural por se estar em uma sociedade capitalista, que, como tal, gera pobreza e desigualdade.
- Em países periféricos, como o Brasil, a pobreza e a desigualdade tendem a se tornar problemas mais agudos, condição esta que se agrava na periferia de uma região, como é o caso da Bahia.
- As regiões centrais comandam o processo de desenvolvimento econômico e social a partir da formação de uma divisão nacional do trabalho. Em geral, as regiões centrais

⁶ Guerra fiscal é um mecanismo que ainda é utilizado por estados e municípios com o objetivo de atrair investimentos privados por meio de incentivos fiscais oferecidos em relação aos tributos de suas respectivas competências.

passam por transformações radicais em todo seu espaço, e as periferias sofrem mutações pontuais, o que as tornam bastante diferenciadas e pouco integradas. A forma específica e histórica de inserção da Bahia na divisão nacional do trabalho, que se dá com a introdução do capitalismo no Brasil, não suprimiu os problemas sociais, a exemplo da pobreza, herdados do passado escravista-colonial baiano. As mudanças provocadas pelo capitalismo não acabaram com a pobreza. Ela foi se modificando, se adaptando. A Bahia, como visto neste trabalho, ao longo do Brasil colonial, imperial e da Primeira República, formou uma sociedade já fraturada e com grande pobreza. No interior do estado, essa pobreza se caracterizava pela existência de uma agricultura familiar para autoconsumo, em regiões sujeitas aos rigores climáticos, principalmente às secas constantes. Esse processo irá moldar na Bahia os espaços analisados a seguir.

- Forma-se uma vasta área do território baiano com baixo dinamismo e pouca integração com o mercado e uma população vivendo da subsistência e com ajuda de transferências governamentais. Em geral, esses municípios possuem o setor público como principal fonte geradora do PIB. Sua população se constitui no que Marx denominou de a parte latente do exército de reserva industrial, um excedente de população rural constantemente em condições de ser absorvido pelo proletariado urbano, uma população em constante processo de migração.
- Mescladas nesta área encontram-se as ilhas de modernidade⁷. Elas correspondem a regiões que se inseriram no mercado capitalista por possuírem vantagens comparativas naturais ou por terem sido criadas através de políticas públicas que incentivaram circuitos inferiores do capital. São também territórios que se desenvolveram e se integraram ao mercado a partir de movimentos sociais, notadamente de pequenos agricultores rurais.
- Finalmente, têm-se as regiões onde o capital penetrou – os quatro cantos da riqueza. Nessas regiões, as transformações sociais foram radicais, cada uma a seu tempo e com as suas especificidades. São economias vinculadas ao grande capital produtor de *commodities* industriais, agropecuárias e de mineração. Nestas áreas formou-se um mercado de trabalho com alta concentração de renda e baixos salários e uma pobreza diferente daquela em que o capital não penetrou de forma direta, a da agricultura familiar e do latifúndio.

O caráter complementar, acima mencionado, significa que apenas algumas partes do território baiano – no caso, seus extremos – foram integradas à dinâmica de forças produtivas capitalistas modernas. Trata-se de uma complementaridade à matriz industrial brasileira a partir da produção de insumos industriais da química e petroquímica e de uma integração ao capital exportador de *commodities* agrícolas e minerais. Esta forma de inserção da Bahia no capitalismo brasileiro determinou a atual configuração espacial da economia baiana.

⁷ Constituem-se em áreas no miolo da Bahia com atividades econômicas ligadas ao setor primário que possuem uma alta produtividade e se encontram inseridas como fornecedoras de matérias-primas e/ou alimentos para mercados e/ou empresas ligadas ao mercado nacional e/ou global. Podem ser citadas as áreas de mineração, como as de urânio em Caetité, e a produção irrigada de frutas na Chapada Diamantina, entre outras.

Dessa maneira, tendo em vista a definição de um padrão de desenvolvimento periférico e complementar para o caso baiano, a conclusão é a de que a pobreza é estrutural e se diferencia na sua origem. Emergem, nesse sentido, os seguintes caminhos para a interpretação desse fenômeno: em face da penetração do capital financeiro nacional e internacional, foram operadas transformações radicais em espaços do território baiano, ou esse processo resultou apenas em mais uma modernização conservadora, na qual não foram alteradas, de maneira substantiva, as condições de pobreza e vulnerabilidade existentes, fruto de uma herança escravista-colonial?

Mesmo nas regiões onde o capital penetrou de forma intensiva, a pobreza se diferencia e assume determinada forma em virtude dos seguintes aspectos:

- Tipo de capital que ocupou o território – agrícola, industrial etc.
- Inserção deste território no capitalismo brasileiro e global.
- Época em que o capital penetrou e relação do desenvolvimento da região com as políticas públicas – quantidade e tipo de incentivos governamentais, investimentos em infraestrutura econômica e de logística etc.
- Gestão e articulação do local com o global.
- Herança histórica da região – estrutura fundiária, nível de instrução, condições climáticas e ambientais.
- Organização social local.

Assim, por exemplo, o tipo de pobreza da Região Metropolitana de Salvador é diferente da que incide no extremo oeste e também da que se manifesta em Juazeiro ou no extremo sul. Da mesma forma, a presença da agricultura familiar e do latifúndio, em razão do desenvolvimento e da penetração do capitalismo brasileiro no território baiano, não foi igual em todas as regiões e municípios.

Finalmente, para analisar a relação entre pobreza e desenvolvimento regional, identificaram-se os espaços sub-regionais formados pelo desenvolvimento do capitalismo na Bahia. Eles foram, para efeito analítico, correlacionados com as áreas em que a análise dos grupos de pobreza e o mapa de Moran detectaram a presença do fenômeno.

CARACTERÍSTICAS DO “PADRÃO” DE DESENVOLVIMENTO DA BAHIA CONTEMPORÂNEA

Ao se analisar o desenvolvimento dos espaços do território baiano foram encontradas sub-regiões deprimidas, com baixo dinamismo econômico, predomínio do setor público na economia, baixa integração ao mercado e alto percentual de produção para o autoconsumo; sub-regiões estagnadas, com pouco dinamismo econômico; áreas com baixa atividade econômica, que passaram por crise com queda na produção do seu principal produto; áreas com integração média com mercados nacionais e/ou globais; e, finalmente, sub-regiões dinâmicas,

áreas com reprodução ampliada do capital em nível nacional ou global, forte participação nas exportações do estado, alta integração com o mercado e predomínio do setor de serviços e/ou industrial na geração das maiores porções de valor agregado do estado. Nesta etapa do trabalho, serão mostrados, com maiores detalhes, alguns dados e informações sobre as características estruturais e espaciais da socioeconomia baiana contemporânea, para que se possa entender melhor o objeto de estudo.

A herança histórica

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir de 1930, a Bahia passou de um modelo primário-exportador para um padrão de desenvolvimento periférico complementar. Esta transformação/transição evidenciou as sub-regiões do estado e as conexões entre dinâmica econômica, pobreza e desenvolvimento regional.

A atual estrutura econômica, social e espacial da economia baiana, formada ao longo de mais de 450 anos, foi moldada pela transformação que o capitalismo brasileiro operou a partir de 1930, com o modelo de industrialização por substituição de importações (MSI). Portanto, a primeira pergunta é: o que o capital encontrou na Bahia entre 1930 e 1940? A resposta vai apontar a herança deixada pelo passado para a formação da atual estrutura socioeconômica do estado.

O capital encontrou um padrão de desenvolvimento primário exportador no qual as economias regionais se relacionavam diretamente com o exterior, mantendo fraca conexão interna, fenômeno este que na Bahia pode ser visto de forma bastante clara. Duas regiões se destacavam e eram responsáveis por quase toda a dinâmica econômica baiana: a cacaueteira, no sul, que tinha uma forte ligação com o estado do Rio de Janeiro – à época, capital do país – e o exterior; e o Recôncavo, sede política e administrativa do estado, principal área portuária, com algumas indústrias e uma forte agricultura produzindo cana-de-açúcar e fumo para o resto do mundo. Estas eram as duas grandes regiões do estado em termos econômicos, ambas localizadas no litoral. Espalhados pelo interior existiam vários sertões, que pouco se articulavam, tendo mais vínculos com outros estados ou com a capital: pecuária em Vitória da Conquista; mineração na Chapada; e pecuária no além São Francisco.

Permeando estas regiões e ocupando o miolo⁸⁸ do estado, tinha-se uma grande quantidade de pequenos agricultores familiares, remanescentes do período escravista-colonial, vivendo da subsistência, produzindo mandioca, milho, feijão e sisal e criando galinhas, cabras e algum gado, em condições de grande vulnerabilidade social. Segundo Ivo (1982, p. 20), herdou-se deste período

⁸⁸ O termo miolo, ou vazio, utilizado neste trabalho, está relacionado a toda área do território baiano fora dos quatro cantos. Refere-se a dois terços do território do estado da Bahia. Neste vazio, encontra-se grande parte do semiárido. É uma área com problemas de clima e solo e considerada, pela maioria dos estudiosos, como a grande responsável pela pobreza na Bahia. Esta tese tornou-se um paradigma, e, como se verá neste trabalho, este paradigma é insuficiente para entender a pobreza na Bahia, como pode indicar a elaboração de políticas de combate à pobreza de baixa eficiência.

[...] uma estrutura de distribuição de renda marcada por profundas diferenciações internas, resultado de uma organização de produção baseada, durante séculos, no trabalho escravo e que evoluiu, em seguida, para uma agricultura de subsistência, que deixou fora do segmento monetário da economia grande parte da população rural, impossibilitando a consolidação de um mercado interno capaz de viabilizar a instalação de indústrias adequadas à realimentação do processo de crescimento regional, como ocorreu no sul do país.

Esta dispersão territorial podia ser vista em discursos governamentais, na falta de um interesse comum e na dificuldade de se construir um sistema de transporte que ajudasse no processo de integração para dentro do território baiano. O estado nunca conseguiu unir as forças locais, e estas “[...] colocaram os seus interesses em primeiro lugar; valorizar suas terras, incrementar as relações de troca, preservar o poder local e assim por diante” (FREITAS, 2000, p. 31). Nessa perspectiva, segundo o mesmo autor, foram construídas redes de relações para fora – Bahia com Minas, Goiás, Sergipe e Pernambuco. Estas relações ultrapassaram o econômico e foram para o cultural: “[...] nessas fronteiras, os baianos falam, vestem e comem muito mais parecido com o vizinho mineiro, goiano, piauiense, pernambucano ou sergipano” (FREITAS, 2000, p. 30).

Esta falta de integração ocorria também pela ausência do Estado, como foi o caso da região cacauera, e pelo pacto populista feito para a industrialização brasileira. Neste, as oligarquias subnacionais, como as do café, do açúcar e da pecuária, fizeram parte do bloco do poder, apoiando o projeto nacional de industrialização de São Paulo. Em troca, Getúlio Vargas, então presidente do país, criou vários institutos e deu os comandos destes aos “coronéis”. Na Bahia, foram criados os institutos do Cacau, do Fumo, da Pecuária e o Instituto Central de Fomento Econômico da Bahia. Esta aliança tinha como elemento fundamental garantir a implantação de um projeto desenvolvimentista no país tendo por base a industrialização, o que implicava um “projeto nacional” ou a formação de um mercado nacional para o capital. Para isso, o apoio das oligarquias subnacionais era fundamental.

Neste período, a Bahia já não tinha grande influência política no cenário nacional e começava a se desenhar como um estado periférico no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Isto se refletiu no insuficiente apoio do governo federal na elaboração de políticas públicas que implicassem um desenvolvimento mais integrado do espaço político e administrativo da Bahia. Segundo Brito (2004, p. 24), as políticas do governo federal “[...] não tinham o mesmo *status* daquelas implementadas em relação ao café [...]” por duas ordens de razões complementares. Em primeiro lugar, porque a importância relativa dos produtos baianos, dentre eles o açúcar, na pauta de exportação nacional era reduzida. “Em segundo lugar, em decorrência da primeira razão, porque dois institutos da Bahia ficaram vinculados administrativamente ao governo estadual, não podendo produzir políticas de maior alcance para as duas commodities” (BRITO, 2004, p. 42).

precariedade e desigualdade e uma das maiores taxas de desemprego entre as capitais brasileiras. A partir de 1940/1950, a região cacauzeira tornou-se o principal centro econômico do estado e teve suas relações diretamente voltadas para fora, com pouco contato com a capital. O fracasso relativo do sistema multimodal como agente auxiliar para a integração do território e a substituição deste pelo rodoviarismo consolidaram a desintegração/fragmentação do espaço baiano.

Enfim, a industrialização brasileira comandada pelo poder central da Federação enfraqueceu econômica e politicamente o estado e, como será visto adiante, por meio de políticas de desenvolvimento regional e fortes investimentos estatais entre os anos 1950/1980, deu as formas finais da atual estrutura da economia baiana. Nesse período, a pobreza do miolo, formada por uma agricultura familiar com baixíssima produtividade do trabalho e pouco integrada ao mercado, quase não se alterou. Apenas algumas áreas, por vantagens competitivas, algum movimento social ou ações isoladas do estado, se modernizaram e se integraram à dinâmica capitalista.

Portanto, quando o capitalismo chegou ao Brasil, o estado da Bahia já tinha pobreza espalhada por todos os cantos e uma riqueza concentrada em apenas duas áreas. As transformações que viriam a seguir consolidariam essa estrutura. Áreas novas surgiram, e antigas entraram em decadência, como a região cacauzeira e o Recôncavo baiano.

A nova Bahia, de 1950 aos dias atuais: mudanças estruturais

O avanço do capitalismo sobre o território do estado da Bahia construiu uma estrutura econômica globalizada, concentrada espacialmente, setorialmente e socialmente, além de uma grande desigualdade social e regional. Isso ocorreu a partir da formação de cinco grandes pilares de sustentação. Estes pilares caracterizam o padrão periférico e complementar.

Enfatizando a importância do conceito de periferia, reafirma-se, primeiro, que ele se relaciona ao fato de a constituição das forças produtivas capitalistas no Brasil estarem concentradas fora do território baiano. Os investimentos privados, pela lei da concentração e centralização⁹ de capitais, se direcionam, em sua maioria, para o Sudeste do país – em especial São Paulo –, centro dinâmico do capitalismo no Brasil. Segundo, que as políticas públicas – infraestrutura econômica, de transporte e social – são voltadas para os interesses da economia que se desenvolve no centro do capitalismo. Terceiro, que a própria natureza do desenvolvimento desigual e combinado¹⁰ do capitalismo implica a formação de uma periferia com maior grau de pauperização, ficando sempre para estas regiões as políticas sociais de caráter compensatório. A infraestrutura, principalmente de transportes, é feita para integrar a periferia aos

⁹ A lei geral de acumulação capitalista desenvolvida no Livro Primeiro de *O Capital*, de Karl Marx, indica, de um lado, a tendência de acumular riqueza num polo e fazer crescer a pobreza em outro. Por outro lado, a concorrência e o crédito levam à existência de um processo de concentração e centralização de capitais, o que implica uma tendência à formação de poucos grandes grupos econômicos dominando o processo do crescimento econômico global.

¹⁰ Conceito desenvolvido por dois teóricos marxistas: Leon Trotsky, no livro *A revolução permanente*, e Vladimir I. Lênin, no livro *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*.

interesses do grande capital sediado no Sudeste. A complementaridade se refere à forma como a Bahia se inseriu na divisão nacional do trabalho. Algumas áreas do território baiano foram ocupadas pela dinâmica do capitalismo no Brasil.

A seguir, as principais características dos pilares de sustentação do padrão periférico e complementar:

- O primeiro, já analisado, conduz à observação de que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil fortaleceria a herança histórica. Quando se olha para o interior do estado, registra-se uma grande quantidade de pessoas pobres espalhadas por todas as áreas. Esta pobreza é, em grande parte, reflexo da origem destas pessoas – ex-escravos, pequenos agricultores, trabalhadores livres com baixa qualificação etc. –; das condições do clima e do solo; da estrutura fundiária concentrada; e do reflexo do “abandono” desta população pelo Estado e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. O primeiro executa políticas compensatórias e clientelistas. O segundo, com sua modernização conservadora¹¹ na agricultura, usou esta população latente¹² para trabalhar nos postos menos qualificados e hierarquicamente inferiores do desenvolvimento capitalista do Sudeste, rebaixando o valor da força de trabalho a níveis críticos e permitindo altos níveis de acumulação. Mais ainda, a modernização da agricultura ocorreu prioritariamente no Sul e no Sudeste do país e, mais recentemente, vem se espalhando para o Centro-Oeste brasileiro, notadamente nos cerrados. Neste processo, algumas áreas do território baiano foram inseridas, como será visto a seguir.
- O segundo ocorre com a implantação, na região de Salvador, de uma indústria complementar à matriz industrial brasileira e que se sedimenta com base na produção de insumos industriais, principalmente química e petroquímica. Esse processo implicou a transformação de Salvador em uma metrópole e de sua região metropolitana em uma importante área industrial do país.
- O terceiro se caracteriza pela integração ao agronegócio brasileiro e mundial de grãos, frutas e papel e celulose de três grandes áreas localizadas nos limites geográficos do território baiano: extremo oeste, extremo sul e médio São Francisco.
- O quarto pilar, a formação de uma rede de transporte rodoviário que consolidou o estado na divisão nacional do trabalho como gerador de divisas, exportador de força de trabalho para São Paulo, consumidor dos produtos industrializados produzidos neste estado e um importante eixo de ligação entre o Sul/Sudeste do país com o Nordeste. Nestes

¹¹ Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores e piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores usam a expressão “modernização conservadora” (PALMEIRA, 1989, p. 16). Para esta temática, ver também texto de Silva (1982).

¹² A superpopulação latente é constituída pelos pequenos produtores arruinados e principalmente pelos camponeses pobres e pelos operários agrícolas ocupados na agricultura somente durante parte do ano. Ao contrário do que ocorre no setor industrial, o progresso técnico na agricultura provoca uma diminuição absoluta da demanda de mão de obra.

- eixos surgiram destacados centros urbanos, a exemplo de Feira de Santana e Vitória da Conquista, na BR-116, e Teixeira de Freitas, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus, na BR-101.
- O quinto, um desenvolvimento perverso. Ou seja, ao tempo em que regiões se desenvolvem, outras, de extrema importância, como a do Recôncavo no pós-guerra, e a do cacau nos anos 1990, regridem, fazendo com que a pobreza “mude” de lugar e de forma no território baiano.

As mudanças estruturais na economia e no território baiano, que tiveram início nos anos 1950, se consolidaram nos anos 2000, abrangendo o último e principal período do modelo de substituição de importações (MSI) e o início do padrão liberal. Neste período, a economia baiana deixou de ser apenas consumidora de bens finais e exportadora de mão de obra para se integrar de forma especializada e complementar à matriz industrial brasileira. Segundo Almeida (2008, p. 11),

A situação econômica da Bahia e de Salvador começou a mudar entre os últimos anos da década de 1940 e o final dos anos de 1950. Algumas iniciativas estatais abriram caminho para rápidas transformações, entre elas a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso, a implantação das atividades de extração e refino do petróleo no Recôncavo, a construção da ligação rodoviária Rio-Bahia (BR-116) e a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Vale destacar a BR-116, cuja construção foi iniciada em 1939, e a conclusão, ainda que não asfaltada, ocorreu em 1949. Foi a primeira estrada brasileira de longo percurso e também a primeira grande via terrestre de integração nacional, permitindo o rápido desenvolvimento do comércio interestadual e acelerando o processo de conexão entre a economia regional e o centro industrial do país. Essa conexão, é importante sublinhar, consolidou-se também em outro sentido, na medida em que permitiu a transferência massiva de mão de obra excedente da Bahia para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A criação do BNB e da Sudene colocou à disposição da economia local recursos financeiros para a produção. A usina hidrelétrica de Paulo Afonso possibilitou a expansão urbano-industrial com o aumento da oferta de energia elétrica, e a Refinaria Landulfo Alves deu início a um tipo de integração da economia baiana com a matriz industrial brasileira, uma industrialização complementar e especializada em produtos petroquímicos. Esta integração completou-se com a construção do Polo Petroquímico de Camaçari, inaugurado em 1978. Além deste polo, ocorreu a instalação, na década de 1960, do Centro Industrial de Aratu, da BR-101 e da Estrada do Feijão, que articula a região do São Francisco à BR-116.

É importante salientar que esse desenvolvimento se deu de forma periférica e complementar à industrialização do Sudeste e somente foi possível com uma política deliberada de crescimento

regional praticada pelo governo federal. Só para se ter uma ideia, 90% dos recursos necessários à construção do Polo Petroquímico de Camaçari foram oriundos do Estado brasileiro.

Este processo, que, como já salientado, ocorreu sob os ditames do MSI a partir de 1950, teve forte impacto sobre a estrutura da economia baiana. O setor primário deixou de ser o “carro-chefe” da acumulação, cedendo lugar para a indústria, como pode ser visto na tabela abaixo. Em 1960, o setor primário era responsável por 40% da formação do PIB baiano, enquanto o setor secundário respondia por 12,0%. Em 1980, este quadro mudou: o setor secundário passou a responder por 31,6%, e o primário, por 16,4%, conforme a Tabela 1.

Ano	Setores (%)		
	Primário	Secundário	Terciário
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	12,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	16,4	31,6	52,0
1986	18,2	43,2	38,6
1990	15,2	31,9	52,9
1992	9,7	36,3	54,0
2000	8,8	28,9	62,3
2010*	8,6	32,2	59,2

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014a; 2014b).

(*) Dados sujeitos a retificação.

O centro dinâmico da atividade econômica do estado está localizado fora dele, fazendo com que a agregação de valor e o escoamento das mercadorias produzidas internamente sejam atraídos para fora da Bahia. Isto diminui a possibilidade, via mercado, de formação de cadeias produtivas e de criação de externalidades positivas ligadas à circulação de grandes cargas pelo território baiano. Além disso, existe uma fraca relação entre as áreas dinâmicas, reforçando a existência de uma configuração espacial com um grande vazio, que é a região central, onde se localiza parte do semiárido, conforme a Figura 1.

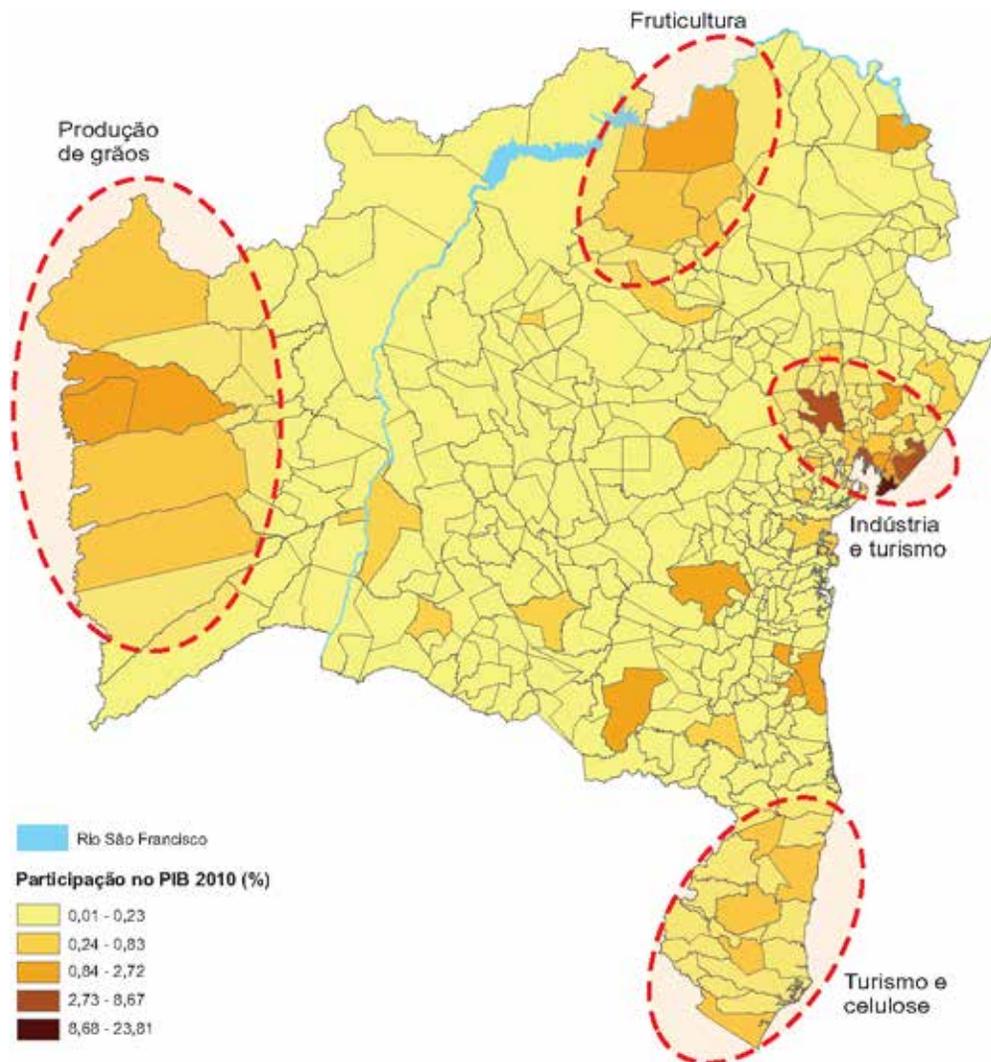


Figura 1
Principais polos dinâmicos, segundo a participação no PIB – destaque para o setor predominante Bahia – 2010

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014b).

De maneira sintética, pode-se descrever a inserção da economia baiana na divisão nacional o trabalho da seguinte forma: a) o estado da Bahia é um centro de geração de divisas para o país com o agronegócio e o turismo; b) é produtor de bens intermediários e matérias-primas para a indústria instalada no Sudeste do país; c) é um grande mercado consumidor de produtos finais vindos das regiões Sudeste e Sul do país; d) apesar da forte retração nos processos migratórios, ainda é fornecedor de mão de obra, agora mais qualificada.

Outro importante aspecto das ligações entre os espaços do território baiano relaciona-se aos meios de transporte. Mesmo já havendo transcorrido 33 anos, as vias estruturantes de transporte no estado da Bahia, em 2010, tinham praticamente o mesmo desenho daquele existente em 1980 (Figura 2). Essa situação corrobora e evidencia os mesmos caminhos seguidos pelos fluxos de mercadoria motivados pela participação do estado na divisão nacional do trabalho descrita no parágrafo anterior. Suas principais ligações se dão no sentido norte-sul, garantindo a posição de mercado consumidor e de ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste. No sentido leste-oeste, tem-se somente a BR-242, que viabiliza apenas o transporte de cargas do oeste baiano aos portos da Baía de Todos os Santos e de Ilhéus.

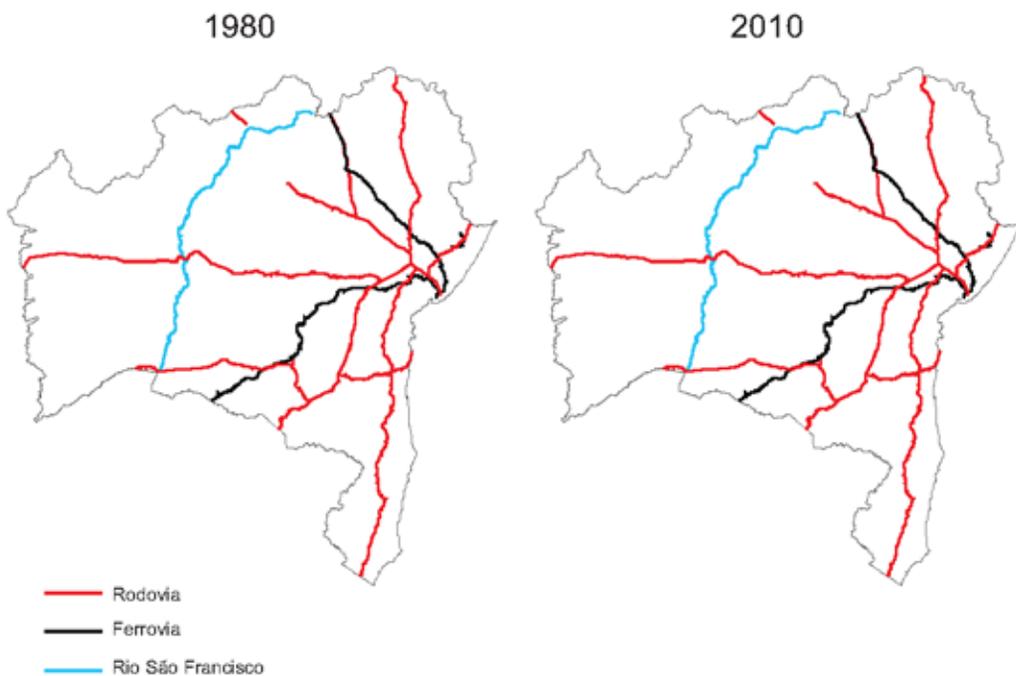


Figura 2
Principais eixos viários
Bahia – 1980/2010

Fonte: Derba - Base: IBGE. Elaboração própria.

Em relação à pobreza na Bahia, pode-se afirmar que ela existe em todos os municípios do estado. Aqueles das áreas mais dinâmicas apresentam uma proporção de pobres em relação à sua população menor que a dos municípios de menor dinamismo econômico. Porém, em termos absolutos, a pobreza é maior nos municípios mais dinâmicos, ou seja, existe uma forte concentração de pobres nessas áreas.

Com o fim do modelo de substituição de importações e o advento do padrão liberal periférico, foi alterada a forma de atuação do Estado na economia. Políticas de desenvolvimento regional praticamente não saem do papel. Em relação às políticas sociais, prevalecem aquelas de cunho

focalizado, sendo a mais representativa aquela que contempla o Programa Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do mundo. Este programa, juntamente com o aumento real do salário mínimo, provocou impactos significativos sobre a economia. Um exemplo é o crescimento do consumo das famílias e a distribuição de renda, como pode ser visto na Tabela 2. Houve uma diminuição na participação das famílias sem rendimento de 7% para 2,7% entre 1997 e 2011. Verifica-se também, no mesmo período, uma diminuição no percentual da renda apropriada pelos que ganham mais de dez salários mínimos e um aumento dos que ganham mais de dois até dez (Tabela 2).

Tabela 2
Distribuição das famílias segundo classe de rendimento – Bahia – 1997, 2007 e 2011
(Em %)

Classe de rendimento em salários mínimos	Ano		
	1997	2007	2011
Total famílias em 1.000 unidades	3.424	4.289	4.560
Sem rendimento	7,0	3,4	2,7
Até 1 salário mínimo	36,8	26,9	24,6
Mais de 1 até 2 salários mínimos	23,0	29,8	25,8
Até 2 salários mínimos	66,8	60,1	53,1
Mais de 2 até 5 salários mínimos	20,1	28,0	26,6
Mais de 5 até 10 salários mínimos	6,0	6,7	6,9
Mais de 2 até 10 salários mínimos	26,1	34,7	33,5
Mais de 10 até 20 salários mínimos	2,8	2,7	2,5
Mais de 20 salários mínimos	1,9	1,2	1,1
Mais de 10 salários mínimos	4,7	3,9	3,6
Sem declaração	2,4	1,3	9,8

Fonte: PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1997, 2007, 2011).

Do exposto, corrobora-se a ideia de que a pobreza tem que ser vista como um fenômeno estrutural – com elementos constitutivos multidimensionais –, que deve ser tratado como um problema social, econômico e político.

TIPOLOGIAS ESPACIAIS E SUAS CARACTERÍSTICAS NA BAHIA

POBREZA, ECONOMIA E ESPAÇO NA BAHIA

Utilizando-se duas metodologias distintas para identificar os espaços da pobreza e da economia, esta última analisada pela ótica do produto interno bruto (PIB) na Bahia, observou-se que os resultados de ambas convergiram para a identificação de uma mesma lógica espacial.

As variáveis utilizadas para identificar a presença de famílias pobres nos municípios da Bahia, pelo método da análise fatorial, mostraram a relação espacial direta e geral entre os municípios em que os fatores de pobreza são menos incidentes e os que têm PIB mais elevado.

A análise do grupo no qual se identifica a menor presença relativa de famílias pobres (Grupo A)¹³ evidenciou uma configuração espacial na qual aparecem os municípios de maior porte de população na Bahia, cercados, por sua vez, por municípios de menor porte populacional, pertencentes a outros grupamentos. A principal área do Grupo A é a macrorregião de Salvador-Feira de Santana¹⁴, conforme a Figura 1, representando uma grande mancha formada por um conjunto de municípios contíguos de maior porte populacional.

Ao se analisar a distribuição da economia baiana sob a ótica do PIB, constata-se a existência de um grupo de municípios, de maior importância em termos de participação na produção de riquezas e no contingente populacional baiano, concentrando os fluxos de mercadorias, pessoas e serviços polarizando um conjunto de municípios de menor tamanho demográfico e econômico localizado nos seus arredores.

Da mesma forma, considerando-se apenas o PIB, existe um conjunto desses maiores municípios formando uma aglomeração única¹⁵, embora não tão ampla quanto a área anteriormente citada (referente ao Grupo A), de todo modo, acentuando a macrorregião de Salvador-Feira de Santana, conforme pode ser observado na Figura 2.

¹³ Ver capítulo *Análise de agrupamentos de pobreza na Bahia, 2010*.

¹⁴ Ver Figura 1G, no texto *Análise de agrupamentos de pobreza na Bahia, 2010*, que integra a primeira seção desta publicação.

¹⁵ Embora se saiba que há municípios com elevada participação no PIB em outras localidades do estado, esses se constituem, de forma geral, em ilhas cercadas de municípios com baixo PIB. Na macrorregião de Salvador, diferentemente, há um aglomerado de municípios com alto PIB.

Essa menor amplitude espacial relativa, pela ótica do PIB para a macrorregião, em contraposição à contiguidade observada pela perspectiva da menor presença relativa dos fatores de pobreza, pode ser relacionada ao fato de que o porte econômico de determinados municípios dessa macrorregião foi capaz de irradiar externalidades positivas aos de menor peso econômico e incorporá-los à condição de menor incidência relativa de pobreza.

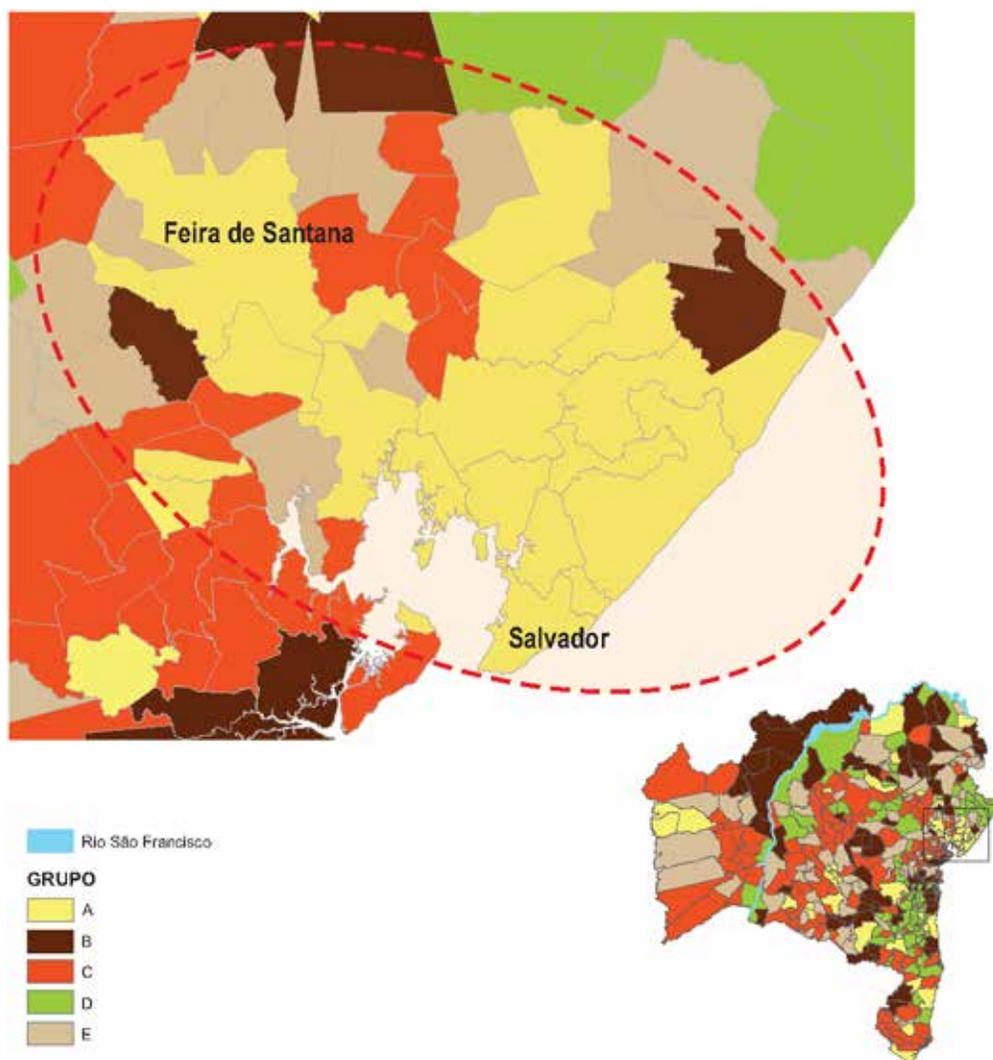
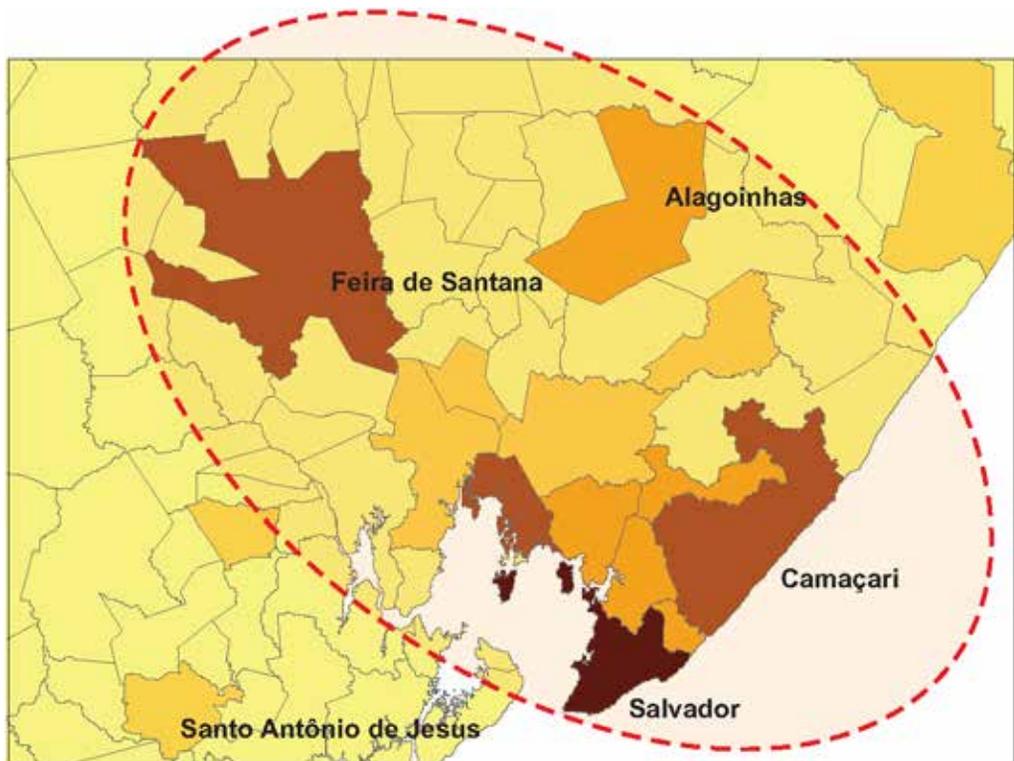


Figura 1
Concentração do Grupo A na macrorregião de Salvador - Feira de Santana

Fonte: Elaboração própria.

Tais condições evidenciam a lógica da relação espacial direta entre as características dos indivíduos pobres e o porte e perfil da economia na Bahia. Assim sendo, pode-se observar

a presença de dois padrões espaciais que expressam o caráter da concentração regional da economia baiana: a) municípios de grande importância em termos do PIB e da população se diferenciam daqueles do seu entorno; b) fica aparente na Bahia uma mancha única com elevada densidade interna e externa de fluxos de capitais, pessoas e investimentos, que é a macrorregião de Salvador-Feira de Santana.



Participação no PIB 2010 (%)

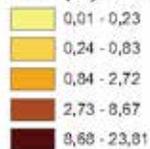


Figura 2
Participação dos municípios na macrorregião de Salvador - Feira de Santana no PIB
Bahia - 2010

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2014b).

DOIS PADRÕES ESPACIAIS DISTINTOS E ARTICULADOS

Macrorregião de Salvador-Feira de Santana

A macrorregião de Salvador-Feira de Santana é a única tipologia regional na Bahia com características de integração econômica entre os seus municípios. Essa área tem expressiva densidade de investimentos, com clara divisão espacial de funções e hierarquia entre as cidades, sendo que o conjunto funciona economicamente articulado, com trocas internas associadas a fluxos externos. Essas características permitem que nessa macrorregião as condições de pobreza relativa sejam atenuadas pela proximidade entre os municípios, que exibem forte presença de infraestrutura, dinamismo das atividades econômicas e oferta de serviços. Também se observa a fluidez de transporte para a circulação de produtos e de pessoas em busca de emprego, acesso a serviços e equipamentos públicos.

Na verdade, a delimitação dessa macrorregião ainda carece de rigorosa definição. Entretanto, mesmo que seu recorte espacial não tenha sido realizado, é possível identificar um conjunto de municípios que se enquadram no Grupo A de pobreza, acrescidos pelos de maior PIB.

Assim, ter-se-ia uma mancha composta inicialmente por 21 municípios: Alagoinhas, Amélia Rodrigues, Camaçari, Candeias, Catu, Cruz das Almas, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Muritiba, Pojuca, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé e Simões Filho.

Esse conjunto de municípios, no ano de 2010, apresentava as seguintes representatividades:

- 32,6% da população da Bahia;
- 23% da população (1.738.675 pessoas) com rendimentos abaixo de meio salário mínimo (SM);
- 67,5% do PIB da indústria;
- 53,3% do PIB de serviços;
- 30,6% do PIB da APU.

Assim, constata-se que essa macrorregião concentra um grande contingente demográfico e o maior porte dos investimentos na Bahia. Ela exerce o papel de articuladora dos fluxos de mercadorias de todo o interior baiano e daqueles entre as regiões Nordeste e Sul/Sudeste do Brasil, funcionando como uma das rótulas de apoio logístico mais importantes do país.

Essa macrorregião é formada por uma grande metrópole (área conurbada de Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Itaparica e Vera Cruz), que concentra serviços públicos e privados que dão suporte regional e a praticamente todos os municípios da Bahia; uma cidade de grande porte para o padrão estadual (Feira de Santana¹⁶), que se caracteriza por uma concentração

¹⁶ Observa-se que, oficialmente, existem duas regiões metropolitanas na Bahia: a Região Metropolitana de Salvador (RMS), composta por 13 municípios, e a Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), composta por sete unidades municipais.

industrial e uma escala menor de serviços de apoio a um conjunto de municípios do seu entorno; e cidades intermediárias que dão suporte às atividades industriais e que ainda precisam ser melhor identificadas (PORTO; CARVALHO, 1995).

Cidades polarizadoras de fluxos do interior da Bahia

No espaço territorial do estado há uma rede principal de cidades que concentra os fluxos de um conjunto de municípios das proximidades, em sua maioria voltados para a produção agropecuária homogênea ou dispersa em termos de produtos. Essas cidades principais são, em geral, de médio porte e detêm população, meios de infraestrutura e atividades de apoio aos serviços e ao comércio, operando dentro de uma escala microrregional. Elas se apresentam de forma bastante diferenciada, em porte e em características, de todas as outras cidades próximas (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 1997).

Em função do dinamismo relativamente restrito das economias regionais do interior do estado e dos pequenos fluxos na Bahia e nas suas articulações internas com outras regiões do Brasil, tais cidades, sedes dos principais municípios baianos, ao concentrar regionalmente os referidos fluxos comerciais e de serviços, assumem a centralidade urbana regional, mantendo uma hierarquização de porte de população e PIB. Esses municípios e suas cidades-sede apresentam funções com características diferenciadas, o que se reflete no ranking das cidades da Bahia e também nos contingentes de famílias pobres. Com maiores centralidades, tais cidades atraem migrações por oferecerem um maior volume de empregos dirigidos a um conjunto de serviços públicos e privados de apoio regional. Em tais circunstâncias, as relações intermunicipais passam a ocorrer em maior ou menor amplitude territorial a depender das suas ofertas. Essas relações são diretas e se dão entre a cidade-sede polarizadora e as cidades polarizadas em sua área de influência, utilizando os conceitos do estudo Regiões de Influência das Cidades (Regic) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008). Essa centralização de emprego e renda repercute nos indicadores que mostram maior ou menor presença de famílias pobres do ponto de vista dos fatores considerados neste trabalho.

Se forem tomados os municípios do Grupo A de pobreza e inseridos na tipologia da rede principal de cidades, do ponto de vista da concentração do PIB (retirados aqueles da macrorregião, já explicitados), pode-se chegar à conclusão de que estão incluídos numa classificação em primeiro grau 18 municípios: Barreiras, Brumado, Eunápolis, Guanambi, Ilhéus, Irecê, Itabuna, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Luís Eduardo Magalhães, Paulo Afonso, Porto Seguro, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista. Esses representavam, em 2010:

- 15,87% da população da Bahia;
- 17,12% do PIB baiano;
- 13,5% da população (3.400.653 pessoas) com rendimentos abaixo de meio SM;
- 15,54% do PIB da indústria;
- 17,9% do PIB de serviços.

A referida configuração pode ser observada na Figura 3.

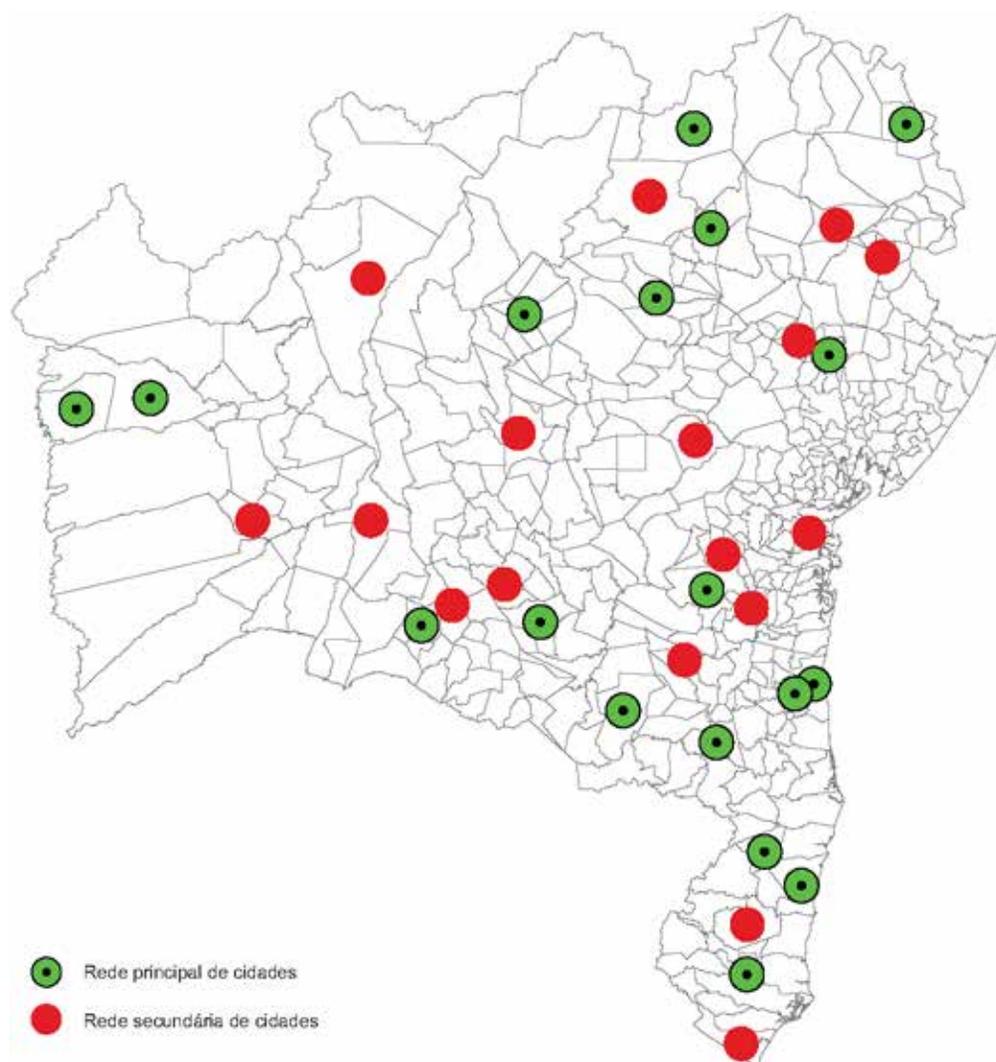


Figura 3
Redes urbanas principal e secundária, excluída a macrorregião Salvador-Feira de Santana
Bahia – 2010

Fonte: Elaboração própria.

Se a essa rede de cidades principais for incorporada uma secundária de 16 cidades (classificadas pelo critério do PIB), obtém-se a rede urbana estruturante do desenvolvimento estadual. No ano 2010, esse conjunto representava:

- 60% da população da Bahia;
- 70% da população (5.404.355 pessoas) com rendimentos abaixo de meio SM;

- 24% do PIB da indústria;
- 35% do PIB de serviços;
- 61% do PIB da APU.

Em função da metodologia desta pesquisa e de seus objetivos, não foi possível identificar os limites das áreas de influência das cidades da rede principal.

A identificação dos padrões espaciais, portanto, torna-se importante em função da necessidade de definição de políticas de cunho regional, tal como será visto no capítulo seguinte.

JUSTIFICATIVA

Este capítulo tem a finalidade de apresentar alguns aspectos que podem ser considerados como uma fase de transição entre as análises desenvolvidas nos capítulos anteriores e as suas aplicações na prática. São subsídios diretos para que as secretarias executivas do governo da Bahia possam engendrar ações efetivas para o enfrentamento da questão da pobreza na Bahia do ponto de vista regional.

Os capítulos anteriores trouxeram informações que podem ser aproveitadas para a formulação dessas políticas, tais como a compreensão da pobreza em suas várias dimensões. Isso já demonstra a necessidade de que as políticas sejam transversais e convergentes entre as distintas áreas executivas do poder público, nas três esferas de governo. Ao combinar as variáveis por fator, este estudo apresenta, para cada um deles, os comportamentos agrupados por município, o que permite a identificação espacial de cada dimensão da questão da pobreza. Como tais fatores são formados por um conjunto de variáveis, estas também oferecem contribuições para a formulação de algumas políticas específicas voltadas para um determinado foco. Um exemplo seriam ações que se destinassem a enfrentar problemas referentes à renda monetária, à moradia inadequada e a questões de vulnerabilidade social, como a gravidez na adolescência, entre outros que merecem uma análise mais apurada dos governos.

De qualquer forma, seja pelo fator ou pelo grupo, o que este trabalho demonstra é que as ações devem ser consubstanciadas por iniciativas conjuntas de organismos públicos, associados ou não a organizações privadas e não governamentais, para atuar de forma territorializada.

É preciso esclarecer que a identificação da pobreza em várias dimensões foi apenas um recurso metodológico utilizado neste trabalho. Na realidade, repartiu-se para se observarem os problemas sob distintos ângulos. Entretanto, a questão envolve uma teia de relações sociais e econômicas em várias escalas regionais e mesmo nacional. O problema não se restringe ao âmbito local ou estadual, o que exige intervenções articuladas territorialmente.

A formulação de políticas inspiradas apenas em um fator, grupo ou variável pode ter repercussões específicas, focadas em um grupamento familiar ou em uma localidade, mas não

obtém repercussão mais abrangente sobre as relações sociais e econômicas que se expressam espacialmente em manchas de pobreza.

Para que se tenha maior efetividade na implementação de políticas públicas, dentro dos limites de atuação na sociedade capitalista, é indispensável que se compreenda um conjunto de fatores, perfis, variáveis e suas relações inter-regionais. Tal abordagem significa dizer que isso deve estar no plano das políticas regionais, para as quais este estudo da pobreza pode dar importantes contribuições.

A seguir serão feitas algumas observações em relação a como cada parte deste estudo pode ser utilizada para a proposição e elaboração de políticas de desenvolvimento regional. Para melhor compreensão, serão utilizadas leituras interpretativas, apenas como exemplos práticos, em duas localizações diferentes: a macrorregião de Salvador-Feira de Santana e uma área localizada no entorno do Rio São Francisco.

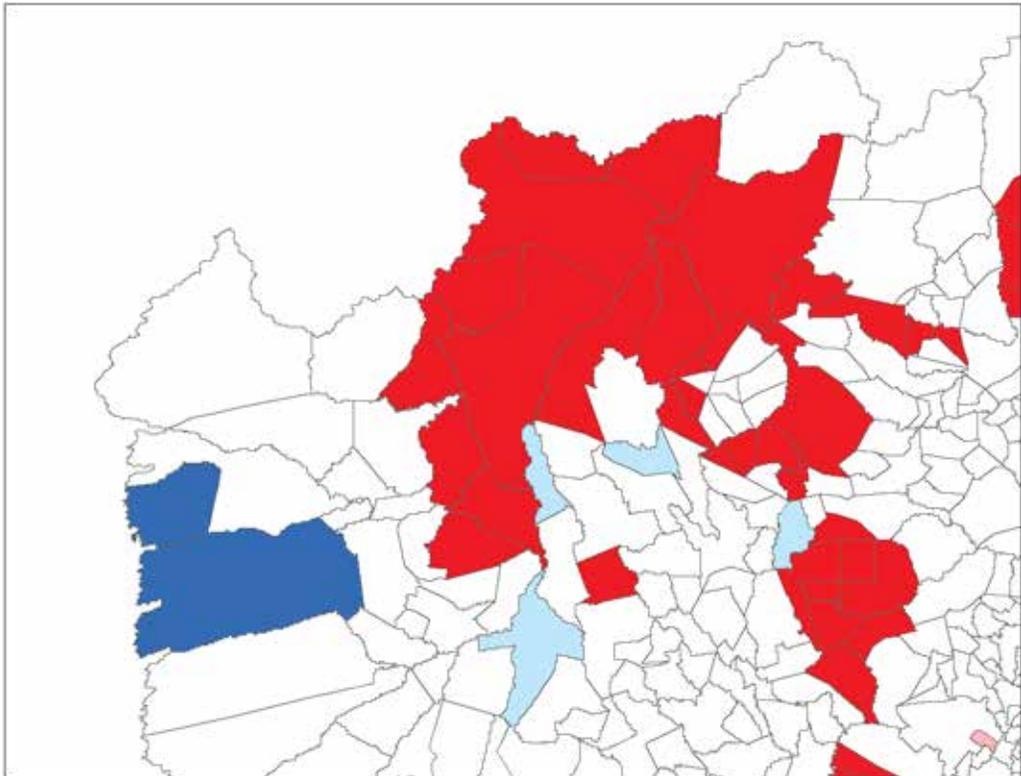
Análise de agrupamentos utilizando a técnica de Moran Local

Os mapas de Moran, quando vistos em conjunto ou individualmente, podem servir como referência para a definição aproximada dos municípios que compõem uma determinada territorialidade de um fator que se pretende estudar ou atuar com políticas regionais.

Exemplo 1: mapa de Moran para a dimensão renda (alto-alto)¹⁷ para uma determinada área ao longo do Rio São Francisco.

Nesta área, observa-se a presença do padrão alto-alto dos mapas de Moran de renda, moradia, demografia e educação. Isso pode indicar uma territorialidade composta por um conjunto de municípios em situação mais crítica sob várias dimensões da pobreza. Esta situação pode servir de subsídio tanto para definir um dado território quanto para subespacializar uma região. Além disso, a confluência espacial desse conjunto de fatores demonstra que, para este caso, são exigidas ações transversais. Isso porque os municípios estão submetidos ao mesmo ambiente regional e, por conseguinte, sofrem os mesmos reflexos, como pode ser observado na Figura 4.

¹⁷ Áreas onde há uma forte vizinhança de municípios nos quais um determinado fator se manifesta com alta incidência (Alto-Alto), representado pela cor vermelha.



Padrão de autocorrelação espacial

- Alto-Alto
- Alto-Baixo
- Baixo-Alto
- Baixo-Baixo
- Sem padrão

Figura 4
Aglomerações espaciais do Fator Renda, segundo a técnica de Moran Local – destaque territorialidade do São Francisco

Fonte: Elaboração própria.

Exemplo 2: uso da análise de agrupamentos segundo a técnica de Moran local na macrorregião de Salvador-Feira de Santana.

É possível constatar que cada fator possui uma territorialidade diferente para os padrões baixo-baixo¹⁸ dos mapas de Moran de renda, demografia, moradia e saúde, embora eles tenham algumas superposições. Neste caso, tanto se pode trabalhar com a sobreposição dos mapas de Moran como referência de uma delimitação regional, como utilizar cada mapa

¹⁸ Áreas onde há uma forte vizinhança de municípios nos quais um determinado fator se manifesta com baixa incidência (baixo-baixo), representado pela cor azul.

de Moran para identificar um subespaço regional. E mais, a subespacialização pode ser feita utilizando-se espaços específicos de cada mapa de Moran e espaços em que duas ou mais regiões destacadas dos mapas de Moran fiquem superpostas, o que pode indicar a necessidade de políticas transversais de cunho territorial diferenciadas (Figura 5).

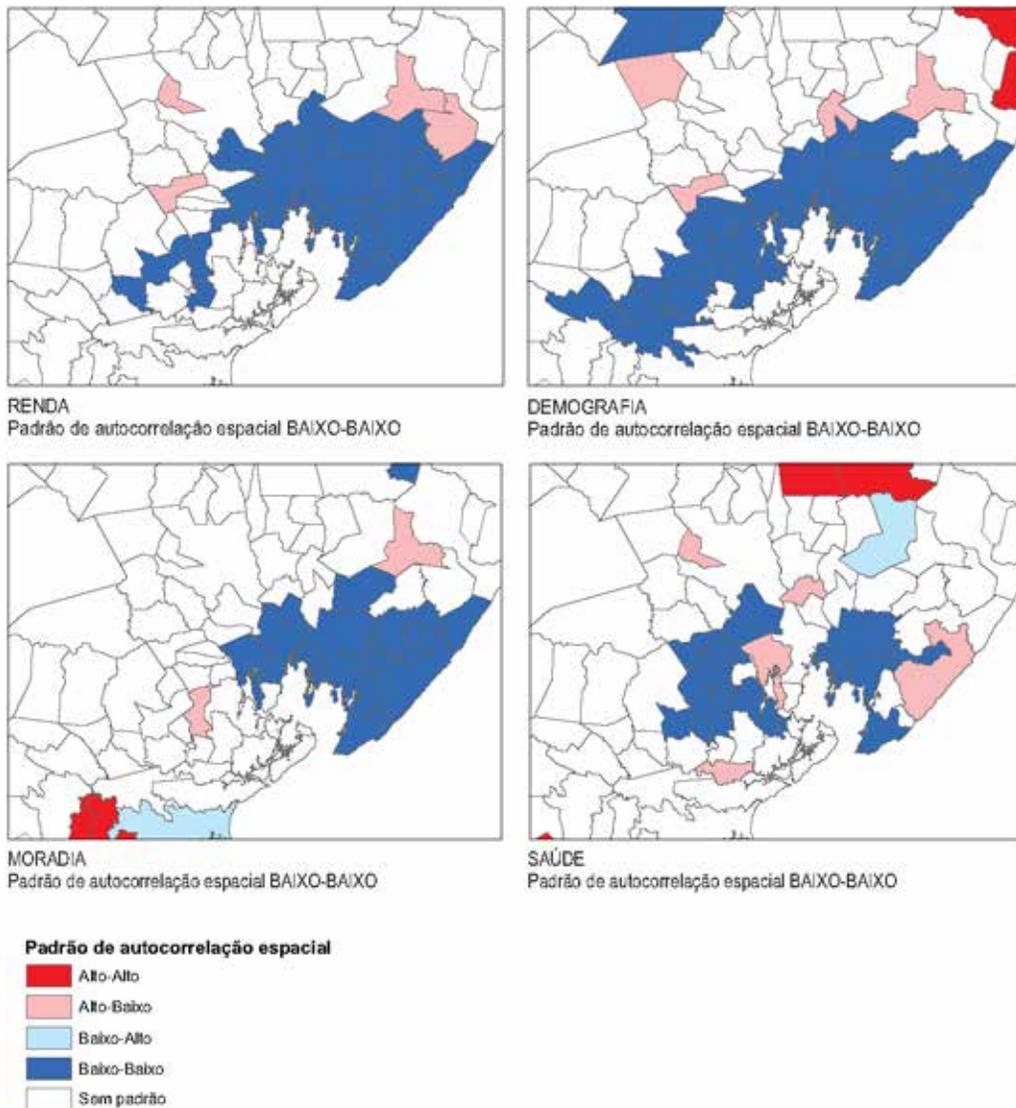


Figura 5
Aglomerações espaciais dos Fatores Renda, Demografia, Moradia e Saúde, segundo a técnica de Moran Local – destaques macrorregião de Salvador e Feira de Santana

Fonte: Elaboração própria.

Grupos de pobreza

Os mapas dos grupos de pobreza podem orientar tanto a delimitação territorial quanto a compreensão da lógica da produção econômica das territorialidades nas quais predomina um grupo de pobreza associado a determinadas características de produção.

Exemplo 1: uso de grupos de pobreza para o caso de uma territorialidade ao longo do Rio São Francisco.

Neste caso, fica aparente uma territorialidade formada por um conjunto de municípios contíguos, cujas características estão associadas à agricultura familiar com baixa capacidade de gestão, pouco especializada e pouco integrada ao mercado. Também está claro que há dois grupos de pobreza distintos, separados pelo Rio São Francisco. Significa dizer que tais perfis podem subsidiar políticas de desenvolvimento regional ao oferecerem informações que expressam as diferenças territoriais, tanto do ponto de vista da produção, quanto dos reflexos do processo de desenvolvimento sobre os indivíduos pobres (Figura 4).

Exemplo 2: leitura do PIB para a macrorregião de Salvador-Feira de Santana.

Fica evidente neste caso que existe um conjunto de municípios contíguos que formam uma clara hierarquia do ponto de vista do PIB, conformando uma mancha que insinua uma regionalização sob este aspecto. A associação dessa mancha do PIB com as manchas de padrão alto-alto do mapa de Moran de renda, demografia, moradia e saúde (Figura 2 e Figura 5) permite algumas ilações acerca de uma territorialidade fruto da superposição de manchas, com certa homogeneidade do ponto de vista do perfil da produção e dos fatores associados à pobreza das famílias. Disso resultam fortes indicações, tanto para delimitações regionais, quanto para as políticas transversais que associam economia e serviços de apoio à população. E mais, ajuda na compreensão das funções e do porte dos municípios dentro dessa macrorregião.

Entretanto, no caso da Bahia, é preciso a construção de um projeto que viabilize economicamente uma ampliação da integração do território baiano com a dinâmica capitalista nacional e internacional. Tal integração poderá conformar cadeias produtivas locais, regionais e/ou internacionais e promover uma maior articulação entre as “economias” dos extremos, ao tempo em que contribuirá para diminuir a pobreza e as desigualdades sociais do estado. Portanto, são necessárias políticas públicas que coloquem a Bahia nos caminhos do desenvolvimento, fazendo chegar aos cidadãos os seus benefícios. Um sistema de transporte e logística acoplado a um conjunto de políticas sociais e de inclusão produtiva de parte da população mais pobre pode desempenhar este papel. Nesse sentido, é necessário pensar em políticas de desenvolvimento que integrem regionalmente o país e o território do estado.

Este olhar sobre a pobreza exige, portanto, a implementação de uma nova maneira de planejar, estruturar e executar políticas públicas. Entende-se necessário pensar em políticas de caráter estrutural, capazes de promover modificações virtuosas no atual padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, elas deveriam estar articuladas com aquelas de caráter regional, ou seja, com-

poriam uma cesta de políticas e ações diferenciadas, porém integradas, estruturantes e de recorte territorial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. E. D. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2004. (Texto para discussão, 10).
- BELAS, A. de O. Características do processo de envelhecimento demográfico em curso na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. v. 1, p. 45-68. (Série estudos e pesquisas, 60).
- BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 405-423.
- BERQUÓ, E. S. Fatores estáticos e dinâmicos (mortalidade e fecundidade). In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980. p. 21-85.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu, 2004. *Anais...* Minas Gerais: ABEP, 2004. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/aulas/2010/zm/graduacao/MapeamentoSocioeconomico.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 65-69.
- BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1421-1430, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/07.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário oficial [da] república federativa do Brasil*. Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpop/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- CALDEIRA, T. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2003.

- CAMARGO, C. P. F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A. Queiróz, 1980. p. 12-18.
- CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 183-191, set./dez. 2003.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CARVALHO, J. A. M. de; SAWYER, D. Oya; RODRIGUES, R. do N. *Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia*. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1994. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/pos/dm/selecao/2009/texto_carvalho.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- CENTRO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO DE DEMOGRAFIA. *Curso regional intensivo de análise demográfica*. México: CELADE, 2012. Demografia I.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2012.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010 BRASIL: características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- CHACHAM, A. S.; SIMÃO, A. B.; CAETANO, A. J. *Gravidez na adolescência: uma análise das trajetórias de homens e mulheres de baixa renda residentes em três cidades do estado de Minas Gerais*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., Águas de Lindóia, 2012. *Anais...* São Paulo: ABEP, 2012. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST34\[376\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/ST34[376]ABEP2012.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2013.
- COSTA, F. M. *Políticas públicas e atores sociais na evolução da cacauicultura baiana*. 2012. 242 f. Tese (Doutorado)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese-Francisco-Mendes-Costa.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.
- DAMIANI, A. L. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Cesta básica nacional: salário mínimo nominal e necessário*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasicas/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 13 maio 2014.
- DIAS, A. B.; AQUINO, E. M. L. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1447-1458, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/09.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- DIAS, P. C.; ARAÚJO, M. M. S.; VIDAL, F. B. Principais municípios da Bahia: considerações sobre sua dinâmica populacional. *Bahia Análise & Dados*, v. 21, n. 2, Salvador, p. 351-370, abr./jun. 2011.
- DIAS, P. C. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- _____. Moradia na Bahia: comparações e reflexões. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Aspectos gerais da condição de moradia na Bahia*. Salvador: SEI, 2008. p. 55-87. (Série estudos e pesquisas, 80).
- DIAS, P. C.; VIDAL, F. B. Que periferia? Estratégia e discurso do capital imobiliário na estruturação do espaço metropolitano. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 19, n. 2, p. 455-472, jul./set. 2009.
- _____. Cidades médias baianas: dinâmicas, tendências e significados. In: DIAS, P. C.; SANTOS, J. (Org.). *Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*.

Salvador: SEI, 2012. p. 157-180. (Série estudos e pesquisas, 94).

DUAYER, M.; MEDEIROS, J. L. Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 237-262, jul./dez. 2003.

DYE, T. R. *Understanding public policy*. 8. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2005.

ECONOMIA baiana: estrutura produtiva e desempenho recente. *Boletim Regional do Banco Central do Brasil*, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2012/07/br201207b2p.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2013.

ENGELS, F. *El problema de la vivienda*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1974. (Colección ciencia urbanística, 15).

_____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 131-158.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. *Alfabetización: ¿a favor de quién?* Quito: CEDECO, 1989.

_____. Papel da educação na humanização. *Revista da FAEEDBA*, Salvador, n. 7, p. 9-17, jan./jun. 1997.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS (BA). *O mercado imobiliário para população de baixa renda em Salvador: o loteamento popular*. Salvador: CPE, 1980.

GADOTTI, M. Prefácio. In: FREIRE, P. *Educação e mudança*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

HAYEK, F. A. von. *Os fundamentos da liberdade*. São Paulo: Visão, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Regiões de influência das cidades: 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Pesquisa Agrícola Municipal*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1613&z=t&o=11>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

_____. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Indicadores educacionais: taxas de distorção idade-série*. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio 2014.

IVO, A. B. L. Políticas sociais de combate à pobreza nos anos 1990: novas teses, novos paradigmas. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 7-27. (Série estudos e pesquisas, 63).

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 2. ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

JIMENEZ, S. V.; MENDES SEGUNDO, M. das D. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para educação do novo milênio. *Cadernos de Educação*, Pelotas, RS, n. 28, p. 119-137, jan./jun. 2007.

KERSTENETZKY, C. L. Pobreza no Brasil: nove temas para o novo século. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 149-166, out. 2010.

KRONENBERGER, D. *Análise dos impactos na saúde e no Sistema Único de Saúde decorrentes de agravos*

relacionados a um esgotamento sanitário inadequado dos 100 maiores municípios brasileiros no período 2008-2011. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/drsai/Relatorio-Final-Trata-Brasil-Denise-Versao-FINAL.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2014.

LAVINAS, L. Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste. *Cadernos do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 126-148, out. 2010.

LONDON, J. *O povo do abismo: fome e miséria no coração do império britânico; uma reportagem do início do século XX*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOPES, D. M. F. Grandes áreas da Bahia: características demográficas gerais: 1980-2000. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000*. Salvador: SEI, 2003. v. 1, p. 97-107. (Série estudos e pesquisas, 60).

MARX, K. Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Lutas de classes na Alemanha*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 25-52.

MIRANDA-RIBEIRO, A. de; GARCIA, R. A. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Anais... Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012*. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/400.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

MORAES, M. F. *Análise espacial exploratória de indicadores de educação no Brasil: o caso da região sudeste – 2000/2005*. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)–Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MOREIRA, M. de Mello; FUSCO, W. Mapeando a fecundidade nordestina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. *Anais... Águas de Lindóia, SP: ABEP, 2012*. Disponível em: <<http://174.121.79.98/~naotembr/anais/files/ST7%5B254%5DABEP2012.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2013.

NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R. (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 503-526.

OLIVEIRA, F. de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 67-85, mar. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação, um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Brasília: UNESCO; Asa; Cortez, 1998.

OSÓRIO, Rafael; SOUZA, Pedro. *Evolução da pobreza extrema e da desigualdade de renda na Bahia: 1995 a 2009*. Brasília: IPEA, 2012. (Texto para discussão 1696). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1012/1/td_1696.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PADOIN, Isabel Graciele; VIRGOLIN, Isadora W. Cadore. A vulnerabilidade social como uma dificuldade à participação política. Disponível em: <http://www.unicruz.edu.br/15_seminario/seminario_2010/CCSA/A%20VULNERABILIDADE%20SOCIAL%20COMO%20UMA%20DIFICULDADE%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20POL%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

PAZ, J. et al. *América latina y el Caribe: dinámica demográfica y políticas para aliviar la pobreza*. Santiago de Chile: CELADE; CEPAL, 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/1/14931/lcl2148-serie53.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2013.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Ângela Gordilho. Condições de moradia e infraestrutura urbana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Coord.). *Como anda Salvador*. Salvador: EDFUBA, 2006. p. 137-153.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano 2013*. Disponível em: <<http://www.un.cv/files/HDR2013%20Report%20Portuguese.pdf>>. Acesso em:

17 fev. 2014.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIANI, J. de L. R. *Determinantes do resultado educacional no Brasil: família, perfil escolar dos municípios e dividendo demográfico numa abordagem hierárquica e espacial*. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Demografia)–Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

RIOS-NETO, E. L. G.; MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. *Oportunidades perdidas e desafios críticos: a dinâmica demográfica brasileira e as políticas públicas*. Belo Horizonte: ABEP; UNFPA; CNPD, 2009. (Demografia em debate, v. 3). Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ebooks/Demografia_em_Debate/Demografia_em_Debate_Volume3.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2013.

RIOS-NETO, E. L. G. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *Revista brasileira de estudos populacionais*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v22n2/v22n2a11.pdf>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. *Indicadores básicos de saúde no Brasil: conceitos e aplicações*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/1ed/indicadores.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

RONSONI, M. L.; SARTURI, R. C. *Uma análise dos antecedentes históricos e legais do ensino obrigatório no país e de sua ampliação para nove anos*. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.histedbr.fae.unicamp.br%2Facer_histedbr%2Fseminario%2Fseminario8%2F_files%2FyWNahLb.doc&ei=KNYZU_GGD4mZ0QHgvoCYDA&usq=AFQjCNFoXsXvVoOXEFq5NNrNsgJRq4qDAg>. Acesso em: 6 mar. 2014.

SAMPAIO, M. G. Considerações sobre a concentração econômica na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 16, n. 4, p. 655-663, jan./mar. 2007.

SANTANA, M. Um quadro da educação na Bahia nos anos 1990. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Panorama social da Bahia nos anos 1990*. Salvador: SEI, 2003. p. 97-121. (Série estudos e pesquisas, 59).

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 6. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SCHWARTZMAN, S. Educação e pobreza no Brasil. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 9-37, jun. 2006.

SEN, A. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, P. I.; SZMRECSÁNYI, T. Perspectiva atual do problema. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSÁNYI, T. (Org.). *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise*. São Paulo: T. A Queiróz, 1980. p. 275-298.

SOARES, E. S.; MENEZES, G. M. S. Fatores associados à mortalidade neonatal precoce: análise de situação no nível local. *Epidemiologia Serviços de Saúde*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 51-60, jan./mar. 2010.

SPINOLA, N. A economia baiana: os condicionantes da dependência. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 6, n. 10, p. 88, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/download/106/110>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, G. A. A. de. Implicações sociais dos novos padrões de reprodução demográfica na Bahia. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 43, p. 71-86, jan./abr. 2005.

SOUZA, G. A. Alves de; MURICY, I. T. *Mudanças nos padrões de fecundidade e mortalidade na infância na Bahia 1940/1997*. Salvador: SEI, 2001.

SOUZA, M. M. C. de. *O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico*. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 639).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB nacional: tabelas e gráficos*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=218>. Acesso em: 13 maio 2014a.

_____. *PIB estadual e anual: boletim técnico*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=132&Itemid=209>. Acesso em: 13 maio 2014b.

_____. *Contas regionais*. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=130&Itemid=212>. Acesso em: 10 fev. 2014c.

TEJADA, C. A. O; JACINTO, P. A; SANTOS, A. M. A. *Pobreza e saúde: evidências de causalidade em um painel de dados para o Brasil*. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/forumbnb2008/docs/pobreza_e_saude.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2014.

UCHIMURA, T. T. et al. Fatores de risco para o baixo peso ao nascer segundo as variáveis da mãe e do recém-nascido, em Maringá – PR, no período de 1996 a 2002. *Ciência Cuidados Saúde*, [Maringá, PR], v. 6, n. 1, p. 51-8, 2007.

VIGNOLI, J. R. *La fecundidad alta em América Latina y el Caribe: un riesgo en transición*. Santiago do Chile: CELADE; CEPAL, 2003. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/13875/lcl1996-P.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

VILLAÇA, F. J. M. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Nobel, 2001.

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. da. Políticas de educação e combate à pobreza. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Pobreza e desigualdades sociais*. Salvador: SEI, 2002. p. 227-236. (Série estudos e pesquisas, 63).



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS
ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA



ISBN 978-85-81210-33-1

